



DIMENSÕES

REVISTA DE HISTORIA DA UFES

Revista
dimensões

Expediente

Editores

Ueber José de Oliveira (UFES)
Karulliny Silverol Siqueira (UFES)

Assistente-Editorial

Cibele Camargos Pereira (UFES)
Driely Neves Coutinho (UFES)
Neidineia de Souza Ferreira (UFES)

Conselho consultivo

Alexandre Avelar (UFU) · Angelo Carrara (UFJF) · Angelo Priori (UEM) · Antonio Carlos Amador Gil (UFES)
Dulce Amarante dos Santos (UFG) · Fabiana de Souza Fredrigo (UFG) · Fábio Vergara Cerqueira (UFPel)
Fernando Nicolazzi (UFRGS) · Francisca Nogueira Azevedo (UFRJ) · Gizlene Neder (UFF)
Herbert S. Klein (Columbia University, EUA) · Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa, Portugal)
Luiz Fernando Saraiva (UFF) · Márcio Seligman-Silva (UNICAMP) · Marco Antônio Lopes (UEL)
Marcos Luiz Bretas (UFRJ) · Maria Beatriz Nader (UFES) · Maria Elisa Noronha de Sá (PUC-Rio)
Miguel Suarez Bosa (Universidade de Las Palmas en Gran Canaria, España) · Miliandre Garcia (UEL)
Norberto Luiz Guarinello (USP) · Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)
Quentin Skinner (University of Cambridge, England) · Renan Friguetto (UFPR) · Ricardo de Oliveira (UFRRJ)
Stefano Gasparri (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Editoração e revisão técnica

Sávio Medeiros Liittig (UFES)

Revisão

Os autores

Realização

Programa de Pós-graduação em História social das relações políticas da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari, 514, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910.

Tel.: 55 27 4009-2507.

<https://periodicos.ufes.br/dimensoes>

E-mail: revistadimensoes@gmail.com

Objetivo

Dimensões – Revista de História da UFES é um periódico semestral voltado para a publicação de artigos inéditos e resenhas de autoria de mestres, doutorandos e doutores. Os artigos são agrupados em dossiês ou temas livres. Mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História, a revista foi fundada em 1990 como Revista de História, tendo permanecido com esse nome até 2000, quando foi renomeada para Dimensões – Revista de História da UFES, mas preservando o mesmo ISSN (1517-2120). Em 2010, com o propósito de facilitar a difusão do conhecimento científico, Dimensões passou a ser veiculada exclusivamente por meio eletrônico, com livre acesso por parte dos usuários.

Em 2011, um novo ISSN foi atribuído à Dimensões: 2179-8869. Atualmente, a revista se encontra classificada como B2 no Qualis de periódicos elaborado pela Capes.

Dimensões - Revista de História da UFES. Vitória: Programa de Pós-Graduação em História.
Volume 48, julho, 2022, 150p.

Semestral
ISSN 2179-8869

1.História - Periódicos

CDU 93/99

Sumário

Artigos Livres

Foi mesmo a agricultura a grande revolução do neolítico?	6
<i>Rodrigo Luiz Simas de Aguiar</i>	
Analogias & Alusões: a lepra no jornal Pão de Santo Antônio (Diamantina, 1930-1934).....	19
<i>Keila Auxiliadora Carvalho & Ramon Felipe Souza</i>	
Américo Oliveira versus American Power: A Gazeta, a “Central” Brasileira e a eletricidade no Espírito Santo (1946-1958).	33
<i>Douglas Edward Furness Grandson</i>	
Limites dos Sistemas Liberais Frente ao Crescimento de Lideranças Políticas Extremistas no Início do Século XXI	52
<i>Júlio Cesar Meira</i>	
Higienismo e determinismo racial nos textos de Sílvio Romero sobre Machado de Assis.....	67
<i>Fabio Muruci</i>	
Thomas Mann: A conversão do apolítico.	80
<i>Wander Luiz Demartini Nunes</i>	
“Para que todos sejam um” (Jo 17,21): O combate às seitas gnósticas no Principado (Séc. II – III).....	96
<i>Roney Marcos Pavani</i>	
Looking Back at the Future: The Visit of President Antônio de Almeida to the 1922 International Centennial Exhibition in Rio de Janeiro.	113
<i>Thais R. S. de Sant’Ana</i>	
Eleições, fraudes e conspirações: o papel dos presidentes de província no Maranhão oitocentista.....	132
(1842/1852)	
<i>Arthur Roberto Germano dos Santos</i>	

Foi mesmo a agricultura a grande revolução do neolítico?

Rodrigo Luiz Simas de Aguiar¹

Resumo:

Durante décadas persistiu nas bancadas escolares a ideia de que a agricultura foi a grande revolução do neolítico, que permitiu a emergência de complexidade social e a formação das sociedades clânicas. Esta noção, surgida no século XIX, teve especial impulso a partir da década de 1950 com Gordon Child e persistiu ao longo do século XX. Contudo, novas descobertas arqueológicas demandam uma revisão deste pressuposto teórico, forçando-nos a repensar até mesmo as tradicionais noções de sedentarismo e nomadismo.

Palavras-chave: arqueologia, pré-história, agricultura, complexidade social.

Abstract:

Along decades persisted in the academia the idea of agriculture as the great revolution of the Neolithic which allowed the emergence of social complexity and the formation of clan societies. This notion, which emerged in the 19th century, had a special impulse from the 1950s through Gordon Child publications and persisted throughout the 20th century. However, new archaeological discoveries demand a revision of this theoretical assumption, forcing us to rethink even the traditional notions of sedentarism and nomadism.

Keywords: archaeology, prehistory, agriculture, social complexity.

Introdução

Ainda ressoam em minha memória àquelas aulas de pré-história que abordavam a agricultura como a grande inovação que permitiu o sedentarismo, condição esta que mais tarde seria decisiva na formação de modelos sociais mais complexos. Este pressuposto teórico foi alçado pelo britânico Gordon Childe ([1951]1981), para quem a pré-história teria

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca e pós-doutorado em Arqueologia Pré-histórica na Universidade de Coimbra. Professor Associado e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados. rodrigoaguiar@ufgd.edu.br

passado por três grandes revoluções: a descoberta do fogo no paleolítico, a descoberta da agricultura, que marcou o início do neolítico e, por fim, a descoberta dos metais. Durante décadas a fio, persistiu a ideia da agricultura como um marco revolucionário para os povos pré-históricos, sem a qual os traços de complexidade social que, teoricamente, emergiram no neolítico, seriam impossíveis. Mas seria mesmo a agricultura a mola propulsora primordial da complexidade social? A domesticação de plantas foi verdadeiramente uma “descoberta” neolítica?

O tema da complexidade social foi por mim abordado em um capítulo de livro intitulado “Mobilidades, assentamentos e o fluxo de produtos e ideias na Pré-história: discutindo a noção de complexidade social” (AGUIAR, 2020). Nele, comento rapidamente a questão da agricultura como quesito para formas sociais mais complexas, mas ficou faltando desenvolver o assunto, já que tal não era o foco principal daquele ensaio. Sendo assim, escrevo este artigo com o objetivo de dar mais atenção à questão da emergência da agricultura e de questionar o modelo tradicional que a associa com os núcleos populacionais mais estáveis (ditos “sedentários”) com a domesticação de plantas².

Antes de abordar o objeto principal do artigo, é necessário tecer algumas considerações. A primeira delas diz respeito à noção de complexidade social. Em seguida tratarei do surgimento na agricultura no modelo do “pacote neolítico”. Por fim, após mostrar que sociedades caçadoras e coletoras já detinham condições de desenvolver agricultura, argumentarei que plantar foi uma escolha deliberada em usar um conhecimento já existente frente a limitações de acesso a recursos naturais, desconstruindo a visão clássica da revolução do neolítico, originada em formulações teóricas do século XIX e reiterada por Childe na década de 1950.

Sobre complexidade social

Desde a antropologia, sabemos que a complexidade social é uma questão complicada de se abordar. Isso porque, durante muito tempo, viu-se neste quesito uma forma de legitimar certos estigmas levantados pelo evolucionismo social do século XIX. Para os teóricos de gabinete desta época, as sociedades evoluíam em estágios, indo da selvageria à barbárie e, por fim, à civilização. É importante ter em mente que, ainda que tal noção seja o fundamento das teorias de Lewis Morgan ([1877] 2005), descritas na obra “A sociedade antiga”, o modelo nasceu um século antes com as ideias de William Robertson em “História da América” (HOEBEL, 1960; ESPINA-BARRIO, 2005), ou seja, mesmo academicamente, a noção de sociedades mais ou menos “evoluídas” remonta séculos nas bancadas universitárias, originando-se em imaginários medievais, como o do *silváticus*, ou ainda na forma como os romanos viam os povos que habitavam para além dos Pirineus (AGUIAR & MÜLLER, 2010). Para os evolucionistas sociais, o grau máximo do engenho humano, obtido apenas

² A domesticação é uma etapa posterior ao aproveitamento dos campos selvagens. Os campos selvagens se formam naturalmente, sem influência humana. Já na domesticação, ocorre a interferência humana na seleção de espécies e aprimoramento, de onde resultam campos de plantio totalmente antrópicos. Esta intervenção humana tornou as plantas mais adaptadas aos fins de produção, gerando alterações, inclusive, no genótipo.

pelas sociedades em estágio de civilização, só seria possível por meio de aquisições culturais complexas.

As ideias evolucionistas, ainda que persistam em nossos dias entre poucos indivíduos preconceituosos, foi há muito superada pela Antropologia. O primeiro avanço se deu quicá com Franz Boas, que já no início do século XX propõe a substituição do termo “raça” por “culturas”, no plural (mais detalhes em BOAS, 1964), o que acabou evidenciado como a antropologia de cunho evolucionista alimentou movimentos racistas. Dito isso, destaco aqui que para a Antropologia pensar complexidade social não é um caminho necessariamente fértil. Mesmo porque, fica-nos evidente que sociedades detentoras de recursos tecnológicos limitados podem ostentar conteúdos simbólicos, como os mitológicos, muito mais complexos do que aqueles compartilhados pelas sociedades ocidentais industrializadas. Ou seja, em termos estritamente antropológicos, tratar de complexidade social não funciona.

Entretanto, quando abordamos uma perspectiva exclusivamente arqueológica, usando fundamentos teóricos mais próprios da disciplina, a noção de complexidade social é sim válida e pode ajudar a transpor visões distorcidas que nutrimos acerca de povos da pré-história. A complexidade social desde a arqueologia é entendida a partir de elementos muito bem definidos: densidade populacional, assentamentos estáveis, variedade de recursos tecnológicos, práticas intensivas de subsistência e estratificação social. Estes marcos fundamentais para medir variáveis de complexidade social na arqueologia foram especialmente impulsionados com a coletânea de T. D. Price e J. A. Brown (1985), que debateu a necessidade de se repensar os caçadores e coletores pré-históricos.

8

Baseando-se então na proposta de Price e Brown, percebemos que há muitos casos de populações pré-históricas que apresentam traços de complexidade social. Primeiro porque apresentam densidade populacional muito acima daquele “protótipo” pensado para paleolítico e neolítico. Certos espaços de congregação, onde se desenvolviam os rituais, as trocas de produtos, reafirmação de laços de cooperação e reciprocidade, são numerosos e pensados para atender grandes audiências. Não estamos falando mais de diminutas famílias nucleares ou parentelas, de 10 ou 15 pessoas, lutando para extrair seu sustento em meio a um ambiente inóspito, como sugere tal “protótipo”, mas de centenas de pessoas que, por sua vez, integram unidades maiores, acionadas sempre que fosse necessário movimentar grande força de trabalho (na construção de marcos e recintos, por exemplo).

Isso, por sua vez, evoca o segundo elemento de complexidade: os assentamentos estáveis. Se alguns povos baseados na agricultura de corte e queimada conseguem se fixar em um mesmo território por apenas poucos anos, em razão do esgotamento do solo, notamos incontáveis casos de caçadores e coletores que ocupam um mesmo espaço por séculos e, até mesmo, milênios. Tal continuidade está registrada nos extratos arqueológicos³. No caso em que grupos mesolíticos erigiram monumentos (como os megalíticos), podemos pensar que existiam autoridades locais que coordenavam a força de trabalho, uma forma clara de estratificação social.

³ Em uma das escavações que coordenei, no Templo dos Pilares (Alcinópolis, MS), notou-se que a ocupação do espaço por caçadores e coletores arcaicos ocorreu num espaço de tempo entre 10.735 e 8.215 A.P. (antes do presente). Mais informações em AGUIAR *et al*, 2021.

Dito isso, podemos considerar que a movimentação de grande contingente, a coordenação da força de trabalho e o emprego de tecnologias e inovações, aplicadas tanto na exploração do meio para obtenção de recursos, quanto na formação dos tais espaços de congregação, são evidências que corroboram aquela ideia embrionária de Price e Brown (ibid) acerca dos parâmetros indicativos de complexidade social desde a ótica da arqueologia. A fim de comprovar a proposta enunciada neste artigo, apresentarei alguns casos ao longo do texto.

Como fio condutor de minha proposta (ou método), baseio-me tanto na análise de literatura específica, quanto na observação direta de sítios arqueológicos que investiguei ao longo de minha carreira de arqueólogo e por ocasião de meu segundo estágio de pós-doutoramento, quando tive contato com assentamentos pré-históricos em Portugal, Espanha, Suécia e Dinamarca.

O “pacote neolítico” e a agricultura

Munidos do conceito de complexidade social apresentado pela arqueologia e cientes de que, aqui, não se pretende questionar os postulados da antropologia, podemos tecer considerações sobre como diversos elementos de complexidade são notados em sociedades mesolíticas caçadoras e coletoras pré-ceramistas, ainda que tal condição tenha sido por muito tempo negligenciada por alguns arqueólogos. Persistiu, por várias décadas, a noção de que a agricultura foi o marco que delimita a entrada de um povo na era neolítica. Mas não seria só a agricultura que determinaria isso. Há uma série de condições que vão configurar aquilo a que chamamos de “pacote neolítico”. Este pacote é formado essencialmente por três elementos: criação de animais, cerâmica e agricultura. Tal concepção surgiu na segunda metade do século XIX (CARVALHO, 2020) mas vai ser especialmente destacada na primeira metade do século XX. A combinação dos três elementos do pacote neolítico, em teoria, desencadearia uma rota em direção a formas mais complexas, como a organização social estratificada, similar ao modelo clânico. Agora, será que esta visão não estaria sendo influenciada justamente pelos pressupostos teóricos do evolucionismo social? Um olhar mais atento vai nos mostrar que sim.

Dos três elementos essenciais do pacote neolítico, a criação de animais talvez seja a que apresenta raízes mais antigas. Grupos de caçadores e coletores começaram a aproximar animais de seus locais de moradia ainda no paleolítico. Entre esta aproximação e a domesticação, na forma de criação de animais, certamente muito tempo transcorreu. Foi por volta de 12 mil anos atrás que a domesticação assumiu a forma de criação controlada que conhecemos e há autores que sugerem a relação disso com as alterações ambientais decorrentes da transição climática - de pleistoceno para holoceno (TELETCHÉA, 2019). Por volta de 8 mil A.P. (antes do presente), já haviam várias espécies de animais sendo criadas por diversos grupos humanos ao redor da Europa (COMBRÈ *et al*, 2020). Ainda assim, o lobo foi provavelmente o animal mais antigo a ser domesticado, não como suprimento de proteína, mas como animal de estimação e de colaboração em caça. Antes das linhagens de

lobos que deram origem aos cães domésticos, há evidências de aproximação entre paleo-canídeos e humanos na Sibéria tão antiga quanto 30 mil anos (OVODOV *et al*, 2011). Mesmo sendo as evidências pouco numerosas, é preciso estar atento de que a aproximação entre humanos e animais, que foi imperativa para a domesticação ampla do neolítico, começou em tempos bem remotos, recuando milhares de anos no paleolítico. Ainda que existam evidências recuadas apenas de canídeos, no que se refere à participação de animais na vida social de humanos, parece improvável que outras espécies não o tenham feito. Como bem destaca Ovodov, além das dificuldades em datação de evidências ósseas anteriores ao Último Máximo Glacial, há uma variável de etologia no processo: certos animais, essencialmente gregários, invadiam e buscavam coabitar espaços antropizados. Experiências atuais, muito próximas da gente, com antas, capivaras, porcos selvagens (e outros) em comunidades humanas florestais mais isoladas, demonstram como é do comportamento de certas espécies se aproximar dos humanos, usando isso como vantagem no acesso a recursos alimentares. Pensar que isso se trata de um fenômeno exclusivamente neolítico, sem dúvidas, é um erro.

A cerâmica é outro elemento que esteve, por muito tempo, associado à emergência da agricultura. A ideia era a de que a cerâmica só vai aparecer como instrumento para processar e cozinhar vegetais cultivados. Mas são muitos os casos de sociedades caçadoras e coletoras que desenvolveram a cerâmica para preparar alimentos de forrageio, sem fazer uso da agricultura. Não é preciso ir muito longe para encontrar casos como este. Em minhas pesquisas em Mato Grosso do Sul registrei a presença de grupos Jê pré-históricos, ceramistas não agricultores, de 3 mil anos, que se originaram de ocupações de caçadores e coletores tardios ali assentados há 5 mil anos (AGUIAR *et al*, 2020).

Na China, estudos arqueológicos na caverna de Yuchanyan, Província de Hunan, trouxeram à luz evidências de produção de cerâmica de 18 mil anos. É uma das mais antigas práticas ceramistas do mundo, se não a mais antiga (BOARETTO *et al*, 2009), comprovando o uso desta tecnologia por caçadores e coletores do paleolítico. Na Amazônia brasileira, há indícios que apontam a fabricação de cerâmica há 8 mil anos, potencialmente a mais antiga das Américas (NEVES, 2012). Neste caso, como bem nos lembra Eduardo Neves (2006), povos amazônicos estão usando um amplo leque de recursos, explorando a relação com as espécies através de manejo de plantas. O que vemos é o início de um longo processo que culmina em agricultura.

Muitos povos caçadores e coletores, apesar de não cultivar por meio de domesticação, faziam manejo de plantas através da dispersão e criação de bancos de sementes de árvores e palmeiras (AGUIAR *et al*, 2020). Heckenberger (2008) vai descrever como parcelas de florestas aparentemente intocadas são, na verdade, um ambiente antropizado. A alta concentração de espécies de interesse humano em determinadas áreas, num percentual bem mais alto do que se teria pelos meios naturais de dispersão, vêm demonstrar que certas áreas florestadas da Amazônia são jardins de origem humana (ERICKSON, 2008). A agricultura vai surgir, por fim, como alternativa a novas condições (climáticas e ambientais), com investimento e aprimoramento de um processo já conhecido.

Agricultura como consequência e simbolismo como origem

Defendendo a noção de que a agricultura, em muitos lugares do mundo, é resultado e não causa da complexidade social, apresentarei agora os argumentos que levam a este raciocínio. Para tanto, é preciso entender como a emergência de categorias simbólicas de grande significância foram decisivas para conectar pessoas e ampliar as audiências em rituais. A parafernália material empregada na performance ritual é igualmente importante para uma análise de cunho arqueológico dos processos que conduziram ao florescimento de elementos de complexidade social. Gamble (2001) nos lembra que a cultura material é uma variável ativa na sociedade, sendo bem mais que o reflexo dela, passando a construir, manter, controlar e transformar identidades e relações sociais. Fazendo uso do conceito de agência de Alfred Gell (1988), percebemos que os objetos transcendem seu caráter meramente utilitário e se convertem em atores privilegiados no cenário humano, expressando intencionalidades e interferindo no fluxo da vida social.

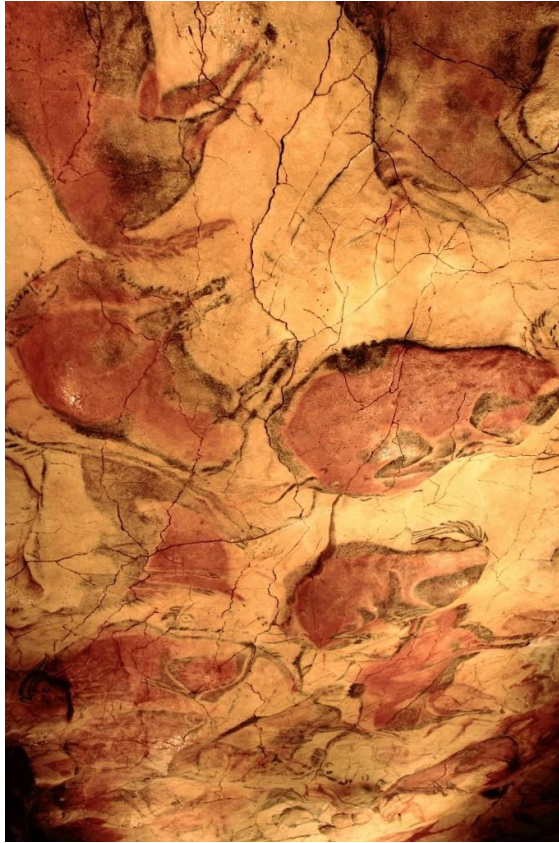
Sociedades do paleolítico mantinham dilatadas redes de reciprocidade e relacionamento potencialmente mantidas por alianças e trocas exogâmicas. Para entender isso, voltemos nossa atenção ao Vale do Coa, em Portugal. Maior conjunto de gravuras rupestres paleolíticas a céu aberto, de imediato se entende que as manifestações simbólicas do Vale do Coa foram projetadas para uma ampla audiência. A prova disso é a comprovação da presença de sílex empregado em artefatos cuja origem está a 150 quilômetros de distância (SAMPAIO & AUBRY, 2008). Não é para menos que muitos autores (LUIS, 2008; BAPTISTA, 2009) veem o Vale do Coa como um centro cerimonial, ideia que compartilho. Imaginar grupos convergindo para o vale em determinados períodos do ano para atender a rituais conduzidos por pessoas reconhecidas como autoridades, compartilhando ideias em torno de simbolismos móveis e reafirmando conceitos essenciais por meio da materialização de mitos através de gravuras rupestre e parafernália ritual, nos dá a verdadeira dimensão da complexidade social destes povos que, até pouco, eram interpretados como pequenos grupamentos rudimentares, lutando incessantemente contra as forças da natureza para garantir a segurança e o sustento da prole. Agora vemos estes espaços como locais privilegiados onde contingentes bem maiores do anteriormente estimado reafirmavam, por meio de trocas de produtos, uniões exogâmicas e processos rituais, os laços de reciprocidade que mantinham aqueles coletivos conectados e coesos. Pequenas placas com gravuras que reproduzem motivos similares aos gravados nos paredões de xisto garantiam a circulação destas ideias para além do complexo rupestre do Coa.



Gravura rupestre do Vale do Coa, representação de um equino. **Foto:** R. S. Aguiar.

12

Por outro lado, ao focarmos na arte rupestre da região Cantábrica, na Espanha, vemos um processo um pouco diferente. Lá predominam as pinturas paleolíticas em ambiente de cavernas. Os motivos são igualmente naturalistas, mas a destreza dos artistas do paleolítico impressionaram até mesmo o grande pintor Pablo Picasso quando visitou a caverna de Altamira. Como os Bisões, elementos predominantes naquela caverna, são representados reproduzindo estados específicos de seu ciclo de vida - dormindo, se lambendo, emitindo sons - podemos deixar totalmente de lado aquela velha e ultrapassada noção de magia simpática. Não há cenas de caça. Trata-se de uma entidade atuante no sistema cosmológico, compartilhando espaços privilegiados com os humanos no universo mítico e no ordenamento do cosmos. Ainda que os primeiros motivos cantábricos remontem 40 mil anos (PIKE *et al*, 2012) e possam, inclusive, estar ligados a Neandertais (RODRIGUEZ-VIDAL *et al*, 2014), as representações policrômicas de animais se tornará abundante mesmo por volta de 15 mil anos atrás. É neste momento que, provavelmente, se deu o aumento da complexidade ritual. Ainda que as cavernas sejam ambientes restritos em termos de audiência, devemos pensar as cavernas cantábricas como atuantes em conjunto e não separadamente. A produção de arte mobiliária, especialmente em ossos, se dará no mesmo período das realistas pinturas de bisões. Isso assegura a mobilidade destas ideias, tal e qual ocorria no Vale do Coa. Além disso, devemos considerar a existência de toda uma parafernália ritual que não resistiu à ação do tempo.



Bisões do teto dos policrômicos da Caverna de Altamira. **Foto:** R. S. Aguiar.



Arte mobiliária paleolítica. Acervo do 'Museo de Altamira'. **Foto:** R. S. Aguiar.

Lentamente, vai se formando um quadro de emergência de autoridades rituais e de complexidade simbólica que se tornará o motor de toda uma nova forma de organização, que se iniciará ainda no mesolítico, mas que se tornará recorrente até meados da Idade do Bronze. Trata-se da cultura megalítica. Hoje já se sabe que vários dos recintos megalíticos presentes em diversos pontos da Europa surgiram em contextos sociais onde a agricultura não estava presente. E aos recintos se somam os menires e as sepulturas megalíticas. O caso mais emblemático é o de Gobekli Tepe, na Turquia. Estudado pelo arqueólogo alemão Klaus Schmidt, Gobekli Tepe teve sua fase mais monumental e antiga, datada em 12 mil anos, edificada por povos que não praticavam agricultura e não produziam cerâmica (SCHMIDT, 2010). Tratava-se de um centro cerimonial e não habitacional; o ponto de convergência de grupos humanos em ocasiões de rituais.

Mas o caso turco não é o único. Há outros exemplos de estruturas megalíticas associadas a modelos econômicos anteriores à agricultura. Em algumas das estruturas megalíticas de Portugal, a ideia de menires e recintos datando do neolítico inicial (e não do final como se acreditou por muito tempo) é reforçada por Manuel Calado e Leonor Rocha (2006), justificando os autores que este seria um período anterior à chegada do “pacote neolítico”.

14



Recinto megalítico dos Almendres, Évora, Portugal. Sua fase mais monumental, que mostra nesta foto, parece estar associada a um “neolítico inicial”, onde o pacote neolítico ainda não está completo.

Foto: R. S. Aguiar.

Para fugir das críticas, notamos que alguns autores se referem a esta classe de sítio como produto de um “neolítico pré-cerâmico” ou “neolítico inicial” sem agricultura. Entendo a preocupação destes autores, pois a crítica acadêmica pode ser verdadeiramente ácida e

hostil a novidades. Mas afirmo, categoricamente, que se excluímos dois dos três elementos do “pacote neolítico” - nomeadamente cerâmica e agricultura - não temos uma sociedade neolítica. Quando muito mesolítica.

Mover gigantescos blocos de pedra que pesam toneladas e enterrá-los em uma área previamente limpa e preparada requer a movimentação de uma força de trabalho que, certamente, estaria disponível somente em estruturas de famílias extensas ou parentelas organizadas, algo que se aproximaria mais do modelo clânico. A ocorrência destes monumentos em sociedades que não plantavam vem corroborar a posição de que a emergência da complexidade social de seu a partir da potencialização de conteúdos simbólicos, sendo aquelas pinturas e gravuras do paleolítico a origem de tudo.

A agricultura não foi necessariamente novidade. Uma pedra de moenda contendo grãos de amido, descoberta na região da Toscana, Itália, e datada em 25 mil anos (ARANGUREN *et al*, 2015), prova que o conhecimento sobre plantas é muito mais antigo do que se pensava. Campos selvagens eram explorados e milênios desta atividade permitiriam a aquisição do conhecimento necessário para domesticação. A verdade é que a agricultura demanda uma dependência muito grande do clima e restringe sobremaneira as possibilidades de deslocamento no forrageio. Com mais horas sendo necessárias para o manejo dos campos de cultivo, a caça precisa ser praticada mais rapidamente e em áreas mais próximas. Por outro lado, as épocas de frutos, as rotas sazonais dos animais, tudo isso forma um sistema bem mais confiável para captação de alimentos. A caça e coleta é eficaz, desde que os contingentes humanos sejam sustentáveis.

O surgimento da complexidade social, com a emergência de novas formas de simbolismos, que se consagram mais tarde com as estruturas megalíticas, acabam por favorecer o aumento do contingente humano. Se o simbolismo levou à complexidade, por sua vez a complexidade demandou a formação de grupamentos humanos cada vez maiores. Assim, o tradicional sistema de caça e coleta entra em colapso, forçando aqueles povos a recorrer a uma tecnologia há muito conhecida, mas deliberadamente não praticada: a agricultura.

A título de encerramento

Como visto, houve dilatada persistência no meio acadêmico da ideia de que a emergência de traços de complexidade social dependeu intimamente do desenvolvimento da agricultura. Nesta linha de raciocínio, certas práticas culturais só poderiam ser produto de populações humanas similares àquelas tipicamente neolíticas, pois a aquisição do pacote neolítico era o único meio que traria as condições necessárias para a complexidade social. Esta ideia não é nova e remonta meados do século XIX, ainda que Gordon Childe tenha sido seu principal propagador, já na metade do século XX.

Contudo, a persistência desta linha de pensamento parece ser uma reminiscência dos tempos da antropologia evolucionista, que não reconhece qualquer traço de complexidade

entre sociedades ditas “simples”. A arqueologia já aponta novas formas de se interpretar os povos caçadores e coletores da pré-história, reconhecendo que muitas de suas conquistas foram importantes precursoras para a formação dos modelos sociais e econômicos que vamos observar nos grupos humanos do neolítico. E mais, um olhar atento revela certas manifestações de complexidade entre agrupamentos do mesolítico e, até mesmo, do paleolítico.

A mola propulsora desta complexidade parece ter sido a emergência de conteúdos simbólicos, primeiro manifestados em “santuários” de arte rupestre e, depois, no florescimento das estruturas megalíticas. Ainda que sua propagação tenha se dado na Idade do Bronze, a emergência de recintos, dolmens e sepulturas megalíticas remonta a contextos anteriores à aquisição do pacote neolítico.

Desta forma, podemos afirmar que o modelo tradicional que relaciona a formação dos agrupamentos clânicos à agricultura não é universal e há muitas exceções que sustentam tal afirmação. Se este modelo proposto por Gordon Childe funciona bem para explicar a forma como emergiram as primeiras civilizações ao redor de rios que abarrotam os campos de sedimentos fertilizantes durante as cheias, como é o caso dos rios Mesopotâmicos e do Nilo, em lugares onde a ecologia foi bem mais favorável, a caça e coleta persistiu como forma confiável de captação de alimentos.

A emergência de complexidade social parece mais atrelada às novas fórmulas simbólicas e cosmológicas que, inicialmente, congregou um número bem maior do que se imaginava de pessoas no paleolítico e que, mais tarde, desencadeou a formação de centros rituais mais complexos para atender um crescente contingente populacional, como foi o caso de certos recintos megalíticos. Quando os ambientes eram favoráveis, não se recorreu à agricultura. Vai ser com o aumento das tensões diante de um ambiente que já não supria mais as necessidades de um crescente contingente, que se recorre àquela tecnologia já conhecida desde o paleolítico: a agricultura.

Esta nova visão tornará os conceitos de sedentarismo e nomadismo bem mais relativos, uma vez que caçadores e coletores poderiam permanecer num mesmo lugar por centenas de anos, como é o caso dos povos dos sambaquis. Por outro lado, usar a agricultura como único critério para definir os povos ditos sedentários é um engano recorrente, haja vista que os agricultores de corte e queimada só conseguem permanecer em uma dada área por tempo limitado, entre 5 e 7 anos, depois a terra perde fertilidade, acarretando o abandono dos assentamentos e o movimento em busca de novos campos cultiváveis. Trata-se de uma história que precisa ser revisada.

Referências

AGUIAR, R. L. S. Mobilidades, assentamentos e o fluxo de produtos e ideias na Pré-história: discutindo a noção de complexidade social. *In.*: VILAÇA, R. e AGUIAR, R.

L. S. (Org.). **(I)mobilidades na pré-história**: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

AGUIAR, R. L. S. *et al.* Prehistoric Archaeology or CSI? Analysis of two skull fragments from Templo dos Pilares archaeological site, Alcinópolis, Mato Grosso do Sul, Brazil. **Acta Archaeologica**, Vol. 92, n. 2, 2021 (no prelo)

AGUIAR, R. L. S. *et al.* Os grupos Jê na Pré-história de Mato Grosso do Sul, Brasil. *In.*: VILAÇA, R. e AGUIAR, R. L. S. (Org.). **(I)mobilidades na pré-história**: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

AGUIAR, R. L. S. & MÜLLER, A. M. Pajés, demônios e canibais: representações acerca do indígena americano na iconografia europeia do século XVI. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, n. 28, vol. 1, p. 01-17, 2010.

ARANGUREN, B. *et al.* Grinding flour in Upper Palaeolithic Europe (25000 years bp). **Antiquity**, 81 (314), p. 845-855, 2015.

BAPTISTA, A. M. **O Paradigma Perdido**. O Vale do Coa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal. Vila Nova de Foz Côa: Edições Afrontamento e Parque Arqueológico do Vale do Coa, 2009.

BOARETTO, E. *et al.* Radiocarbon dating of charcoal and bone collagen associated with early pottery at Yuchanyan Cave, Hunan Province, China. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 106(24), p. 9595-9600, 2009.

BOAS, F. **Cuestiones fundamentales de Antropología Cultural**. Buenos Aires: Solar, 1964.

CALADO, M.; ROCHA, L. Menires e neolitização: história da investigação no Algarve. **Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve**, 2006, p. 75-88.

CARVALHO, A. F. Entre evidências e conceitos. Plantas e animais nos estudos neolíticos em Portugal. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, n. 27, p. 99-116, 2020.

CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

CROMBÉ, P.; ALUWÉ, K.; BOUDIN, M. *New evidence on the earliest domesticated animals and possible small-scale husbandry in Atlantic NW Europe*. **Scientific Reports** n.10, article number 20083, 2020.

ERICKSON, C. Amazonia: *The Historical Ecology of a Domescated Landscape*. *In.*: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William. **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008.

ESPINA-BARRIO, A. B. **Manual de Antropologia Cultural**. Recife: Editora Massangana, 2005.

GAMBLE, C. **Archaeology: The Basics**. Londres: Routledge, 2001.

GELL, A. **Art and Agency**. An Anthropological Theory. Oxford: Clarendon Press, 1998.

HECKENBERGER, M. J. *et al.* Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. **Science**, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 2008.

HOEBEL, E. A. William Robertson: an 18th century anthropologist-historian. **American Anthropologist**, 62(4), p. 648-655, 1960.

LUIS, L. **A Arte e os Artistas do Vale do Côa**. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa e Associação de Municípios do Vale do Côa, 2008.

MORGAN, L. H. A sociedade antiga. *In.*: Celso de Castro(Org.). **Evolucionismo Cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC—1.500 DC). Tese de Livre Docência. São Paulo: USP/MAE, 2012.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

OVODOV, N. D. *et al.* A 33,000-year-old incipient dog from the Altai Mountains of Siberia: evidence of the earliest domestication disrupted by the Last Glacial Maximum. **PloS one**, 6(7), e.22821, 2011.

PIKE, A. *et al.* Series Dating of Paleolithic Art in 11 Caves in Spain. **Science**, vol. 336, n. 6087, p. 1409-1413, 2012.

PRICE, T. D. & BROWN, J. A. **Prehistoric Hunter-Gatherers**. *The Emergence of Cultural Complexity*. New York: Academic Press, 1985.

RODRIGUEZ-VIDAL, J. *et al.* A rock engraving made by Neanderthals in Gibraltar. **PNAS**, vol. 111, n. 37, p. 13301-13306, 2014.

SAMPAIO, J. D.; AUBRY, T. Dos dados arqueológicos ao grande público: o exemplo do vale do Côa. *In.*: **Arqueologia Experimental**. Fórum Valorização e Promoção do Património Regional, 2008.

SCHMIDT, K. Göbekli Tepe—the Stone Age Sanctuaries. *New results of ongoing excavations with a special focus on sculptures and high reliefs*. **Documenta Praehistorica**, 37, p. 239-256, 2010.

TELETSCHEA, F. *Animal domestication: A brief overview*. *In.*: **Animal domestication**. Londres: IntechOpen, doi: 10.5772/intechopen.86783, 2019.

Analogias & Alusões: a lepra no jornal *Pão de Santo Antônio* (Diamantina, 1930-1934)

Keila Auxiliadora Carvalho¹

Ramon Felipe Souza²

Resumo:

O artigo analisa discursos sobre a lepra na imprensa da cidade de Diamantina, Minas Gerais, especificamente no jornal diamantinense *Pão de Santo Antônio*, entre os anos de 1930 e 1934, período em que estava sendo estruturada a política de isolamento compulsório dos acometidos pela doença. A intenção é mostrar que, antes de ser elevada à condição de “flagelo nacional” e se tornar alvo de políticas públicas de saúde, a assistência aos doentes ficou a cargo de instituições privadas confessionais ou laicas, destacadamente das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Criada inicialmente em São Paulo, a instituição se expandiu por vários estados do Brasil, inclusive para Minas Gerais, em 1931. Por meio de revisão bibliográfica e da análise de edições do *Pão de Santo Antônio*, discutimos como a imprensa foi um veículo importante no processo de legitimar as políticas de controle da lepra, de modo especial o isolamento compulsório, já que por ela circularam representações que atribuíram um significado à doença repleto de conotações pejorativas, contribuindo para sua difusão e incorporação ao imaginário social.

Palavras-Chave: imprensa, lepra, significado, política, isolamento, Minas Gerais

19

Abstract:

The present article aims to follow the discourses on leprosy in the press of the city of Diamantina, Minas Gerais, specifically in the Catholic newspaper *Pão de Santo Antônio*, between the years 1930 and 1934, a period when the policy of compulsory isolation of those affected by the disease was being structured. The intention is to show that, before being elevated to the condition of “national scourge” and becoming the target of public health policies, the assistance to the sick was the responsibility of private confessional or lay institutions, especially the Societies for the Assistance to the Lazarusians and Defense against Leprosy. Initially created in São Paulo, the institution expanded to several states in Brazil, including Minas Gerais in 1931. We argue that the press was an important vehicle in the process of legitimizing leprosy control policies, especially compulsory isolation, since it circulated representations that attributed a meaning to the disease full of pejorative connotations, contributing to its diffusion and incorporation into the social imaginary.

Keywords: press, leprosy, meaning, politics, isolation, Minas Gerais

¹ Professora Adjunta de História do Brasil Republicano da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto - PPGHIS/UFOP. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF. E-mail: keilaacarvalho@gmail.com

² Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Doutorando em História pela mesma instituição. Graduado em Humanidades e História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. E-mail: ramon.felipe@live.com

Introdução

As doenças são fenômenos históricos cuja compreensão ultrapassa seus aspectos etiológicos determinados biologicamente. Nelas estão envolvidas metáforas, como observa Sontag (1984), além de uma gama de significados que são variáveis a depender do contexto. Assim, pensar a doença historicamente é um exercício complexo que implica reflexões teóricas e pesquisas empíricas. Rosenberg (1992), presta grande contribuição ao campo de história das doenças quando propõe o conceito *framing*, que traduzido para a língua portuguesa seria enquadramento/moldura. Mas, o *framing*, na proposta do historiador, seria a noção de que a doença é emoldurada por certos esquemas interpretativos e classificatórios, condizentes com contextos histórico-sociais específicos. Muito além de um simples enquadramento, as dimensões assumidas por uma doença são construídas e reconstruídas a partir de fatores biológicos, mas, também, sociais, políticos, culturais e sociais. É, portanto, com base nessas perspectivas teóricas que abordaremos a lepra nesse artigo, procurando evidenciar aspectos da construção social dessa doença.

Do ponto de vista metodológico, procedemos a uma busca de termos como: lepra, leproso e lázaro em jornais da cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Selecionamos a década de 1930 para o recorte temporal, já que se trata do período de estruturação do sistema profilático da doença no estado (Carvalho, 2016). O argumento da pesquisa é de que a imprensa é importante canal de difusão do significado que se atribui a uma doença em determinado contexto. É preciso destacar que, ao utilizarmos significado/sentido da doença, não estaremos substituindo o conceito de *framing*, mas sim, nos referindo à dimensão mais específica da enfermidade. Desse modo, quando tratamos de significado/sentido consideramos que sua elaboração se dá por meio do *framing*, já que como explicou Rosenberg (1992), ao mesmo tempo em que é emoldurada, a doença também produz ações que a tornam um *frame*, isto é, uma moldura para diversas situações da vida social. Essa ideia de um movimento em dupla direção ganhou muito sentido nas análises que empreendemos para este artigo, pois, como o leitor observará adiante, a palavra lepra (carregada de seu significado enquanto doença) serviu para fazer analogias e alusões à aspectos sociais e políticos que se pretendia depreciar ou estigmatizar.

O controle da doença

Embora a lepra fosse uma enfermidade de grande incidência em várias regiões, até as primeiras décadas do século XX, o enfrentamento à endemia se manteve como responsabilidade da iniciativa privada, através de instituições católicas e laicas. As primeiras políticas que visavam seu controle somente tiveram início, de forma bastante modesta, na década de 1920, concomitantemente ao processo de organização de uma agenda sanitária nos quadros do poder público. Marco importante, nesse sentido, foi a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)³, que institucionalizou no interior

³ Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro, do Presidente Epitácio Pessoa.

do aparelho do Estado demandas referentes às condições sanitárias do país. Além disso, o governo brasileiro firmou um importante convênio com a Fundação Rockefeller⁴ para promoção da profilaxia rural. Em relação à lepra, objeto deste artigo, nos quadros do DNSP fora organizada a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas,⁵ departamento responsável por elaborar estratégias de controle e combate às doenças infectocontagiosas. Dentre as estratégias da inspetoria esteve a instituição da obrigatoriedade de notificação da lepra, o exame periódico nos comunicantes e o isolamento do doente. Embora o isolamento estivesse previsto na legislação brasileira desde os primeiros anos do século XX,⁶ foi no contexto de institucionalização das demandas de saúde que a disposição acerca do isolamento ganhou reforço. Pelo Decreto Federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923, definiu-se que os doentes de lepra deveriam ser isolados, preferencialmente, em colônias definidas nesta norma como estabelecimentos nosocomiais, ou seja, ambientes hospitalares. Não obstante, afim de ser cumprida a imposição legal, tornou-se necessário ampliar o número desses estabelecimentos.

Assim, entre os anos de 1930 e 1941, já haviam sido realizados censos revelando que a lepra era endêmica no país e, para os sanitaristas, tratava-se de um verdadeiro *flagelo nacional* (ORSINI, 1935). A premissa isolacionista ganhou vigor e, com ela, houve mobilização em torno da obtenção de investimentos para construção de instituições para esse fim, o protagonismo inicial foi do setor privado, através das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, que iniciaram suas atividades em São Paulo a partir de 1926 e, posteriormente, nos demais estados brasileiros. Até que, em 1932, as sociedades se aglutinaram em torno da “Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”⁷. Nesse artigo, iremos analisar justamente o período em que o protagonismo em torno da assistência aos doentes e seus filhos, esteve sob a coordenação do setor privado, destacamento, pela Associação Mineira de Assistência aos Lázaros.

Em relação ao envolvimento do poder público com o controle da doença, pode-se afirmar que ocorreu de forma gradativa a partir de 1930, no bojo do processo de burocratização do Estado, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Em Minas Gerais, especificamente, em outubro de 1937, foi sancionada a Lei nº209 que instituiu o Serviço de Defesa Contra a Lepra, órgão destinado a orientar e dirigir a campanha de combate à enfermidade. O serviço era formado de dois departamentos subordinados à saúde pública: o Centro de Estudos e o Serviço de Profilaxia, ambos com atribuições distintas que lhes foram

4 A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, nos Estados Unidos pelo magnata do petróleo John Davison Rockefeller. A Fundação chegou ao Brasil em 1916, e em 1923, estabeleceu um convênio com o governo brasileiro, para cooperação médico-sanitária e programas de erradicação de endemias, notadamente a febre amarela e depois a malária. Sobre a fundação. Cf.: PALMER, 2015.

5 Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920, do Presidente Epitácio Pessoa.

6 Decretos nº 5.156 de 1904 e decreto nº10.821 de 1914 do Regulamento Sanitário Federal, previam o isolamento de leprosos em colônias construídas especificamente para esse fim.

7 Alice Tibiriçá foi reconhecida como grande benemerita da “causa dos leprosos”, pois, em 1926 criou em São Paulo, a “Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”, que promovia campanhas para arrecadar dinheiro para a causa. A referida sociedade serviu de modelo a muitas outras que se instalaram no país, inclusive em Minas Gerais, criada em 1931. Em 1932, houve um processo de organização das sociedades que passaram a contar com uma espécie de órgão central, qual seja a “Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”, uma associação civil destinada a desenvolver intensa campanha contra a lepra em todo território nacional. Em 1937, a “Federação das Sociedades de Assistência e Defesa contra a Lepra” foi considerada de utilidade pública pelo Governo Federal, através do decreto nº 1.473 de 08 de março.

instituídas pela referida lei. Ao Centro de Estudo cabia realizar pesquisas no campo da leprologia e, para preparar profissionais aptos a atuarem no campo, fora criado um curso de lepra, realizado pela universidade de Minas Gerais, em cooperação com o Centro de Estudo de Lepra. O referido curso passou a receber discentes de todas as regiões do país. Já o Serviço de Profilaxia, ficou responsável pelas ações de combate à lepra no estado, constituído de vários órgãos técnicos – dispensários, colônias, hospitais sanatórios e preventórios - que foram sendo instalados de acordo com a demanda de cada região.

A montagem dessa estrutura de combate à lepra careceu de grandes investimentos, nesse sentido, o governo federal precisou assumir a dianteira, auxiliado pelos governos estadual e municipais e, também, pela sociedade civil, através das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Para que esse processo ocorresse foi preciso, antes, mobilizar tanto o poder público quanto a sociedade acerca do problema representado pela lepra, pois, era importante tornar legítima a política de combate à endemia, a fim de respaldar tanto a política de isolamento compulsório dos enfermos, quanto os investimentos no setor. Nesse sentido, a imprensa desempenhou importante papel, já que a representação da lepra nas páginas dos jornais, direta ou indiretamente, esteve carregada de conotações negativas, tanto para a doença em si, quanto para tudo que pudesse ser considerado análogo a ela. Assim, o artigo analisa os discursos sobre a lepra na imprensa da cidade de Diamantina, Minas Gerais, especificamente no jornal de forte influência católica, *Pão de Santo Antônio*, entre os anos de 1930 e 1934. Nesse período estava sendo estruturada a política de isolamento compulsório dos acometidos pela doença. Discutimos como antes de ser elevada à condição de “flagelo nacional” e se tornar alvo de políticas públicas de saúde, a assistência aos doentes de lepra ficou a cargo de instituições privadas confessionais ou laicas, destacadamente das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.

A lepra na imprensa

O município de Diamantina, no interior do estado de Minas Gerais, contava desde fins do século XIX com uma imprensa local responsável por fazer circular, não apenas notícias, como também valores e ideias, para Goodwin Jr. (2015: 11), nessa região os jornais tornaram-se uma espécie de “tribuna pedagógica para o povo”. Nesse artigo, estamos apresentando alguns elementos que vieram à tona a partir da análise do jornal *Pão de Santo Antônio*, criado em 1906, com o objetivo de manter a associação homônima que abrigava pessoas pobres na cidade de Diamantina.



Fonte: Projeto Memória do Pão de Santo Antônio

O referido jornal sofreu algumas interrupções na circulação e, em 1936, passou a se chamar *Voz de Diamantina*.⁸ Seu editor José Augusto Neves (1875-1955) também foi o fundador da entidade beneficente Pia União Pão de Santo Antônio, recolhimento dos pobres de Diamantina fundado em 1901. Embora o jornal tenha nascido e circulado em seus primeiros números sob a epígrafe de boletim da Pia União, Goodwin Jr. (2007) observa que foi um jornal diversificado e não se limitou aos assuntos de sua instituição mantenedora. Temas sobre as condições sociais, econômicas e políticas da região foram preocupação recorrente.

No início do século XX, por exemplo, é evidente a contribuição do jornal na defesa da construção de um ramal ferroviário na cidade, inaugurado em 1914, sob a responsabilidade da Estrada de Ferro Vitória a Minas. No entanto, como salienta Goodwin Jr. (2007), embora entusiasmado com o progresso, o jornal, orientado por seu editor-chefe, não deixou de marcar sua posição contra o que considerava 'desvios do mundo moderno'. Os valores morais da sociedade de Diamantina à época, essencialmente católica, não deixaram de refletir em suas páginas. Considerando esses aspectos, é compreensível o léxico presente em algumas de suas edições, apresentando analogias entre elementos percebidos como deturpadores dos valores católicos e a lepra, como na edição de 1º de junho de 1930, onde o comunismo foi relacionado a "lepra que contamina, deforma e mata". Aliás, são inúmeras as associações depreciativas entre a doença e comportamentos e ações condenáveis pelo jornal, apresentamos algumas delas nesse texto.

Em matéria publicada no referido jornal em 1º de junho de 1930, se estabeleceu uma analogia entre lepra e comunismo. O texto assinado pelo nome "Salus" fazia inúmeras críticas à Rússia e ao regime comunista que, segundo seu autor, seria marcado por perseguições e atrocidades exercidas contra aqueles que se recusavam a manchar a mão de sangue. Ainda de acordo com a matéria os países que sucumbiam ao regime se tornavam "indignos do nome de civilizados, [dada] as violências praticadas contra a Igreja e contra a liberdade de crenças" (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 01/06/1930, p.2). A preocupação expressa nas páginas do

⁸ Segundo Goodwin Jr (2007: 106), "a história desse periódico foi conturbada". Do 1º ao 8º número a impressão do jornal era realizada em Belo Horizonte, a partir do nº9 - publicado em 13/06/1907 - passou a ser impresso nas oficinas de *A Estrela Polar*. Tendo sido interrompida a publicação em 1913, retornou em 1915, quando a impressão começou a ser feita nas oficinas da cidade Diamantina. Pois, apenas em 1920 que sua própria máquina impressora de segunda mão fora adquirida. *Pão de Santo Antônio* circulou até 1933, quando parou de ser editado. Em 1936, com outro nome devido a desentendimentos com setores da hierarquia católica, o jornal assumiu o nome de *Voz de Diamantina*, e circulou na cidade até o início de 1990. Sobre o jornal *Pão de Santo Antônio*, Cf.: <http://www.museutipografia.com.br/historico/associacao-2/>, consulta realizada em 28/09/2021.

jornal era com a expansão do comunismo entre os trabalhadores, já que a Internacional Comunista estaria preparando uma revolução mundial para 1932, conforme a matéria:

Desgraçadamente, tem imitadores e são copiados por indivíduos sem família e sem Deus, ambiciosos do poder, sedentos de sangue, **párias que a sociedade são repele, como lepra que contamina, deforma e mata**. Os jornais da Capital anunciam que alguns indivíduos, a soldo da Internacional de Moscou, conseguiram, devido à tolerância do nosso governo e da polícia, colocar na representação do Conselho Municipal, dois intendentos legítimos representantes das mazelas russas (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 01/06/1930, p.2. **Grifos nossos**).

Como se pode observar, a um só tempo se critica o comunismo e o governo brasileiro que seria tolerante com os “infiltrados comunistas” nas representações institucionais. E o que nos chama atenção é a comparação estabelecida entre o comunismo e a lepra para expressar o suposto caráter deformador e letal do regime. Do mesmo modo, alude-se ao doente de lepra como pária repellido pela sociedade sã. Assim, há uma clara contribuição na divulgação de uma representação extremamente estigmatizante da doença e daqueles que eram acometidos por ela. Ademais, a matéria se encerra fazendo apologia à expulsão dos comunistas do país, que poderiam ser varridos do país e enviados para ilhas, numa referência ao presídio de Ilha Grande que, após a chegada de Vargas ao poder, se tornou o grande centro para onde eram enviados os presos políticos.

Ainda nessa linha de utilizar o termo lepra para criticar aspectos da vida política, a edição do *Pão de Santo Antônio* publicada em abril de 1931, trazia analogia interessante entre lepra e política, tratava-se de discurso de um político local que recebia na cidade de Diamantina o delegado da Legião de Outubro⁹, Francisco Netto Motta. O tom era de apologia ao movimento revolucionário de 1930 e apoio ao movimento que se formou para dar sustentação ao governo recém-implantado. Nesse sentido, o discurso tece inúmeros comentários depreciativos em relação ao que chama de “República Velha” e seus partidos, destacadamente o Partido Republicano Mineiro (PRM), que na acepção do discursante, se impunha “não com a pureza do voto, que é uma manifestação de consciência política, mas do fabrico despudorado as actas faltas” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 19/04/1931, p.4). Sobre o tom inflamado do discurso reproduzido na matéria é interessante a observação de Viscardi (2012), segundo a qual, nos primeiros anos da República, uma das características da imprensa mineira era a produção de uma forte propaganda de “denúncias, que apontavam para o caos vivido pelo país e para a inoperância dos dirigentes na solução dos problemas mais prementes” (Viscardi, 2012, p. 154). Na matéria em análise, o argumento seria de que a revolução teria implantado uma “Nova República”, cujo objetivo seria romper com as mazelas do período anterior, que fora descrito através de uma analogia ao termo lepra.

Para que sejam profícuos todos os sacrifícios, lágrimas e dôr da grande e memorável campanha, que se iniciou com a Aliança Liberal, despertando a consciência nacional, para a deflagração do 3 de Outubro, com seu termino na victoria de 24, é necessário, é imprescindível que desapareça, de vez, a **lepra** da politicalha canalha e vil, que **se alastrou pelo Paiz inteiro, asphyxiando o povo, carcomindo e apodrecendo** o caracter dos homens públicos [...], adstricta como estava essa **lepra** – politica – faciosa, ostensiva e cynicamente, ao estreito horizonte de ventres

9 Organização criada em Minas Gerais com o objetivo de oferecer sustentação ao governo de Getúlio Vargas, instaurado após da revolução de 1930, além de combater as bases políticas do Partido Republicano Mineiro.

insaciáveis, verdadeiros toneis de Danaides¹⁰ (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 19/04/1931, p.4. **Grifos nossos**).

Como se observa no trecho citado o discursante se apropria da palavra lepra para caracterizar a política que imperava no país antes da Revolução de 1930 que, segundo ele, havia se alastrado e estaca carcomendo e apodrecendo o caráter dos homens públicos. Assim, além de citar a doença – lepra – em tom pejorativo, acrescentou-se a ela outros termos estigmatizantes. Assim, como no caso da lepra, a política na República Velha representava um mal do qual se deveria afastar, tal como queriam fazer os membros da Legião de Outubro, cujo representante estava sendo acolhido com fervoroso discurso.

As alusões à lepra não eram feitas apenas nas matérias sobre política, mas em seções diversas do jornal. Por exemplo, na edição de 25 de agosto de 1935, na seção “variedades”, a lepra fora utilizada para se referir ao ensino laico.

Reunidos em sessão, os Reitores de Universidades e diretores de estabelecimentos de ensino superior da Inglaterra, acabam de emitir parecer nesses termos: **“A escola sem Deus é a lepra dos tempos modernos. Si a Inglaterra quer salvar-se do ataque ao seu prestígio que a América e o Japão lhe estão a mover, tem de fazer crentes antes de construir aviões”** (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 01/06/1930, p.2. **Grifos nossos**).

A matéria é curta, sem qualquer referência à fonte de onde fora extraída, entretanto, importa-nos o fato de mencionar a lepra para criticar a escola laica, sugerindo que ela poderia corromper a sociedade. No período, embora a constituição republicana (1891) tenha abolido oficialmente as relações entre Estado e Igreja, essa última ainda gozava de influência junto a sociedade. E, especialmente, no campo da educação exercia grande pressão, defendendo a permanência do ensino religioso nas instituições.

25

As alusões e analogias feitas à doença são carregadas de um conteúdo negativo e condenatório. O que ainda pôde ser observado na seção intitulada “A última hora” da edição de 25 de fevereiro de 1934, quando fora divulgada nota condenando supostas difamações sofridas por um sacerdote do arcebispado de Diamantina. Não se fez um relato claro sobre quem era o sacerdote ou qual a acusação de que fora alvo, entretanto, o texto trazia uma forte indignação contra aqueles que fizeram repercutir o fato.

O espirito apoucado, ralé, de bufões detractores da dignidade alheia não perde ensejo de atirar à corrente maligna dos meliantes boateiros, o estylête da calúnia e o punhal da difamação!

Quem conhece a ethogénia, não extranha, nem se incomoda com o vírus da malediscencia, **qual lepra que contamina os meios em que não há cultura, temor de Deus e nem caridade** (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 25/02/1934, p.3. **Grifos nossos**).

A nota segue esclarecendo que a polícia havia apurado a inocência do referido sacerdote, acusado de “crime de honra”. A orientação conservadora e católica do periódico justifica o furor transmitido na nota. É mais uma vez a lepra foi usada como metáfora para explicar como seria vil o costume de caluniar as pessoas. Outras associações da lepra à situações e comportamentos considerados impróprios são encontrados nas páginas do *Pão de Santo Antônio*. Para citar algumas, em seu 33º número, publicado em 20 de maio de 1934, apareceu na seção “Várias”, frase de teor extremamente estigmático associando

¹⁰ A expressão “tonel das Danaides” vem da Mitologia Grega, é usado para expressar um esforço infundável porque não tem fim, um trabalho feito repetidamente sem que nunca apresente um resultado proveitoso.

o jogo à lepra: “Dizem que o jogo é uma lepra, porque bota a perder dinheiro, saúde e alma” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 20/05/1934, p.2). A alusão à alma refere-se a lógica de atrelar a lepra ao pecado que, durante muito tempo contribuiu para legitimar através do cristianismo a exclusão dos leprosos.

Da mesma maneira, na primeira página da edição de 14 de outubro de 1934, apresentou-se matéria condenando os jogos de azar, que de acordo com o editor se alastrava pelas cidades. O vício pelos jogos, na acepção da matéria, era próprio das “raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça”, entorpecia, calejava e desvirilizava o povo, para resumir o quão prejudicial era o jogo, a matéria se encerrava com a seguinte frase: “Finalmente, [o jogo] é a lepra do vivo e o verme do cadáver” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 14/11/1934, p.1). Ou seja, a doença foi colocada em correspondência aos vermes que consomem os mortos.

O discurso conservador católico do *Pão de Santo Antônio* é evidente na condenação às condutas consideradas impróprias, tal como o jogo, mas também em relação à outras religiões, como por exemplo o espiritismo. Em matéria publicada em março de 1934, o jornal apresentava discurso extremamente ofensivo contra a prática religiosa, afirmando que era um dos males de maior perigo para coletividade e que formava ao lado da sífilis e do alcoolismo constituía a maior causa de internação nos manicômios. Foram apresentadas, inclusive, estatísticas: “Xavier de Oliveira afirma que, cerca de 90% dos enfermos que entram no hospício, frequentaram um centro espírita. Os grandes psychiatras nacionais e estrangeiros têm falado pela boca das estatísticas, a ruína que este carcicoma social vem fazendo” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 04/03/1934, p.2). Não foram apresentadas fontes em relação às informações veiculadas, que hoje sabemos imprecisas, entretanto, importa-nos chamar atenção para a narrativa injuriosa em relação ao espiritismo, pois assim, chegamos ao nosso foco, a lepra. No decorrer do artigo, argumentou-se governos e médicos deveriam se empenhar em combater o espiritismo.

Numa uniformidade de idéas, todos os médicos afirmam os males produzidos pelo alto e baixo espiritismo; logo, **os governos devem cuidar mais seriamente deste problema, como está fazendo com a lepra, cocaína, etc.**

Devem os clínicos também fazer uma campanha enérgica contra esta epidemia de derretimento dos miolos, porque toda a acção espírita gira só em torno da medicina (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 04/03/1934, p.2).

No trecho citado é possível observar que a ideia seria admoestar o governo a tratar da religião espírita como problema de saúde, tal como fazia com a lepra ou a dependência química. Mas a tônica geral da matéria consistia em apresentar “o perigo” representado pelo espiritismo, nesse caso, a alusão à lepra foi realizada como forma fundamentar os argumentos, ou seja, o espiritismo seria tão perigoso quanto a lepra. A Igreja Católica no Brasil, e na América Latina, durante parte do século XX reclamava da escassez de clero e, além disso, disputava espaço não apenas com outras religiões, mas também com ideologias consideradas avessas aos valores cristãos, como o comunismo.

Até aqui apresentamos alguns exemplos de como a lepra fora representada no jornal da cidade de Diamantina, *Pão de Santo Antônio*, nos primeiros anos da década de 1930. Representação carregada de estigma, já que citada inúmeras vezes para aludir à ações e

comportamentos considerados impróprios. Mas é interessante como essas conotações negativas e estigmatizantes da lepra aparecem, muitas vezes, concomitante à pedidos de auxílio para os acometidos por ela. Nesse caso, sugerimos não haver uma contradição nessa postura do periódico, mas sim, um movimento que é, inclusive, complementar, dado que seria justamente o temor da doença que levaria as pessoas à contribuir para assistir os enfermos. Uma assistência que protegeria os sãos do convívio com os leprosos e o consequente contágio da doença.

É necessário salientar que, até o início da década de 1930, o enfrentamento à endemia de lepra se manteve sob responsabilidade da iniciativa privada, com ênfase inclusive para as instituições católicas, através do papel das Irmandades da Misericórdia pelo Brasil, desse modo é compreensível o empenho do periódico em análise na divulgação das campanhas em prol do controle da enfermidade. Dentre as iniciativas para enfrentamento da lepra se notabilizou a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, criada oficialmente em 1926, a partir da liderança de Alice de Toledo Ribas Tibiriçá congregando mulheres dos setores médios e da elite paulistana.¹¹ Tal entidade ganhou sucursais em diversos estados brasileiros, em Minas Gerais, foi fundada em 1931 a Sociedade Mineira de Assistência aos Lázaros, tendo como protagonista a dama da sociedade Eunice Weaver. Esta entidade privada teve um papel precursor na elaboração de um modelo assistencial mantido através de doações às pessoas acometidas pela doença. Em 1932, as sociedades de assistências se aglutinaram em torno da criação da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, estabelecendo uma organização central na rede de assistência.

Então, foi nesse contexto, em que o poder público ainda não havia assumido a dianteira no processo de controle da doença o que, como já sinalizamos, ocorreria paulatinamente a partir da década de 1930, foi que as Sociedades de Assistência aos Lázaros atuaram ativamente na arrecadação de fundos para cuidar dos doentes e assistir seus filhos. No *Pão de Santo Antônio* aparece regularmente nas edições analisadas as verbas e subvenções destinadas à entidade, sobretudo, pelo poder público municipal.

Dada a fundação da Sociedade Mineira de Assistência aos Lázaros em fevereiro de 1931, a edição de dezembro do referido ano, já trazia decreto municipal estabelecendo verba destinada a ela.

Decreto nº32, de 7 de dezembro de 1931.

Concede uma subvenção à Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e Campanha de defesa contra a lepra.

O Prefeito do Município de Diamantina, usando das atribuições que lhe confere o decreto estadual nº.9847, de 2 de fevereiro de 1931;

Considerando que inadiável e urgente é o combate à lepra que se desenvolve em nosso Estado;

¹¹ Outra importante sociedade fundada nesse período foi a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a SAAT. Fundada em 1932, no Rio de Janeiro, essa entidade logo se espalhou por outros estados. Com a participação de intelectuais, cientistas e políticos, essa entidade possuía forte cunho nacionalista e se inspirava nas obras do intelectual fluminense, Alberto Torres. A SAAT foi responsável pela realização das primeiras semanas ruralistas no Brasil. Esses eventos ocorreram em vários pontos do país e duravam, em média, sete dias. Durante os eventos, eram debatidas questões sobre a área rural brasileira, destacadamente, a necessidade do aumento da produção agrícola e pecuária, o combate ao êxodo rural e a insuficiente estrutura sanitária do campo que comprometia a força de trabalho. A lepra foi tema de aulas práticas e palestras em muitas semanas ruralistas (SOUZA, 2022, p. 244-267).

Considerando que humanitário é o amparo aos infelizes atacados pela horrível moléstia;

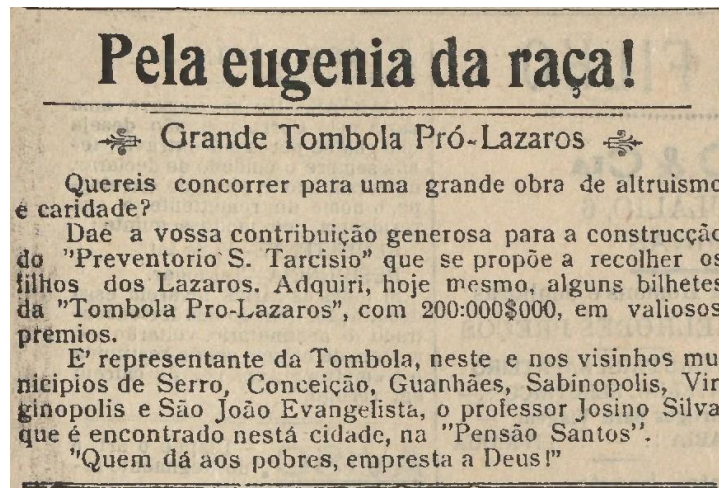
Decreta:

Art.1º - Fica a Prefeitura autorizada a conceder uma subvenção anual de 500\$000 à Sociedade Mineira de Proteção aos lázaros e defesa contra a lepra.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 13/12/1931, p.2).

Estabelecida a verba, as edições posteriores apresentaram valores destinados à instituição, na edição de abril de 1932, o jornal destinou uma página inteira para publicação do “Balancete da Receita e da Despesa da Prefeitura de Diamantina, do mês de março de 1932”, entre as despesas estava a doação de 500\$000 (500 mil réis)¹² à dona Inácia Ferreira Guimarães, tesoureira Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 17/04/1932, p.3). No ano seguinte, a prefeitura dobrou o valor da doação para 1:000\$000 (1 conto de réis)¹³ à instituição mineira (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 22/10/1933, p.3). Além dos valores doados pelo poder público municipal, também eram divulgadas as campanhas de arrecadação. Como a que foi noticiada na edição de outubro de 1932, cuja imagem apresentamos a seguir.

28



Fonte: Projeto Memória do Pão de Santo Antônio

Reproduzimos a imagem da nota afim de chamar atenção para a chamada, “Pela eugenia da raça” em negrito e com exclamação. Para analisar a questão, é importante destacar que a preocupação em assistir aos doentes era, antes de tudo, para proteger a população do risco do contágio. E dado o estigma que a lepra carregava, e o reforço que sua representação negativa recebia por parte da própria imprensa, como mostramos anteriormente através das alusões e analogias da doença à ações e comportamentos negativos, não é difícil entender que ela estava associada à degeneração da raça humana. Desse modo, ao se apresentar a campanha de

¹² Equivale à aproximadamente R\$61.500,00 atualmente.

¹³ Equivale à aproximadamente R\$123.000,00 atualmente.

arrecadação de fundos para construção de um preventório como obra eugênica,¹⁴ reafirma-se uma vez mais a conotação negativa atribuída à doença.

Sobre a campanha em cena, envolvendo o jogo chamado tombola , pudemos acompanhar sua continuidade, na edição de fevereiro de 1934, ou seja, quase dois anos depois, as obras do Preventório São Tarcísio estavam em curso e a Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros seguia tentando arrecadar fundos para sua conclusão. Só que, desta vez, não associaram lepra à eugenia, apenas apelavam para a solidariedade em torno da construção da instituição “para recolhimento e educação de crianças, filhas de leprosos indigentes” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 04/02/1934, p.4).

Além das campanhas promovidas pela Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros, o jornal também divulgava àquelas promovidas pela população local, como no caso da “Semana Humanitária”, promovida por um coronel do 3º Batalhão, Ezequiel Castilho, em colaboração com outro militar e o prefeito da cidade. Segundo o periódico, os três mobilizaram um grupo de mulheres para, “correspondendo aos fins da Semana Humanitária, angariarem, nesta cidade, esmolas em prol das famílias dos lázaros e dos tuberculosos, sob os auspícios da Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e defesa contra a lepra” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 12/11/1933, p.3). Ao final da nota sobre o evento, destacou-se o nome das senhoras da sociedade que atenderam ao pedido e fizeram as arrecadações para a referida “Semana Humanitária”.

O discurso em torno do humanitarismo e da solidariedade perpassava as campanhas de arrecadação como forma de mobilizar os leitores do jornal e, no caso específico do periódico, a tônica em torno do sentimento cristão ganhava destaque. Ajudar os enfermos, acometidos pelo terrível mal da lepra, pesava sobre os fiéis católicos como compromisso. Mas, de forma mais ampla, entre a fundação da primeira Sociedade de Proteção aos Lázaros, em 1926, até a criação da sucursal mineira, foi havendo uma uniformização dos discursos por meio da atuação de médicos, imprensa e iniciativa privada, afim de chamar a atenção da opinião pública e conferir visibilidade à lepra como um “flagelo nacional”. E como destacou Arruda (2021, p.81), concomitante a esses acontecimentos e “a falta de uma política pública efetiva que atendesse às necessidades de assistência aos doentes, fizeram com que as instituições privadas confessionais ou laicas formularam seus próprios modelos de assistência que conjugaram a participação do poder público e privado”. Foi justamente essa conjunção entre entidade privada e poder público que pudemos acompanhar nesses quatro anos em que detivemos nossas análises do jornal.

¹⁴ O termo eugenia foi introduzido no Brasil por Alexandre Tepedino, como título de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Contudo, será sob a liderança do médico paulista Renato Kehl que as iniciativas baseadas nas concepções eugênicas se concretizariam com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 25 de janeiro de 1918 (STEPAN, 2005, p.48).

Conclusão

O processo de construção social da lepra enquanto enfermidade que carecia da atenção do poder público foi paulatino, um significado estigmatizante precisou ser explorado a fim de que a sociedade e os governos decidissem investir no seu controle. Até o início do século XX a iniciativa de controlar a doença ficou a cargo do setor privado, e foi esse o foco de nossa discussão. Procuramos mostrar que o convencimento para investir na obra de assistência aos leprosos esteve ancorado na disseminação do medo em torno da doença, nesse caso, o estigma que a envolvia mostrou-se extremamente importante na composição de seu significado.

Nesse sentido, procuramos trazer evidências para sustentação do argumento de que a imprensa foi um veículo importante para difundir determinada representação da lepra. A partir de analogias e alusões a ações e comportamentos considerados censuráveis, construía-se um sentido estigmatizante para doença e os acometidos por ela. Como um mal do qual se deveria afastar, a lepra e o leproso passara a contar com a solidariedade cristã dos sãos, orientada sobretudo, por uma necessidade de mantê-los longe de si. Os jornais, foram instrumentos privilegiados nesse processo, por eles se veicularam tanto os conteúdos estigmatizantes, quanto as campanhas em prol da construção de instituições para recolhimento dos doentes¹⁵.

Portanto, a análise do *Pão de Santo Antônio* entre os anos de 1930 e 1934, nos permitiu acompanhar esse processo no universo micro da cidade de Diamantina, aonde a influência católica e a imprensa contribuíram na difusão das conotações negativas sobre a doença, quanto na mobilização dos leitores em torno da necessidade em se investir na assistência aos leprosos e seus filhos. Observamos, assim, uma parceria entre a Sociedade Mineira de Assistência aos Lázaros, o poder público municipal e a imprensa. Não encontramos nas edições analisadas registros de doações de particulares, embora, a historiografia sobre o tema aponte ter havido significativa contribuição às entidades assistenciais¹⁶. No presente artigo, quisemos trazer alguns elementos visando contribuir para a discussão mais ampla sobre o tema, a partir da leitura específica do jornal católico diamantinense.

Referências Bibliográficas

Fontes

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 29, n. 48, 25 agosto 1935, 4p.

¹⁵ Embora nesse artigo tenhamos tratado do caso específico do Pão de Santo Antônio, já analisamos outros veículos da imprensa de Minas Gerais. Cf.: CARVALHO & SOUZA, 2018.

¹⁶ Os dados sobre as verbas, bem como as campanhas da entidade podem ser acessados, principalmente no *Boletim da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra*, criado em abril de 1929 e publicado até 1936.

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n.21, 25 fevereiro 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 24, n. 44, 01 junho 1930, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 25, n.31, 19 abril 1931, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 3, 22 outubro 1933, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 26, n.13,13 dezembro 1931, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 18, 04 fevereiro 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 27, n. 2, 09 outubro 1932, [4p].

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 25, n. 23, 22 fevereiro 1931, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 29, n. 2,14 outubro 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n.33, 20 maio 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 21 [n. 22], 04 março 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 6, 12 novembro 1933, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 26, n. 29, 17 abril 1932, [4p].

Bibliografia

ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. **“Caridade? Não! Solidariedade”**: Alice Tibiriçá e a Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935). Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2021.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Izabel**: História e Memória do isolamento compulsório dos doentes de lepra. Curitiba: Ed. Prisma, 2016.

CARVALHO, Keila Auxiliadora; SOUZA, Ramon Felipe. Imprensa e políticas de saúde pública: a contribuição dos jornais na legitimação do isolamento compulsório dos

leprosos em Minas Gerais (1930). In.: **LUMINA**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 79-98, mai./ago. 2018.

ORSINI, Olyntho. A Lepra no Brasil. In.: **Revista Médica de Minas**. Belo Horizonte, ano III, nº26, novembro de 1935. p. 5.

GOODWIN Jr. **Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

PALMER, Steven. **Gênese da Saúde Global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

ROSENBERG, Charles. "*Framing disease: Illness, society and history*". In.: ROSENBERG, Charles. *Explaining epidemics and the other studies in the History of Medicine*. Cambridge, 1992.

STEPAN, Nancy. 'A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940'. HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Ramon Felipe. AS SEMANAS RURALISTAS DO BRASIL: Igreja Católica e Desenvolvimento. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 17, n. 30, p. 244-267, 2020.

VISCARDI, Cláudia M. R. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo**, vol.18 nº. 32, Niterói, 2012.

Américo Oliveira *versus* American Power: A Gazeta, a “Central” Brasileira e a eletricidade no Espírito Santo (1946-1958)

Douglas Edward Furness Grandson

Resumo:

Este artigo versa sobre a atuação da American & Foreign Power (AMFORP) no Espírito Santo por meio da sua subsidiária local, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), fornecedora dos serviços de eletricidade, transportes urbanos e telefonia. Por outro lado, analisa a reação regional efetivada pelo médico Américo Oliveira, que publicou uma série de artigos em A Gazeta. Esses documentos permitem a análise da cultura material da eletrificação capixaba; da reação regional mobilizada pelo médico Américo Oliveira e a sua transformação do contexto de 1946 até 1953, quando uniu a crítica moralista do tipo udenista ao nacionalismo. Utilizando a análise do discurso adaptada para historiadores e os conceitos de noções, crenças, projeto e propaganda de André R. V. V. Pereira foi possível indicar os atos comunicativos voltados para o convencimento público, onde os projetos nacionais e internacionais entraram em combate aberto.

Palavras-chave: AMFORP; Américo Oliveira; A Gazeta.

33

Abstract:

This article deals with American & Foreign Power performance in Espírito Santo through its local subsidiary, Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), the electricity, transport and telephony services operator. On other hand, it makes the analysis of regional reaction by medician Américo Oliveira, author of a series of articles in A Gazeta newspapers. These documents allow a possible analysis of material culture of capixaba electrification; also the regional reaction of medician Américo Oliveira and its transformation from 1946 to 1953 context, when he unified the moralism criticism of udenista culture to nationalism. Making the discuss analysis adapted for historians and the concepts of notions, beliefs, project and propaganda of André R. V. V. Pereira it was possible indicating the communicative acts turned for conquest of public conviction, when the nationals and internationals projects were entered in open combat.

Keywords: AMFORP; Américo Oliveira; A Gazeta.

Introdução

Após a Inglaterra ter sido o país pioneiro da Revolução Industrial, processo marcado pelos usos do carvão, do ferro e das máquinas, cem anos depois os EUA, Alemanha e França foram os países que partiram na frente da 2ª Revolução Industrial, marcada, por sua vez, pela exploração do petróleo, da eletricidade, do aço e das estradas de ferro. Isso conferiu aos países que largaram depois na escalada do desenvolvimento a facilidade de não terem que ordenar seus empresários por meio do Estado a renovarem as suas formas de produção e tecnologias, afinal, eles estavam partindo da inovação (HOBSBAWN, 2011).

David E. Nye fez um estudo sobre o desenvolvimento da eletrificação nos EUA, país pioneiro no uso desse insumo e de suas tecnologias correlatas. Em *Electrifying America: the Social Meanings of a new technology*, o autor indicou que os usos da eletricidade foram ditados pelos interesses do capital, delimitados por aqueles de detinham o poder sobre os empreendimentos (NYE, 1992).

O início de empresas como a *Thomas Edison General Electric*, a *Westinghouse* e a *Thomson Houston* contaram com a presença dos “capitães da indústria”, fundadores, inventores e divulgadores de seus empreendimentos. No controle de seus negócios, os donos dessas empresas lidavam diretamente com os seus empregados, com os seus financiadores e com os seus compradores. Porém, os custos do desenvolvimento dos inventos geraram a busca pelo capital financeiro na década de 1880, o que definiu os rumos da indústria na década seguinte. Com ações suficientes para assumir o controle desses empreendimentos, bancos como o J.P. Morgan tomaram a frente da General Electric, por exemplo, para o desgosto de Thomas Edison. Essa mudança destacou ainda mais o aspecto mercantil dos negócios em eletricidade (JONNES, 2004; HAUSMAN et al., 2008).

Desse modo, multinacionais foram criadas com o fito de obter rendas em outros países, com oportunidades de negócios, e para isso buscavam locais para se estabelecerem com facilidades legislativas para a movimentação de capitais. Surgiu então o tipo de investimento em multinacional sem enraizamento no país de origem do capital, nomeada pelos professores Hausman, Hertner e Wilkins como *unternehmergeschäft*. Portanto, capitais alemães eram investidos em empresas instaladas na Bélgica para operar na Argentina, como foi o caso da Sofina, ou os capitais ingleses e estadunidenses eram aplicados no Canadá para operar no Brasil, como foi o caso da Light (HAUSMAN et al, 2008).

A chegada do processo de eletrificação no Brasil ocorreu o início do século XX, a partir de iniciativas municipais e estaduais. No entanto, os empreendimentos de grande porte foram aqueles da empresa multinacional *Light*, e do grupo nacional Guinle. O professor Alexandre Saes (2010) indicou as tendências gerais para o estabelecimento do setor de serviços em países com histórico colonial, e a libertação do capital mobilizado na prática da escravidão. Cidades portuárias estruturadas para a exportação de bens agrícolas se tornaram locais de oportunidades para investimentos em transporte urbano, telefonia e fornecimento de eletricidade, fator que gerou a disputa entre o capital nacional

e internacional, como foi no caso dos *Conflitos de Capital* entre a Light e os irmãos Guinle, batalha vencida pelo empreendimento estrangeiro (SAES, 2010).

A concorrência se deu em torno da obtenção de concessões de exploração quedas d'água em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia, para a prestação de serviços de produção de eletricidade, e, na década de 1920 os brasileiros se retiraram da disputa, vendendo as suas concessões para a *General Electric* (SAES, 2010).

Esse foi o caminho de entrada para a *American & Foreign Power* (AMFORP) no Brasil. A empresa foi criada pela *Electric Bond and Share*, parte do mesmo grupo da G.E., comandada pela J. P Morgan, em Nova Iorque. Após a compra das quedas d'água em poder dos Guinle, a empresa passou a firmar contratos com prefeituras e governos estaduais na 1ª República, de 1927 em diante (SAES, 2010).

A *Electric Bond and Share* foi estimulada pelo governo dos EUA em 1917, para atuar no Panamá, como modo de controlar os efeitos da 1ª Guerra mundial naquele país. Em 1919, o governo estadunidense se comunicou com a empresa para que ela adquirisse propriedades confiscadas dos alemães pelo governo da Guatemala, o que gerou a aquisição dos ativos. Em 1922 foi comprada a *Cuban Electric Corporation*, em Cuba. Após essas aquisições, a empresa filiada à J.P. Morgan decidiu criar a AMFORP, empreendimento dedicado à atuação na América Latina e com atividades na China e na Índia (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

O centro de comando da AMFORP no Brasil foi a subsidiária Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), que depois foi renomeada para Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). De posse de uma estrutura multidivisional descentralizada, essa empresa municiou administrativamente as subsidiárias regionais da multinacional nas diversas cidades atendidas pelo empreendimento (FURNESS, 2022).

Os nomes das empresas espalhadas pelo território brasileiro eram diferentes, como verifiquei nas seis amostras que analisei: a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), em Niterói, Rio de Janeiro; Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo; a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), em Porto Alegre e Canoas, Rio Grande do Sul; a Companhia Força e Luz do Paraná (CFLP), atuante em Curitiba, no Paraná; a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil (CFLNB), atuante em Natal, Rio Grande do Norte e Maceió, Alagoas; a Pernambuco Tramways & Power Co., atuante sediada em Recife.

Em pesquisa anterior (FURNESS, 2022) foi possível chegar à algumas conclusões sobre a atuação da AMFORP do Brasil, dentre as quais são importantes para esse artigo: a) a de que a empresa efetuou uma ação organizada para a defesa dos interesses da empresa à revelia daqueles públicos nacionais; b) trabalhou massivamente uma narrativa que culpabilizou os poderes públicos pelas dificuldades que ela mesmo criou para o desenvolvimento nacional; c) articulou a publicidade e a ação dos seus gerentes nas regiões de modo a cooptar os jornais e lideranças regionais para uma solidariedade com os interesses do empreendimento; d) aplicou medidas paliativas de melhorias de seus serviços, deixando as cidades atendidas em situação de calamidade pública em serviços de transportes, eletricidade e telefonia; e) optou

pelo investimento em energia termelétrica, dando primazia aos derivados do petróleo, se esquivando de maiores investimentos em hidrelétricas (FURNESS, 2022).

Com apoio na compreensão de John Lewis Gaddis (2003) sobre as *Paisagens da História*, entendo que a história da AMFORP no Brasil tem início, meio e fim, o que torna o assunto propício para a análise das relações entre a empresa e o Brasil, e, por consequência, do Brasil com os EUA. Ou seja, saber da trajetória da empresa e das diversas questões colocadas na convivência entre os interesses privados com aqueles públicos nacionais brasileiros permite a análise das narrativas contidas nesse período, que foi de 1927 até 1965, acerca do quanto exageraram ou não os atores que se dedicaram ao assunto no campo dos acontecimentos e da propaganda.

A abordagem metodológica do professor André Ricardo Valle Vasco Pereira é cara a esse trabalho, pois a compreensão de que o discurso é um *ato comunicativo* empreendido para o convencimento em certas conjunturas indica que é necessário avaliar os documentos históricos em seus aspectos externo e interno, buscando os exageros da propaganda para a efetivação de projetos em andamento. Desse modo, concordamos com a divisão dos tempos históricos proposta por ele, que é apresentada da seguinte maneira: *concepções de mundo* (plano das noções e crenças sobre o mundo); do *projeto* (organização de objetivos por grupos com objetivos de médio prazo), e a *propaganda* (plano das narrativas ocorrida nos eventos) (PEREIRA, 2015).

No caso em questão, as subsidiárias da AMFORP foram municadas pelo suporte da CAEEB para a efetivação dos seus interesses no Brasil, no caso, a exploração intensa do capital, por meio de uma propaganda publicitária e da inserção social dos gerentes junto aos círculos de poder das regiões atendidas pelo empreendimento. Como contrapartida, houve o encontro de propagandas, pois ocorreu a reação de setores sociais envolvidos com a indústria, desde as classes patronais até os industriários, visível em seis amostras escolhidas para a tese (FURNESS, 2022).

Nesse artigo é analisada uma das reações à AMFORP, que foi aquela do médico Américo de Oliveira, que escreveu colunas dedicadas à Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) desde 1946 até 1953. Dentro de uma variedade de reações e de mobilização de argumentos, as colunas permitem ler o quanto foram mobilizadas *crenças e noções* sobre o *projeto* da AMFORP, destacando as leituras expressas nas narrativas do colunista que fez ampla propaganda contrária ao empreendimento estrangeiro. Os acontecimentos externos ao documento indicam também o quanto Américo Oliveira, cujo discurso era fortemente ligado ao moralismo característico da União Democrática Nacional (UDN) passou a articular outras *noções* sobre as relações entre os interesses privados e nacionais, ligadas ao nacionalismo.

A sobrevivência da AMFORP no Espírito Santo e a continuidade das críticas feitas à sua subsidiária em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim permitem indicar as dificuldades encontradas por campos políticos mais estreitos no tocante à temas de amplitude ideológica, como aquele das relações político-econômicas entre o Brasil e os EUA.

Para tanto, esse artigo está estruturado da seguinte maneira: na próxima seção será apresentado ao leitor o médico Américo Oliveira; após isso, será abordada a cultura material da eletrificação brasileira por meio da experiência capixaba, expressa nas páginas de A Gazeta e das falas de Américo Oliveira, e, por fim, uma conclusão composta pela comparação do caso capixaba com aqueles de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Recife, a partir da qual o texto é encerrado com a tese de que houve uma dissimulação dos agentes do capital da AMFORP no Brasil sobre a impossibilidade de conciliar a obtenção de lucros com as necessidades de desenvolvimento de um país emergente, o que contou com reações e resultados diversos nas regiões brasileiras.

A “imagem da Pátria” no espírito de um “homem da imprensa”

O jornal A Gazeta foi um dos meios de comunicação pelo qual mais se acusou e defendeu a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) no Espírito Santo. O aspecto duplo fornece indicações sobre a estruturação do poder político no estado. Sob o comando do editor chefe Eurico Rezende, em 1945, o jornal de Elosippo Cunha fez propaganda política da União Democrática Nacional (UDN) e da campanha pela eleição do então candidato brigadeiro Eduardo Gomes (MARTINUZZO, 2005).

Nesse contexto, o corpo jornalístico divulgou aspectos simbólicos do partido udenista, caracterizado pela crítica moralista no campo político. O liberalismo político se somou ao moralismo da narrativa que envolveu as contas públicas e os debates políticos. Eurico Rezende fez críticas desse teor à CVRD, de 1946 até 1948, delimitando um discurso para o jornal (FURNESS, 2014). No ano de 1948, no entanto, este editor chefe se transferiu para o jornal A Tribuna, que então havia passado para o controle de Elosippo Cunha e Fernando Duarte Rabelo, oposição às lideranças do Partido da Social Democracia, Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves. A Gazeta, por sua vez, passou ao domínio de Carlos Lindenberg, tendo como novo editor chefe José Olympio (FURNESS, 2017).

Transitando entre os dois momentos de A Gazeta esteve o médico Américo Vespúcio Ribeiro de Oliveira. Com suas colunas iniciais intituladas *Repisando*, o médico fez críticas a empresa fornecedora dos serviços de eletricidade em Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim. Após se apresentar por meio dessas colunas, Oliveira passou a assinar uma coluna totalmente dedicada à multinacional, intitulada de *Essa Central Brasileira...*

Infelizmente esse personagem histórico não tem muitos registros em bancos de dados de políticos ou pesquisas realizadas a seu respeito, apesar de ele fazer parte de uma geração de médicos famosos do Espírito Santo, com os quais ele tinha contato, vide o caso de Jayme dos Santos Neves e Dório Silva. Por isso, os únicos relatos bibliográficos surgem no momento de seu falecimento. Antes de adentrar ao combate entre o médico e a multinacional, é necessário conhecer um pouco desse personagem.

Seus colegas colunistas lamentaram a morte do médico, que faleceu com 68 anos em 1958, há um mês de completar 69 anos. Nascido em 26 de setembro de 1890, no estado

da Bahia, ele foi descrito como um nacionalista e democrata sincero por A Gazeta, que registrou a sua biografia. Formou-se em 23 de dezembro de 1912 pela Faculdade de Medicina da Bahia, cuja tese defendida para obtenção do diploma foi o tratamento da sífilis. Exerceu a profissão em Santo Amaro, na Bahia, até que se mudou para o Espírito Santo em 1917, residindo e trabalhando em São Pedro do Itabapoana, também morando em Guaçuí; em Anchieta e em Vitória (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Para além de fazer “da Medicina um verdadeiro sacerdócio, atendendo com o devotamento costumeiro a ricos e a pobres”, Oliveira também teria lutado “por ideais elevados”, ajudando a fundar a Associação dos Funcionários Públicos; o Serviço de Pronto Socorro; a Sociedade de Medicina do Espírito Santo; da “*Pio Matre*”; do Hospital Infantil. Se dedicou à proteção contra O “mal de Hansen” (hanseníase), “tendo prestado, sozinho, durante anos a fio, socorro aos leprosos sediados na ilha da Cal” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

No governo Florentino Avidos atuou na Campanha contra a Varíola no município de Anchieta; em Guarapari na Campanha contra o Tifo, e em âmbito estadual, na luta contra a “Febre Amarela Silvestre”; na luta contra a paralisia infantil e nos cargos de médico do Departamento de Saúde Pública; diretor do Hospital de Isolamento e ex-secretário da Educação e Saúde (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Casado com Virgínia América Ribeiro Oliveira teve dez filhos, formados engenheiros, médicos e professoras, “Pai amantíssimo e cidadão exemplar”. Como “homem da imprensa”, foi lembrado por ser um “exemplo para os jornalistas capixabas”, “Combativo, democrata, sincero e ardoroso, nacionalista convicto”, sempre se erguendo contra as injustiças. Segundo A Gazeta, ele “parecia ter permanentemente no espírito a imagem da Pátria”, não aceitando ele “a diminuição de sua Pátria”, “que a Terra em que nasceu fosse humilhada”, lutando contra os “os abusos” do poder econômico, “contra as companhias estrangeiras que exploram e judiam da boa-fé popular”. Não teria ele vendido o pensamento ou iludido o povo, não se calando “quando o interesse público estava em jogo” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Por unanimidade de votos, foi eleito Cidadão Capixaba no Dia da Cidade de Vitória de 1957, pela Câmara Municipal de Vitória, o que lhe gerou comoção “pelo reconhecimento público pelos inúmeros serviços que prestou ao Espírito Santo” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Foi lembrado como amigo dos artistas, “um cultor e um admirador das Belas Letras”, sempre recebendo músicos e grandes artistas “na santidade do seu lar”, além de estimular as estações de rádio do Estado, a exemplo da Rádio Canaan. Foi homenageado por membros da loja maçônica “União e Progresso” e “Domingos Martins” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

O Colunista Ciro Vieira da Cunha lembrou de uma situação pessoal, na qual a sua esposa havia sido acometida de febre tifoide, e internada no Hospital de Isolamento, que, apesar dos “parcos recursos”, pareceu, pelas mãos do médico, “a impressão de estar numa casa modelar”. Indicou que o médico chegou tentar participar da política, tendo, no entanto, colhido “uma desilusão”, à qual não revela. Mas cita a noção que o médico tinha do orçamento público, que deveria ser dedicado aos hospitais. Segundo o relato de Ciro Vieira

da Cunha, o médico dizia que era de hospitais que o público precisava, e não de escolas, pois “De doença, a gente morre. De burrice ninguém morre!” (CUNHA, 1958, p. 1).

Esses documentos indicam que a atuação do médico, do reconhecimento de sua ação pública tanto em sua profissão, quanto em seu ativismo na formação da opinião pública. Relatado como um “nacionalista convicto”, o médico teve a sua carreira dedicada à sua profissão, mas ele tentou ingressar na política, colhendo “uma desilusão”. De forma semelhante ao caso de Deusdedit Baptista em Cachoeiro de Itapemirim (FURNESS, 2019), é possível perceber na figura de Américo Oliveira o ativismo de um intelectual que desempenhou um papel social relevante na formação da opinião pública do Espírito Santo. Visível em suas atividades e na escrita das colunas em A Gazeta, a sua figura se tornou um referencial para diversos colunistas de A Gazeta, como Darli Santos e Ciro Vieira da Cunha. É notável que a Coluna *Espelho da Cidade*, assinada por Santos, teve grande influência de Américo Oliveira, que já em 1950 era reconhecido como um “brilhante colaborador”, em sua “série de artigos de maior repercussão”, um “intérprete do pensamento da coletividade capixaba” (SANTOS, 1950, p. 8).

Este foi relatado como “um espírito vigoroso e combativo”, que, apesar das “suas inúmeras ocupações”, “encontra tempo para, pela imprensa, fustigar o que reputa de errado, demonstrando um espírito vigoroso e combativo” (SANTOS, 1950, p. 8).

Nesse quesito, as *representações de um intelectual*, nas palavras de Edward Said, são perfeitamente encontradas na figura de Américo Oliveira, indivíduo que foi “reconhecível publicamente”, envolvendo, “aomesmotempo,compromissoerisco,ousadiaevulnerabilidade” (SAID, 2005, p. 27).

39

Américo Oliveira versus a American Power: Essa Central Brasileira...

As narrativas de Américo Oliveira sobre a Central Brasileira indicam tanto a cultura material gerada em torno da eletrificação do Brasil e do Espírito Santo, como para o processo político gerado em torno da subsidiária da AMFORP no Brasil e a sua configuração no Espírito Santo. Em pesquisa anterior (FURNESS, 2022), intitulada *A História nas pegadas do “Seu” Kilowatt: as relações entre Brasil e EUA por meio da AMFORP*, algumas conclusões foram alcançadas acerca da situação dos serviços em eletricidade, transportes e telefonia em seis zonas de concessão da multinacional por cerca de 30 anos, assim como foram encontradas centenas de críticas nos jornais locais e diversos debates nas casas legislativas no que toca aos contratos firmados entre a AMFORP e os estados (FURNESS, 2022).

A conclusão básica de tantos anos de crise nos serviços operados pelas subsidiárias da AMFORP foi a de que o processo de eletrificação brasileiro foi altamente dramático, com sérias dificuldades para alcançar padrões básicos de desenvolvimento econômico e de disseminação dos serviços nas principais cidades e capitais dos estados atendidos. Isso foi pior nas cidades em que o poder persuasivo arquitetado pela CAEEB para as suas associadas venceu e desarticulou os corpos social e político. Os casos do Rio Grande do Sul e de

Pernambuco indicam situações em que foi criado um consenso mínimo entre adversários e inimigos políticos para a retirada das subsidiárias da AMFORP de suas regiões (FURNESS, 2022).

O Espírito Santo figurou no meio termo entre um local que até teve uma grande mobilização político social contra a “Central Brasileira”, mas que esbarrou em um grande facciosismo político na obtenção da “unanimidade” ampla, política e social, fortalecendo o poder persuasivo da empresa. Curitiba, Natal e Niterói foram as localidades em que o poderio da AMFORP se afirmou, e, quando a sede estadunidense encaminhou a diversificação de investimentos para áreas mais rentáveis por meio da obtenção das indenizações das encampações, essas cidades seguiram até o fim com serviços dramaticamente ruins, quando o governo federal, em acordo com os estrangeiros, comprou o acervo da AMFORP, que passou ao controle da estatal Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) em 1965 (FURNESS, 2022).

As críticas feitas por Américo Oliveira à Central Brasileira em A Gazeta são de um tipo dentre várias possíveis para a análise do período, e são peculiares por serem longevas e interligadas pelo próprio autor, como se fossem parte de uma linha de raciocínio estendida por anos, confirmatória da desonestidade da companhia estrangeira. São dois os momentos que caracterizam as falas de Oliveira contra a Central: de 1945 até 1950 a crítica foi moralista, indicando a desonestidade da empresa e a falta de ação dos poderes públicos em punir um “contrato amigo”; de 1950 até 1953 o médico mudou a narrativa, e, apesar de usar argumentos com traços simbólicos do moralismo e da simbologia cristã, passou a indicar um desequilíbrio entre os interesses da “Central Brasileira” com aqueles capixabas, recorrendo a noções do nacionalismo para efetuar a sua propaganda contra o empreendimento (FURNESS, 2022).

No primeiro momento, as *noções de equilíbrio, contratos e autoridade* guiaram as críticas de Oliveira, que reclamou dos responsáveis pela fiscalização da empresa que a punissem por ela ser desonesta, criticando a postura pusilânime do estado, corrompido pela desonestidade. Em outra pesquisa precedente, intitulada *Os trustes do curral dos coronéis*, foi identificado que desde a redemocratização, em 1945, o campo político capixaba foi estruturado sob as noções de *equilíbrio, autoridades e contratos*, o que aplicado ao caso da eletricidade ficou estruturado da seguinte maneira: seria possível existir o *equilíbrio* entre interesses privados internacionais e públicos nacionais com a fiscalização dos *contratos* pelas *autoridades* (FURNESS, 2017).

No entanto, a década de 1950 trouxe novas demandas para o país, dentre as quais solucionar os problemas da produção e da distribuição de energia elétrica. No âmbito do governo federal foi criado um conjunto de leis dispostas a municar as regiões com recursos para proceder a eletrificação do país, o que permitiu aos governos estaduais se aparelharem para produzir energia elétrica (RIBEIRO, 2013).

Nesse momento, muitas falas transitaram das noções de moralismo sobre os desmandos do setor público para a identificação de um *desequilíbrio intrínseco* das relações entre empreendimentos privados internacionais com os interesses públicos nacionais,

eivado de leituras nacionalistas. Esses fatores são perceptíveis nas falas de Américo de Oliveira, e, apesar de elas não terem garantido uma politização ideológica mais ampla do tema da eletricidade e uma mobilização sócio-política mais efetiva, foi um fator relevante que ocupou espaço em todas as regiões analisadas em minha tese: Rio Grande do Norte; Pernambuco; Rio de Janeiro; Vitória; Porto Alegre e Curitiba (FURNESS, 2022).

O sucesso da persuasão ou aquele da resistência dependeu de vários fatores em interação, dentre os quais a construção de um consenso mínimo sobre o que fazer para desfazer os entraves que a falta de energia elétrica vinha causando ao país. Nesse momento do artigo, vou indicar, portanto, aspectos da cultura material gerada pelo processo de eletrificação brasileiro juntamente aos combates travados por Américo Oliveira *versus American Power*, nas páginas de *A Gazeta*, com a identificação das nuances regionais e das lutas/ conciliações entre brasileiros e estrangeiros.

Os primeiros problemas aos quais o médico se dedicou foram àqueles relativos ao dia a dia da cidade, das dificuldades que as pessoas encontravam nos transportes, no consumo de eletricidade e de telefonia. Oliveira assinou três colunas em *A Gazeta*, sendo a primeira intitulada *Dois Males*, a segunda *Repisando* e a terceira e mais robusta *Essa Central Brasileira...*

Em *Dois Males* ele fez duras acusações à empresa, considerada um dos dois empecilhos do desenvolvimento de Vitória. Em crítica ao serviço de transportes de bondes da companhia, relatou que a empresa, achando-se “superior a tudo e a todos”, transportava os passageiros de maneira “displicente” e “indiferente”, com carros “abarroados de passageiros, que apinhados e agarrados uns aos outros dão o aspecto de verdadeiros enxames humanos” (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

A causa para tal lide com o público seria a sensação da empresa, de ser “superior a tudo e a todos”, como “um verdadeiro Estado dentro do Estado”, totalitária e absoluta”. Comparou a empresa a um tumor de “difícil extirpação”, que ameaçava o organismo do qual se nutria (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

Na coluna *Repisando*, o médico acusou a empresa de não ter “o menor interesse em servir ao povo, que lhe sustenta [va] os dismantelos”, preocupando-se mais os seus diretores em aumentar os dividendos da empresa para obter gratificações proporcionais ao rendimento (OLIVEIRA, 1946, p. 6).

Em *Essa Central Brasileira...* é que Oliveira faria a sua longa campanha contra a Central Brasileira. Foram publicados 25 artigos de 11 de agosto de 1948 até 23 de janeiro de 1953. No primeiro número da campanha, disse estar a empresa “de posse de um contrato amigo”, o qual usava para obter vantagens sem cumprir as cláusulas contratuais (OLIVEIRA, 1948, p. 4).

Além de pedir dinheiro emprestado ao estado do Espírito Santo, numa tentativa de “biscoitar o dinheiro do Estado”, roubaria dos consumidores quando cobrava o aluguel dos medidores, no valor de Cr\$ 0,20 centavos (OLIVEIRA, 1948, p.4).

Em *Repisando* ele cravou que nada modificaria a atuação da empresa em Vitória, pois, segundo ele, “A Companhia não veio aqui para contar os bezerros e sim tirar o leite”.

Acusou a existência de um contrato entre o Estado e a companhia que nunca foi cumprido, burlado por argumentos falsos (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

A Central Brasileira estaria argumentando sobre os efeitos da guerra para a sua capacidade de obter materiais de reposição no exterior, afetados pela guerra, obtendo como resposta de Américo Oliveira o fato de a CVRD receber iguais materiais pelo Porto de Vitória, sem os embaraços da guerra (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

Desse modo, além dos problemas nos serviços de transportes, a energia elétrica, “deficientíssima e caríssima”, seriam um verdadeiro entrave para o progresso capixaba, ambos problemas que deveriam ser resolvidos pelas autoridades capixabas (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

O médico se preocupava com a altura dos estribos dos bondes, altos para o embarque e problemático para a saúde dos passageiros, especialmente as pessoas idosas. Em Essa Central Brasileira V e o médico entrevistou seus colegas de profissão acerca dos malefícios dos estribos de bondes altos, para obter legitimidade técnica para a crítica à Central. Médicos como Dório Silva; Jayme dos Santos Neves; Nestor Leal; Afonso Bianco; Arnaldo Andrade; Carlos Teixeira; José Timóteo; José Carvalho, Lucilo Santana; Luiz Castelar; Monsueta Abreu; Miletto Rizzo; Moacyr Ubirajara; Otávio Guasti, e Mário Bossois deram pareceres negativos ao uso dos estribos de bondes altos da Central Brasileira, que prejudicariam a saúde ergonômica de seus passageiros (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

42

Figura 1: Imagem do “Seu” Kilowatt em matéria especial publicada por A Gazeta em 23 de janeiro de 1949.



A Gazeta (1949, p. 10-5).

Américo se referiu mesmo a publicidade da Central Brasileira, o “Seu” Kilowatt, personagem utilizado para disseminar a narrativa da empresa. Em um anúncio o personagem teria dito ser o seu “Pesadelo!” a falta de materiais; os custos da mão de obra e o desgaste excessivo de suas instalações. Oliveira então respondeu dizendo: “Sonhei”, e, no sonho, a Central teria falido e fora substituída por uma empresa chamada T.U., Transportes Urbanos, que, comandada por um empresário jovem e de origem inglesa teria resolvido os problemas do fornecimento de eletricidade e de transportes (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

No fim do sonho, contudo, o médico teria acordado com o barulho da oficina da Central Brasileira, “cujo barulho é tal que se dá a impressão de ser uma sucursal do inferno” (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

O tipo de produção de energia elétrica da Central Brasileira era hidrelétrica, por meio das fontes de produção de Fruteiras e Jucu, e termoelétrica no Centro de Vitória, na Usina “Convertedora”. Os motores alimentados à óleo eram previstos como um dispositivo de emergência, o que, no entanto, se tornou permanente, gerando grandes incômodos aos moradores das redondezas da rua 7, no Centro de Vitória (A GAZETA, 1948, p. 4).

Sobre os serviços de telefonia, relatou Oliveira, a empresa buscava economizar dinheiro, e, ao invés de comprar mais linhas e contratar mais funcionárias, fazia comutações, sobrecarregando ambas, utilizando “material antigo, imprestável e gasto”. “E as pobres telefonistas, que, além de sobrecarregadas desumanamente de serviços, ouvem até o que o diabo enjeitou do inferno por parte dos assinantes impacientes (OLIVEIRA, 1948, p. 3).

No ano de 1949, A Gazeta, então posse de Carlos Lindenberg, desautorizou Américo Oliveira publicamente. Nesse ano A Gazeta produziu uma matéria especial com uma entrevista ao gerente da Central Brasileira, Mr. Brown, momento em que questionou se a empresa seria mesmo “tão desorganizada”, “tão prejudicial ao Espírito Santo”, se as suas rendas seriam “de fato astronômicas” (A GAZETA, 1949, p. 10-5).

Nessa publicação foi encontrada a única adaptação autorizada da imagem do “Seu” Kilowatt por um agente externo à companhia, no caso, A Gazeta, pois as diversas menções a ele por colunistas se deram unicamente pela via textual (figura 1). Desse modo, a Central Brasileira cedeu o seu anúncio para a matéria especial de A Gazeta (FURNESS, 2022).

Após essa publicação, Américo Oliveira seguiu com as suas publicações contra a Central, dizendo que ela recusava a fiscalização local quando lhe interessava, buscando o governo federal, mas que recorria à administração estadual quando queria aumentos tarifários. No rodapé da publicação de Oliveira a Gazeta indicou “não endossar conceitos de natureza alguma emitidos em trabalhos assinados por seus colaboradores” (OLIVEIRA, 1949, p. 3).

Nesse momento o jornal se dissociou da crítica de Oliveira à Central. A Gazeta havia mudado de donos, e da crítica udenista ao Estado, o jornal passou a ser representante do então governador do Espírito Santo, Carlos Lindenberg, que se apresentou solidário aos anseios da Central Brasileira e à sua narrativa (FURNESS, 2017; FURNESS 2022). Em resposta, Oliveira esclareceu não ter pedido “endosse algum” para as suas publicações, e

que apenas havia pedido para que fossem publicados os seus artigos para informação da população (OLIVEIRA, 1949, p. 4).

Em 1949 foi anunciada a instalação de mais um motor diesel elétrico na usina “Convertedora”, no Centro de Vitória, com a promessa da empresa de promover melhorias para os serviços de eletricidade. A Gazeta manteve o seu apoio à multinacional, ao mesmo tempo que continuou a publicação de matérias críticas à Central Brasileira.

É possível que o jornal tenha usado as críticas populares e dos seus colunistas para pressionar a companhia a contratar espaços de publicação de anúncios do “Seu” Kilowatt como forma de aplacar as críticas e obter solidariedade de A Gazeta. Fato é que no início da década de 1950 o jornal declarou apoio público a Central Brasileira, e isso foi um fator ideologicamente justificado.

Mais de 200 matérias críticas foram publicadas em A Gazeta do ano de 1946 até 1959, por meio das seguintes colunas: *Essa Central Brasileira...*; *Espelho da Cidade*; *Diversas*; *Queixas & Reclamações e Cidade Presépio*. Tanto queixas populares quando aquelas de colunistas como Américo Oliveira bombardearam a Central Brasileira com críticas aos seus serviços.

Américo Oliveira, no início da década escreveu que “era sempre para pior a marcha dessa maldita Companhia, que explora, em nosso meio, os serviços de eletricidade”. Teriam se passado “dias, semanas, meses, anos, decênios sem que tenhamos o menor melhoramento”, continuando a população “agachados, de cócoras, suportando o tacão dessa empresa desonesta”, que “só deseja saber onde está o dinheiro para lhe arrancar dos bolsos exauridos”. Estaria a empresa mantendo as irregularidades no atendimento aos consumidores, com “aumento roubado do aluguel dos medidores domiciliares”; “trocões de passagens feitos com passes clandestinos”; “taxas de centenas de telefones comutados”; “aumento de passagens”; “aumento de taxas de luz e mais ainda o pagamento de óleo combustível, feito precisamente pelos contribuintes, para o motor recém-chegado produzir muito ruído, queimar lâmpadas, rádios e demais utensílios”. Além de estragar os aparelhos, o motor produziria um “ruído infernal”, com uma “trepidação forte do tal motor diabólico” (OLIVEIRA, 1950, p. 3).

A Gazeta, então, esclareceu “ser um órgão de opinião, fundado e mantido para defender as ideias de seus proprietários ou de seus redatores”. Mesmo que a noção de defesa dos interesses de um grupo tenha avançado “bastante”, com o surgimento da informação desinteressada, disse ser “um jornal preocupado com o serviço a verdade”, sem falsificar, inventar ou envenenar “por uma coluna de liberdade”. Por isso, estaria A Gazeta “defendendo bastante a empresa de Força e Luz de Vitória, toda vez em que é preciso fazê-lo”, pois a questão da eletricidade “não só em nosso país, como em todo o mundo, está sujeita a fatores que nem sempre são criadas perlas pessoas para desorientá-las, perturbar lhes a serenidade, é sempre desaconselhável” (A GAZETA, 1950, p. 8).

O jornal deu espaço para o discurso do gerente da companhia, que falou sobre o aumento da capacidade geradora em 30%, mas que não seriam suficientes para atender o aumento da demanda, pois a energia “barata” teria passado a ser amplamente usada pela indústria, pelo comércio e pelo ambiente doméstico, com “altos custos”, o que gerou a

necessidade de grandes inversões de capital, tarefa realizável com o aumento de tarifas dos serviços para a atração de investimentos (A GAZETA, 1949, p. 8).

A narrativa da empresa, impressa tanto nas entrevistas quanto na publicidade do “Seu” Kilowatt, se referia a necessidade de aumentar tarifas para gerar atração de investimentos que seriam invertidos em obras mais amplas para o desenvolvimento da produção de energia elétrica. Desde 1946, esse discurso culpou não só a guerra, mas também as autoridades e as legislações regulatórias pelas dificuldades na melhoria dos serviços. Portanto, a busca pelo aumento de tarifas foi constante desde a redemocratização, com a contemplação dos interesses das subsidiárias da AMFORP. No Espírito Santo, a empresa aplicou paliativos por meio da compra de motores termelétricos, e, mesmo obtendo aumentos repetidamente, não investiu na estrutura de suas instalações, mantendo a exploração termelétrica sem desenvolver os projetos de expansão do Jucu e de Fruteiras. A narrativa da empresa contou com o apoio de Carlos Lindenberg e de A Gazeta (FURNESS, 2022).

O discurso combativo de Américo Oliveira então ganhou novos contornos, acusando exatamente a questão da importação de óleo combustível ao invés do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Espírito Santo. O médico passou a acusar a empresa de fazer parte de uma “pirâmide”, de um “conglomerado”, sendo o “X” da questão o fato de a empresa comprar óleo de uma empresa irmã, parte do mesmo empreendimento. Acusou a Central Brasileira de ter “má vontade” com os capixabas, pois não haviam “consertado os vazamentos de nossas represas, alguns desses tapados à estopa”. Ao par dessa atitude, a companhia estaria realizando “entrevistas pomposas, longas”, que “deslumbram”, anunciando “melhoramentos suntuosos, mas irrealizáveis”, se aproveitando para pedir um “pequeno aumento” (OLIVEIRA, 1950, p. 3).

Enquanto o médico avolumou as suas críticas à Central, um edil de Vitória, Hermógenes Lima Fonseca, desafiou Carlos Lindenberg da Câmara dos Vereadores, exatamente sobre a compra de combustível no exterior para alimentar os motores da Central Brasileira. A empresa, seguiu o vereador, “ao invés de aumentar suas usinas hidráulicas, colocaram um motor que consome óleo que vem de uma sua concessionária”, a *Standard Oil*, pertencente ao grupo Morgan. Disse que o governador poderia mandar chamar a polícia para prender novamente, pois ele iria “lançar boletins, mostrando ao povo, outra vez, a situação econômica e financeira da Cia. Central Brasileira”, esclarecendo que ele “está sendo roubado com a complacência do Sr. Governador” (FONSECA, 1950, p. 4).

Portanto, Lindenberg, dono de A Gazeta, foi acusado de atuar em favor da Central Brasileira, o que se soma ao seu apoio público à companhia estrangeira em seu jornal. E Américo Oliveira seguiu para um discurso muito próximo ao de Hermógenes.

Em 1952, Américo Oliveira comentou mais um pedido de aumento de tarifas feito pela Central Brasileira, o que chamou de “artimanhas verdadeiramente diabólicas”, que fazia ao dificultar a prestação de seus serviços para obter aumentos tarifários. Segundo ele, a empresa estaria se antecipando à perda de demanda para o “óleo diesel importado das congêneres da célebre pirâmide” e dos “motores nocivos e barulhentos” devida à

concretização dos investimentos estatais em energia elétrica para tentar se livrar do serviço de bondes (OLIVEIRA, 1952, p. 3).

À época desse aumento, a Central era chamada na coluna *Diversas* de “inimiga nº 1 de Vitória” (SANTOS, 1952, p. 8).

“Que tortura meu deus, para nós capixabas”, exclamou Oliveira, ao dizer que o povo continuava às escuras, “faltando energia em quase toda a cidade, prejudicando fábricas, oficinas, etc”. A tortura era também o fato de os telefones “não prestarem” e o serviço de bondes ser “deficiente e caro”. O povo teria, em sua “alta sabedoria”, chamado a companhia de “Central Caveira de Burro”, por esta tratar Vitória como “burgo podre, terra de ninguém”. A empresa entoaria “a mesma cantiga de sempre” quando quer adquirir mais motores à óleo, pois “suspende o fornecimento de luz, dificulta o trânsito dos bondes” e “lança mão de todas as misérias”, declarando pelos jornais que não há água, e, desse modo, “pouca energia para luz e bondes”. Os motores a óleo serviriam, reiterou, a uma “pirâmide que [se] espalha pelo mundo as suas filiais como a CCB”. Como o governo de Jones dos Santos Neves estava prestes a “livrar Vitória da empresa” com investimentos em hidroelétricas, excomungou a Central dizendo: “Vade Retro” (04/11/1952, p. 3). Enquanto isso não acontecia, seria “triste a situação daquela gente que habita a zona da Convertedora, agora convertida em “infernolândia” ou “infernópolis” (OLIVEIRA, 1953, p. 3).

O investimento ao qual Américo Oliveira se referia era o projeto de criação da Escelsa, realizado em 1951 por meio do Plano Estadual de Eletrificação, do governo de Jones dos Santos Neves (RIBEIRO, 2013). Tal planejamento se concretizou no ano de 1956, no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, e aos poucos foi dando as capixabas o lastro necessário para o enfrentamento ao empreendimento estrangeiro aos seus interesses. Os locais mais combativos aos interesses estrangeiros foram aqueles em que os governos estaduais criaram autarquias para atuar no desenvolvimento e na produção de energia elétrica (FURNESS, 2022).

Enquanto esse processo não se concretizou, o padrão da Central Brasileira, em alinhamento com a CAEEB e suas subsidiárias, foi o de fazer investimentos paliativos no setor de produção, pleiteando o aumento de tarifas dos serviços de telefonia, eletricidade e transportes. Isso naturalmente gerou grande insatisfação não só do público consumidor, como dos industriais e dos comerciantes, que viam seus desejos de desenvolvimento econômico frustrados pela falta de força e luz e pelos altos preços dos serviços. Quando o Estado passou a investir nas usinas hidroelétricas de Bonito e Suíça e na criação da Escelsa, os políticos capixabas desenvolveram o lastro para combater os interesses privados internacionais.

O discurso de Américo Oliveira permaneceu com a marca do moralismo udenista, mas adicionou o fator nacionalista, acusando a origem estrangeira dos interesses que regiam o empreendimento da AMFORP. Em 1958 Oliveira faleceu, porém, o tom do discurso foi verbalizado por outros colunistas de *A Gazeta*, como Darli Santos; Érico Neves e Ciro Vieira da Cunha. O fato de *A Gazeta* defender a Central Brasileira e, ao mesmo tempo permitir que Américo Oliveira a confrontasse pode ter sido uma estratégia do próprio

jornal em manter a crítica sob um viés controlável, assim como uma forma de obrigar a Central Brasileira a buscar a solidariedade empresarial por meio da compra de espaço para anúncios no jornal. Mas o fato de a narrativa do médico ter se alterado indicou que novas possibilidades despontaram no campo político capixaba, dando lastro às autoridades para sanar os desequilíbrios entre os interesses privados internacionais e aqueles públicos nacionais.

O nacionalismo surgiu como uma possibilidade e uma noção apropriada por vários indivíduos na esfera pública regional, o que gerou mobilização popular. No entanto, outros fatores impediram que a experiência capixaba fosse bem-sucedida no enfrentamento as subsidiárias da AMFORP, como foi no caso do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. Nesses locais, a CEERG e a Pernambuco Tramways foram encampadas segundo os princípios de “unanimidade” e de “judicialização” da encampação, no qual as autoridades regionais desfecharam golpes fatais aos interesses estrangeiros no Brasil.

Conclusão

A Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) foi vendida ao governo federal em 1965, passando a fazer parte da Eletrobrás. Esse evento fez parte do processo de “domesticação” da indústria de eletricidade no Brasil, e ocorreu segundo uma conciliação entre o governo que aplicou o golpe civil-militar e aqueles estadunidenses, que se aferraram a busca de indenização pelas propriedades de suas subsidiárias (HAUSMAN et al., 2008). Usando o poderio da CAEEB, a AMFORP organizou uma narrativa e toda uma estrutura empresarial que se esforçou para obter a solidariedade das autoridades regionais e o convencimento público para os seus interesses (FURNESS. 2022).

Esse poder persuasivo foi confrontado quando houve uma “unanimidade” política regional em torno da necessidade de os governos estadual e municipal controlarem a produção e a distribuição de energia elétrica. Na década de 1950 o assunto foi ganhando corpo por conta das medidas do 2º governo Vargas para possibilitar aos estados obterem recursos para se aparelharem no setor, fugindo da dependência das empresas estrangeiras. Com isso, os campos políticos contiveram um maior volume de discursos em apontavam para o desequilíbrio de interesses e vantagens entre empreendimentos estrangeiros com os interesses públicos nacionais.

No Espírito Santo, Américo Oliveira foi uma voz que se fez ouvir pelo público capixaba contrariamente à Central Brasileira, e a alteração do seu discurso, do moralismo somado ao nacionalismo, indica que o médico pode ter: 1) sido influenciado pelo ambiente político; 2) se informado sobre a empresa ou, em um campo hipotético, 3) ter adotado uma estratégia de comunicação ao partir dos temas mais concretos relativos à Central Brasileira em 1940 para ampliar debate ideológico em 1950.

Entretanto, o apoio de A Gazeta à Central, apesar de proporcionar ao historiador a possibilidade de captar a curiosa presença de tantas críticas a empresa, indica o esforço de Carlos Lindenberg em fazer coro aos argumentos multinacional.

Em 1960 ocorreu uma grande mobilização popular contra a Central Brasileira em Cachoeiro de Itapemirim e em Vitória, o que culminou na campanha “Não pague a sua conta”. Lindenberg, novamente eleito governador do Espírito Santo, tentou manter a movimentação sob controle, evitando o que considerava “agitações” presentes em todo o país. Arrastado pelo movimento contra a Central, ele procurou manter o evento despolitizado, alheio a pauta nacionalista, e, para aplacar o ímpeto não só da população como dos setores do comércio e da indústria, pediu o tombamento contábil da empresa ao Ministério de Minas e Energia (MME). No entanto, se retirou do cargo em 1962 para se dedicar ao senado, e deixou o assunto para o seu sucessor, que, pelas movimentações políticas, foi o presidente da Assembleia Legislativa, Hélsio Cordeiro (RIBEIRO, 2013).

O campo político que não fechou uma “unanimidade” em torno do assunto e nem seguiu os passos de envolver a justiça estadual para lidar com o poderio persuasivo da AMFORP/ CAEEB, como ocorreu no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, deixou o tema da encampação da eletricidade trepidar na estreita esfera pública capixaba, nas mãos de um opositor de Lindenberg. Cordeiro tentou realizar a encampação da empresa, o que encontrou resistência da Central, que recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). Este decidiu contra a encampação, que teria sido ilegal (RIBEIRO, 2013).

48

O caso capixaba, desse modo, foi finalizado com a troca de acusações entre o grupo de Lindenberg e a Coligação Democrática, liderada por Francisco Lacerda de Aguiar sobre os erros na condução e na efetivação da encampação da Central Brasileira, que conseguiu fazer o empreendimento ser indenizado por meio de um acordo com o governo federal em 1965.

Américo Oliveira *versus American Power*, desse modo, indicam não só duas qualidades de discursos mobilizados contra a AMFORP e suas subsidiárias, mas também o exercício do poder persuasivo da multinacional junto às autoridades locais. Além disso, permite ao leitor acompanhar a continuidade das dificuldades que o Brasil e o Espírito Santo encontraram em se adequar à nova cultura material que emanou dos países da ponta do capitalismo para um país emergente. Existiu a tensão entre os interesses privados internacionais e aqueles públicos nacionais, com faíscas nos combates regionais.

Referências Bibliográficas

Obras completas

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo** (séculos XV-XVIII). Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes. v. 1: As estruturas do

cotidiano: o possível e o impossível, 1997; Vol. 2: Os jogos das trocas, 1998; Vol. 3: O tempo do mundo, 1996.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Como os historiadores mapeiam o passado. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HAUSMAN et al. **Global Electrification: Multinational enterprise and international finance in the history of light and power**. Nova Iorque: Cambridge, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

JONNES, Jill. **Empires of light**. *Light, Tesla, Westinghouse and the race to electrify the world*. Nova Iorque: Random House, 2004.

MARTINUZZO, José Antônio. **165 anos de jornalismo no Espírito Santo: Impressões capixabas**. Espírito Santo: Ufes, 2005.

NYE, David. **Electrifying America**. *Social Meanings of a new technology*. Massachusetts: MIT PRESS, 1992.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Vitória: Edufes, 2014.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Teoria e Metodologia em História: o tratamento das fontes**. Espírito Santo: Ufes, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Excelsos Destinos**. História da energia elétrica no Espírito Santo. 1896-1968. Espírito Santo: Edufes, 2013.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos de capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)**. São Paulo: Edusc, 2010.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: As conferências do Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Artigos

HAUSMAN, Willian J; NEUFELD, John L. *The economics of electricity networks and the Evolution of the U.S. Electric Utility Industry, 1882-1935*. **Business History Conference**, v. 2, 2004. Disponível em: <https://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2004/HausmanNeufeld.pdf>. Acesso em: 18/02/2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação. In.: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX**, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2007.

Teses, dissertações e monografias

FURNESS, Douglas Edward Grandson. **A História nas pegadas do “Seu” Kilowatt: as relações entre Brasil e EUA por meio da AMFORP (1936-1965)**. 2022. 554 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

FURNESS, Douglas Edward Grandson. **As representações sobre a CVRD e a campanha o petróleo é nosso em A Gazeta, 1948**. 2014. 100 f. Monografia de final de curso (graduação em História) – Departamento de História, Centro de Ciência Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FURNESS, Douglas Edward Grandson. **Os trustes no “curral” dos coronéis**. Indústrias de bases e serviços no debate capixaba de 1940. 2017. 221 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Capítulos de livro

FURNESS, Douglas Edward Grandson. As representações de um intelectual em Cachoeiro de Itapemirim: Deusdedit Baptista, o educador socialista. *In.*: NASCIMENTO, Bruno; OLIVEIRA, Ueber (Org.). **Os Pensadores do Espírito Santo**. v. 3. De Judith Castelo a Graça Andreatta. Vitória: Milfontes, 2019.

50

Fontes primárias

A ATUAL GERÊNCIA DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 27 jun. 1952, p. 8.

A VERDADE SOBRE A CENTRAL BRASILEIRA. **A Gazeta**, 23 jan. 1949, p. 10-5.

ACONTECEU EM 1949. **A Gazeta**, Vitória, 24 jan. 1950, p. 8.

CUNHA, Ciro Vieira. Américo Oliveira, **A Gazeta**, Vitória, 31 ago. 1958, p. 1.

FONSECA, Hermógenes Lima. **A Gazeta**, Vitória, 11 ago. 1950, p. 4. Coluna Câmara Municipal.

O FALECIMENTO DO DR. AMÉRICO OLIVEIRA. **A Gazeta**, Vitória, 17 ago. 1958, p. 8-5.

O NOVO DIESEL DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 05 dez. 1948, p. 4.

OLIVEIRA, Américo. Dois Males. **A Gazeta**, Vitória, 20 jul. 1946, p. 3.

—————. Central Brasileira. **A Gazeta**, Vitória, 01 set. 1946, p. 6. Coluna Repisando.

—————. Central Brasileira em Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 09 nov. 1946, p. 3. Coluna Repisando.

OLIVEIRA, Américo. Essa Central Brasileira V. **A Gazeta**, Vitória, 25 set. 1946, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Sonhei. **A Gazeta**, Vitória, 11 dez. 1946, p. 3.

—————. Essa Central Brasileira I. **A Gazeta**, Vitória, 11 ago. 1948, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira II. **A Gazeta**, Vitória, 05 set. 1948, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira IV. **A Gazeta**, Vitória, 25 set. 1948, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira IX. **A Gazeta**, Vitória, 12 abr. 1949, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira X. **A Gazeta**, Vitória, 30 abr. 1949, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XV. **A Gazeta**, Vitória, 01 jan. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XVI. **A Gazeta**, Vitória, 22 abr. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XXIII. **A Gazeta**, Vitória, 09 jan. 1952, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XXV. **A Gazeta**, Vitória, 23 jan. 1953, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

PERSONALIDADE DO DIA. **A Gazeta**, Vitória, 14 jul. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

REPERCUSSÃO. **A Gazeta**, Vitória, 16 jun. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

Limites dos Sistemas Liberais Frente ao Crescimento de Lideranças Políticas Extremistas no Início do Século XXI

Júlio Cesar Meira¹

Resumo:

O início do século XXI tem sido marcado pela ascensão de governos com colorações autoritárias em vários países ocidentais, do leste Europeu às Américas. Partimos de uma análise da hipótese central da obra “Como as Democracias Morrem”, de Levitsky e Ziblatt (2018), que ao testemunhar a chegada ao poder de Donald Trump, um *outsider* na política tradicional norte-americana, aponta a necessidade de reforçar os filtros partidários para impedir as candidaturas com graus variados de conteúdos fascistóides, autoritários e demagógicos, em seu nascedouro, para refletir sobre a incapacidade de as instituições da democracia liberal compreender e atender as demandas de seus cidadãos, contribuindo para o florescimento de sentimentos de insatisfação generalizada, da ampliação do fosso da desigualdade social e da sensação de expectadores de um processo para o qual os cidadãos não tem participação. Buscamos demonstrar que a receita de aprofundamento dos mecanismos de controle institucional da democracia liberal não é a resposta neste momento de “crise dos mapas ideológicos”.

Palavras-chave: Política. Democracia. Partidos Políticos. Autoritarismo.

Abstract:

The beginning of the 21st century has been marked by the rise of governments with authoritarian colorations in several Western countries, from Eastern Europe to the Americas. We start from an analysis of the central hypothesis of Levitsky and Ziblatt's (2018) work “How Democracies Die”, which, upon witnessing the arrival to power of Donald Trump, an outsider in traditional American politics, point out the need to strengthen party filters to prevent candidacies with varying degrees of fascist, authoritarian, and demagogic content, in their birthplace, to reflect on the incapacity of the institutions of liberal democracy to understand and meet the demands of its citizens, contributing to the flourishing of feelings of generalized dissatisfaction, the widening of the gap of social inequality, and the feeling of being spectators of a process in which citizens have no participation. We seek to demonstrate that the recipe of deepening the institutional control mechanisms of liberal democracy is not the answer in this moment of “crisis of ideological maps”.

Keywords: Politics. Democracy. Political Parties. Authoritarianism.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor efetivo - em Regime de Tempo Integral de Dedicção à Docência e à Pesquisa (RTIDP) - da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador Regional do Câmpus SuL da UEG - Morrinhos (sede), Caldas Novas, Ipameri, Itumbiara e Pires do Rio. Professor titular de História Moderna e Contemporânea na Graduação. Professor do Programa de Mestrado em História da UEG (PPGHIS/UEG).

Introdução

A segunda década do século XXI foi marcada pela ascensão de governos autoritários em vários países do mundo, em processos eleitorais que trouxeram à superfície visões de mundo que se pensavam desaparecidas. Entre esses processos, a experiência brasileira foi marcada pela eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, com inclinações autoritárias, amplamente conhecidas muito antes da eleição, haja vista já estar na vida pública há quase três décadas. Na eleição presidencial sua campanha foi orientada por informações de origem duvidosa e que encontraram o ambiente propício para sua difusão fora dos meios de comunicação tradicionais, como as redes sociais.

Embora o momento da eleição tivesse características próprias que favoreciam uma candidatura não ligada aos partidos que haviam hegemonizado a cena política nas duas décadas anteriores, seu discurso encontrou ressonância em boa parte dos eleitores. Obviamente nem todas as pessoas que votaram em Bolsonaro compartilhavam das ideias e valores difundidos em seu discurso, mas é difícil não partir da hipótese de que muitas que pensavam (e pensam) assim foram eleitoras do atual presidente.

Essas constatações não contêm em si um juízo de valor sobre a experiência histórica da sociedade brasileira, mas permitem estabelecer relações de comparação do Brasil com outros países.

Partimos, em primeiro lugar, de uma reflexão sobre a dificuldade de as sociedades olharem para si em momentos de relativa calma, fazendo com que, nos momentos de ruptura social – com motivações culturais, identitárias, econômicas, entre outras – os enfrentamentos e abalos conjunturais sejam percebidos como acontecimentos isolados. Buscam-se explicações e motivos, que não necessariamente são associados (ou não se quer associar) ao desenho institucional do Estado. Dessa forma, a busca é pelo enfrentamento episódico, muitas vezes violento. A normalidade que se busca, pode significar, apenas, a naturalização das causas que levaram a esses eventos.

Dois intelectuais franceses, Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon, analisaram a forma de enfrentamento do governo francês aos problemas de disfunções sociais na década de 1990 e constataram que, se não se tinha uma agenda ampliada da relação dos problemas pontuais com as questões nacionais é porque não se tinha noção dessas relações. Faltavam, tanto na política quanto na academia e, ainda, nas demais instâncias de formulação de políticas públicas, instrumentos adequados que permitissem compreender claramente a complexidade da sociedade francesa, como os instrumentos de segregação social e econômica, as demandas crescentes de vastas parcelas longe do acesso a bens públicos, culturais, aos mercados de trabalho e de consumo.

Fitoussi e Rosanvallon (2003, p. 23) criaram o termo “opacidade social” para se referir a tal fenômeno e demonstraram de forma prática a aplicação do conceito ao reproduzir a fala de um ministro do trabalho que, numa sociedade em ebulição, afirmou que “[...] tudo vai bem, exceto o desemprego”, não percebendo que a falta de emprego é um dos sintomas de uma sociedade disfuncional, um dos instrumentos institucionais de segregação.

A reflexão dos autores contribui para demonstrar a frequência da falta de entendimento da sociedade e dos grupos dominantes para apontar causas e, por consequência, possíveis soluções. O conceito de opacidade social, a nosso ver, contribui para a análise, uma vez que nos anima, de forma pessoal e institucional, a contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais.

A segunda abordagem que fazemos retoma a fala anterior da comparação do momento político brasileiro com outros países e tem uma relação profunda com as observações de Fitoussi e Rosanvallon, na medida em que demonstra que não apenas no estamento político, mas, mesmo na academia, as condições sócio-históricas são de difícil assimilação, resultando em ofertas dos mesmos remédios para problemas diferentes.

Nesse caso, nossa reflexão dialoga com as formulações de dois cientistas políticos da Universidade de Harvard –Steven Levitsky e Daniel Ziblatt –, que, a nosso ver, entenderam corretamente que a eleição de Donald Trump tinha um potencial, então não percebido, de erosão real da estrutura política do país, construída ao longo de mais de duzentos anos. Trump, um verdadeiro *outsider*² na cena política, venceu uma eleição contra todos os prognósticos, com uma retórica antipolítica e autoritária.

Se o diagnóstico parte de uma leitura de conjuntura adequada, as respostas que oferecem devem ser problematizadas. Levitsky e Ziblatt publicaram sua análise das causas e efeitos da eleição de Trump em 2018 na obra “Como as Democracias Morrem”. Partindo da premissa de que se observava um modelo diferente (mas não tão novo) de autoritarismo, do tipo que chega ao poder pela via eleitoral e erode as instituições da República a partir de dentro, os autores buscaram compreender o fenômeno comparando-o às experiências sociais e políticas de países diversos, como, por exemplo, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Brasil, Argentina, dentre outros, que, depois das tragédias ao longo do século XX, experimentam no início do século XXI –como já apontamos no início deste texto – erupções autoritárias diversas, muitas das quais deram origem a regimes claramente autoritários, ditatoriais.³ Destaque para o fato de que todos tiveram amplo apoio de fatias importantes – em alguns casos até da maioria – de suas populações.⁴

Se as sociedades podem ter inclinações autoritárias e fascistóides,⁵ o que, convenhamos, são a antítese de democracia liberal, qual a explicação para que, em vários países, essas

2 Utilizamos o termo *outsider* da mesma forma como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt o empregam na sua obra, ou seja, de pessoas que tem a pretensão de disputar uma eleição majoritária sem experiência eleitoral anterior, ou mesmo sem ter, antes ocupado, cargos ou funções burocrático-administrativas de confiança no aparelho do Estado (ministros ou secretários de Estado).

3 Nos casos dos regimes nazista da Alemanha e fascista da Itália, o processo foi da ditadura ao autoritarismo totalitário.

4 É importante salientar que os autores analisam regimes políticos autoritários em países em que os grupos políticos que subverteram as regras institucionais democráticas chegaram ao poder pela via institucional legal, ou seja, pelo voto. Essa observação é feita como prevenção para os que se sintam tentado a estabelecer equivalência com outros regimes ditatoriais e totalitários, em que a tomada de poder aconteceu por meios revolucionários.

5 Empregamos o termo “fascistóide” com o significado de “à moda de”, ou com características fascistas, como populismo, antiliberalismo, anticomunismo, culto ao líder, xenofobia, nacionalismo extremado, em maior ou menor grau. Evitamos aplicar o conceito de Fascismo para definir a ascensão dos atuais governos autoritários, amparados na conceituação de Hannah Arendt (1989), que identifica o fascismo como política de Estado, no caso o Estado Totalitário nazifascista Alemão e o autorreferenciado Totalitarismo do Estado fascista Italiano (HOBBSAWM, 1995, p. 116). Nessa interpretação, discursos ou medidas fascistóides incluem elementos percebidos no fascismo praticado naqueles Estados, mas sem a potência de se transformarem em políticas de Estado capazes de levar ao Totalitarismo. Da mesma forma, evitamos utilizar categorias como neofascista ou neonazista para a compreensão dos processos analisados, por entender

inclinações não descambaram para o autoritarismo? A resposta padrão que Levitsky e Ziblatt (2018) estabelecem como hipótese, é que países com instituições fortes estariam livres desse fenômeno, pois os consensos construídos por elas, os freios e contrapesos próprios da separação de poderes de sociedades com democracias liberais amadurecidas, por inércia imporiam limites aos comportamentos antidemocráticos.

Sua hipótese tinha um elemento empírico importante: a chegada ao poder de arrivistas autoritários em países com menos tradição democrática, no Leste Europeu, Sudeste Asiático e América Latina. Em comum, países com passado independente recente, fragmentação e conflitos sociais, culturais e econômicos crônicos, classe média letrada mínima ou inexistente, urbanização incipiente.

O problema da análise reside, justamente, no fato de que as principais experiências que servem de parâmetro conceitual para a caracterização desses regimes autoritários – ditatoriais e totalitários – não aconteceram em países que se enquadram nessa moldura histórica.

Levitsky e Ziblatt (2018) perceberam essa inconsistência na hipótese inicial, mas sua resposta foi dobrar a aposta apondo uma nova hipótese à primeira, a partir da qual propõem a organização das respostas para suas inquietações: não basta ser uma sociedade com democracia amadurecida e instituições estabelecidas e sólidas que façam a disputa da opinião pública e forneçam o contrapeso dos freios e contrapesos institucionais. É preciso ter um sistema de filtros que não permita que autoritários possam participar dos rumos políticos do país, que sequer tenham a possibilidade de disputar eleições majoritárias.

Esse sistema de filtros é pré-eleitoral e consiste, principalmente, de partidos políticos fortes, com massa crítica significativa e direção partidária eficiente, programáticos e capazes de organizarem-se internamente em torno de seus interesses ideológicos, a partir dos quais o sistema eleitoral se assenta e está estabelecido na experiência norte-americana desde a fundação de sua República.

Os “Pais Fundadores” e a República Norte-Americana

Desde as Guerras de Independência,⁶ o fortalecimento dos partidos políticos nos Estados Unidos da América partia da desconfiança dos *founding fathers* em colocar algo tão importante quanto a funcionalidade da República nas mãos da população em geral.

Para tanto, a legislação normativa e constitucional criou um modelo de escolha dos candidatos a cargos majoritários (executivos) que diluía a vontade popular, manifestada nos sufrágios periódicos. Esse modelo, expresso no Artigo II da Constituição Americana – normatizava o funcionamento dos partidos políticos e criava os colégios eleitorais,

que se referem à organizações variadas e complexas, não necessariamente representativas de movimentos mais amplos, políticos e sociais, embora as mesmas tenham se multiplicado nas últimas décadas.

6 A expressão “Guerras de Independência” nos Estados Unidos abarca, em nossa opinião, o período de conflitos que vai das guerras contra a Inglaterra na Revolução Americana, propriamente dita, e a nomeada guerra Anglo-Americana, entre 1812 e 1815, que confirmou a Independência e iniciou, de fato, o processo de “invenção” dos Estados Unidos como país, sendo o primeiro conflito como país independente.

compostos de pessoas supostamente respeitáveis e honradas, preocupadas com os destinos da nação, formando uma espécie de segundo turno eleitoral, para evitar que os eleitos saíssem do *script* determinado pela Constituição. A justificativa desse filtro foi dada por alguns dos *founding fathers*:

Nas Repúblicas, as pessoas elevadas da classe comum, pelo voto dos seus concidadãos, a lugares que lhes dão considerável poder e dignidade, podem achar, traindo a confiança pública, um interesse que a todos os olhos, exceto aos do homem dotado de virtude superior, parecerá exceder a porção de vantagens que lhes cabe na fortuna pública, e que bastará para lhes fazer esquecer as leis do dever: daí tantos tristes exemplos, como a história oferece, da influência da corrupção estrangeira nos governos republicanos (MADISON, et al., 1840, p. 189).

O fragmento acima foi extraído da obra intitulada “O Federalista”, coletânea de artigos de reflexão (e legitimação) redigidos durante as reuniões que resultaram na própria Constituição Americana pelos delegados da Assembleia. Seus autores foram protagonistas do processo de Independência e ocuparam funções significativas no novo país: James Madison, quarto presidente dos Estados Unidos da América (EUA) e que governou durante o período da guerra Anglo-Americana (1809-1817); Alexander Hamilton, que viria a ser o primeiro Secretário do Tesouro do novo país (1789-1795); e John Jay, político, diplomata e jurista, um dos presidentes do Congresso Continental durante a Revolução, primeiro presidente da Suprema Corte (1789-1795) e governador de Nova York no início do século XIX.

56

Os textos de “O Federalista”, refletiam a visão liberal de sua época e buscavam alertar para o perigo de se sair do jugo metropolitano estrangeiro e cair nas mãos de um candidato a déspota. Por isso, propunham uma República de fundamentação liberal, baseada na livre-iniciativa e na propriedade privada, mas oligárquica, patriarcal e escravagista. Uma República com medo do povo, com um ordenamento jurídico e instituições que fornecessem proteção mesmo contra seu próprio povo, numa característica contramajoritária, pois os pilares da democracia liberal devem ser mais perenes do que as vontades das maiorias transitórias.

Os interesses dos federalistas se baseavam, como vimos, numa visão elitista de controle político e social, numa época em que um número enorme da população era formado de escravos e que entre os livres, a maioria era analfabeta e moradora da zona rural. Madison e seus confrades idealizaram um aparato de poder em que, embora os cargos e funções políticas fossem eletivos, eram direcionados para os esclarecidos membros de uma pequena classe média urbana.

A justificativa era a de que uma nação forte precisava de povo forte e um governo mais forte ainda, no sentido de possuir instituições eficientes que não permitam a chegada ao poder dos que ameaçam sua visão de liberdade:

há de haver quem não veja que liberdade sem vigor de governo não é possível manter-se – que os interesses dela e dele não podem ser separados – que mais vezes se cobre a ambição com o pretexto de estremecimento pelos direitos do povo, que com o manto menas sedutor de zelo pelo governo. Quem quiser consultar a história, lá verá qual das duas estradas tem conduzido mais vezes ao despotismo, e achará que a maior parte daqueles que destruirão a liberdade das Repúblicas começarão a ser tiranos, fazendo-se demagogos e captando a benevolência do povo (MADISON, et al., 1840, p. 06).

Além do perigo do despotismo ou da tirania, a preocupação com a ascensão de demagogos ao poder decorria do tipo de desenho institucional construído durante as assembleias revolucionárias. A relação frágil entre as colônias encontrara um elemento comum na guerra contra a metrópole e foi com base nisso que foi construído todo o arranjo federativo. Nesse contexto, havia uma possibilidade real de que, tal como na América Latina, posteriormente, movimentos liderados por elementos locais rompessem esse arranjo, seduzindo as populações locais com discursos de separação e autonomia.

O arranjo institucional foi fortalecido nos primeiros anos pela chegada ao poder de líderes das Guerras de Independência que comungavam dos mesmos interesses e visões de país, que se tornaram valores morais basilares da nacionalidade – como o caso do próprio Madison, coautor de “O Federalista”. Esses valores se consolidaram a partir da década de 1830, com a fundação dos partidos atuais (Partido Democrata, na década de 1830 e Partido Republicano, em 1854), que controlaram o acesso à Presidência do país daí em diante, num revezamento constante.⁷ Esse controle dificultou que *outsiders* aspirassem a uma candidatura, pelo menos até a chegada de Donald Trump.

Levitsky e Ziblatt (2018) usam uma imagem simbólica para retratar as instâncias de controle dos partidos ao longo dos dois séculos seguintes. Discorrendo sobre os debates ocorridos em 1920 a respeito dos potenciais candidatos para suceder a Woodrow Wilson, os autores se referiram a uma pequena sala de conferências em um hotel, escurecida pela fumaça de charutos e cachimbos dos líderes do Partido Republicano, que passaram a noite analisando o perfil de cada candidato, até definir, por volta das duas horas da manhã, pelo candidato que consideraram adequado. Chama a atenção o fato de terem dispensado o primeiro colocado nas pesquisas de opinião, major-general Leonard Wood, de perfil populista e extremista, com chance real de vitória após quase uma década de domínio do Partido Democrata. O escolhido, Warren Harding, quarto colocado nas pesquisas de opinião, foi o escolhido, conseguindo vencer a eleição por estreita margem.

Em 1924, novo teste, com as pretensões de Henry Ford. Rico industrial do ramo automobilístico, populista, claramente racista e supremacista,⁸ o empresário era largamente apoiado e admirado pela população americana, mas foi impedido de concorrer às primárias pelos dois partidos (Republicano e Democrata), pelo potencial perigo que suas ideias representavam.

Os controles partidários foram novamente acionados em 1940, quando dois populistas arrebanhavam multidões por onde passavam ou para ouvir suas palavras nos programas de rádio. Charles Coughlin, sacerdote católico e orador inflamado com ideias extremistas e racistas e o populista da vez, o famoso aviador Charles Lindbergh, o primeiro a voar sobre o Atlântico sem escalas, em 1927 e que teve o filho sequestrado e jamais recuperado, em um

⁷ As exceções, em termos, foram as presidências de Lincoln e Johnson, um Republicano e um Democrata, eleitos por um terceiro partido, o Partido de União Nacional, no final da Guerra de Secessão, simbolizando a união das partes divididas pela guerra civil e a reconstrução dos ideais dos *founding fathers*.

⁸ Henry Ford, como muitos outros empresários e políticos norte-americanos, era visita frequente na Alemanha Nazista a partir de 1933 e recebeu a Ordem do Mérito da Águia Alemã, maior condecoração do governo de Hitler a personalidades não alemãs, em 1938 (BERNARDO, 2004).

caso que provocou comoção nacional. Lindbergh era também racista, admirador de Hitler e que passava temporadas na Alemanha.

Ambos eram, também, isolacionistas, o que nos Estados Unidos do final da década de 1930 significava compor com a maioria da população. Apesar de sérios concorrentes do presidente Franklin Roosevelt, do Partido Democrata e candidato à segunda reeleição, nenhum deles foi considerado pela liderança do Partido Republicano que, com o risco de perder a eleição – como de fato aconteceu – indicou, como candidato, o empresário Wendell Willkie.

Da mesma forma, o governador do Alabama, George Wallace, declaradamente racista, ídolo dos supremacistas do sul dos Estados Unidos entre as décadas de 1940 e 1970, radical adversário das políticas dos direitos civis e antissegregacionistas, não conseguiu ser indicado candidato pelo Partido Democrata em 1968, se desfilando e concorrendo pelo Partido Independente Americano, alcançando o terceiro lugar, a despeito da quase inexistência de estrutura partidária.

Em todos esses casos mencionados por Levitsky e Ziblatt (2018), as lideranças partidárias trabalharam claramente contra as inclinações eleitorais da sociedade de seu tempo. Os autores apontam como início da erosão dos controles partidários a adoção universal das primárias nas eleições norte-americanas a partir das décadas de 1960, reduzindo um pouco o poder das lideranças partidárias, já que o sistema de primárias se configurava como uma pré-eleição nos partidos principais que ampliava muito a visibilidade dos candidatos e de suas ideias, angariando apoios populares, institucionais e empresariais relevantes.

Mesmo com o rádio, as mídias publicadas e a televisão, o sistema das primárias não foi suficiente para impactar de maneira mais profunda os resultados das eleições. Mas a segunda década do século XXI viu grande parte da oferta de informações migrar para a internet, que passou a abrigar, ao mesmo tempo, formas de comunicação mais rápidas e de maior alcance. As Redes Sociais, objetivamente, que já haviam sido relevantes na eleição de Barak Obama em 2008, foram fundamentais para que o rico empresário do ramo da construção e divulgador de ideias extremistas, Donald Trump, concorresse nas primárias do Partido Republicano, vencendo-as e, em seguida, alcançando a Presidência do país.

Embora a análise de Levitsky e Ziblatt (2018) seja voltada para a compreensão do processo eleitoral que permitiu a chegada ao poder de um extremista de conteúdo populista, os autores observam que grande parte das intenções de um candidato desse perfil é diluída pelo sistema bipartidário, que serve de anteparo às ações mais populistas de uma presidência como a de Trump, que ao longo de seu mandato manteve pequena maioria no Senado, mas conviveu com uma Câmara dos Representantes com maioria Democrata. Além disso, o sistema de eleições constantes permite que parte do Congresso seja renovada no meio do mandato presidencial, um indicativo claro do humor do eleitor a respeito dos feitos da presidência.

Do ponto de vista do conceito de democracia, o sistema de defesa pré-eleitoral da democracia liberal norte-americana parece a antítese do espírito democrático que em tese compõe a própria definição de democracia liberal. Certamente que Levitsky e Ziblatt (2018)

não ignoram isso. O argumento dos autores é que os partidos políticos são essenciais para o bom funcionamento de democracia representativa e, por isso, devem ter as condições de elaborar mecanismos de filtragem apropriados, sendo isso um pequeno preço a pagar para evitar um mal maior, pois:

O teste essencial para a democracia não é se essas figuras surgem, mas, antes de tudo, se líderes políticos e especialmente os partidos políticos trabalham para evitar que eles acumulem poder –mantendo-os fora das chapas eleitorais dos partidos estabelecidos, recusando-se a endossar ou a se alinhar com eles e, quando necessário, juntando forças com rivais para apoiar candidatos democráticos. Isolar extremistas populares exige coragem política. Porém, quando o medo, o oportunismo ou erros de cálculo levam partidos estabelecidos a trazerem extremistas para as correntes dominantes, a democracia está em perigo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, posição 168).

Nessa interpretação, a atuação da liderança política como instância de filtragem se justifica na medida em que, ao evitar a ascensão dos líderes autoritários que não tem compromissos políticos democráticos – um *outsider* – e que não podem ser controlados pelas instituições quando já no poder, preserva-se a própria República, pois a história apresenta muitas experiências de personagens que, ao chegarem ao poder pela via eleitoral, subverteram-no. Os golpes nem sempre se dão pela força; há uma razoável possibilidade de líderes autoritários carismáticos chegarem ao poder e se utilizar da sua força eleitoral para minar a própria democracia por dentro.

Foi assim com a Itália, quando, eleito deputado e liderando um partido fascista pequeno, mas em crescimento, Benito Mussolini chegou ao poder, numa concertação de políticos de partidos democratas cristãos e liberais, interessados em sua popularidade e que acreditavam que podiam controlá-lo. Logo que foi convidado para a função de Primeiro-Ministro, Mussolini teve de nomear o economista liberal De Stefani, que realizou inúmeras ações de diminuição do Estado, como desregulamentação geral da economia e privatizações. Logo, porém, ao se sentir fortalecido, principalmente porque o projeto de retomada da economia pela via liberal não deu certo, De Stefani foi demitido e o poder foi concentrado por Mussolini, isolando os liberais.

A experiência italiana, de certa forma foi replicada na Alemanha com Hitler. Robert Gellately (2011) demonstra como a elite política do país, às voltas com as crises permanentes da recém-criada República de Weimar, se voltou para Hitler, buscando em sua popularidade crescente resolver os problemas econômicos e políticos, mesmo que esvaziando momentaneamente o conteúdo democrático da jovem República, na esperança de que, depois de saneado o ambiente institucional, poderiam enquadrá-lo.

De acordo com Gellately (2011, p. 34), foi “um grupo de conservadores influentes” que convenceu o presidente Paul von Hindenburg – também conservador –, a passar a liderança do governo ao político austríaco, acreditando que sua retórica moralista poderia servir de instrumento de unidade nacional.

Esses homens ao redor do presidente e as elites sociais com as quais tinham contato apoiaram Hitler como um líder interino, ou pelo menos o viram como um mal necessário. Eles sem dúvida acreditavam que, desprovido de experiência política, Hitler não seria capaz de se afirmar muito e que assim manteriam o controle fundamental. []. Os experientes e bem relacionados não nazistas com os quais o presidente encheu o gabinete de Hitler supostamente garantiriam que ele fosse mais um títere do que um verdadeiro líder com ideias efetivas e um programa próprio.

Mas cometeram um sério erro de avaliação. Em menos de seis meses, os nazistas enfraqueceram o sistema parlamentar e deram início à destruição da justiça com a suspensão dos direitos civis e legais, o que, por sua vez, abriu o caminho para a criação da Gestapo (Polícia Secreta do Estado) e para o estabelecimento dos primeiros campos de concentração (GELLATELY, 2011, p. 34-35).

Em que pese a ação coercitiva das milícias de Mussolini (camisas negras) e de Hitler – *Sturmabteilung* (SA) e sua sucessora *Schutzstaffel* (SS) –, foi a ação ativa das lideranças políticas desses países que levaram ao poder esses líderes autoritários que, posteriormente, subverteram as instituições por dentro, implantando regimes ditatoriais com resultados amplamente conhecidos.

Mais recentemente, as experiências da chegada ao poder de Alberto Fujimori, no Peru e de Hugo Chaves, na Venezuela, ambos na década de 1990 bem como dos atuais governos de Viktor Orbán,⁹ Primeiro-Ministro da Hungria e de Rodrigo Duterte, presidente das Filipinas desde 2016, entre tantos outros, demonstram a mesma estratégia. Todos são exemplos de governantes autoritários que chegaram pela via eleitoral ao poder. Talvez se possa, daqui a algum tempo, descrever da mesma forma os governos de Donald Trump, nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro, no Brasil.

A Experiência Brasileira

60

O debate até aqui se concentra no processo histórico norte-americano, embora, por comparação, tenham sido evocados momentos da história de outros países, assentando a conceituação de autoritarismo a partir das experiências concretas europeias de meados do século XX.

Esse também é o enredo de Levitsky e Ziblatt (2018) em sua obra, servindo de argumento principal para a problematização da possibilidade de o sistema eleitoral proceder a filtragens, evitando que autoritários e demagogos cheguem ao poder pela via eleitoral. Essa atuação prévia se justificaria pela dificuldade de contê-los depois de eleitos. Os autores, embora reconheçam o conteúdo pouco democrático da prática, a justificam, pois, revestidos do poder da função para a qual foram eleitos, frequentemente suas ações de esgarçamento do tecido democrático nem sempre são percebidas até ser tarde demais, principalmente porque essas ações não costumam ser desfechadas rapidamente; ao contrário, ocorrem aos poucos, como tateios ensaísticos, testando a sensibilidade (e a capacidade de reação) institucional.

Não desconhecemos as armadilhas da comparação de experiências históricas, políticas e sociais diferentes. Trazemos esses exemplos porque são a base da argumentação de Levitsky e Ziblett, a nosso ver problemática pelo fato de que, tradicionalmente, o sistema partidário

⁹ Viktor Orbán é primeiro-ministro da Hungria desde 2010, mas sua trajetória política é longa, pois faz parte do parlamento húngaro desde 1990 e já tendo atuado como primeiro-ministro entre 1998 e 2002.

norte-americano é marcado pelo bipartidarismo, com os partidos Democrata e Republicano dominando, de forma relativamente estável, o processo eleitoral há quase duzentos anos.¹⁰

Já mencionamos as experiências da Itália e da Alemanha, países diretamente relacionados com a ascensão do fascismo e do nazismo. Retomamos essa narrativa brevemente para compreender o cenário político dos processos de implantação dos governos ditatoriais que os marcaram.

Na Itália, o Partido Nacional Fascista (PNF) – fundado pelo ex-militante socialista Benito Mussolini em 1915 com o nome de Partido Revolucionário Fascista (PRF), contabilizava em 1921 cerca de cento e oitenta e sete mil filiados e, mesmo assim, elegeu trinta e cinco deputados, compondo com mais três partidos o Bloco Nacional, de centro-direita à extrema-direita – que alcançou, ao todo, cento e cinco cadeiras no Parlamento Italiano, ou 19% do total das vagas (SASOON, 2009). Naquela eleição, vários partidos compuseram três blocos, sendo que o Bloco de Esquerda foi o vencedor, tendo o Partido Socialista, sozinho, eleito cento e vinte e três deputados, seguido pelo Bloco de Centro.

Essa fragmentação do voto em 1921 não foi uma exceção, pois, como aponta Goffredo Adinolfi (2008), do início do século XX até a eleição de 1924, oito partidos tinham participação ativa na cena política nacional italiana, fora os partidos menores, com pouca representação nacional ou com atuação apenas regional.

A ascensão ao poder de Mussolini em outubro de 1922 deu-se em virtude da queda do governo formado pelos Socialistas Reformistas no início de 1922, dando sequência a um governo liberal que mal completou oito meses. Antonio Gramsci atribui a queda do governo e o convite a Mussolini para formar um novo governo às condições econômicas e sociais internas, que o Partido Socialista não soube administrar; à incapacidade do próprio partido que “não consegue organizar e enquadrar as grandes massas em movimento, não consegue preencher os minutos e os dias, não consegue encontrar um campo de ação que o ponha em contacto, em todos os momentos, com as grandes massas” (GRAMSCI, 1977, p. 112); à conjuntura externa contrarrevolucionária contra o comunismo em grande parte da Europa.

A queda do governo socialista e a ascensão do bloco liberal não melhorou as coisas e a população italiana, descrente com seu sistema político, apoiou a escolha de Mussolini no final de 1922.

Na Alemanha da década de 1920 e início dos anos 1930, durante a República de Weimar, se verificaram grande parte das condições sociais, econômicas e políticas da experiência italiana. Da mesma forma que na Itália, a despeito das desconfianças populares nas instituições estatais, o candidato do Partido Nazista, Erich Ludendorff, em sua primeira eleição presidencial, conquistou 1,1% dos votos para presidente (GAY, 1978, p. 139), numa eleição em que participaram sete partidos, nenhum dos quais alcançou 40% dos votos no primeiro turno. No segundo turno, com o abandono da disputa dos dois primeiros

¹⁰ Oficialmente participaram da eleição norte-americana em 2016, além dos candidatos dos dois principais, candidatos do Partido da Constituição, Partido Verde, Partido Libertário, além de uma chapa independente, possível na legislação americana. Todavia, esses candidatos somaram cerca de 5% dos votos totais, coerente com a tradição eleitoral do país.

candidatos, um novo candidato independente, Paul Von Hindenburg, foi eleito presidente com cerca de 48% dos votos.

Na eleição de 1932 Paul Von Hindenburg, novamente concorrendo como independente, foi eleito com cerca de 53% dos votos no segundo turno, com o Partido Nazista, agora lançando seu líder máximo, Adolf Hitler, alcançou pouco mais de 36% dos votos. O Partido Comunista, com seu candidato Ernst Thälmann, passou dos 10% dos votos. Nas eleições para o Parlamento, participaram quatorze partidos, dos quais sete elegeram deputados, com o Partido Nazista alcançado 33,09% dos votos totais (Gellately, 2011).

Nessa proliferação de partidos dificilmente se poderia pensar em estabelecer filtros pré-eleitorais, haja vista que a perda de um pleito dificilmente poderia ser recuperada mais à frente, dentro das estratégias eleitorais dos partidos.

No caso brasileiro, embora os partidos sejam parte da institucionalidade democrática, uma vez que não há, constitucionalmente, possibilidade de candidaturas avulsas, o multipartidarismo também é a principal marca dos períodos democráticos, formando o ambiente propício para que, tal como nos processos italiano e alemão antes da implantação das ditaduras totalitárias na primeira metade do século XX, surjam candidaturas personalistas.¹¹

A “cultura eleitoral” (ou eleitoreira) brasileira, permite/possibilita a existência absurda de trinta e três partidos políticos oficiais, dos quais mais de vinte estão representadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.¹² Do total de partidos oficiais, seis concentram um terço de todas as filiações partidárias no país, mas nenhum deles tem, sozinho, mais de doze por cento do número de deputados no Congresso Nacional, impedindo que haja maiorias estáveis para apoiar a governabilidade, o que obriga os sucessivos governos à composições e coalizões.

A observação da experiência brasileira da redemocratização (pós-1985) mostra que, em todas as vezes em que governantes deixaram de compor com outros partidos – ou grupos de partidos – tiveram dificuldades para governar, como José Sarney, na segunda metade de seu mandato, ou, nos casos de Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff, que foram apeados do poder em processos de *impeachment* (com diferença de vinte e quatro anos entre eles). Apenas Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aliado desde a campanha ao Partido da Frente Liberal (PFL), e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) e aliado, no segundo mandato, ao antigo Partido

11 Num exercício de síntese, percebemos que as experiências eleitorais brasileiras são caracterizadas por:

- a) Inclinação a eleger personagens com retóricas populistas;
- b) Prática secular do clientelismo e voto de cabresto, sobretudo, nas eleições locais;
- c) Pouco apreço à fidelidade partidária, demonstrado não apenas pela atuação de políticos que se dizem “independentes” em relação aos programas partidários de suas próprias agremiações, quanto por aqueles que buscam novos partidos praticamente a cada eleição (na última eleição presidencial, o partido do candidato Jair Bolsonaro, o Partido Social Liberal (PSL) – do qual já se desfilou –, era o oitavo partido de sua carreira; Ciro Gomes, candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), já passara por outros seis partidos);
- d) Existência das “bancadas temáticas” nos legislativos, formadas por legisladores eleitos por bandeiras próprias e, frequentemente, à margem dos programas partidários;
- e) Existência dos “partidos de aluguel”, que cedem vagas para candidatos com boa performance eleitoral;
- f) Ênfase da marca própria do candidato, em detrimento do partido, nas campanhas eleitorais.

12 Sobre a quantidade de partidos políticos no Brasil, bem como as representações no Congresso Nacional e a formação de bancadas, ver <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>, acesso em 27 out. de 2021.

do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),¹³ tiveram governos razoavelmente estáveis, embora com acusações de malfeitos e corrupção, o que contribuiu com o ambiente de descrédito em relação à política em geral e aos partidos políticos em particular.

Além disso, poucos partidos tem uma história baseada numa orientação programática de fato. Entre as exceções, a maioria tem ligação com a esquerda, alguns dos quais foram criminalizados e até banidos, em certos momentos. O único partido de centro-direita mais programático e com vida política mais longa é o Democratas (DEM), mas que se esconde na mudança de nomenclatura de tempos em tempos para escamotear suas ligações com setores sociais que se tornaram indefensáveis posteriormente. Herdeiro da antiga União Democrática Nacional (UDN), surgiu em 1965, fruto do Ato Institucional n. 2 (AI 2) com o nome Aliança Nacional Libertadora.¹⁴

O Século XXI e o Mal-Estar da Política

A profusão de partidos no Brasil revela um sintoma que aponta, por um lado, para características personalistas presentes nas experiências autoritárias citadas acima; por outro lado, para o fato de que o papel do partido político, central na consolidação da democracia liberal, não alcançou a centralidade como representação participativa da mesma maneira no mundo ocidental.

Mas isso pode ser percebido, também, em países em que a legitimidade da representação política das agremiações alcançou alto grau de inserção na vida social em algum momento da segunda metade do século XX. Nas últimas décadas percebe-se um declínio da confiança popular nas instituições políticas tradicionais, movimento que Pierre Ansart já havia percebido no início da década de 1980, na França, motivado pela percepção de incapacidade dos cidadãos de influenciarem decisivamente em pleitos eleitorais em que a lógica do processo tendia, cada vez mais, a temas burocráticos e pouco relacionados às questões do dia a dia da população. Ansart (2002, p. 55-56) reflete que todos os espectros políticos perceberam isso, principalmente, no caso francês, pela diminuição acentuada do comparecimento às urnas, por conta do que a vertente marxista nomeou de “mal-estar’ das civilizações capitalistas”, enquanto as análises liberais definiam como “desencantamento político”.

A análise de Ansart encontra eco nas reflexões de Norbert Lechner (2007, p. 09), para quem as mudanças percebidas nas sociedades ocidentais nas últimas décadas fizeram com que se processasse “uma redefinição dos sentidos da política e, portanto, da democracia possível”. Dessa forma, ainda na primeira década do século XXI, Lechner já antecipava as condições que, pouco tempo depois, levaram várias sociedades e se voltarem para figuras de perfil autoritário, dispostos a estabelecer novas formas de aproximação popular, sem

¹³ Desde a aprovação pelo TSE em 2018, o partido voltou a se chamar Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹⁴ No momento em que estamos concluindo a redação deste texto (outubro de 2021), o DEM anunciou uma fusão com o Partido Social Liberal (PSL), resultando em um novo partido chamado União Brasil que, em tese, terá a maior bancada da Câmara Federal e uma das maiores do Senado, se considerarmos a soma das atuais bancadas dos dois partidos e se todos os parlamentares que detém mandato aderirem ao novo partido.

a mediação dos partidos e demais instituições da democracia liberal representativa. De acordo com o autor:

O referencial histórico permite vislumbrar as transformações em curso. A política deixa de ser o lugar privilegiado da produção da sociedade por ela mesma à medida [em] que as consequências imprevistas e indesejáveis da ação política levam a duvidar de uma construção deliberada. A passagem de uma ordem **recebida** para uma ordem **produzida**, própria da modernidade, tende a ser reinterpretada mediante a ideia de uma ordem **autorregulada**. Se concebermos o processo social em termos de uma autorregulação, então, efetivamente, “é preciso renunciar à ilusão de que podemos criar deliberadamente o futuro da humanidade” (LECHNER, 2007, p. 10).

A análise de Lechner aponta para o paradoxo de a própria democracia liberal, na medida em que aperfeiçoou os fundamentos da participação e fiscalização do poder pelas populações de cada país, ter criado, ao mesmo tempo, os elementos de esvaziamento de dessa participação, na medida em que, cada vez mais os imperativos econômicos e jurídicos levaram os parlamentos e demais instâncias deliberativas a retirar das mãos dos eleitos a capacidade de decisão, transferindo-a para uma elite tecnocrática e não eleita, que distanciou-se das demandas do mundo real, em nome de resultados macro e da “previsibilidade jurídico-institucional”.

Essa incapacidade (ou decisão deliberada) de aproximação com as causas e demandas do mundo real é o motivo mais importante para o esvaziamento do engajamento político nos moldes da democracia liberal, fazendo com que eleitoras e eleitores se sentissem atraídos pelos discursos – amplificados cada vez mais pelas redes sociais tecnológicas de nosso tempo – que propõem novas formas de ação política, ou seja, fora do padrão liberal, pois, se estamos em uma ordem social autorregulada, a ideia da construção social da cidadania pelas vias institucionais tradicionais perde sentido. Se a participação política não contribui para a construção da sociedade que desejamos, para que participar da política pela via tradicional? “Assim sendo” – pergunta Lechner (2007, p. 10), ecoando o questionamento de muitos – “qual é o lugar da política”?

A resposta proposta por Levitsky e Ziblatt (2018), nessa perspectiva, de aperfeiçoamento dos filtros partidários para impedir o acesso ao poder dos *outsiders*, não é apenas insuficiente, mas uma demonstração de falta de percepção da realidade, em que os fundamentos institucionais do próprio modelo de democracia liberal se apresentam esgarçados, incapazes de fazer frente às demandas das sociedades atuais.

É inegável que esse estado de coisas favorece – e mesmo, é estimulada por – setores da sociedade, que percebem a possibilidade de viabilizar projetos baseados em visões de mundo antes percebidas como de nichos minoritários, mas que encontram o terreno fértil para sua proliferação. Mas a questão fundamental que deve ser enfrentada é exatamente o limite que o modelo de democracia liberal tem para além da geração de riqueza *pari passu* com a desigualdade socioeconômica cada vez maior. Grande parte dos apoios alcançados por Donald Trump se localizam exatamente nos estados em que tem aumentado cada vez mais a pobreza com a desindustrialização crescente e com o surgimento de categorias profissionais cada vez mais precarizadas.

Certamente que os analistas políticos percebem essas nuances na mudança de perfil dos eleitores e a relação com a situação sociopolítica, mas o modelo encontrado, de

controlar o processo de lançamento de candidatos pela filtragem pré-eleitoral no interior dos partidos claramente não tem se mostrado adequado para evitar que candidaturas consideradas inadequadas ao sistema político da democracia liberal vigente.

Considerações Finais

A percepção de inutilidade não apenas transforma, mas reconstrói todo o imaginário social a respeito da política. Na percepção de parte cada vez maior das sociedades ocidentais, o campo político, de conquista fundamental das sociedades pelo seu potencial de se estabelecer como instância de lutas e enfrentamentos, cada vez mais tem sido percebido como lugar de negociações e acordos excusos, conduzido por profissionais da política descolados da realidade, numa atuação diametralmente oposta (aparentemente) aos interesses da sociedade.

Nesse processo, a política, de conceito filosófico, tem seus sentidos esvaziados ao ser confundida com as instituições políticas estabelecidas. Estas, por sua vez, se confundem com os partidos e agremiações. Na sequência, estes são cada vez mais identificados aos interesses de seus dirigentes e detentores de mandatos eletivos e não com um programa ou projeto político; mesmo estes são percebidos pela sociedade como não permanentes, por não se basear em princípios político-ideológicos, mas representarem, em cada momento, a conveniência das maiorias transitórias, constituindo o que Lechner (2007, p. 13) nomeia como a “crise dos mapas ideológicos”.

Essa equivalência no campo político não permite ao cidadão e eleitor estabelecer diferenças entre tendências e campos ideológicos, classificando-os, todos, como iguais ou indiferenciados, portanto merecedores igualmente de desconfiança ou indiferença.

De um lado, partidos programáticos com base social importante, constituindo-se em espaços de empoderamento de movimentos sociais que representam os interesses de categorias e classes sociais, dando-lhes os meios para a expressão das demandas e ideias, a participação e engajamento político, são colocados no mesmo terreno dos partidos claramente fisiológicos.

Por outro lado, percebemos que o descrédito do campo político, numa época de desenvolvimento tecnológico, em que a informação instantânea chega a cada vez mais pessoas simultaneamente, possibilita que discursos e ideias distorcidas ou de nichos específicos adquiram visibilidade cada vez maior, na medida em que não estão sujeitos aos filtros institucionais – políticos, sociais e mesmo jurídicos – estabelecendo um novo modelo de democracia participativa, amplificando certas vozes como se fossem representativas das maiorias.

Bibliografia

ADINOLFI, Goffredo. Elites Ministeriais e Partidos Políticos na Transição Democrática Italiana. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2008, v. 21, n. 42, p. 145-171. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000200003>>.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? *In.*: **História & Perspectivas**, n. 25 e 26. jul/dez. 2001/ jan./jun. 2002. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia.

BERNARDO, João. **Democracia Totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BORDA, Jordi. **Democracia local**: descentralización del estado, políticas económicasociales en la ciudad y participación popular. Barcelona, Ayuntamiento de Barcelona, 1988.

FITOUSSI, Jean-Paul.; ROSANVALLON, Pierre. **La Nuova Era de las Desigualdades**. Buenos Aires: Manantial, 2003.

GAY, Peter. **A Cultura de Weimar**. Tradução de Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GELLATELY, Robert. **Apoiando Hitler** – Consentimento e Coerção na Alemanha Nazista. São Paulo: Editora Record, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**. Uma História da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LAVALLE, Adrián, et. al. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67. São Paulo, 2006.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. **Lua Nova**, n. 62, São Paulo, 2007.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **O Federalista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

Higienismo e determinismo racial nos textos de Sílvio Romero sobre Machado de Assis

Fabio Muruci¹

Resumo:

O artigo examina a leitura crítica da obra de Machado de Assis feita por Sílvio Romero. A análise está centrada em dois objetivos. Em primeiro lugar, descrever como o suposto desinteresse de Machado pela paisagem nacional é considerado por Romero como um comportamento típico da mentalidade imperial fluminense, que governaria o país sem interesse pelas províncias. Em segundo lugar, argumentar que o uso de instrumentos biográficos e pressupostos raciais deterministas foi fundamental para que Romero pudesse estabelecer uma sincronia entre a suposta alienação pessoal de Machado diante de suas origens raciais e a cisão maior entre as elites do Rio de Janeiro e a verdadeira nação.

Palavras-Chave: Sílvio Romero; Nacionalismo Literário no Brasil; Raça; Higienismo.

Abstract:

The article examines the critical interpretation of Machado de Assis' literature made by Sílvio Romero. The analysis has two main objectives. Firstly, it intends to describe how the supposed disinterest of Machado for the national landscape was taken by Romero as a common tendency of the Rio de Janeiro's imperial elite that used to govern the country without interest for the provinces. Secondly, it tries to defend that Romero's use of biographic and racialist concepts was important to synchronize the supposed Machado's personal alienation from his racial origins with the unconcern of the Rio de Janeiro's elite for the true nation.

Keywords: Sílvio Romero; Brazil's Literary Nationalism; Race; Hygienism.

Machado de Assis foi cultuado, em seus últimos anos de vida, como o líder máximo da inteligência brasileira. O cultivo da perfeição nas belas letras, seu saber enciclopédico de clássicos e modernos e certa aversão ao debate escandaloso e polêmico eram colocados em oposição aos boêmios literários do Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Seu comportamento contido fornecia um modelo para os pretendentes a uma vaga na Academia Brasileira de

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Este trabalho desenvolve alguns pontos de minha dissertação de mestrado, *A paisagem oculta. Cidade e representação social em Machado de Assis*, defendida no PPGHIS da UFRJ em 1998. Gostaria de agradecer ao CNPq pela concessão de uma bolsa de mestrado. E-mail: fmuruci@yahoo.com.br.

Letras, da qual foi um dos fundadores em 1897. O próprio Machado contribuiu para esta imagem, já que, no cargo de presidente da Academia, sustentou uma política de isolamento da instituição das questões políticas mais palpitantes do momento. No discurso de abertura da sessão inaugural, em 20 de julho de 1897, defendeu a manutenção da união da classe literária no meio da turbulência política trazida pela República:

O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda a casta, às escolas e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-nos fazer com que ele perdure. (ASSIS, 1994, p. 926).

Esses princípios e sua atuação pública comedida estimularam a imagem de um escritor socialmente adaptado e cultivador das belas letras, defensor de um movimento de despolitização dos homens de letras. A academização da literatura foi considerada, na época, como uma nova conquista na superação do estágio atrasado do desenvolvimento da civilização no Brasil, que colocaria o país mais próximo dos hábitos da França literária respeitável. Nesse sentido, Machado de Assis seria um exemplo de escritor adaptado aos valores da *Belle Époque* literária brasileira. Desde então, o contraste entre esta imagem e a força corrosiva de sua obra literária vem se constituindo em um enigma, ao qual a crítica e a história literária brasileiras sempre retornam.

68

Porém, mesmo cercado pela aprovação da cultura literária oficial e dos pequenos grupos de amigos e admiradores que se reuniam em torno dele, Machado foi objeto de uma série de críticas duras, durante mais de meio século, vindas de algumas das figuras mais significativas da vida literária e intelectual brasileira. Entre estes, podemos citar Sílvio Romero, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre e Augusto Meyer, o que parece suficiente para afastar a hipótese de que se tratariam apenas de polêmicas do momento ou disputas pessoais.

Sem negar sua admiração pelo talento do autor de *Dom Casmurro*, para o pensamento de cada um daqueles críticos, sua literatura constituiu um desafio e uma fonte de estranhamento. Nesse sentido, a trajetória da recepção crítica de Machado de Assis constitui parte inseparável da compreensão que temos dele em nossos dias. Durante muito tempo, sua obra foi vista por estes diversos comentadores como um corpo estranho em nossa literatura, suscitando reações muitas vezes irritadas de entusiastas pela nacionalização da literatura brasileira, que viam com desconfiança sua suposta ausência de interesse pela paisagem e pelos costumes locais. Araripe Jr., por exemplo, fala, numa lembrança autobiográfica, sobre sua irritação quando, entusiasmado com a leitura dos viajantes europeus e suas descrições da natureza tropical, leu os primeiros livros de Machado, “cuja excentricidade punha o meu gosto artístico, o meu chateaubrianismo intransigente, em verdadeiro estado de desespero” (ARARIPE JR, 1958, p. 291-2).

O objetivo deste artigo é observar uma dessas leituras, a de Sílvio Romero, que reforça a imagem de Machado como exemplo de uma tendência das elites brasileiras para se alienar da nacionalidade. Esta aproximação estava muito ligada aos conflitos entre os

defensores dos diversos projetos de identidade nacional e o que eles consideravam como entraves para sua consolidação, principalmente a centralidade política e cultural do Rio de Janeiro no período do Segundo Reinado. Mas essa crítica só pôde ser aplicada na literatura através da utilização contínua da análise biográfica de forma determinista, a qual permitia o diagnóstico de uma alienação pessoal que era, simultaneamente, fonte de alienação cultural.

Tais apontamentos são importantes porque demonstram um traço recorrente na abordagem da obra de Machado, que explica muito sobre sua aceitação e repúdio: Machado como exemplo típico de europeização brasileira, que teria no Rio de Janeiro seu principal palco. Esta assimilação contribuiu para a longa resistência de figuras de destaque na intelectualidade brasileira à sua obra. O Rio de Janeiro tem um papel decisivo no desenvolvimento desta história porque foi a porta de entrada da modernização no Brasil durante este período, mesmo quando, ou principalmente por isto, só acontecesse no nível dos símbolos e imagens (SÜSSEKIND, 1986). A compreensão do repúdio de Machado pelos intelectuais citados deve ser entendida dentro do conjunto de um amplo debate sobre a inserção do Brasil na modernidade e, como tal, ultrapassa o âmbito literário e se funde com problemáticas sociais e políticas. Se ignorarmos esta articulação, perderemos boa parte das questões que foram consideradas mais decisivas na época.

O tema da oposição Corte/nação foi desenvolvido por diversos autores no Brasil da segunda metade do século XIX. Ele partia do incômodo de escritores de diversas regiões com a falta de interesse dos habitantes da cidade pelas culturas locais. José de Alencar, por exemplo, se referiu várias vezes ao maior sucesso de sua obra no interior do que na Corte. O público do Rio de Janeiro demonstrava mais interesse por comédias grosseiras e dramas passionais, em geral franceses, do que pelas produções do teatro nacional. Já no Segundo Reinado estaria se criando o deslumbre com a atualidade literária e mundana europeia, que se difundiria ainda mais na Primeira República (SEVCENKO, 1985). Alencar ficou profundamente decepcionado com a ausência de público na representação de sua peça *O Jesuíta* (1875), defendendo que o mesmo desinteresse por sua obra não existia nas províncias e no interior:

os brasileiros da corte não se comovem com essas futilidades patrióticas; são positivos e, sobretudo cosmopolitas, gostam do estrangeiro; do francês, do italiano, do espanhol, do árabe, de tudo, menos do que é nacional. Isso apenas serve para eleição.

Na alta roda vive-se à moda de Paris; e como em Paris não se representam dramas, nem comédias brasileiras, eles, *ces messieurs*, não sabem que significa teatro nacional". (ALENCAR, 1977, p. 261-4).

A produção artística nacional aparecia para ele como uma cruzada de alguns poucos idealistas. Uma conclusão segura sobre este fato é difícil se levarmos em conta o sucesso de *O Guarani*, o que mostra que o desinteresse talvez não fosse tão total (BROCA, 1981). Mas diz muito sobre o estado de espírito dos defensores da literatura nacional. O público da Corte Imperial demonstrava, em suas preferências culturais, a mesma alienação que a elite política mantinha com relação ao "país real".

Sílvio Romero retoma essa perspectiva e defende a necessidade de preservar os traços culturais do interior do país contra a homogeneização, que estaria *afrancesando* o país a partir do Rio de Janeiro:

É ainda uma das ideias mais queridas da intuição anglo-germânica a guerra à centralização do pensamento nacional, a oposição à imitação do *parisismo*.

O BRASIL É O RIO DE JANEIRO!... dizemos, macaqueando inconsideradamente a frase - A FRANÇA É PARIS!...

Não cansarei de bradar contra semelhante absurdo. Não somente há tendências diversas na literatura das províncias ao norte e ao sul como as há especialmente das províncias para a Capital e tais diferenças devem ser mantidas.

A grandeza futura do Brasil virá do desenvolvimento autônomo de suas províncias, hoje Estados. Os bons impulsos devem ser secundados, aplaudidos.

Não sonhemos um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador das ideias. Do concurso das diversas influências dos Estados é que deve sair o nosso progresso. A grande alma nacional, apesar de muito batida de infortúnios, não caiu ainda na imobilidade chinesa (...). Que seria melhor: uma pátria uniforme, morta, gelada, ou vivace e múltipla em suas manifestações? (...). Não se chama isto dividir a literatura nacional em duas; é apenas afirmar a unidade na multiplicidade (...). Tenhamos, sim, muito cuidado com as pretensões compressoras da Capital, estejamos alerta contra o *parisismo* e contra a almejada *ditadura científica* de um centro regulador das ideias... É uma nova fórmula do jesuitismo! (ROMERO, 1980, p. 149-52).

70

A passagem parte de uma referência às matrizes teóricas alemãs que influenciaram Romero. O tema da transferência de ideias e modos de civilização é profundamente inserido na história do século XIX, herdado do conflito entre o iluminismo francês e romantismo alemão do século XVIII, que foi desenvolvido por autores de diversas vertentes, tanto conservadoras como liberais (ELIAS, 1990). A extensão e penetração deste debate podem ser explicadas devido à urgência que suas questões alcançaram em um século marcado por explosões revolucionárias de impacto internacional e pela influência de ideologias de caráter universalista, como o liberalismo, o marxismo e o positivismo, em um quadro de expansão do nacionalismo de minorias e de impérios transcontinentais. A oposição entre o local e o internacional atingiu proporções de um grave problema político e cultural.

O discurso dominante de tendência liberal na Europa tendia a ver as culturas locais como arcaísmos ou peças curiosas para a antropologia. Elas apareciam, por outro lado, como empecilhos para a modernização e a civilização dos costumes empreendida pelas grandes potências, que lhes impunham as alternativas da submissão, agregação às culturas maiores ou, caso desejassem a autonomia política, o abandono de qualquer ambição expansionista e resignação com seu caráter provincial. Para o pensamento liberal, e logo após para os evolucionistas, liberais ou não, a submissão às civilizações mais adiantadas seria um bem para as pequenas culturas locais, que encontrariam uma possibilidade de aperfeiçoamento das instituições e dos costumes (HOBSBAWN, 1990). A ameaça de que um centro gerador de ideias cosmopolitas de grande repercussão pudesse extinguir a diversidade regional, empobrecendo os potenciais da criatividade humana e criando sociedades homogêneas e repetitivas, era denunciada por críticos do iluminismo desde o século XVIII (HERDER, 1995). A linguagem apocalíptica pintando um mundo morto e congelado, despido do calor

vital que a natureza fornece através de sua variedade e que a cultura humana se enriquece ao procurar reproduzir, também tem a mesma origem.

Compartilhando dessa posição, Romero tentou pensar o Brasil sob a luz do contexto de disputa imperialista do fim do século XIX, sustentando a necessidade de defesa do direito de soberania de cada nação através da preservação de sua especificidade cultural:

Qualquer que seja a força, a corrente da civilização contemporânea para nivelar os povos, extinguido-lhes as originalidades; qualquer que seja o impulso do cosmopolitismo hodierno, obra da troca constante e fácil de ideias e sentimentos entre as nações de nosso tempo, qualquer que seja esse impulso para igualar numa uniformidade monótona as tendências intrínsecas e hereditárias dos povos, ainda assim é impossível negar a aptidão de raças diversas para diferentes esferas da atividade intelectual. (ROMERO, 1977, p. 266).

Ao contrário de muitos autores das correntes científicas e evolucionistas que Romero dizia seguir, sua tentativa de preservar a singularidade brasileira e fortalecer seu sentido de identidade valorizava o local, a diversidade cultural e a necessidade de preservá-la, em vez de considerá-los exclusivamente como resquícios de sociedades inferiores e extemporâneas. O lado mais explicitamente romântico de seu pensamento lhe permitia elaborar um discurso de intenção contra-eurocêntrica.

A utilização do instrumental crítico romântico, porém, é enquadrado em uma teoria geral evolucionista que, inevitavelmente, teria que enfrentar o problema da *struggle for life*. Nesse caso, a vitória do mais forte implica na subjugação ou destruição do mais fraco, o que diverge da defesa do direito de existência de todos os povos e entra em contradição com o valor da diversidade cultural. A defesa da diversidade assume um caráter instrumental ao considerar a vitalidade nacional como arma na luta pela sobrevivência. A referência a uma “ditadura científica” do Rio de Janeiro é uma passagem importante para nossos propósitos. Romero opunha a vitalidade e juventude das culturas regionais contra a força homogeneizadora vinda do centro imperial. A vida na Corte é identificada como excessivamente marcada pelo artificialismo nos costumes e nas ideias. Com isso, faz uma inversão do contexto nacional, transformando a província na verdadeira civilização brasileira e o Rio de Janeiro cosmopolita em um centro de imitação. Criticava então a falta de compreensão do “povo” brasileiro a respeito de si mesmo:

Nós desconhecemo-nos a nós mesmos.

considerado. como tipo sociológico, o povo brasileiro é apático, sem iniciativa, desanimado, (.). É assinalável a propensão que temos para esperar, nas relações internas, a iniciativa do poder, e, no que é referente à vida intelectual, para imitar desordenadamente tudo quanto é estrangeiro, *scilicet*, francês.

A nação brasileira não tem pois em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política, nem intelectual (.). (ROMERO, 1980, v. 1, p. 145).

Romero culpava o poder político centralizado pela desmotivação geral da sociedade brasileira, argumentando que a origem da situação estava na tendência do “bacharelato” brasileiro de tentar resolver todos os problemas com dispositivos legais: “O Brasil é um país de legistas; a formalística nos consome; todas as nossas questões se resolvem pela praxe” (ROMERO, 1969, p. 118). A lei formal empobreceria a vitalidade social e a criatividade

nacional. Porém, considerando sua avaliação de que a nação brasileira não teria “forma própria”, nos perguntamos se não foi o próprio Romero quem apontou o vigor das culturas provinciais e seu direito de existência? Por que então a nação não teria forma própria? A resposta é que ela existe, mas se submete ao poder de um frágil transplante europeu, o Rio de Janeiro cosmopolita. A presença deste elemento alienígena fratura a unidade nacional e, mantendo a população submissa na expectativa da ação do poder central, não deixa que sua força se desenvolva. Esta análise já está presente em um de seus primeiros trabalhos:

não existe de fato oposição saliente entre as nossas tendências ao Norte e ao Sul. Onde eu encontro luta latente e profunda divergência é entre os nossos hábitos provincianos e a degeneração adiantada da vida cortesã em nossa terra. O Sul não se opõe ao Norte senão nos conceitos da Geografia. Ambos eles, porém, divergem consideravelmente, por suas aspirações livres da aura mórbida e corrupta que se exala da famigerada Corte, em que alguns bem-aventurados falam com o mesmo acento e unção com que falam os crentes na Corte Celeste! (ROMERO, 1969, p. 112).

Desta consideração, Romero extrai razões para defender a necessidade de incentivos para a literatura provincial, ignorada e subjugada pelo domínio da oligarquia literária fluminense, que denominava ironicamente como “alencarismo e macedismo”, em referência aos dois autores que acusava como principais culpados do estado da literatura no país (ROMERO, 1969, p. 113). Esta crítica ao centralismo cultural da Corte pode ser entendida como parte de uma estratégia de legitimação do próprio Romero. Nascido no Sergipe, ele muda para o Rio de Janeiro mas continua mantendo a posição de letrado da província como seu lugar de legitimação, criando a imagem de um intelectual que não cede aos favorecimentos e mecenato que outros escritores haviam aceitado. Exerce um olhar provinciano, que denuncia e se escandaliza com os modismos, os arranjos políticos e a mundanidade das elites imperiais (SOUZA, 2018).

A discussão sobre a autenticidade cultural era, em grande parte, uma tentativa de estabelecer um filtro sobre os modelos disponíveis de organização política vindos da Europa. A preferência que Silvo Romero demonstrava pela cultura alemã em detrimento da francesa indicava a escolha de uma orientação historicista da política, onde os costumes eram convocados em defesa dos sistemas políticos escolhidos e serviam de instrumento de recusa dos inadequados. O mesmo se aplicava a todas as criações da sociedade, inclusive a literatura, como pode ser percebido por sua definição do romantismo:

Ora, a filosofia dos outros séculos estava no absoluto e a nossa está no relativo; a antiga era *a priori* e a nossa é *a posteriori*. Aquela tinha um direito universal, uma gramática universal, uma arte universal, um modelo universal para tudo; esta ensina ser o direito uma função da vida nacional, a língua uma formação nacional, a poesia uma idealização nacional. Há tantos direitos, gramáticas e artes originais, quantas são as raças que dividem a humanidade. (ROMERO, 1980, v. 3, p. 782).

A defesa de uma abordagem historicista romântica é, em certos aspectos, contraditória com o evolucionismo racial que Romero dizia praticar, tornando-o mais próximo do campo de resistência contra os modelos universalistas de evolução histórica. Ao mesmo tempo, o esforço de encontrar um lugar para o Brasil entre as grandes nações fazia com que a realidade cultural e racial local se apresentasse como um problema.

Nesse ponto, é fundamental inserir esse debate nas reflexões sobre o papel dos letrados na construção da nação. Romero era um defensor ardente do engajamento dos homens de letras no debate nacional e via a atividade crítica como uma busca por soluções dos problemas do seu tempo. O próprio estudo da literatura seria um instrumento para esse fim, o que explica em parte sua rejeição do letrado acadêmico dedicado ao cultivo das belas letras. Ao escrever sobre a história a literatura brasileira, um dos seus principais propósitos era contribuir para a independência mental dos brasileiros, denunciando exemplos de cópia e submissão às ideias importadas. Esse caráter ético e político seria mais essencial do que discussões metodológicas ou estritamente estéticas. A discussão da literatura nunca deve ficar restrita ao texto (PINHA, 2013).

Em sua concepção do papel da narrativa histórica, uma abordagem mais generalizada deveria substituir a crônica anedótica e pitoresca. O objetivo era discernir as leis fundamentais que regem a história nacional. Através desse conhecimento, o letrado garante a legitimidade necessária para diagnosticar os problemas nacionais e oferecer um tratamento, se constituindo como “médico” do social (TURIN, 2005). Embora se apresentasse como um crítico das elites imperiais, que procurou valorizar a cultura popular do interior do Brasil, Romero não acreditava na capacidade de mobilização política desses setores da população. A ação transformadora do país teria que partir de letrados cientificamente orientados (SOUZA, 2018). A legitimidade desses homens de ciência também se construía pela crítica aos “homens de letras” que se mantinham afastados dos grandes temas nacionais do momento (SCHWARCZ, 1993).

Romero via a literatura como um documento sobre o processo evolutivo da uma nação. O valor de uma obra dependeria de sua inserção na evolução cultural e de sua representatividade étnica. A melhor literatura é aquela que contribui para o fortalecimento da coesão étnica da nação. Daí que o texto literário expressa as fissuras e padrões de um determinada população. Os escritores são, basicamente, exemplos e representantes de características nacionais, visíveis na própria forma de expressão. A adoção de teorias deterministas na relação linguagem-contexto fez com que a sociedade e a biografia predominem como instrumentos interpretativos da literatura. E a própria sociedade foi pensada através de concepções organicistas ou culturalistas, que privilegiam o traço generalizador, a “índole” ou o “caráter” nacionais, acima da diversidade e da originalidade (VENTURA, 1991).

A intenção combatente e a perspectiva sociológica aplicada no estudo da literatura dificultaram o desenvolvimento da reflexão propriamente teórica sobre a especificidade da linguagem literária (LIMA, 1989). Assim, a ficção foi minimizada diante da “cultura” e da “sociedade”, as quais estabeleciam o referencial para a leitura do que era ou não aceitável, impondo os critérios de autenticidade e representatividade sobre os de questionamento e ruptura. A obra de Machado de Assis está entre as mais visadas por esta crítica, fonte de constantes manifestações de desagrado e desconforto, exatamente por desafiar seus paradigmas e modos de leitura. Investindo muito no ficcional e pouco no documental ou no confessional, Machado se deslocou da vertente nacionalista, pedindo formas de leitura que a crítica documental não estava preparada, ou disposta, a realizar.

O ataque mais extenso de Sílvio Romero contra Machado de Assis foi o livro *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira*, publicado em 1897. Nele, Romero se apresenta como o primeiro a realizar uma análise crítica e interpretativa verdadeira do romancista, reprovando a tendência apologética de seus admiradores, que impedia qualquer tentativa de estudo objetivo de seu mestre. Culpa a organização facciosa da vida literária brasileira da época por esta situação mas, curiosamente, o próprio Machado é apresentado como avesso a esse tipo de apadrinhamento. O livro estava direcionado, igualmente, contra seu principal adversário entre os críticos literários do período, José Veríssimo, cujas posições estão subjacentes todo o tempo. Veríssimo havia defendido Machado dos ataques da crítica nacionalista, argumentando que o critério da temática local não era o único válido para avaliar a qualidade de um autor (VENTURA, 1991). Romero parece ter concluído que o ataque se dirigia a ele próprio e preparou uma refutação demonstrando que esta também não era, de fato, sua posição:

A inspiração nacionalista não é, ao que se repete vulgarmente, *a que é mais pegada à vida nacional...* O espírito nacional não está estritamente na escolha do tema, na eleição do assunto, como se costuma supor.

Não é mais possível hoje laborar em tal *mal-entendu*. O caráter nacional, esse *quid* quase indefinível, acha-se ao inverso, na índole, na intuição, na visualidade interna, na psicologia do escritor. Tomasse um eslavo, um russo, como Tolstói, por exemplo, um tema brasileiro, uma história qualquer das nossas tradições e costumes, havia de tratá-la sempre como um russo. Isso é fatal. Tomasse Machado de Assis um motivo, um assunto entre as lendas eslavas, havia de tratá-lo sempre como brasileiro, queremos dizer, com aquela maneira de sentir e pensar, aquela visão interna das cousas, aquele *tique*, aquele *sestro* especial, se assim nos podemos expressar, que

são o modo de representação espiritual da inteligência brasileira.

Machado de Assis não sai fora da lei comum, não pode sair, e ai dêle se saísse. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada. (ROMERO, 1936, p. 26).

Devemos desdobrar esta passagem, pois ela resume a forma como serão operadas as análises seguintes. É importante ressaltar que a compreensão do procedimento crítico de Romero não pode ser buscada apenas na argumentação teórico-analítica, sendo necessário acompanhar o movimento de certas imagens que percorrem o texto. Partirei do princípio de que elas refletem o imaginário higienista da segunda metade do século XIX. Não são apenas figuras de retórica e sim elementos estruturantes de sua análise. A temática local não é o elemento definidor da inserção de um autor na nacionalidade, ao contrário do proposto por autores românticos, e sim a forma com que sua literatura apresenta sinais das determinações do meio em que vive. A singularidade dos “tiques” nacionais atuaria sobre a superfície do texto através do vocabulário, das imagens e do tom compartilhados por uma cultura. Esses tiques estariam para além da escolha do escritor e se imporiam sobre seu modo de expressão, sobrepostos sobre qualquer assunto abordado.

Ele insiste com muita veemência em que os elementos “meio” e “raça” não são suficientes para explicar o processo da criação literária. É fundamental a percepção dos esforços conscientes do homem, como ser criativo, para enfrentar e superar as limitações impostas pelas determinações naturais. Considera também que a identidade cultural de uma sociedade, representada pelas expressões da nacionalidade, tem um caráter “quase

indefinível”. Neste ponto, ainda podemos observar Romero pensando dentro do quadro conceitual romântico. Os parâmetros para sua principal crítica a Machado começam a aparecer: a contradição entre a marca nacional indelével e a filosofia subjacente em sua obra. Neste aspecto, Machado também seria um exemplo típico do século XIX brasileiro em seu aspecto mais alienado. Nesse livro, proposto como um trabalho objetivo sobre literatura, Romero continua a desenvolver as ideias sobre o caráter nacional expostas anteriormente. Via o Brasil de sua época como um país ainda não formado, extemporâneo à modernidade, pois não completara a unidade étnica que deveria resultar da união das raças formadoras, se possível com a predominância do branco, nem tinha uma história comum que o identificasse como uma comunidade nacional. O Estado era uma ficção formal inventada por teóricos da elite política imperial, um enxerto produzido por um centro de poder alienado do resto do país:

Deu-se...uma espécie de disparate, de contradição intrínseca (...) uma pequena elite intelectual separou-se notavelmente do grosso da população, e, ao passo que esta permaneceu quase inteiramente inculta, aquela, sendo em especial dotada da faculdade de aprender e imitar, atirou-se a copiar na política e nas letras, quanta coisa foi encontrando no velho mundo, e chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relação com o ambiente e a temperatura exterior. (ROMERO, 1936, p. 70-2).

Ignorando a realidade sócio-cultural de atraso do país, a elite inventaria uma nação ideal no papel, mas inexistente na prática. Romero acusa o parlamentarismo brasileiro e a constituição do Império de serem frutos do idealismo formal dessa elite (ROMERO, 1979).

Em sua teorização geral sobre o método de estudo da poesia, Romero argumenta que o problema da nacionalidade na literatura não estaria no descritivismo regionalista e sim na psicologia dos povos:

o complexo de tendências e instituições do espírito nacional; alguma coisa que o indivíduo só por si não explica, que só o povo em sua amplitude genérica deixa notar claramente. Assim como há um espírito da época (ZEITGEIST), que domina um momento dado da história, há um espírito comum (ALGEIST), que determina a corrente geral das opiniões de um povo. (ROMERO, 1980, v. 1, p. 145).

A passagem usa mesmo as palavras-chave da escola romântica alemã. No entanto, a prática analítica não corresponde ao esperado porque o autor se esforça em uni-la com as doutrinas cientificistas correntes em sua época. Precisamos acompanhar o deslocamento que seu método analítico opera, passando dessas colocações gerais de teor romântico para um método de leitura evolucionista para, a seguir, recuperar uma possível articulação entre elas. Romero procura, com a utilização do instrumental científico, elaborar uma dura crítica do movimento romântico no Brasil. O romantismo brasileiro, marcado pelo artificialismo da linguagem, vício verborrágico e pelo gosto dos jovens pela aparência doentia na linha byroniana, seria um claro diagnóstico dos traços que o meio e a raça impuseram sobre a cultura brasileira:

A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência ou pela arte. Os moços quase nunca têm uma inspiração sua, nacional, brasileira; não neutralizam a fraqueza original de nosso espírito pelo regímen saudável da ciência, pelo estudo sério e pela higiene do corpo. (ROMERO, 1980, v. 1, p. 94).

A “higiene física” recebe uma equivalência com “higiene cultural”. A metáfora higienista indica que a ciência, como instrumento para o pensamento claro e a busca objetiva da realidade, deve limpar o artificialismo que impera na cultura brasileira, representado pelo romantismo e pelo bacharelismo, que são pensados como um único complexo histórico e social. O importante para nossa questão é que Romero encontra um meio de estender a crítica sócio-política para a paisagem física brasileira, tornando a perspectiva científica natural e adequada ao ambiente local: “Não temos monstruosidades naturais (...). As noites são claras e tépidas. Tudo nos convida para as concepções naturalistas, calmas e serenas, sem nebulosidade” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 95). De certa forma, a própria geologia do território seria definidora da organização política-administrativa do país. Depressões do planalto central e o sistema fluvial teriam sido decisivos para a unidade política (RAUTER, 2018).

As “monstruosidades naturais” que ele cita, como as montanhas do Himalaia ou o deserto da Austrália, se caracterizariam pelo excesso, a falta de regularidade e os contrastes chocantes. A paisagem brasileira, ao contrário, seria formada por vastos espaços, simetria e suavidade. Romero identifica este ambiente como propício à clareza e amplidão de conhecimento. Dessa forma, podemos identificar o quadro de um país limpo mas com um povo doente, necessitado de urgente processo de alimentação saudável, física e espiritual.

A metáfora da higiene também abrange a expectativa de uma cultura mais viril, adequada para a luta pela sobrevivência entre as nações modernas. Daí que repudiasse o romantismo melancólico de Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu: “Todos estes moços são um mau exemplo para nós os de hoje; havemos mister de tipos mais varonis, de lutadores mais valentes” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 94). A falta de virilidade conquistadora resultaria na tendência para a morbidez, a introspecção e a alienação, já amplamente difundidas na elite cultural brasileira, descrita em linguagem higienista como “sonho polucional de umas cismas raquíticas” e “extravasamento de ONANISMO intelectual” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 94). Machado teria incorrido em erro equivalente ao escolher o cético humor inglês, o qual destoaria agudamente da índole positiva dos brasileiros: “O temperamento, a psicologia do notável brasileiro não são os mais próprios para produzir o humor, essa particularíssima feição da índole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (ROMERO, 1936, p. 80).

Os elementos contextual e racial se tornam, então, imperativos sobre os autores, cujo não cumprimento indica um processo de alienação tanto cultural quanto pessoal. É interessante observar que, no mesmo livro, Romero se mostra extremamente irritado com a afirmação de Veríssimo de que a filosofia e a lógica sistemática seriam contrárias à índole do brasileiro, a mesma filosofia de vertente inglesa e alemã as quais ele mesmo se apresentava como divulgador no Brasil. A opção adequada para Machado, de acordo com a necessidade de conhecimento e engajamento que o país precisava para se tornar uma nação, seria desenvolver seu talento como observador de costumes. Nesse ponto, Romero inicia a discussão do problema do que hoje chamaríamos de representação social.

Em primeiro lugar, Machado não teria capacidade imagística e visual: “Em seus livros (...) falta completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza, tão abundantes em Alencar, e as da história e da vida humana” (ROMERO, 1936, p. 55). Apesar das acusações de repetitividade que seriam características do estilo machadiano e uma maldosa referência à gagueira, produto de “uma lacuna do romancista nos órgãos da fala” (ROMERO, 1936, p. 56), observa que o texto é ostentoso e que sua “arte gosta de se exibir” (ROMERO, 1936, p. 65). Estes comentários se encaminham para a conclusão de que a pouca capacidade narrativa, a ausência de fôlego e o vocabulário restrito são resultados do reduzido número de ideias que o autor tem para exprimir. Poderíamos concluir, então, que Machado seria um autor medíocre?

A intenção de Romero parece ser mais sofisticada. Ele quer demonstrar que Machado é um grande talento, mas que desperdiçou suas capacidades ao entrar em contradição com as determinações de seu tipo racial e nacional, que eram contrários ao ceticismo do humor inglês. Daí que seu estilo parece ser superposto artificialmente ao tema, ocultando a verve realista que seria seu verdadeiro talento. As características raciais e culturais não aparecem apenas como indicadores que ajudem a compreender a obra como expressão de uma população mas, igualmente, como um *imperativo* sobre os autores e uma base *física* para o exercício de julgamento estético. Ambas operam a partir de um critério de *autenticidade* subjacente à relação texto-contexto, com ampla supremacia do segundo elemento.

Anteriormente, apontei como ele encontra na paisagem brasileira, marcada pela regularidade, a legitimação para seu gosto literário. Ao usar o instrumental biográfico-racial, acusa a ficção machadiana de desconhecer a sua verdadeira origem. A ficção é, então, pensada como *artifício* e reprovada como inadequada ao contexto local. Podemos concluir que o descompasso entre vida, raça e obra em Machado resultaria em uma perda de simetria, abrindo o fosso entre realidade e a inclinação para o desvario e masturbação mental característicos da elite cultural brasileira.

Reforçando o uso de determinismos raciais, Romero sugere que a falta de regularidade e harmonia é um mal cultural brasileiro, característico de um povo miscigenado. A patologia mental na crítica literária do século XIX tinha estreita relação com o naturalismo cientificista, pois apresentava as características de estilo de um autor como produto de deformações físicas, muitas vezes de origem racial. Dessa aproximação nascem termos médicos para o estudo de traços culturais, como a “histeria” das mulheres e a “indolência” dos negros. Esses pretensos perfis naturais muitas vezes funcionavam como tentativas de dar revestimento científico para caricaturas e lugares comuns vigentes nos preconceitos da época (GAY, 1995). Machado fornecia material fácil para aplicação destes métodos ao unir uma origem racial miscigenada, um aparente cultivo de inclinações mórbidas e pessimistas e uma linguagem recheada de referência literárias, que foi interpretada como sinal de necessidade de fuga das origens.

O interesse de Romero pelo darwinismo social da segunda metade do século XIX deve ser ressaltado neste ponto. Como aponta Arno Mayer, esta tentativa de aplicar a teoria da evolução das espécies aos fenômenos sociais era marcada por um caráter sincrético, onde

os elementos componentes podiam ser interpretados e usados de acordo com objetivos teóricos e políticos bastante diferentes, quando não opostos (MAYER, 1990, p. 273-4). Romero acusava Machado de ignorar sua herança racial e cultural e apontava este tipo de alienação como parte de um mimetismo e subserviência característicos do brasileiro, o que prejudicaria a vitalidade da nação. Inserida no pensamento darwinista social e no contexto imperialista, esta crítica significava que o Brasil enfraquecia sua unidade e força interna na luta contra outras potências pela sobrevivência do mais forte. Saúde, virilidade e regularidade são valores que permitiriam ao Brasil participar do esforço de desenvolvimento que as potências industriais conquistaram no fim do século: “O grande prestígio da ciência e da indústria modernas está no poder de neutralizar as influências deprimentes do mundo exterior” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 94).

No quadro deste discurso darwinista modernizador, o paradoxo e o artifício aparecem como ameaças de dissolução. O “estrangeirismo” de Machado, sua suposta dificuldade em lidar com a origem racial mestiça e a paisagem nacional, seria exemplo de uma espécie de “inimigo interior” que precisava ser combatido. A grande ironia deste processo é que o romancista que tanto desafiou os hábitos literários nacionais acabou sendo fonte para o seu exercício nas vertentes mais deterministas.

Referências Bibliográficas

78

ALENCAR, José de. Prefácio a “O Jesuíta”. *In.*: **Teatro completo**. v. 1. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1977.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. **Obra crítica**. v. 1. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958.

ASSIS, Machado de. Na Academia Brasileira. Discurso Inaugural. *In.*: **Obra completa**. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BROCA, Brito. “Alencar: vida, obra e milagres”. *In.*: **Ensaio da mão canhestra**. São Paulo: Pólis; Brasília: INL, 1981.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HERDER, Johann Gottfried. **Também uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade**. Lisboa: Antígona, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1989.

MAYER, Arno. **A força da tradição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PEREIRA, Milena da Silveira. **Insultos & Afagos**. Sílvia Romero e os debates de seu tempo. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PINHA, Daniel. Sílvia Romero, a escrita da história e o papel do homem de letras na formação nacional brasileira. **Cadernos de História das Ciências**, n 9 (2), p. 91-107, 2013.

RAUTER, Luísa. Já andamos fartos de discussões políticas, o Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores [...]. Sílvia Romero, o problema do povo-nação e o pensamento social brasileiro. **História & Perspectivas**, n. 39, p. 221-239, 2009.

ROMERO, Sílvia. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

ROMERO, Sílvia. A filosofia no Brasil. *In.*: **Obra filosófica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ROMERO, Sílvia. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROMERO, Sílvia. Parlamentarismo e Presidencialismo na República do Brasil. *In.*: **Realidades e ilusões no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

ROMERO, Sílvia. **História da literatura brasileira**. vols. 1 e 3. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira**. O diálogo entre Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. São Paulo: Autêntica, 2018.

SÜSSEKIND, Flora. **As revistas do ano e a invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**. Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre. 2005.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Thomas Mann: A conversão do apolítico

Wander Luiz Demartini Nunes¹

Resumo:

o presente trabalho busca refletir sobre o posicionamento e os escritos de Thomas Mann no período da ascensão nazista e da Segunda Guerra Mundial. Cabe ressaltar que o autor havia lançado mão de um posicionamento nacionalista em seus escritos políticos ao longo da Primeira Guerra Mundial, no entanto, o movimento de Hitler o fez aprofundar a reformulação de suas ideias, processo que já havia se iniciado na década de 1920. No texto, busco enfatizar as críticas de Mann ao nazismo e sua atuação como figura de destaque na literatura alemã. Para este fim, analiso seus discursos contra Hitler, que foram transmitidos para a Alemanha através da BBC de Londres no período em que o autor já se encontrava no exílio.

Palavras-chave: Thomas Mann; Nazismo; Segunda Guerra Mundial.

Abstract:

the present work seeks to reflect on the positioning and writings of Thomas Mann in the period of the Nazi rise and the Second World War. It is essential to notice that the author had expressed a nationalist position in his political writings throughout the First World War; however, Hitler's movement deepened the reformulation of Mann's ideas in a process already begun in the 1920s. In the text, I seek to emphasize the author's criticism of the Nazi ideology and analyze his performance as a prominent figure in German literature. The text focuses primarily on the moment of the launching of his speeches against Hitler, which were broadcasted to Germany through the BBC in London in the period when the author was already in exile.

Keywords: Thomas Mann; Nazism; Second World War.

¹ Wander Luiz Demartini Nunes - Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Agência de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. Correio eletrônico: wander.demartini@gmail.com.

A República de Weimar e a “conversão” de Thomas Mann

Foi durante os anos da República de Weimar (1919 -1933) que a abordagem de Thomas Mann sobre os rumos que tomava a Europa, sobretudo a Alemanha, adotou um novo tom.² Após uma defesa apaixonada da causa alemã nas *Considerações de um apolítico*, em que Mann na verdade abordou várias questões políticas colocando-se pura e simplesmente como um artista e defensor da *Kultur*,³ o autor fez coro com diversos outros intelectuais que resolveram adotar a causa da república: os republicanos racionais.

Torna-se ainda mais interessante esse posicionamento de Mann, visto que o início da história republicana alemã foi envolto em pessimismo. O antigo apolítico girava na direção oposta a essa nova onda de aversão à política, no momento em que a república, fundada na cidade de Goethe, encarnava o derrotismo e a humilhação que os alemães sofreram com a o fim da Primeira Guerra, que, para o senso comum, não aconteceu no campo de batalha, mas sim devido a uma “punhalada pelas costas”. Sobre as raízes da resistência dos alemães à política, Peter Gay observou que, mesmo com toda a inclinação para o surgimento de clubes, debates, jornais e discussões que eram certamente políticas, predominava uma oposição não a um partido ou a outro, mas à política em si, visto que “a busca da política é um hábito, e como todo hábito, é reforçado pela prática e atrofiado pela falta de uso” (GAY, 1978, p. 86).

Havia então uma enorme dificuldade da República de Weimar não de penetrar no imaginário dos alemães, mas de fazê-lo de uma forma positiva. O sistema era visto pela maioria dos alemães como algo avesso ao sentimento nacional e que, certamente, os lembrava de sua grande rival, a qual era justamente uma república: a França. Citando novamente Peter Gay:

Por sua própria existência, a República de Weimar era uma afronta deliberada aos heróis e clichês que toda a criança alemã conhecia, inúmeros políticos alemães invocavam e, viu-se depois, muitos alemães apreciavam. Na batalha dos símbolos históricos, os republicanos desde o início levaram desvantagem: comparados com Bismarck e outros líderes carismáticos, ao mesmo tempo sobre-humanos e pitorescos, os modelos disponíveis a Weimar eram pálidos e sem inspiração: o Goethe da moderna Weimar era um cosmopolita benigno e ineficaz, repleto de observações memoráveis sobre *Humanität* que todos citavam e ninguém seguia (GAY, 1978, p. 105).

Thomas Mann não se encaixava nesse quadro. Goethe sempre foi claramente uma de suas maiores influências e, por isso, tornou-se mais importante do que nunca para um

2 Esse momento da História alemã emergiu após a derrota na Primeira Guerra Mundial, quando o país enfrentou um momento conturbado, com levantes que puseram fim ao regime do Kaiser Guilherme II. A Alemanha tornou-se uma república também em uma tentativa de romper com seu caráter militarista dos tempos do império, além disso, levou o nome de Weimar devido à sua associação ao poeta Goethe. O período foi marcado pela tentativa de administrar a aguda crise que se abateu sobre o país, a qual ainda deveria lidar com os pesados encargos do Tratado de Versalhes. As crises foram utilizadas por grupos de extrema direita, como os nazistas, para embasar seu discurso contra a República. Após a crise de 1929, a pressão sobre Weimar aumentou ainda mais, o que possibilitou o crescimento do partido de Hitler e sua chegada ao poder em 1933.

3 Na Alemanha, a palavra *Kultur* era relacionada ao conceito de *Bildung* (busca por uma formação da alma através do ambiente cultural). Dessa forma, a ideia de *Kultur*, que até o século XVIII estava ligada a uma ideia de cultivo da mente e espírito, passou também a indicar uma sintetização das relações do homem civilizado. Já na França, a cultura significava uma cultura do espírito, enquanto a civilização apontava a representava “totalidade das criações e arranjos sociais e intelectuais do homem” (RINGER, 2000, p. 96). Ainda segundo Fritz Ringer, os conceitos de cultura e civilização foram estabelecidos na Alemanha e na França, ao que os intelectuais alemães passaram a enxergar entre os dois uma antítese.

Mann, que via a política como parte imprescindível do humano e do social. Certamente influenciou a conversão de Mann à causa republicana o fato da República de Weimar reivindicar o poeta como um de seus símbolos.

A primeira incursão de Mann a demonstrar que o autor considerava o novo sistema alemão digno de defesa foi *A república alemã* (1923), redigida em homenagem ao aniversário de Gerhart Hauptmann,⁴ quando aproveitou também para tratar com a juventude sobre o tema republicano. Esse primeiro discurso já deixava claro quanto o posicionamento do escritor havia se transformado, pois Mann, que outrora celebrava a guerra como redenção, purificação e motivo de esperança, a via a partir de então como uma mentira totalmente vazia de honra. O estilo com o qual havia redigido *Considerações de um apolítico* permanecia, porém em outra frente de combate. Anteriormente, o autor viu na Grande Guerra uma luta da Alemanha, pelo seu direito de ser e existir, uma luta da cultura contra a civilização. O Mann republicano não considerava mais a guerra um meio para defender a cultura, mas sim “o triunfo de tudo o que é brutal e vulgar na alma da raça, como o arqui-inimigo da cultura e do pensamento como a orgia de sangue do egoísmo, a corrupção e a vilania” (MANN, 1945, p. 30).

Thomas Mann, mesmo tendo redigido ensaios como *Pensamentos na Guerra*, coloca a palavra “república” como algo que lhe era familiar desde sua juventude. Certamente Mann já havia tido contato com ideias republicanas, mas a leitura de seus ensaios contemporâneos à Primeira Guerra não deixa dúvidas quanto à sua aversão ao tema, algo que não era uma exclusividade sua, mas sim um sentimento que naquele momento tomava conta de vários outros intelectuais. Entretanto, a partir da República de Weimar, era necessário fazer com que aqueles alemães aceitassem a república, abraçassem-na como seu destino, e acordassem que ela não poderia se tornar um sinônimo do que haviam sofrido em Versalhes. Como destaca o autor, “não é verdade, e deliberadamente repito que é completa e inteiramente mentira que a república, como feito interior (não me refiro à lei pública estabelecida) seja a criação da derrota e a humilhação. É a consequência da honra e exaltação” (MANN, 1945, p. 38-39).

Em seus tempos pré-republicanos (ou até mesmo antirrepublicanos), ao escrever uma carta para Heinrich Mann, Thomas afirmou que um regime sem muita liberdade era salutar e citou o exemplo da Rússia, onde, sob o czarismo, surgiram nomes como os de Tolstói e Dostoiévski. Em *A república alemã*, no entanto, concluiu que um solo republicano teria sido mais fértil para a evolução das ideias de Goethe, Nietzsche e Hölderlin (MANN, 1945, p. 44-45). Thomas Mann sabia da possibilidade de ser considerado um desertor, por sua suposta mudança de opinião, mas ainda se colocava como um conservador e afirmou que suas ideias não poderiam se petrificar. De qualquer forma, sempre considerou suas ideias como partidárias do humanismo e da humanidade (1945, p. 46 – 48). Esse último apontamento torna-se ainda mais crucial se lembrarmos que a democracia vai surgindo cada vez mais comosinônimo de humanidade em seus discursos e na obra política de Thomas Mann:

⁴ Gerhart Johann Robert Hauptmann (1862 – 1946), romancista e dramaturgo alemão, recebeu o Nobel de Literatura em 1912.

Estamos honrando a sua forma categórica e legal, cujos propósitos e desígnios são para nós a unificação da nossa vida política e nacional, quando acostumarmos a nossas rígidas e pouco exercitadas línguas a emitir o grito: Viva a República! (1945, p. 73).

Enquanto apelava à razão, Mann não passou indiferente à influência que a crise de 1929 exercia sobre o crescimento do Partido Nacional-Socialista. Não considerava necessário ser um adepto do materialismo para compreender que os sentimentos e a forma de pensar das massas estão interligados à sua condição econômica (MANN, 1945, p. 76). Nesse discurso, o Tratado de Versalhes também era criticado e a razão certamente deveria estar presente para corrigir os exageros de suas cláusulas. Podemos perceber que a estratégia de Thomas Mann nessa fase voltava-se para a esperança de que os países vitoriosos percebessem que as sementes do extremismo alemão eram adubadas com suas posturas intransigentes contra a Alemanha, e de que vislumbrassem na República de Weimar uma aliada, pois estava nela a chance de a Europa escapar de um novo conflito em curto prazo.

Ao analisar o resultado as eleições de 14 de setembro de 1930, quando os nazistas receberam uma expressiva votação, Thomas Mann considerou o resultado muito mais como um voto de protesto. Peter Gay afirmou que a própria escolha de Weimar teria sido um reconhecimento da existência de duas Alemanhas: uma militarista e outra da poesia e da filosofia (GAY, 1978, p. 15). Para Thomas Mann o nazismo misturava-se então com a onda de barbarismo fora do comum, vivendo de turbulências que excitavam e intoxicavam aqueles a quem tocava (MANN, 1945, p. 85). Mais importante ainda é perceber que, em sua fala, o mesmo Mann que, em *Considerações de um apolítico*, fizera uma cruzada da cultura contra a civilização, em 1930 afirmou que:

O fantástico desenvolvimento, os triunfos e catástrofes do nosso progresso técnico, nossos sensacionais recordes esportivos, os enormes soldos das “estrelas” e a adoração que a elas se rende, os pugilatos nos quais se recolhem milhões de marcos e as hordas de espectadores, todas estas coisas formam o quadro da época, junto com a decadência e a desaparecimento dos austeros conceitos característicos da civilização, tais como a cultura, o espírito, a arte e as ideias. (MANN, 1945, p. 85).

Não restam dúvidas de que a conversão de Thomas Mann ocorreu durante a República de Weimar, ou mesmo antes, no fim da Primeira Guerra, quando percebeu o que a derrota alemã causaria, levando a uma subversão dos ideais que ele próprio havia defendido de forma tão veemente. Jeff Herf ressaltou que não foram todos os revolucionários conservadores que se converteram ao nacional-socialismo, porém Thomas Mann não figurou nem mesmo dentre esses, visto que deve ser enquadrado na lista dos republicanos racionais, mesmo com a similaridade entre o que defendeu durante a Primeira Guerra e algumas das ideias nazistas, como a clássica oposição entre cultura e civilização. Enquanto Thomas Mann já enxergava a república e a democracia como parte e expressão do humanismo, os revolucionários conservadores permaneciam nesse embate.

A oposição essencial que o nacionalismo dos revolucionários conservadores fazia era aquela entre *Kultur* e *Zivilization*. De um lado se situava o *Volk* como comunidade de sangue, raça e tradição cultural. Do outro estava a ameaça do *Amerikanismus*, do liberalismo, do comércio, do materialismo, do parlamento e dos partidos políticos, e da República de Weimar. O nacionalismo servia como uma religião secular que prometia uma alternativa a um mundo que sofria de excesso de racionalização capitalista e comunista. Os nacionalistas alemães elevavam a situação geográfica da Alemanha entre Leste e Oeste a uma identidade cultural-política

também. A *Kulturnation* iria escapar aos dilemas de uma modernidade cada vez mais sem alma (HERF, 1993, p. 49).

Em 1933 morreu a República de Weimar. Mesmo assim sua cultura continuou a se propagar. Como Peter Gay demonstrou, a cultura de Weimar extrapolou o período de 1919 a 1933 (GAY, 1978, p. 11), pois do exílio continuava a fazer um contraponto ao nacional-socialismo. Foi também a partir de 1933 que se iniciou o exílio de Thomas Mann. Seu apelo à razão seria voltado para as potências democráticas, quando Mann já procurava alertá-las para que não se repetisse o que já havia ocorrido na Alemanha. Foi distante de sua terra natal que compôs não apenas mais uma obra prima da literatura, *Doutor Fausto*, mas também foi quando tornou-se um dos maiores baluartes nos meios artísticos e intelectuais contra o nazismo. Peter Gay afirmou, ao demonstrar a importância que a distância da pátria teve na vida de grandes pensadores, que:

O exilado ocupa um lugar de honra na história da civilização Ocidental. Dante, Grotius, Bayle, Rousseau, Heine e Marx, realizaram suas maiores obras quando em residência forçada em solo estrangeiro, olhando com ódio e saudade para o seu próprio país, que ficara para trás e que os havia rejeitado (GAY, 1978, p. 11).

Thomas Mann como arauto da tragédia e o início do III Reich

84

Com a chegada do nazismo ao poder em 1933, começa uma nova fase na saga do antigo apolítico, que agora já possuía um posicionamento bastante distinto daqueles de outra época, quando a guerra foi celebrada pelos alemães, inclusive por ele próprio. Diante disso, não houve, obviamente, uma convergência entre os discursos de Mann e os ideais do nazismo. Ao buscarmos diferenças entre o tipo de discurso nacionalista de Thomas Mann durante a Grande Guerra e o discurso que Hitler apregoava, é impossível deixar de notar, por exemplo, a ideia que o líder do nacional-socialismo tinha de cultura e civilização. Como afirmou, “quando um burguês se perde em seus sonhos e só fala de cultura, civilização e pacificação mundial estética, então lhe digo: você está perdido para a nação alemã! Seu lugar é nos bairros a oeste de Berlim! Vá dançar suas danças negras e morrer!” (HITLER apud FEST, 1981, p. 366).

Em 1935, buscando advertir o restante do continente, Thomas Mann redigiu o ensaio cujo nome já evidenciava sua preocupação: *Atenção, Europa!* (1935). Se antes um conflito iria, em sua visão, tornar possível perceber toda a beleza da Alemanha, além de purificação e glória, tudo o que a guerra do *III Reich* faria era “uma catástrofe esmagadora, a derrubada da civilização” (MANN, 1945, p. 116). A derrubada da civilização não teria sido nenhum problema para o Thomas Mann que escrevia *Pensamentos na Guerra*. Em *Atenção, Europa!*, porém, mais uma vez a questão do humanismo europeu transparecia como fundamental para quando o nacional-socialismo fosse extinto, e até mesmo como caminho para superá-lo, ou então o futuro que aguardava a Europa guardaria desta apenas o nome.

Em todo humanismo existe um elemento de debilidade que, em certas circunstâncias, pode ser a causa de sua ruína, unido ao seu desprezo pelo fanatismo, sua paciência e seu apego ao ceticismo; em resumo, sua bondade natural. O que se necessita hoje é um humanismo militante,

consciente de sua virilidade e inspirado pela convicção de que os princípios de liberdade, tolerância e escrúpulos sinceros não serão explorados nem destruídos por uns fanáticos que, por sua parte, não tem sombra de tolerância nem escrúpulos. Se o plano de um humanismo europeu não pode nascer de novo no meio da luta, se a alma do humanismo não pode captar novamente a sua juventude militante, então será destruído; e nascerá uma Europa da que só se conservará o nome, e contra a qual seria melhor buscar refúgio mais além do espaço e mais além do tempo (MANN, 1945, p. 117).

Enquanto líderes europeus chegaram a considerar Hitler uma espécie de dique capaz de conter o avanço do bolchevismo, Mann angustiava-se com a marcha dos eventos. Com a eclosão da Guerra civil espanhola, tratou do episódio em um ensaio: *Estou com o povo espanhol* (1936), no qual demonstrou perceber que os socialistas eram aqueles que lutavam contra a verdadeira ameaça à humanidade: o fascismo. Nessas questões, Mann falava com a autoridade daqueles que já haviam sentido na pele, e em seu próprio país, os efeitos de um movimento de extrema direita. Era dessa forma que concluía acerca do conflito: “pode não estar claro o que quer o povo espanhol. Mas o que não quer está suficientemente claro: o general Franco” (1945, p. 122).

Em outro ensaio, *Massa e Valor* (1936), Thomas Mann observou que um dos erros que permitiu ao nacional-socialismo subverter o espírito alemão estava em uma postura que já havia sido a sua. Mais uma vez o isolamento da política estava em pauta. O erro, para o ensaísta, estava presente na crença dos alemães na possibilidade de separar cultura e política. Como destaca Mann, “Ser um amante da cultura e isolar-se da política, tem causado grandes danos à Alemanha” (1945, p. 133).

Já em seu exílio, ao passo que recrudescia suas falas contra o regime de Hitler, Mann acabou por perder a nacionalidade alemã e seus livros não escaparam das fogueiras nacional-socialistas. Outro “efeito colateral” de sua oposição, foi a perda do título de doutor honorário concedido pela Universidade de Bonn. A carta em resposta ao reitor foi praticamente um manifesto contra a então condição das universidades alemãs. Foi uma afirmação de que estas estariam maculando seus nomes ao compactuarem com o regime (MANN, 1945, p. 145), assim como um conselho para que os alemães tomassem cuidado para não serem confundidos com os nazistas (1945, p. 149 - 150). Desse modo, não era mais a guerra um caminho ou uma aventura em que os alemães defendiam-se de seus vizinhos franceses, que outrora foram acusados por Thomas Mann de se comportarem de maneira feminina para comover o mundo contra os alemães. Em 1936, o escritor via, em uma possível guerra, um sinal de maldição. Nas palavras de Mann, “desgraçado do povo que, não sabendo qual caminho seguir, termina optando pelo caminho abominável da guerra, odiada por Deus e os homens” (1945, p. 151).

A democracia e a política não eram mais uma forma de corromper a arte, mas o caminho para salvar a alma alemã da corrupção que era o nazismo. Tal corrupção havia tomado conta daquilo que permaneceu na Alemanha, mas não necessariamente do *Geist* alemão. Quando Thomas Mann compôs *A próxima vitória da democracia*, ensaio no qual previu o embate inevitável que teria como consequência uma imposição da democracia norte-americana, percebeu que o discurso dos regimes fascistas, de agirem com a história embaixo do braço e de serem capazes de tudo realizar, passava pela imposição e pela força.

Para o autor, porém, uma vez “subjugado o corpo pelo terror, pode subjugar o pensamento, porquanto o homem não pode viver uma vida dupla; para viver em harmonia consigo mesmo, adapta seus pensamentos à forma de vida que a força lhe impõe” (MANN, 1945, p. 161). Nesse trecho do discurso de Mann, é possível notar sua percepção do que era um regime totalitário, como Hannah Arendt discorreu em *Origens do Estado totalitário*, e o modelo de homem que os nazistas ansiavam por produzir, inebriados por um sentimento comum, ao que a autora chamou de geração de vanguarda, para os quais:

a violência, o poder e a crueldade eram as supremas aptidões do homem que havia perdido definitivamente o seu lugar no universo e era demasiado orgulhoso para desejar uma teoria de força que o trouxesse de volta e o reintegrasse no mundo. Contentava-se em participar cegamente de qualquer coisa que a sociedade respeitável houvesse banido, independentemente de teoria e conteúdo, e promovia a crueldade à categoria de virtude maior porque contradizia a hipocrisia humanitária e liberal da sociedade (ARENDRT, 2012, p. 462).

Thomas Mann acreditava que, para tratar com a o regime de Hitler, aqueles que defendiam a liberdade não deveriam valer-se apenas da paz, mas era necessário que a liberdade também se defendesse, pois, o nacional-socialismo aproveitava-se dessa atitude: “A liberdade deve descobrir a sua virilidade. Tem que aprender a andar com couraça e defender-se contra seus inimigos mortais” (MANN, 1945, p. 195). Nesse caso, sua fala parece voltada agora para os Estados Unidos, uma vez que os ingleses e franceses pecavam com sua política do apaziguamento ao acreditarem ser possível contornar um confronto com Hitler por meio de concessões. Para o autor, estes haviam sido muito benevolentes com os nazistas, enquanto, anos antes, sua intransigência havia colaborado para arruinar a República de Weimar, que verdadeiramente poderia ter evitado uma guerra que se tornava cada vez mais próxima. A devolução do Sarre⁵ a Hitler foi, segundo Mann, algo muito menos natural do que se o houvessem entregado a uma república alemã (MANN, 1945, p. 224).

Quando então a *Blitzkrieg*⁶ recaiu sobre a Polônia, França e Inglaterra fizeram o que Thomas Mann esperava desde o início de seu exílio. Se antes o tom de seu discurso era de críticas aos ingleses, agora o ensaio *Esta Guerra* (1939) teceu vários elogios à Inglaterra. Mann parecia não acreditar que o povo alemão tivesse conhecimento das atrocidades que estavam sendo cometidas em seu nome. Porém, internamente na Alemanha, parecia que o tempo da redenção, esperado desde o fim da Primeira Guerra, após as humilhações de Versalhes, havia chegado. A anexação de povos germânicos e a promessa da conquista do Espaço Vital,⁷ mais do que nunca, estavam prestes a serem cumpridas. Thomas Mann viu nesse sentimento de honra maculada dos alemães o que tornou o nazismo possível, era nesse sentido que seu discurso se direcionava:

Quem pode fazer o povo alemão compreender que eles nunca perderam sua honra? Que uma quadrilha de rufiões os tem persuadido do contrário com a finalidade de obter seu domínio

⁵ *Saarland* em Alemão. Região próxima à fronteira da Alemanha com a França, rica em carvão, foi ocupada após o fim da Primeira Guerra Mundial com o intuito de cumprir com indenizações de guerra. Após a realização de um plebiscito, o território foi devolvido aos alemães.

⁶ Guerra Relâmpago. Foi uma estratégia utilizada pelos nazistas, que consistia principalmente em bombardeios rápidos e intensos, com a intenção de surpreender os inimigos, proporcionou vitórias avassaladoras aos alemães, principalmente no início da Segunda Guerra Mundial.

⁷ *Lebensraum* em alemão. Tal conceito foi criado no século XIX pelo geógrafo Friedrich Ratzel, tornando-se popular após a unificação da Alemanha. Os nazistas inspiravam-se em tal ideia para justificar seu expansionismo, sobretudo no Leste europeu, afirmando a necessidade de expandir seu território para um pleno desenvolvimento do povo alemão.

sobre eles, e tem empregado o pretexto da honra perdida para transformá-los em criminosos e assassinos? (MANN, 1945, p. 257).

Thomas Mann nunca renegou seus escritos pré-republicanos, mas em diversos momentos é possível perceber que próprio escritor fazia referência à sua mudança de posicionamento. No ensaio *A Cultura e a Política* (1939), Mann fez longas ponderações sobre *Considerações de um apolítico* e comentou a sua conversão, referindo-se inclusive ao alemão antidemocrático como um ignorante (MANN, 1945, p. 301). Esse ensaio é um dos mais reveladores de sua mudança, porque o próprio autor tratou de seu ponto de vista anterior, divergente do formato pelo qual observava os acontecimentos em 1939: “Defini a democracia como o exercício político do intelecto e a combati com todas as minhas forças, em nome da cultura, e até mesmo em nome da liberdade” (1945, p. 291). Segundo concluiu, era essa postura fruto de sua tradição intelectual, e ele confessa que entendia pouco do conceito de liberdade. Além disso, o assunto pouco o interessava. Mann via na sua obra uma espécie de autoexame e que resumia todos seus “valores tradicionais, que eram intelectuais, burgueses, alemães e apolíticos” (1945, p. 292). Dessa forma, a política esteve inicialmente fora do que realmente importava a um artista como Thomas Mann, a política não fazia parte da cultura; assim como para muitos na Alemanha, e não apenas intelectuais, não fazia parte da tradição germânica, forjada principalmente a partir do militarismo prussiano.

É possível também questionar se aquilo que Thomas Mann escreveu e pensou durante a Primeira Guerra, na verdade, não divergia, apesar das várias similaridades com o que os grupos de extrema direita apregoavam, desses discursos rancorosos que nasceram no país após a derrota na Primeira Guerra Mundial. Dentre os vários fatores que tornaram o nacional-socialismo possível, consta a aversão à política, visão defendida por Mann nas *Considerações*, mas em relação à qual o próprio autor concordou que houve uma mudança em seu pensamento, fruto de um autoexame: “Mas o autoexame, se é bastante completo, é quase sempre o primeiro passo para uma mudança. Descobri que ninguém que aprende a conhecer-se a si mesmo segue sendo o que era antes” (MANN, 1945, p. 292). Para afastar sua obra da aproximação com o ideário nazista, o autor fala ainda que o livro era fruto de transtornos externos e que finalmente havia percebido que não existe linha divisória entre o intelecto e o político. Essa divisão não era um erro apenas de intelectuais como ele, mas também da própria burguesia alemã, que, se antes acreditava defender a cultura enquanto criticava a política, agora via que aquela não estaria segura enquanto os alemães não absorvessem esta. Como Mann reconheceu: “a burguesia alemã havia se equivocado ao acreditar que um homem culto poderia permanecer fora da política” (1945, p. 292). Mann sentia-se grato e aliviado pelo sentimento democrático que tomou conta de seu posicionamento, pois era tal sentimento que, segundo o escritor, o afastou dos movimentos de extrema direita.

Pois, aonde estaria hoje, se, com um espírito conservador, eu teria aderido a uma Alemanha a qual sua música e seu intelectualismo não têm impedido entregar-se à forma mais vil de adoração do poder, nem a um barbarismo que sacode as fundações de nossa civilização ocidental? (MANN, 1945, p. 293).

Nesse ponto, Thomas Mann delineou uma ideia que este trabalho busca entender. Sua conversão à causa democrática o “salvou” de ter guinado em direção a movimentos como o nacional-socialista. Sua sensibilidade de artista o levou a perceber, juntamente

com a desilusão de 1918, o futuro obscuro que aguardava a Alemanha caso algumas de suas tradições fossem deturpadas pelo rancor e pelo revanchismo. Tal previsão teria se comprovado em 1933 com a chegada de Adolf Hitler ao poder e se reafirmado com a guerra em 1939, quando mais uma vez Mann criticou a postura apolítica dos alemães:

O infortunado curso da história alemã, que tem desembocado na catástrofe cultural do nacional-socialismo, está na realidade muito ligado a este aspecto apolítico do espírito burguês, e a seu costume antidemocrático de olhar para baixo com desprezo, desde seus cumes intelectuais, até à esfera da ação política e social (MANN, 1945, p. 293).

Para Thomas Mann, a Segunda Guerra Mundial era, na verdade, uma espécie de guerra civil, a qual estaria condenando a era dos Estados nacionais e das culturas nacionais a uma dissolução (MANN, 1945, p. 310). Novamente, o autor afastou-se ainda mais de suas *Considerações de um apolítico*, pois ele, que já havia demonstrado até mesmo alguma simpatia pelo socialismo, passava a elogiar a ideia de liberdade e igualdade, consideradas sinônimas, enquanto de novo culpava o nacionalismo burguês pela gênese do nazismo (MANN, 1945, p. 316 – 318). Além de tais questões e da aversão de muitos alemães à política como fatores que possibilitaram o surgimento do movimento hitlerista, Thomas Mann tratou de algo que lhe era caro e fazia parte de sua tradição intelectual: o romantismo alemão. Hitler, segundo Mann, apropriou-se do romantismo, o explorou e o utilizou para transformar os alemães em inimigos da humanidade. Era o nazismo pervertendo mais uma vez algo valoroso à cultura alemã: “o que nós chamamos nacional-socialismo é uma perversão venenosa de determinadas ideias que tem uma larga história na vida intelectual alemã (...) se chamava ‘o movimento romântico’” (MANN, 1945, p. 321). A Alemanha não estava presente, na vida de Mann, na forma do seu antigo espaço físico de Estado nacional, mas, na medida em que os valores alemães eram perdidos para o nazismo, Thomas Mann considerava-se cada vez mais um reservatório da verdadeira cultura de sua pátria, que sobrevivia com ele no exílio.

88

Um novo front na guerra de Thomas Mann: *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler* (1940 - 1945)

Como figura proeminente dentre os emigrados da intelectualidade alemã, na qual figuravam nomes como o de seu próprio irmão, Heinrich Mann, Thomas Mann circulava pelos Estados Unidos proferindo discursos e palestras, que tratavam mais do que nunca da situação em que se encontrava sua pátria. Havia perdido o título de doutor da Universidade de Bonn, quando lhe foi retirada sua cidadania alemã, mas honrarias e títulos não lhe faltaram nos países por onde passou. Devido a essa grande influência no exterior, somada ao fato de ser um grande nome da literatura de seu país, além do engajamento no combate ao nacional-socialismo que demonstrava até então, Thomas Mann foi convidado pela BBC para redigir discursos, que a princípio eram lidos por outros em transmissões para a Alemanha nazista. Posteriormente, a própria voz do escritor era gravada e transmitida a seus compatriotas, dessa forma buscavam romper a censura do regime nazista: “sei muito bem que, após esses oito narcotizantes anos, vocês quase não podem imaginar a Alemanha sem o

nacional-socialismo” (MANN, 2009, p. 47). Para Hannah Arendt, inclusive, tal isolamento da realidade iniciou-se muito antes:

A força da propaganda totalitária – antes que os movimentos façam cair cortinas de ferro para evitar que alguém perturbe, com a mais leve realidade, a horripilante quietude de um mundo completamente imaginário – reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real (ARENDR, 2012, p. 488).

Tratava-se de uma oportunidade única para voltar a ter algum contato com sua pátria. Mann exultava em saber que novamente sua voz ecoava pela Alemanha e era ouvida por seu povo, além da expectativa de que seus discursos poderiam de alguma forma atingir seus inimigos nazistas. Tais mensagens radiofônicas foram motivo de satisfação e esperança para Thomas Mann. Ao longo do tempo em que o autor de *Os Buddenbrook* direcionou seus discursos aos alemães, é perceptível o anseio de que sua pátria fosse protagonista em livrar o mundo do nacional-socialismo.

Temáticas como democracia, nacionalismo, cultura e civilização (não mais como conceitos antagônicos), continuaram direcionando os argumentos de seus *Discursos contra Hitler*. Como não discursava em uma palestra dentro de uma universidade ou escrevia para um público mais acostumado com obras eruditas da literatura alemã, Thomas Mann ampliou sua ironia e o uso de palavras mais agressivas contra o *Führer*, provavelmente na esperança de ter suas transmissões contempladas por um amplo público, maior ainda do que aquele que havia lido *A Montanha Mágica* ou *Os Buddenbrook*. “Patife obscuro”, “mastim enfurecido” ou “miserável vigarista” eram algumas referências que Mann fazia a Adolf Hitler. Quando soube que o ditador havia feito referência a ele, o autor afirmou: “Dessa boca já saiu tanta porcaria que me causa uma ligeira sensação de náusea ouvir meu nome sair daí” (MANN, 2009, p. 9). É importante ressaltar que os discursos de Mann começaram a ser transmitidos aos alemães ainda no início da Guerra, em 1940, ou seja, um momento de grandes triunfos para o *III Reich*. Ao fim da guerra, todavia, enquanto Berlim era conquistada pelos Aliados, Mann buscou silenciar, e as transmissões tornaram-se mais espaçadas, pois era certo que não desejava sua voz ressoando como um sino que saudava a capitulação da Alemanha, por mais que desejasse a vitória dos Aliados.

Os discursos transmitidos pela BBC foram a forma mais direta de relação do escritor com o seu povo durante todo o período de exílio. Por esse fato, além do estilo mais aberto em que sua oratória era desenvolvida, Mann falou de uma forma muito mais direta também a respeito do que esperava da Alemanha, da Europa e do mundo após o fim do novo conflito mundial, assim como sobre o que a humanidade deveria aprender com ele:

E o que deve ser o desfecho dessa guerra é algo claro. É o começo da unificação do mundo; a realização de um novo equilíbrio entre liberdade e igualdade; a defesa dos valores individuais nos limites das exigências da vida coletiva; o dismantelamento da soberania dos Estados Nacionais e a instauração de uma sociedade de povos mais livre, porém mais responsável em relação ao todo, com direitos e deveres iguais. Os povos estão maduros para uma nova ordem mundial. Se vinte e dois anos atrás eles ainda não estavam, as experiências das últimas décadas os deixarem maduros para tanto. (MANN, 2009, p. 20 - 21).

O próprio Thomas Mann pode ser incluído no que escreveu nas últimas linhas do parágrafo acima, uma vez que seu amadurecimento o levou claramente a ser não apenas

um opositor do nacional-socialismo, mas também um defensor da democracia. Para tanto, contribuíram a experiência vivida nos Estados Unidos e sua admiração por Franklin Delano Roosevelt, expressa em diversas passagens dos discursos. Mann apontou a permanência de Roosevelt na presidência como um fator decisivo para os rumos da guerra, sobre o que afirmou, em junho de 1941: “a verdadeira voz dos Estados Unidos é a do presidente Roosevelt, cuja reeleição pelo povo americano como líder do país para os próximos anos foi provavelmente o acontecimento decisivo desta guerra” (MANN, 2009, p. 43). O mesmo autor que exultava em nacionalismo alemão durante a Primeira Guerra, converteu-se em um crítico desse conceito e, mais que isso, considerava o nacionalismo alemão o mais perigoso de todos por possuir um “misticismo tecnicizado” (2009, p. 50).

Em um ensaio onde descreveu o que acreditava ser possível ocorrer ao pastor Niemöller⁸, percebemos a ideia que possuía desses lugares ainda em 1941. Além disso, Mann, em tom de alerta, repassa aos alemães os relatos que lhe chegaram da Holanda, citando o fato de centenas de famílias judias serem deportadas, enquanto que, em Amsterdam, o luto predominava devido às mortes terríveis (MANN, 2009, p. 71). A princípio, Mann afirmou que eram quatrocentos jovens, mas posteriormente corrigiu-se ao tomar conhecimento da estatística divulgada pelo governo holandês: “Agora ouvi indiretamente da Holanda que o número que dei era quase a metade do real. Foram cerca de 800 homens detidos então, levados para Mauthausen e lá executados com gás” (MANN, 2009, p. 92). Thomas Mann também percebeu como tudo o que ocorria com essas execuções e nos territórios ocupados fazia parte de um quadro absurdo e, portanto, reconheceu a dificuldade que um sobrevivente encontraria para receber créditos quando fizesse seus relatos. Nas palavras do próprio autor, “repito: a história soa incrível, e por toda parte no mundo muitos vão se recusar a acreditar nela” (MANN, 2009, p. 71). Essa parte dos discursos de Thomas Mann converge para o que Hannah Arendt tratou em *Origens do totalitarismo*:

Qualquer pessoa que fale ou escreva sobre campos de concentração é tida como suspeita; e se o autor do relato voltou resolutamente ao mundo dos vivos, ele mesmo é vítima de dúvidas quanto à sua própria veracidade, como se pudesse haver confundido um pesadelo com a realidade (ARENDDT, 2012, p. 583).

Mais adiante, no último ano da Guerra, quando vários palcos de horrores nazistas já estavam em territórios dominados pelos aliados, Mann buscou romper o isolamento daqueles que ainda permaneciam na parte da Alemanha dominada pelo nacional-socialismo. O escritor procurou realizar um relato minucioso, por isso destacou que tudo aquilo o que citava era fruto da precisão alemã empregada pelos nazistas. Em meio a tal relato, Thomas Mann trata, inclusive, dos corpos pulverizados transformados em adubo para o solo alemão que o exército ainda defendia contra uma possível profanação dos Aliados (MANN, 2009, p. 192). Assim, deixa claro que não eram esses últimos os que haviam conspirado a Alemanha, mas sempre o regime de Hitler. Ao descrever o campo de Maidanek, na Polônia, o autor comentou que:

Lá existe um grande prédio de pedra com uma chaminé de fábrica, o maior crematório do mundo. Seu pessoal bem que gostaria de tê-lo destruído completamente assim que os russos

⁸ Martin Niemöller (1892 – 1984) foi um pastor luterano, autor do poema “E não sobrou ninguém”. Fez oposição ao regime nazista e foi perseguido pela Gestapo.

chegaram, mas em sua maior parte ele *está* lá, um monumento, o monumento do Terceiro Reich. Mais de meio milhão de europeus, homens, mulheres e crianças, foram envenenados com cloro e depois queimados, 1.400 por dia. A fábrica da morte funcionava dia e noite; suas chaminés nunca deixavam de soltar fumaça. Seus delegados viram os campos de Auschwitz e Birkenau. Viram o que nenhum ser humano com sentimentos pode acreditar se não vir com os próprios olhos: ossos humanos, barris de cal, encanamentos de gás e crematórios; além disso, as pilhas de roupas e sapatos tirados das vítimas, muitos sapatos pequenos, sapatos de criança, se é que vocês, compatriotas alemães, e vocês, mulheres alemãs, querem continuar ouvindo (MANN, 2009, p. 192).

Em seus *Discursos contra Hitler*, Thomas Mann retorna constantemente à questão da linha tênue – considerando-se o grau de envolvimento da população na guerra – entre o povo alemão e o nazismo. Em uma das mensagens, Mann exortou aos alemães: “Vocês deveriam provar aquilo que o mundo ainda se esforça para acreditar, que o nacional-socialismo e a Alemanha não são uma e a mesma coisa” (MANN, 2009, p. 52). Como tal fonte é uma compilação de discursos que não foram compostos de uma forma linear e mais compacta, o humor de Mann e suas expectativas variaram bastante também de acordo com o desenrolar do conflito. Em diversos momentos, todavia, permaneceu na tentativa de desgarrar os alemães do nacional-socialismo. Nesse movimento, buscou demonstrar como era importante para o futuro da Alemanha que a libertação partisse de dentro: “Só se vocês mesmos se libertarem terão direito a participar da ordem mundial justa e livre que está por vir” (2009, p. 53).

A oscilação sobre as diferenças entre Alemanha e nazismo surgia de maneira mais pessimista em outros momentos de seus discursos, como quando, em 1940, Mann afirmou enxergar nos alemães um povo que estava a cobrir o mundo de trevas e seguia seus aliciadores (2009, p. 21); ou quando, alguns anos depois, em outubro de 1943, momento em que os triunfos da Alemanha na guerra já não eram mais tão comuns e os efeitos da Batalha de Stalingrado já eram sentidos, Thomas Mann lamentava o fato da fidelidade dos alemães ao nacional-socialismo ainda perdurar e confirmava suas previsões:

Vingança e pagamento? Aí estão eles. O povo alemão está sofrendo a vingança por sua loucura e embriaguez; ele tem de pagar porque acreditou ter o direito à violência, crença que foi inculcada por professores infames, e infelizmente o pagamento está só começando (MANN, 2009, p. 156).

Nessa perspectiva, é possível sintetizar que a esperança de Thomas Mann, ou pelo menos para o que tentava contribuir com seus discursos, era que os alemães derrubassem Adolf Hitler antes dos Aliados. Encorajava uma revolução, mesmo sabendo do preço de sangue que deveria ser pago por isso e, quando seguia nessa linha, o exemplo russo era exaltado em suas falas. Enquanto o que ocorreu na Alemanha em 1933 havia sido uma falsa revolução, na Rússia o que sustentava a resistência contra os nazistas seria a essência de uma revolução verdadeira (MANN, 2009, p. 87). Era o exemplo da Rússia o qual deveria ser seguido na derrubada do tirano e, como o país de Lênin, a Alemanha também deveria ter o seu Domingo Sangrento.

Se o povo fosse para as ruas unanimemente e gritasse “abaixo a guerra e a violação dos povos, abaixo Hitler e toda sua corja, liberdade, justiça e paz para nós e para todos!”, os nazistas reconheceriam que perderam o jogo – eles poderiam atirar, naturalmente, mas um regime de aventureiros que tem de atirar no povo está no fim, e a rebelião dos alemães não irá custar mais sangue de vocês do que aquele derramado na Rússia (MANN, 2009, p. 87-88).

Enquanto isso, os nazistas agarravam-se à ideia de que em algum momento as dicotomias entre a União Soviética e as potências ocidentais levariam ao fim da aliança, e que a Alemanha seria poupada para se converter mais uma vez no baluarte que defenderia a Europa dos bolcheviques. Thomas Mann procurou não deixar esperanças aos alemães. Em seus discursos, não lhe restava dúvida alguma de que uma revolução pudesse ocorrer. Porém, ao tocar nessa temática, sua fala beirava a ingenuidade:

E a revolução russa está ligada por acordos históricos, de longo prazo, de livre vontade, à democracia anglo-saxã - que, também rejuvenescida por uma revolução, despertou para suas obrigações sociais -, ligada a ela em uma batalha da qual Hitler, com sua diabólica imundície de 'Nova Ordem', nunca poderá sair vitorioso (MANN, 2009, p. 97).

Considerações Finais

92 Thomas Mann considerava o regime nacional-socialista um Midas ao avesso (MANN, 2009, p. 100), pois em vez transformar tudo o que tocava em ouro, pervertia e corrompia termos que eram valiosos, como romantismo e Europa, além de termos que passou a defender depois, por circunstância da Guerra, como socialismo. Mas foi a apropriação do termo nacionalismo que representou um golpe no que essa palavra significava na formação do próprio autor. Durante toda a análise do que Thomas Mann defendeu ao longo da Primeira Guerra Mundial e do seu tipo de nacionalismo, vemos algo do que os nazistas poderiam ter se apoderado. Se vistas de maneira mais cuidadosa, porém, as ideias sobre o conceito de nacionalismo de Mann e dos nazistas mostram divergências. O que Mann defendia eram ideias provenientes de um mundo da *Kultur*, o qual acreditava ameaçado, assim como toda forma do ser alemão, que incluía a aversão geral de seu povo à democracia e à política. O autor enxergava o país encurralado mais uma vez, cercado por vizinhos que não se conformavam com a prosperidade do *Reich* alemão. Mas, com o fim da Primeira Guerra Mundial e conseqüentemente a derrota da Alemanha, sua análise da conjuntura tumultuada o levou a perceber como tais ideias eram nocivas. Por fim, enxergou os malefícios que o fanatismo nacionalista havia causado, além de ser um terreno fértil para o surgimento de coisas piores, tal como o nacional-socialismo. Foi ao compreender tais perigos que Mann se distanciou, mesmo sem renegá-las diretamente, das suas ideias do período da Grande Guerra, abraçando a causa republicana e democrática, tanto na defesa da República de Weimar, quanto em seus apelos para que o restante do mundo percebesse o que ocorria na Alemanha e seus riscos para a humanidade.

Mann também considerou que Hitler e seus partidários aproveitaram-se de todos esses fatores, nacionalismo, crise econômica, derrota na Primeira Guerra, para atingirem seus objetivos de hegemonia mundial. Entendeu que o nazismo era guerra e sempre dizia em seus discursos que uma paz com Hitler era impossível. Como demonstrou Joachim Fest, os planos de Hitler passavam justamente por isto, no fim das contas: dominar o mundo, mas não necessariamente para o povo alemão. Enquanto Mussolini evocava o passado glorioso do Império Romano, Hitler recorria à história para suscitar o rancor, concentrando-se nos episódios mais recentes, até mesmo pela maneira como pautou a história alemã.

Hitler era obrigado a recorrer a esse modo de negação da história no mínimo porque não admirava nenhum período da História Alemã. Seu mundo ideal era o da Antiguidade, Atenas, Esparta (“o mais claro exemplo de Estado racista da História”), o Império Romano. Sempre se sentiu mais perto de César ou de Augusto que de Arminius. Eram eles e não os habitantes incultos das florestas germânicas que ele contava entre “os espíritos sublimes... de todos os tempos” que ele queria “encontrar no Olimpo onde logo vai entrar”. A decadência dos antigos impérios nunca deixou de preocupá-lo: “Penso muitas vezes nos motivos por que o mundo antigo desapareceu”. Aliás zombava abertamente das tentativas sectárias de Himmler para dar vida a algumas comemorações pagãs ou crenças de épocas pastorais. Respondia com sarcasmos a esse folclore germânico baseado na utilização de ervas medicinais e declarava “ter pouca simpatia por essas coisas”: “Quando nossos ancestrais fabricavam tigelas de pedra e vasos de argila a que nossos especialistas da História dão tanta importância, construía-se na Grécia a Acrópole” (FEST, 1981, p. 638).

O nacionalismo de Thomas Mann não se transformou em algo diferente pelo toque do Midas ao avesso, mas desapareceu com o advento do nacional-socialismo, como parte de sua decepção com o país que permitiu a Adolf Hitler tornar-se seu *Führer*, pelo menos foi o que afirmou em um de seus discursos: “pois eu não sou nacionalista, quer vocês perdoem isso ou não” (MANN, 2009, p. 220). Ao falar da sua ideia de nacionalismo, provavelmente a ideia que possuía desse conceito também durante a Primeira Guerra, Mann utilizou o termo patriotismo, que, quando foi tocado pelo nazismo, perdeu todo o seu encanto:

Não era o *amor à pátria* um belo, natural e bom sentimento – o amor às tradições, à cultura, à língua do povo no seio do qual se nasce –, um amor que se dá tão bem com a simpatia e admiração por outras variações do humano, pelo charme intelectual e pelas contribuições culturais de outras nacionalidades? O que esse avesso de Midas, o nacional-socialismo, fez do ouro do patriotismo? Ora, sujeira, naturalmente. Arrogância estúpida, furiosa insolência racial, autoendeusamento maníaco e assassino, ódio, violência e loucura, foi nisso que ele transformou o amor à pátria. E sobre a completa infâmia, sobre a mais insensata degeneração do nacionalismo alemão ele quer construir a “Nova Ordem”, a Europa (MANN, 2009, p. 101).

93

Anteriormente um nacionalista, Thomas Mann tornou-se um defensor de uma nova ordem entre os povos, uma ordem que aproximaria as nações. Nesse contexto, o futuro teria como base uma democracia social. Com o fim da Segunda Guerra, sua decepção com os alemães foi grande, pelo fato de não terem sido eles a derrubarem Hitler. Como sempre advertiu-os em seus discursos, já que tal libertação foi obra dos Aliados, o futuro da Alemanha seria ainda mais duro em sua reconstrução, porém, não se igualava ao tratamento dado aos povos estrangeiros pelos nazistas. Em 08 de novembro de 1945, foi feita a última transmissão de sua série de discursos. Nessa sua fala, fez uma espécie de balanço dos anos de conflito e o que aguardava a Alemanha. Além disso, justificava sua decisão de não viver novamente na terra pátria e de não abrir mão de sua cidadania americana. Isso não se dava por conta necessariamente de qualquer rancor contra o seu povo, mas sim por tudo o que havia construído em seu tempo de exílio.

Esse último discurso demonstra muito mais decepção do que qualquer outro sentimento por seus compatriotas. Mann afirma que, caso uma libertação entre 1933 e 1939 houvesse ocorrido, teria retornado imediatamente para a Alemanha, algo com o que sonhou durante todos aqueles anos (MANN, 2009, p. 218). A trajetória surpreendente do autor de *Pensamentos na Guerra* o levou a uma vida como um romance de formação, que colocou a guerra para Thomas Mann como a doença que, na *Montanha Mágica*, moldou a personalidade do jovem Hans Castorp. A grandiosidade dos acontecimentos da primeira metade do século

XX não poupou o outrora apolítico e o lançou não apenas fisicamente de um lado a outro do planeta. Esses eventos transformaram seu espírito:

O exílio se tornou uma coisa totalmente diferente do que era antigamente. Não é mais um estado de espera orientado para a volta à pátria, mas já alude a uma dissolução das nações e a uma unificação do mundo. Faz tempo que tudo o que é nacional se tornou província. “Atmosfera de prisão”, gritam para mim aqueles que, por nunca terem aberto a boca contra a desgraça que se aproximava, preferiram ficarem casa. Mas isso é um equívoco. Ficar fora do país me fez bem. A minha herança alemã veio comigo. De qualquer forma, não perdi realmente nada da miséria alemã desses anos por não estar presente quando minha casa em Munique foi destruída. Que me permitam o *meu germanismo cosmopolita*, que já era para mim tão natural quando estava em casa, e o posto avançado da cultura alemã que, por alguns anos ainda, tentarei manter com honestidade (MANN, 2009, p. 221).

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERRO, Marc. **História da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995.

FEST, Joachim C. **Hitler**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GAY, Peter. **A Cultura de Weimar**. Tradução de Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HAMILTON, Nigel. **Os irmãos Mann: as vidas de Heinrich e Thomas Mann**. Tradução de Raimundo Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KUSCHEL, Karl-Josef. **Terra Mátria: a família de Thomas Mann e o Brasil**. Karl Josef-Kuschel, Frido Mann, Paulo Astor Soethe; Tradução de Sibeles Paulino. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MANN, Thomas. **Orden del dia**. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945.

MANN, Thomas. **Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler**. Tradução de Antonio Carlos dos Santos e Renato Zwick. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MANN, Thomas. **Pensamentos na Guerra**. Tradução de Mário Frungillo. *Revista UFG*, n. 8, ano XII, julho de 2010.

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. Tradução Herbert Caro. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MANN, Thomas. *Consideraciones de um apolítico*. Tradução de León Mames. Salamanca: Capitán Swing Libros, 2011.

MISKOLCI, Richard. **Thomas Mann, o artista mestiço**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PRATER, Donald A. **Thomas Mann: uma biografia**. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

STERN, Fritz Richard. **O mundo alemão de Einstein**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

“Para que todos sejam um” (Jo 17,21): O combate às seitas gnósticas no Principado (Séc. II – III)

Roney Marcos Pavani¹

Resumo:

Este trabalho tem por finalidade analisar como se processa o combate e a condenação feitos por Ireneu (130-202), bispo de Lyon, contra os cristãos *gnósticos*, em um contexto em que o cristianismo ainda não possuía um corpo doutrinário definido. Para compreender essa estigmatização, utilizamos como instrumental teórico os conceitos de *representação social* e *identidade*, presentes respectivamente em autores como Mary Jane Spink (2004), Tomaz Tadeu da Silva (2014) e Kathryn Woodward (2014). Estes conceitos nos capacitam a entender como um determinado grupo constrói sua identidade mediante a desqualificação de outros grupos, e a partir daí legitima suas ações e projetos de poder. Finalmente, a partir da análise comparativa de trechos de fontes cristãs, tanto neotestamentárias quanto *apócrifas* (Evangelhos, Atos, etc.), podemos chegar à conclusão de que alguns dogmas surgem como reflexos diretos desses mesmos projetos.

Palavras-chaves: Principado, cristianismo, identidade, heresia, dogma.

96

Abstract:

This article intends to analyze how is the fight and the condemnation made by Irenaeus (130-202), bishop of Lyon, against the Gnostic Christians, in a context which the Christianity did not have a defined doctrinal organization yet. To understand this stigmatization, we use the concepts of *social representation* and *identity* as theoretical instruments, present respectively in authors like Mary Jane Spink (2004), Tomaz Tadeu da Silva (2014) and Kathryn Woodward (2014). These concepts enable us to understand how a certain group builds its identity through the disqualification of another groups, and from there it legitimizes its actions and power projects. Finally, from the comparative analysis of excerpts from Christian sources, both New Testament and apocryphal (Gospels, Acts, etc.), we can come to the conclusion that some dogmas emerge as direct reflections of these same projects.

Keywords: High Roman Empire, Christianity, identity, heresy, dogma.

¹ Mestre em História Social das Relações Políticas (UFES). Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), campus Nova Venécia. E-mail: roney.pavani@ifes.edu.br

Cristianismo e violência simbólica

Para se compreender o significado que uma sentença, ou melhor, que uma adjetivação adquire dentro de um determinado contexto histórico, bem como as consequências sociopolíticas que ela pode exercer sobre quem é adjetivado,² deve-se prestar atenção a um conceito desenvolvido por teóricos dos estudos culturais, denominado *performatividade*. Segundo Tomaz Tadeu da Silva, “a linguagem não se limita a proposições que simplesmente descrevem uma ação, uma situação ou um estado de coisas” (SILVA, 2014, p. 92), isto é, há afirmações dentro da linguagem que não são “neutras”, “imparciais”. Elas remetem a significados que só podem ser determinados de acordo com a sociedade, a época ou o grupo social estudado.

Assim, existem proposições “descritivas” ou “constatativas”, que apenas “descrevem” uma ação, podendo ser tidas como “neutras”, sem uma consequência positiva ou negativa por parte de quem a descreve, ou mesmo por parte de quem é descrito por meio dela (por exemplo, “João fez uma avaliação”). E também existem proposições “performativas”, ou seja, “aquelas proposições que não se limitam a descrever um estado de coisas, mas que fazem com que alguma coisa aconteça” (SILVA, 2014, p. 92), como por exemplo: “João está reprovado”. Nesse sentido, “só podem ser consideradas performativas aquelas proposições cuja enunciação é absolutamente necessária para a consecução do resultado que anunciam” (SILVA, 2014, p. 93).

Entretanto, muitas sentenças abstratamente descritivas (“neutras”) acabam funcionando como performativas. Seguindo os exemplos anteriores: “João está reprovado, *pois é pouco inteligente*”, embora pareça ser meramente descritiva, a afirmação, se repetida muitas vezes, pode produzir o “fato” – “João [de fato] é pouco inteligente”. Com efeito,

ao dizer algo sobre certas características (.) de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um “fato” do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar (.) [aquilo] que supostamente apenas estamos escrevendo. Assim, por exemplo, quando utilizamos uma palavra racista como “negrão” para nos referir a uma pessoa negra do sexo masculino, não estamos simplesmente fazendo uma descrição sobre a cor de uma pessoa. Estamos, na verdade, inserindo-nos em um sistema linguístico mais amplo que contribui para reforçar a negatividade atribuída (.) [ao ato de ser negro] (SILVA, 2014, p. 93).

De acordo com o exemplo acima, a afirmação: “José é um negrão” corresponde a uma *descrição* que *ganha ares* de parcialidade, neste caso, de *negatividade*. Com relação ao bispo Ireneu de Lyon (130-202) e sua condenação sistemática aos grupos cristãos gnósticos, temos um processo semelhante.

Ireneu de Lyon, venerado pela Igreja Católica como santo e mártir, representou o início da teologia cristã, junto a Justino, o mártir (100-165), Tertuliano, o africano (160-220), dentre outros. Tais indivíduos são conhecidos na historiografia também como “Padres da Igreja” (CHADWICK, 1969, p. 78). Seus objetivos eram defender um cristianismo

² Por exemplo, “hoje em dia, ser chamado de ‘herege’ é receber um elogio – equivalente a ser chamado de pensador arrojado, independente. Mas, nos primeiros séculos do cristianismo, o termo ‘herege’ significava uma ofensa grave” (O’GRADY, 1994, p. 13).

hierárquico, sistematicamente organizado e dogmatizado, não poupando meios de crítica a quaisquer formas de religiosidade cristã que atentassem a esta ordem, ou pusessem em risco a existência legítima dos bispos, como era o caso das seitas gnósticas.

Para tanto, Ireneu aplica aos membros desses grupos alcunhas as mais depreciativas possíveis, como “magos”, “feiticeiros”, “libertinos”, “promíscuos”, e, sobretudo, “*hereses*”, com o objetivo de evidenciar que o gnosticismo não poderia ser, em absoluto, uma ramificação dos ensinamentos de Cristo. Por outro lado, ao mesmo tempo em que desqualifica os gnósticos, o autor evidencia sua visão particular da fé cristã.

Neste processo de desqualificação, observa-se um cuidado metódico em demonizar os principais líderes gnósticos de sua época: Simão, o Mago,³ Valentim⁴ e Marcião.⁵ Estes desenvolviam suas práticas religiosas em conexão com a *magia*, atraindo assim um número muito grande de adeptos e, por conseguinte, fazendo com que o cristianismo episcopal perdesse fiéis.

Seguem adiante alguns exemplos retirados da obra “*Contra as Heresias*”: *denúncia e refutação da falsa gnose*,⁶ escrita pelo bispo de Lyon por volta dos anos 180-185, isto é, num contexto em que, como é sabido, o cristianismo não apresentava ainda um corpo doutrinário definido. Este longo e apologético estudo é, segundo Altaner & Stuiber (2004), “a mais antiga discussão sobre as heresias de que se tem registro”. Ele teve aceitação muito grande e sucesso tal que conseguiu estabelecer bases mortais para o gnosticismo e critérios para o fazer teológico:

Outro [gnóstico] (...) chamado Marcos, *expertíssimo na arte mágica com a qual seduzia muitos homens e não poucas mulheres*, atraindo-os a si como ao gnóstico e perfeito por excelência, e como detentor da Potência suprema (...) é como que o verdadeiro precursor do Anticristo (IRENEU DE LIÃO, p. 70. Livro I, 13,1).

Os sacerdotes deles [dos gnósticos], *místicos, vivem libidinosamente e praticam magias* cada qual como pode; servem-se de *exorcismos e encantamentos* e exercitam-se fervidamente em *filtros e feitiços, espiritismo, hipnotismo e em tudo o que diz respeito à magia* (p. 100. Livro I, 23,4).

Sucessor de Simão foi Menandro, que também atingiu o *nível mais alto da magia* (...) (p. 101. Livro I, 23,5).

Outros [gnósticos] ainda, inspirando-se em Basíldes e Carpócrates, introduzem o *amor livre, a poligamia* (...) (p. 111. Livro I, 28,2).

Alguns [gnósticos], ao submeterem-se insaciavelmente aos prazeres da carne (...). Alguns deles *corrompem secretamente as mulheres* (...). Outros ainda (...) foram desmascarados pelo passar do tempo, quando se via que *a irmã tinha engravidado por causa dos irmãos* [prática de incesto] (p. 48. Livro I, 6,3).

Todos os que adulteram de alguma forma a verdade e lesam a doutrina da Igreja [episcopal] são discípulos e seguidores de Simão, *o mago*, o samaritano. Mesmo sem manifestar o nome do

3 *Simão Mago* ou *Simão, o Mago* (c. 65) é citado no Livro dos Atos dos Apóstolos (8:9-24).

4 *Valentim* (c. 100-160) foi teólogo e místico. Em sua doutrina, apresentava elementos judaicos evidentes, mas sua principal ideia era a transcendência absoluta do Pai Invisível e de seu pensamento (em contraposição ao Deus do Antigo Testamento, que age na criação por várias vezes). A missão de Cristo, segundo esta ótica, seria trazer a gnose para um mundo perdido, graças à qual os espíritos se salvariam.

5 Filho do bispo de Sínope, *Marcião* (c. 85-160) mantinha usos ortodoxos em sua Igreja, mas permitia às mulheres funções de exorcismo, imposição das mãos aos doentes e o batismo.

6 Todos os grifos feitos às citações são nossos.

mestre para enganar os outros, *ensinam a doutrina dele*. Apresentando com engodo o nome de Jesus, introduzem (...) a impiedade de Simão e causam a perda de muitos (p. 110. Livro I, 27,4).

Diante disso, cabe-nos uma indagação: o que significa, não somente do ponto de vista do cristianismo institucional, mas também, e principalmente, do ponto de vista da sociedade romana do Principado, proclamar: “esses homens que se dizem cristãos são magos”, “os gnósticos são libertinos”, “os gnósticos seduzem mulheres”?

No que se refere ao estudo da “magia” (um termo que, *a priori*, é neutro) e de seus praticantes, como forma de se compreender o estigma aqui apontado, nossos autores dizem que “a magia (...) pode dar margem a conflitos intensos e violentos se alterado o *modus vivendi* tradicional” (SILVA, 1998, p. 35). Logo, a caracterização da magia e, por extensão, dos magos, em termos de anormalidade, perversidade e subversão, dá-se a partir de um processo de estigmatização social que delimita formas lícitas e ilícitas de interação com o sobrenatural.

Ora, os gnósticos, por manterem rituais secretos e contarem com formas de ensinamento esotérico e místico, seriam uma presa fácil para aqueles que os quisesse acusar sob o rótulo de “magos” e “praticantes da arte mágica”. Porém, o objetivo do acusador (neste caso, Ireneu) é mais específico: afirmar que as seitas gnósticas não representam uma forma legítima de manter contato com a Divindade. Em outras palavras, elas tomariam posse de uma habilidade que somente poderia, ser encontrada nas igrejas episcopais.

Além disso, ser acusado como “mágico” na sociedade romana dos séculos II e III significava sofrer as penas da ilegalidade, já que, dentro daquele contexto, praticar a magia era ter o poder de colocar vidas inocentes em risco, isto é, um ato execrável.

O problema que se coloca aqui é de assegurar o exercício de determinadas práticas mágico-religiosas aceitas como legítimas por um determinado grupo, o que equivale a deslegitimar tudo o que não se coaduna com estas práticas, independentemente do seu conteúdo benéfico ou maléfico, não importa, gerando-se assim a imagem distorcida daquele que se dedica a manipular potestades espirituais de uma maneira equivocada, errônea e vil, o qual passa a ser designado genericamente como bruxo, feiticeiro (.) e outros, da mesma forma como o indivíduo que desafia as normas legais de comércio é contrabandista. Mediante a construção dessa imagem distorcida é que se elaboram os processos de acusação contra os feiticeiros, o que se configura num problema de ordem eminentemente jurídica, mesmo em situações nas quais não existem regras de direito específicas (SILVA, 1998, p. 37-38).

Embora Ireneu historicamente não faça parte da tradição dos *Apologistas* do segundo século, seu discurso apresenta as características necessárias para uma defesa convincente da fé cristã e de sua adequação dentro das fronteiras do Império. Isto é correto, tendo em vista que todas as acusações e termos negativos que eram imputadas ao nome de “cristão” foram transplantadas, pelo bispo de Lyon e por outras autoridades, para os grupos gnósticos. De forma a mostrar àquela sociedade uma clara diferenciação, entre “verdadeiros cristãos” (episcopais) e “falsos cristãos” (gnósticos), os quais deveriam ser expurgados.

De maneira semelhante aos estigmas de “magia” e “feitiçaria”, o fato de colocar os gnósticos ao lado de práticas “libertinas”, “licenciosas” e “devassas” também possuía um efeito devastador. Nesse sentido, a fornicção, o incesto e o adultério eram práticas que

punham em xeque a instituição do casamento, o qual era visto, ao menos pelas camadas mais abastadas da sociedade romana, como

começo, raiz e fonte de nossa natureza. Dele vêm os pais, as mães, os filhos e as famílias. As cidades, as aldeias e a cultura surgiram por causa dele. (...) Todas as habilidades do Estado (...) dependem dele. E mais, do casamento provêm os templos e santuários de nossa terra, o sacrifício, os rituais, as iniciações, as orações e os dias solenes de intercessão (BROWN, 1990, p. 15).

Nesta mesma época, segundo a filosofia estoica, o coito só deveria ocorrer “de acordo com a natureza” isto é, para reprodução. Portanto, lascívia, licenciosidade e embriaguez eram verdadeiros estigmas, através dos quais ir-se-ia de encontro à natureza. Mais do que isso, os estoicos estavam preocupados com a posição do homem público romano: ordeiro, moderado, disciplinado; por conseguinte, o ato conjugal deveria ser um espelho da esfera social e política. Nas palavras de Peter Brown:

o que temos (...) é um império cuja tônica fora estabelecida desde longa data por pessoas austeras e cuidadosas. Seus mentores escreveram tão extensamente sobre os temas (...) do casamento, e até das relações sexuais, com a finalidade de encontrar um modo de permitir aos membros da classe superior pensar em voz alta, entre seus pares, sobre as ponderáveis questões do poder, da ordem conveniente e da serena continuidade (BROWN, p. 29).

Dessa forma, os gnósticos representam, nas insistentes acusações de Ireneu, um atentado contra a ordem hierárquica do cristianismo, mas também, e sobretudo, uma afronta à própria *ordem cósmica* romana. Embora Ireneu não tenha essa *intenção* ao escrever o seu texto, já que não crê nesta “ordem” romana, é conveniente lembrarmos das palavras do semiólogo Umberto Eco:

em alguns de meus escritos mais recentes, sugeri que entre a intenção do autor (muito difícil de descobrir e frequentemente irrelevante para a interpretação de um texto) e a intenção do intérprete que (...) simplesmente ‘desbasta o texto até chegar a uma forma que sirva a seu propósito’ existe uma terceira possibilidade. Existe a *intenção do texto* (ECO, 2018, p. 29. Os grifos são do autor).

Por *intenção do texto*, Eco quer dizer que existem certos limites às interpretações, isto é, são critérios gerais que impedem que cada um interprete o que quiser. Consequentemente, se não importa a intenção do autor,⁷ o que é realmente relevante para a assimilação de um discurso em um determinado campo histórico são as consequências daquela intenção, surgidas a partir do diálogo entre o leitor e os elementos presentes no texto, os quais só poderão ser realmente compreendidos do ponto de vista da sociedade na qual eles estão inseridos. Tal fato, claro está, nos faz retornar às noções de *performatividade* apontadas anteriormente. Afirmações performativas são eficazes por sua repetição, ou melhor, pela possibilidade de sua repetição (SILVA, 2014, p. 94), o que, de fato, acontece exaustivamente, em cada página do *Contra as Heresias*.

O objetivo de Ireneu era contribuir para a sobrevivência da sua religião (quaisquer que fossem as consequências para isso), ao mesmo tempo em que vários e diferentes grupos de poder estavam surgindo, e confundindo-se com o nome de “cristãos”. Por isso, sua atitude será duplamente direta: afirmar a autoridade dos bispos enquanto único pilar do

⁷ Mesmo teóricos opositores às ideias de Umberto Eco, como Richard Rorty, afirmam o mesmo. Cf. RORTY, 2018, p. 108-109.

poder religioso, e, ao mesmo tempo, pretender diferenciar-se de seus adversários, os quais sofreriam toda a carga depreciativa de até então.

Estigmatização, representação social e construção de identidades

A todo este processo de estigmatização podemos classificar como uma *representação social* das seitas gnósticas, feita por parte dos segmentos episcopais. Consideremos também que estigmatizar significa ter o *poder* para fazê-lo, em uma relação desigual entre as partes envolvidas no discurso.

A representação social é definida por Mary Jane Spink (2004) como uma forma específica de conhecimento: aquele proveniente das pessoas comuns sobre assuntos também comuns, ou seja, é como elas constroem representações para interpretar o seu mundo e, assim, construir realidades em um ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana.

Da mesma forma, representar uma coisa tem por função perceber os demais objetos presentes na realidade através de paradigmas prévios (da sociedade ou do indivíduo), transformando algo não-familiar em familiar, com todos os efeitos que isto pode inferir, sendo o preconceito e o binarismo os mais perceptíveis. Por exemplo, quando pessoas que vivem imersas em uma cultura letrada querem compreender sociedades de matriz oral, com ritos e formas de trabalho diferentes, e as classificam como “primitivas”, “feias”, “miseráveis”, “selvagens”, “bárbaras”, “incivilizadas”, “incultas”, “inferiores”, etc., elas estão construindo, da perspectiva da psicologia social, uma *Representação Social*.

De volta ao Principado, Ireneu representa os gnósticos, confere-lhes um sentido, simboliza-os e, à maneira da atividade perceptiva, dá-lhes, nas palavras de Spink, uma “concretude icônica”. Isto é, ele pretende figurá-los, torná-los “tangíveis”, seja por meio de palavras ou referências a algo que lhe esteja próximo, e também àqueles para os quais faz seu discurso. Para tanto, é muito mais fácil e cômodo, ainda mais se o objetivo é arrebanhar seguidores e eliminar um inimigo político utilizar-se de algo próximo e familiar (magia, heresia, loucura), tanto para o ouvinte quanto para o próprio promotor do discurso.

As representações sociais, por sua vez, possuem duas faces: a figurativa e a simbólica; elas compreendem “em toda figura um sentido e em todo sentido uma figura” (SPINK, 2004, p. 35). Disso decorrem os processos estruturais formadores das representações: duplicar um sentido por uma figura, isto é, dar materialidade a um objeto abstrato, naturalizá-lo, foi chamado de “objetivação”; já o fato de “duplicar uma figura por um sentido”, fornecer um contexto inteligível a ele, interpretá-lo, foi chamado de “ancoragem”. Tudo isso sempre com o objetivo de transformar algo “não familiar” em “familiar”.

Transformando algo “não familiar” (*gnóstico*) em “familiar” (*herege, mago, libertino*), Ireneu percebe o seu objeto a partir de suas próprias concepções, adequando a realidade aos paradigmas previamente possuídos por ele e pelos membros de sua comunidade. Tal fato, segundo Gilvan Ventura da Silva (2004), dá margem a interpretações maniqueístas, simplificadoras, estereotipadas e preconceituosas. “O estranho atrai, intriga e perturba,

pois traz novos referenciais” (SPINK, 2004, p. 36), mas a partir do momento em que ele se torna familiar (ou “compreensível”), passa a ser menos extraordinário, e, ao mesmo tempo, mais repulsivo.

O cristão gnóstico age como esse elemento estranho dentro do imaginário episcopal, com novos modos de vida e de compreender a dinâmica da salvação e dos ensinamentos de Cristo; ninguém o conhece. Faz-se mais do que necessário “compreendê-lo” de alguma forma. Neste caso, a perturbação que ele provoca sobre a comunidade de fiéis ou sobre os membros do clero é ainda maior, visto que suas ideias põem em risco a legitimidade das próprias lideranças, a qual está cimentada a partir da pretensão do monopólio da salvação. Se existe somente uma verdade, um dos dois grupos em questão certamente está errado. Como descobri-lo?

Ireneu tem a resposta a partir de seu próprio discurso: ao classificar os gnósticos como heréticos, ou “filhos de Satanás” ele os está ancorando, pois integra-os a um sistema de pensamento *religioso* (simbólico) já existente na comunidade cristã. Por outro lado, e mais importante, a ancoragem aqui também é efetivada a partir de um sistema *social* também preexistente, uma vez que, ao nomear aqueles indivíduos como “adúlteros”, “libidinosos”, “pervertidos”, “loucos”, “magos”, está fazendo menção a elementos presentes na vida social de Roma. Das duas formas, não se compreende o gnóstico enquanto *diverso*, mas enquanto alguém que fugiu a um *padrão*, enraizando-o no seio social.

A partir daí, ao serem os gnósticos rotulados como hereges (uma ideia familiar aos grupos cristãos, herdada do judaísmo), passam a adquirir certas características ou tendências, como por exemplo, a loucura, o pecado, o erro, e outras, tornando-se, então, *distinta* dos cristãos episcopais, o que os faz possuir uma identidade. E mais, tornam-se objeto de uma convenção entre aqueles que a adotam, passando a ser o elemento *desviante* (e não apenas diferente), a quem se deve combater.

Todo esse processo serve, entre outras coisas, para ordenar o mundo, mas sobretudo para hierarquizá-lo, ou seja, para definir o que é bom e o que é mau, o que é permitido e o que não é, quem são os santos e quem são os hereges (SILVA, 2014, p. 82-83).

Nesse sentido, Ireneu também é mordaz ao “reproduzir um conceito em uma imagem” (SPINK, 2004, p. 42). Os conceitos “heresia”, “pecado”, “imoralidade” são reproduzidos na imagem “gnóstico”; como se ambos fossem interligados, dependentes, para não dizer idênticos. Por outro lado, esse discurso ainda faz reproduzir um outro conceito em uma outra imagem: os conceitos “santidade”, “salvação”, “moralidade” são reproduzidos em “cristãos episcopais”.

Uma vez compreendidos e “coisificados”, os gnósticos passam a ser vistos como a contraparte (aquilo que não é) dos episcopais, e é a partir dessa diferenciação absoluta e intransigente entre os dois movimentos, que irá se dar a consolidação do poder dos bispos e da autoridade que lhes é garantida. Ao analisar como as identidades são construídas, Kathryn Woodward assim diz:

sugeri que elas [as identidades] são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao “forasteiro” ou ao “outro”, isto é, relativamente ao que não é. Essa

construção aparece, mais comumente, sob a forma de oposições binárias. (...) Tal concepção da diferença é fundamental para se compreender o processo de construção cultural das identidades. (...) A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” (WOODWARD, 2014, p. 49-50).

Com efeito, as identidades também formam padrões a serem seguidos, sendo as identidades diferentes vistas como desviantes, estranhas, erradas, inferiores, produzindo uma forma de significado. Os sistemas classificatórios por meio dos quais o significado é produzido (construção de uma visão de mundo) dependem de sistemas sociais e simbólicos (aos quais, como visto anteriormente, foram inseridos os gnósticos). Trata-se, inclusive, de uma prática simbolicamente marcada, posto que os rituais, as liturgias, o credo (mesmo que em construção) e os Escritos religiosos (livros inspirados) dão sentido a uma realidade específica.

O ato de classificar algo ou alguém (como “bom”, “mau”, “pecador”, “impuro”, “herege”) significa ter o poder de fazê-lo, já que não existem identidades em si mesmas, tão pouco “heresias em si mesmas”. Como afirma Kochakowicz:

heresia (ou herege) é aquilo que (ou quem) foi definido como tal pelas autoridades eclesiásticas. (...) Pressupõe-se que a heresia não tem origem num desvio ao ensinamento ortodoxo, antes é estabelecida pelo fato de ter sido condenada. Para um historiador a heresia é um fato institucional, não apenas doutrinal. (KOCHAKOWICZ, 1987, p. 304).

Portanto, o segmento episcopal (Ireneu) tem este poder, visto que neste momento, as comunidades eclesiásticas começavam a ganhar força. Tanto identidade quanto diferença são, segundo os nossos autores, o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, entretanto,

o processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas [as identidades] são produzidas está longe (...) de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição (...) está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2014, p. 81).

Enfim, a obra de Ireneu não se configurou apenas como um postulado de afirmação das comunidades episcopais, mas também se apresentou como um tratado que pretendia desconstruir e banir o gnosticismo como vertente da fé cristã, processo este que apresenta uma clara relação de poder entre desqualificadores (episcopais) e estigmatizados (gnósticos).

Os dogmas cristãos enquanto necessidades políticas

Todas essas necessidades encontradas pelos grupos episcopais no sentido de manterem-se no poder influenciaram certas convicções religiosas, as quais até hoje constituem aquilo que os cristãos chamam de princípios fundamentais de fé – os *dogmas*. Já foi dito em outros lugares que “uma verdade nasce menos como aquilo que um grupo defende e mais como aquilo pelo que ele se defende” (CERTEAU, 2011, p. 85). Também podemos afirmar que todo dogma nasce como uma contraposição a tudo aquilo que for considerado herético; e herético, por sua vez, é tudo aquilo que coloca em risco o monopólio da autoridade religiosa.

O credo cristão, embora não explicitado pela maior parte das Igrejas,⁸ tem como pedra fundamental as seguintes sentenças: *Creio em Deus-Pai, todo poderoso, Criador do céu e da terra e em Jesus Cristo, Seu único Filho, (...) que (...) padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu à mansão dos mortos, ressuscitou ao terceiro dia.* Ou seja, a Divindade que criou o céu e a terra e o Princípio de todas as coisas correspondem ao mesmo Ser; Jesus, apesar de sua natureza divina, teve um sofrimento verdadeiro (não ilusório); e ressuscitou em carne e osso ao terceiro dia (trata-se de uma ressurreição literal, histórica).

A Divindade

Com relação à concepção da Divindade, o credo cristão afirma ser Deus Único e Todo-poderoso, porém, nem todos os segmentos cristãos do segundo e do terceiro séculos pensavam dessa maneira, como por exemplo Marcião. Segundo ele e seus seguidores, o Deus do Antigo Testamento (Yahweh, para os judeus) e Aquele revelado por Jesus no Novo Testamento não poderiam ser o mesmo, tamanhas eram as aparentes diferenças entre ambos. Enquanto o primeiro era severo, vingativo, ciumento (Marcião o classificava como sendo apenas “justo”), o outro era compassivo, misericordioso e amável (um Deus verdadeiramente “bom”), portanto, estamos diante de um dualismo.

Os valentinianos (a forma mais influente e sofisticada do cristianismo gnóstico, e a mais ameaçadora para a ortodoxia),⁹ confessavam o mesmo credo que os ortodoxos, ao afirmar a unicidade de Deus. Tal fato só fazia atizar ainda mais a fúria de Ireneu contra esta seita “disfarçada”, “aparentemente são cordeiros”, mas, na realidade, “são lobos”. Os seguidores dessa seita distinguem entre a imagem “popular” de Deus – amo, rei, senhor, e o que a imagem representa: Deus entendido como a fonte de toda a existência – “as profundezas” ou “Abismo”. Trata-se de um monoteísmo, porém modificado.

Em linhas gerais, a solução proposta por homens como Marcião ou Valentim consistiu em eximir Deus da responsabilidade de haver criado o mundo sensível, já que, em sentidos lógicos, de Sua essência plenamente benéfica não poderia partir uma realidade com elementos maléficos. Assim sendo, Deus Pai (o *Primeiro Princípio*, o *Absoluto incognoscível*) estava muito afastado (podemos falar de transcendente) do mundo.

Contudo, ao afirmarem a existência de “um único Deus”, os partidários do episcopado validavam um sistema de governo pelo qual a Igreja deveria ser governada por um único bispo. A interpretação valentiniana foi condenada, de fato, por representar uma afronta a tal sistema. Portanto, discutir a natureza de Deus é, em absoluto, discutir a questão da autoridade espiritual.

⁸ No Brasil, somente as Igrejas Católica, Ortodoxa e Luterana recitam o Credo niceno-constantinopolitano em suas cerimônias. Ele é resultado dos dois primeiros Concílios ecumênicos: Niceia (325) e Constantinopla (381).

⁹ Lembre-se que Ireneu de Lyon escreve o seu *Contra as Heresias* a um amigo desejoso por conhecer o sistema valentiniano, uma evidência de sua importância nesse momento.

Elaine Pagels (1994), ao trabalhar essa questão, diz que as palavras de Clemente (35-99),¹⁰ bispo de Roma são paradigmáticas para demonstrar a posição do episcopado ortodoxo: “se há somente um Deus, o qual governa todas as coisas, somente Ele pode transmitir sua autoridade de forma integral a líderes e governantes na terra (os bispos), aos quais os leigos devem obedecer fielmente” (PAGELS, 1994, p. 63).

Os gnósticos, por outro lado, criticavam esse movimento de hierarquização dentro do cristianismo, pois iria de encontro aos seus anseios de igualdade e amor mútuo. Não era necessário submeter-se aos bispos – “canais sem água”, “espiritualmente vazios”, bastava contar com o dom carismático de inspiração direta através do Espírito Santo. Se Cristo pode falar com todos, de forma arcana e pessoal, não haveria necessidade de uma estrutura hierárquica rígida:

Como me pediste que enviasse o livro secreto, *revelado a mim e a Pedro pelo Senhor*, eu não poderia rejeitar ou recusar. (...) Mas (...) esforça-te seriamente e tem cuidado para que este livro não seja divulgado a muitas pessoas, pois nem o Salvador quis transmiti-lo a todos nós, seus doze discípulos. (...) Há dez meses, enviei-te outro livro secreto, que *o Salvador me havia revelado*. Considera aquele livro como uma revelação a mim, Tiago. (*Apócrifo de Tiago*.¹¹ In: MAIA, 1992, p. 23. Os grifos são nossos).¹²

Não podemos saber até que ponto as seitas gnósticas variavam em suas práticas, mas todas eram dotadas de uma cerimônia de iniciação. Esta, pois, funcionava como um divisor de águas entre a *Pistis* (simples crença ou fé) e a *Gnosis* (conhecimento), de forma a retirar o indivíduo de seu “sono”, isto é, de sua ignorância, da ilusão que vive ao pensar que conhece a realidade, mas que, na verdade, enxerga unicamente uma realidade pérfida, criada por seres pérfidos. A verdadeira natureza do homem, segundo os ensinamentos gnósticos, é divina. É sua missão voltar para a Divindade de onde proveio e libertar-se das garras da materialidade.

105

Para ilustrar essa ideia, citemos um trecho do *Livro de Tomé, o atleta*¹³:

Quando todos os escolhidos perderem a natureza animal, esta luz se retirará para o domínio da essência e será bem-vinda, por conta de seu excelente serviço. (...) Quem busca a Verdade na verdadeira sabedoria criará em si asas para voar e fugir da paixão que inflama os espíritos humanos. Quem busca, criará em si asas para *escapar de qualquer espírito visível* (MAIA, 1992, p. 67-68. O grifo é meu).

Em outras palavras, aquele que conheceu a gnose sentia-se liberto das leis que governavam a sociedade: situava-se além do bem e do mal. Somente os homens materiais, exatamente por pertencerem a esta condição de fraqueza, necessitam de regras para governá-

10 De uma carta endereçada à comunidade de Corinto (c. 90-100), ambiente conturbado devido às disputas religiosas, onde alguns líderes cristãos haviam sido despojados de seu poder.

11 Trata-se de uma epístola que Tiago remete a um destinatário desconhecido, contendo revelações destinadas apenas aos eleitos. Escrito no segundo século, a obra provém, segundo Maia (1992, p.21) da Escola de Valentim.

12 Cf. o Prólogo do Evangelho Segundo Lucas (o terceiro do Cânon, defendido por Ireneu e seus pares): “*Visto que muitos já empreenderam compor uma narração dos fatos que se cumpriram entre nós – conforme no-los transmitiram os que, desde o princípio, foram testemunhas oculares e ministros da Palavra – a mim também pareceu conveniente, após acurada investigação de tudo desde o princípio, escrever-te de modo ordenado, ilustre Teófilo, para que verifiques a solidez dos ensinamentos que recebeste*” (Lc 1,1-4). Diferentemente do texto gnóstico, o autor aqui justifica a sua obra por meio de uma investigação (objetiva), não de uma revelação (subjativa). Em segundo lugar, em Lucas há uma proposta de difusão (geral) dos ensinamentos de Cristo, já em Tiago há o contrário, isto é, o esforço pelo segredo (individual).

13 Trata-se de um diálogo matizado de perguntas e respostas, em que o interlocutor, no caso Tomé, recebe revelações do Salvador (Cf. MAIA, 1992, p.63).

los. Portanto, submeter-se aos preceitos episcopais e às suas doutrinas formais, era assumir um grau visível de materialidade, além de ver castradas todas as formas de se compreender a Divindade por meio do próprio conhecimento. Ou seja, seria abrir mão do potencial deficiente presente em cada alma humana.

Para defenderem-se das teologias gnósticas, Ireneu de Lyon e seus companheiros sustentavam a existência de um único Deus – criador do Céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis; e, por conseguinte, propunham a continuidade entre Antigo e Novo Testamentos.

Ora, se existe apenas um Deus, só é possível haver uma Igreja verdadeira – católica (universal). Esta representaria os desígnios da Divindade com autoridade implacável, já que suas lideranças descenderiam dos apóstolos e, portanto, do próprio Jesus Cristo. Este, então, *deveria* ser concebido como divino, ou pelo menos, não deveria ser *somente* humano. Isto é, para que a autoridade religiosa fosse inquestionável, ela deveria contar com o aval divino, logo, seu fundador deveria ser Deus ou algo semelhante a ele – Seu Único Filho, por exemplo.

Para os gnósticos, por outro lado, Jesus funcionava como um guia espiritual, um mensageiro de Deus, e não o próprio Deus. Conforme atesta um trecho seminal do *Evangelho da Verdade*:¹⁴

Este é o Evangelho daquele que é buscado, revelado àqueles que são perfeitos, graças à clemência do Pai, como um mistério oculto, Jesus, o Cristo. Por seu intermédio, Ele *iluminou* aqueles que estavam na escuridão por causa do esquecimento. Ele os iluminou e *indicou-lhes* um caminho: e esse caminho é a Verdade, que Ele lhes ensinou (MAIA, 1992, p. 39).

É oportuno confrontar o final do texto acima com a célebre frase atribuída a Jesus no Evangelho (canônico) de João: “*Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida*” (Jo 14,6). Embora os trechos, à primeira vista, soem semelhantes, a importância e a natureza dada a Jesus por gnósticos e episcopais é completamente diferente.

A paixão

A respeito da paixão de Cristo, seu sofrimento e dor, diz-se que há apenas um fato a respeito do qual todos os relatos sobre Jesus de Nazaré concordam, quer tenham sido escritos por pessoas hostis ou devotas a ele (PAGELS, 1994, p. 96-97): sua condenação à morte e crucificação, sob Pôncio Pilatos (12 a.C.-39 d.C.), por volta do ano 30. Contudo, se as várias fontes concordam com os fatos, o mesmo não se pode dizer de seus pormenores.

Alguns textos de Nag Hammad¹⁵ (de influência gnóstica), por exemplo, explicam que Jesus não era um ser *humano*, e sim um ser *espiritual*, que se adaptara aos olhos humanos. Portanto, ele não poderia ter sofrido os horrores da crucificação, ou se sofreu, apenas a sua

¹⁴ O *Evangelho* transmite conhecimentos sobre Jesus e alguns sugerem ter sido escrito pelo próprio Valentim. (Cf. MAIA, 1992, p. 35).

¹⁵ Os documentos de Nag Hammad, descobertos em 1945 no Alto Egito, dizem respeito a inúmeros textos que contêm, em sua maioria, informações cristãs divergentes dos relatos contidos no Novo Testamento. Cf. PAGELS, 1979, p. 11-18.

parte carnal assim o fizera, e não a sua essência. Esta teria transcendido o sofrimento e a morte, como se depreende das seguintes passagens dos *Atos de João*,¹⁶ quando o autor do livro é submetido a um encontro com Jesus no momento do suplício:

não é a cruz de madeira que verás quando saíres daqui. Tampouco sou aquele que está na cruz. (...) Sou inteiramente com o Pai e o Pai comigo. (...) Não passei nenhum desses sofrimentos que me viste suportar. Os sofrimentos que mostrei a ti e aos outros (...) quero que sejam chamados de mistério. (...) Tu ouviste dizer que eu sofri e, na verdade, não sofri (MAIA, 1992, p. 92-93).

Por outro lado, os cristãos de matriz episcopal defendiam uma interpretação histórica e literal desse evento (como os cristãos até hoje defendem), e condenavam os textos de inspiração gnóstica.

Para entender esta questão é necessário reconhecer que a controvérsia em torno do sofrimento e da morte de Cristo envolvia uma particularidade prática: “como os fiéis deveriam reagir à perseguição e à ameaça do seu próprio sofrimento e da sua própria morte?” Isto posto num contexto em que alguns setores da população romana procuravam reprimir quaisquer formas de agitação ou dissidência social, como o cristianismo, embora as perseguições ainda não fossem patrocinadas pelo Estado Imperial (como se verá durante os reinados de Décio (249-251) e Diocleciano (284-305)). Ireneu de Lyon, por exemplo, conviveu com a perseguição e o martírio de uma forma bastante próxima: seu mestre Policarpo (65-155) e cristãos outros de sua cidade foram perseguidos, condenados e mortos pelas autoridades romanas (155 e 177, respectivamente).

Diante do perigo, o que fazer? Afirmar a fé cristã e sofrer as consequências, ou abjurar da fé, e prestar um sacrifício aos deuses ancestrais? A primeira opção foi a que venceu, uma vez que a recompensa a ser esperada nos céus era infinitamente maior do que os suplícios pelos quais passariam os condenados. Além disso, “mártir” significa, literalmente, ser “testemunha”, um “exemplo” para a fé dos demais.

Muitos eram os cristãos, no entanto, que consideravam o martírio uma insensatez, um desperdício da vida humana, portanto contrário à vontade de Deus: “Cristo, se morreu por nós, foi morto para que não precisássemos ser mortos” (PAGELS, 1994, p. 107). Assim sendo, a maneira de interpretar a morte de Cristo tornou-se ponto focal da controvérsia em torno da questão prática do martírio: os episcopais (como Ireneu), conhecedores dos perigos aos quais os cristãos estavam expostos, defendiam o martírio, e, conseqüentemente, a interpretação literal para o sofrimento de Cristo. Isto é, utilizavam a história (o fato) para justificar sua visão de mundo e suas práticas sociais no presente. Já os gnósticos não eram perseguidos ou condenados como mártires, pois não viam sentido algum para isso.

Em todos os casos [gnósticos], a atitude frente ao martírio corresponde à interpretação do sofrimento e da morte de Cristo. Alguns, como os ortodoxos, insistem que Cristo realmente sofreu e morreu, encorajando os fiéis a buscarem o martírio. Outros, por sua vez, dizem que aqueles que se entusiasmam com o martírio não sabem “quem é Cristo” (PAGELS, 1994, p. 114).

16 Os *Atos de João* faziam parte de um conjunto de obras usadas pelos maniqueus no fim do século IV, em substituição aos *Atos dos Apóstolos* (canônico). Segundo Márcia Maia (1992, p.83), há indícios de terem sido compostos em Edessa, no final do século II, em conjunto com os *Atos de Pedro, Paulo, André e Tomé*, por um autor de nome Leucius Charinus, que viveu na Síria e teria sido discípulo do apóstolo João. Obedecem às linhas mestras do pensamento gnóstico. Foi duplamente condenado, tanto pelo papa Leão I (440-461) quanto pelo II Concílio de Niceia (787).

A ressurreição

Desse modo, os principais autores gnósticos diziam que o verdadeiro cristianismo não consistia em uma simples confissão verbal, mas sim em uma demonstração interior da posse da *gnose*. Portanto, o martírio pregado pelos episcopais era vão; é um grande engodo pensar que “Deus necessita de sacrifícios humanos” (PAGELS, 1994, p. 116), ou mesmo pensar que, por meio do martírio, o fiel já estaria salvo. E mais, o sofrimento ocorre somente em um plano humano, não devendo ser louvado ou estimulado.

Exatamente aí está o *calcanhar de Aquiles* dos cristãos gnósticos: os argumentos contrários ao martírio só serviram para “debilitar a solidariedade da comunidade cristã” (PAGELS, 1994, p. 121), fazendo-os não se identificarem com os sofredores, presos, e outros que padeciam. “A preservação da unidade” exigia que todos os cristãos interpretassem o suplício de Cristo literalmente, e deixassem implícita a necessidade do “testemunho de sangue”, haja vista que eram as perseguições que estimulavam a formação da estrutura organizada que havia surgido nas igrejas ao final do século II e inícios do século III.

O martírio, então, era um poderoso vínculo de identidade entre os membros do cristianismo episcopal, tendo em vista que o perigo das perseguições lhes era comum. Este forma de ligação, entendida como uma “marcação simbólica” (cf. WOODWARD, 2000, p.7-15), junto à compilação de livros (ditos *canônicos*) e a uniformidade dos cânones nos ritos e na estrutura político-religiosa, contribuíram grandemente para a consolidação da identidade cristã sob o comando dos bispos, a qual permanece.

Finalmente, acerca da ressurreição de Jesus Cristo, podemos dizer que, a despeito de divergências literárias,¹⁷ esse evento era visto de forma concreta e histórica pelos segmentos episcopais (e é vista até hoje da mesma maneira por todas as denominações cristãs). Jesus ressuscitara ao terceiro dia, em um corpo físico, com carne, sangue, ossos, etc:

Falavam ainda, quando ele próprio [Jesus] se apresentou no meio deles e disse: “A paz esteja convosco!” Tomados de espanto e temor, imaginavam ver um espírito. Mas ele disse: “Por que estais perturbados e por que surgem tais dúvidas em vossos corações? Vede minhas mãos e meus pés: sou eu! Apalpai-me e entendei que um espírito não tem carne, nem ossos, como estais vendo que eu tenho”. Dizendo isso, mostrou-lhes as mãos e os pés. E como, por causa da alegria, não podiam acreditar ainda e permaneciam surpresos, disse-lhes: “Tendes o que comer?” Apresentaram-lhe um pedaço de peixe assado. Tomou-o, então, e comeu-o diante deles (LUCAS 24,36-43).

Porém, não havia consenso com relação ao relato dessa ressurreição no cristianismo gnóstico dos séculos II e III. Vejamos um trecho interessante dos já citados *Atos de João*:

Assim, meus irmãos, como sou testemunha da bondade do Senhor e de sua terna afeição por nós, conclamo-vos a adorá-lo pelas provas de misericórdia que ele deu em atenção a nós, não por nosso dedos, nossa boca, nossa língua ou alguma parte do nosso corpo, mas por uma disposição interior da *alma*, ainda que Ele se tenha transformado em um ser *incorpóreo* (MAIA, 1992, p. 94. O grifo é meu).

¹⁷ Se os quatro evangelhos concordam entre si em relatar a aparição inicial do anjo (ou dos anjos) às mulheres (Mt 28,5-7; Mc 16-5-7; Lc 24,4-7; Jo 20,13) divergem no que diz respeito às aparições do próprio Jesus.

As discrepâncias não poderiam ser mais evidentes. Por que, então, Ireneu e tantos outros bispos insistiam na ressurreição física e literal de Jesus? Por que condenar as demais formas (de ordem mais simbólica) como heréticas?

Pensando nas implicações e nas consequências da interpretação acerca da ressurreição de Cristo, tem-se que se a mesma não fosse defendida de modo literal (Jesus voltou à vida em “carne e ossos”), seus seguidores, por conseguinte, as autoridades eclesiásticas do segundo século não alcançariam a legitimidade de que precisavam para se impor diante da comunidade.

Pois bem, como tais lideranças afirmavam descender diretamente dos apóstolos, gozavam elas da mesma missão e do mesmo poder conferido por Jesus aos Doze, *após a ressurreição*.¹⁸ Dessa forma, aqueles que o tivessem visto ressuscitado e alegassem que o Mestre os confiara prestígio e autoridade, estariam à frente dos demais, e possuiriam uma posição especial. Logo, não poderiam ser muitos.

Após confiar aos Doze (e somente a eles) a missão universal de pregar a Boa-nova, Cristo elevou-se aos céus para voltar somente no fim do mundo. Isso quer dizer que *ninguém* mais poderá obter a mesma experiência vivida por aquele grupo, *ninguém* mais poderá estar tão perto do Salvador. Dessa grandiosa e exclusiva experiência, finalmente, nasceu a autoridade dos Apóstolos (e apenas deles).

As implicações desse fato são óbvias: somente os Apóstolos foram dotados de autoridade religiosa definitiva, e somente seus sucessores poderiam herdar de forma legítima esta mesma autoridade. Há, portanto, uma distinção invencível ente aqueles que descendem dos Apóstolos (*clérigos*) e os que não descendem (*leigos*).

Os cristãos gnósticos, por sua vez, adotavam uma interpretação não-litera e a-histórica da ressurreição, chamando os ortodoxos de “tolos”. Conforme vimos anteriormente no *Apócrifo de Tiago* e no *Livro de Tomé, o Atleta*, Cristo apareceria por meio de visões, sonhos e momentos de êxtase (o que não significava uma fantasia ou uma mentira) a todos os que estivessem iluminados. Assim, a ressurreição seria um evento presente e constante, não algo passado e irrepetível.

A implicação política da teoria gnóstica era: se qualquer um que atinge a experiência de ver o Cristo ressurrecto, goza de autoridade assim como os Doze – ou, às vezes, supera-os, é possível contestar a autoridade dos padres e bispos que reivindicavam um legado apostólico.

Se, como já foi dito, ao tratar do monoteísmo cristão, Jesus *precisava* ser concebido como divino, a fim de revelar os desígnios de Deus aos homens, ele também *carecia* de uma essência humana. Isto é, no sentido de legar e transmitir estes mesmos desígnios a homens devidamente escolhidos (e não a quaisquer pessoas), e em um momento histórico determinado, justificando a hierarquização presente nas comunidades cristãs, atentando para a clássica divisão entre *clérigos* e *leigos*. Eis aqui, então, uma das raízes para a dupla

18 Cf. Mt 28,16-20; Mc 16,14-20; Lc 24,44-53.

natureza de Cristo (totalmente homem e totalmente divino), mais do que isso: ele *necessitava* ser concebido desse modo por parte dos segmentos ortodoxos.

Os adeptos do gnosticismo, como vimos, valorizavam muito o poder criativo e inventivo de seus iniciados, assim como os alunos de um músico ou pintor. Já aqueles que apenas repetissem as palavras do mestre seriam considerados imaturos. Dessa maneira, eles afirmavam estar além da autoridade dos apóstolos, já que o conhecimento é dinâmico – aumenta ininterruptamente, o que é visto pelos ortodoxos como “fonte de arrogância” e “heresia”.

Ora, não são poucas as passagens no *Contra as Heresias* em que Ireneu de Lyon censura os gnósticos por quererem “pensar por si sós”, e produzirem convicções que têm sua raiz no intelecto humano e não na sabedoria divina. Esta, segundo o bispo, estaria concentrada na própria tradição defendida por ele próprio e por seus pares.

Considerações finais

Nosso trabalho procurou mostrar que não havia, até meados do século III, uma corrente homogênea para representar o cristianismo. Muitas eram as seitas, os grupos, as escolas de pensamento e os setores abertos ao conhecimento que procuravam dar uma interpretação para um mesmo fenômeno: Cristo, sua vida pública, sua morte e ressurreição. Também se procurava relacionar toda esta cadeia de eventos com a Divindade, o Princípio Absoluto de todo universo.

Se várias eram as manifestações cristãs, naturalmente teriam de surgir conflitos políticos e teológicos com o objetivo de se desvendar a corrente verdadeira dentro do Império. Claro está, sobreviveria aquela que tivesse mais força – e quem sobreviveu foram os setores reunidos em comunidades episcopais, exemplificadas aqui no bispo Ireneu de Lyon e em seus escritos.

Tal fato deveu-se tanto pela estrutura organizacional dessas comunidades – disposta de forma hierárquica e centralizadora, quanto por refletirem as concepções acerca da vida social e cultural do Alto Império, como no que diz respeito ao casamento monogâmico e à sexualidade para fins reprodutivos (cf. Brown, 1990). Ao mesmo tempo, por produzirem um senso coeso de identidade, cimentado na autoridade dos bispos, os únicos e verdadeiros sucessores dos Apóstolos, e na valorização do martírio no contexto das perseguições.

Essa identidade, da mesma forma, foi estabelecida por Ireneu e seus pares a partir de um processo contínuo e sistemático de condenação aos grupos cristãos de matriz gnóstica. Isso foi possível, por exemplo, graças a diversos recursos linguísticos encontrados na obra *Contra as Heresias*, tais como sentenças performativas e adjetivações de cunho depreciativo (“mágicos” e “hereges”, especialmente), que adesivavam uma etiqueta em seus adversários. Tudo isso tinha por consequência torná-los, ao mesmo tempo, “inteligíveis” e “repulsivos” (Spink, 2004) aos olhos da sociedade romana. Pela diferenciação (cf. Woodward, 2014) a esses

setores *malditos*, identificavam-se e consolidavam-se, assim, os *bem-aventurados* seguidores de Cristo.

Por fim, a partir das visões acerca da Divindade, da Paixão de Jesus e de sua ressurreição, encontradas tanto em documentos episcopais (*canônicos*) quanto gnósticos (*apócrifos*), podemos afirmar que os dogmas e as verdades de fé são produtos de uma realidade histórica concreta e específica, frutos de interesses e jogos de poder que partem de grupos também específicos. Em outras palavras, essas experiências religiosas não pairam no ar, mas estão intimamente conectadas com a realidade sociopolítica de onde brotam.

Mais do que isso, são um contraponto ou um *contra-ataque* às “heresias” (cf. Kochakowicz, 1987), as quais somente eram classificadas dessa maneira porque as consequências políticas trazidas por suas convicções eram desinteressantes ao episcopado, chegando a colocar em xeque sua existência. Logo, os dogmas são, sobretudo, uma resposta criada pelas autoridades eclesiásticas no intuito de manterem-se no poder.

Referências bibliográficas

Obras completas

ALTANER, B. & STUIBER, A. **Patrologia**: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Vários tradutores. São Paulo: Paulus, 2013.

BROWN, P. **Corpo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CHADWICK, H. **A Igreja primitiva**. Lisboa: Ulisseia, 1967.

IRENEU DE LIÃO. **Contra as heresias**: Denúncia e refutação da falsa gnose. São Paulo: Paulus, 2014. Patrística.

MAIA, M. **Evangelhos gnósticos**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

O'GRADY, J. **Heresia – O Jogo de Poder das seitas cristãs nos primeiros séculos do Cristianismo**. São Paulo: Editora Mercuryo, 1994.

PAGELS, E. **Os evangelhos gnósticos**. São Paulo: Cultrix, 1994.

SPINK, M. J. (org). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Capítulos de obra

CERTEAU, M. A operação historiográfica. *In.*: CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ECO, U. Interpretação e História. *In.*: ECO, U. **Interpretação e Superinterpretação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

KOCHAKOWICZ, L. Heresia. *In.*: **Enciclopédia Einaudi**. [S.l.]: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1987. v. 12. p. 301-325.

RORTY, R. A trajetória do pragmatista. *In.*: ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

SILVA, G. V. Representação Social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. *In.*: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. (orgs.). **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor e Cultura, 2004.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In.*: SILVA, T. T (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In.*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Artigos

SILVA, G. V. Magia e poder no Império Romano: a perseguição aos mágicos e advinhos entre a História e a Antropologia. **Revista de História**, Vitória, a. 4, n. 8, p. 34-40, 1998.

Looking Back at the Future: The Visit of President António de Almeida to the 1922 International Centennial Exhibition in Rio de Janeiro

*Thais R. S. de Sant'Ana*¹

Resumo:

Este artigo examina como a visita de António de Almeida à Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil em 1922 no Rio de Janeiro contribuiu para a construção da mitologia da cultura tradicional portuguesa como pilar do imaginário do Estado-nação no Brasil do início do século XX.

Palavras-Chave: Primeira República; lusobrasileirismo; Exposição Internacional do Centenário da Independência; Brasil Moderno

Abstract:

This article examines the visit of António de Almeida to the 1922 International Centennial Exhibition in Rio de Janeiro as a building block of the mythology of traditional Portuguese culture as a pillar of nation state imaginary in modern Brazil. Rather than focusing on the failure the Portuguese government to negotiate a commercial treaty with Brazil, it shows that this visit had cultural consequences in its promotion of a lusophile view of Brazilian history and culture.

Keywords: First Republic; 1922 International Centennial Exhibition in Rio de Janeiro; Luso-Brazilian; Modern Brazil

Portuguese and Brazilian political, economic, social, and cultural conjunctures underwent a series of major transformations in the first decades of the twentieth century. In Brazil, an increasing political support for urban changes and industrial growth took place, which accompanied the need for more trained workers in rapidly expanding cities such as São Paulo and Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, the federal capital at the time, concentrated the country's largest community of native Portuguese workers who, due to the city's long love-hate history of Portuguese immigration, were not unanimously welcomed by the general population.² At the same time, a modernist movement swept Brazil in the early

¹ Assistant Professor, Latin American History, University of Houston-Clear Lake. Bayou Building, University Dr, Houston, TX 77058, USA. I thank Tamara Chaplin for her pertinent remarks on the first draft of my paper. I would also like to thank the anonymous peer-reviewers for their insightful comments and suggestions. Special thanks to Nils Jacobsen who provided a wealth of great questions and encouraging feedback on the preliminary version of this article.

² Between 1822 and 1920, the Brazilian State went through the process of disassociating itself from institutional ties with Portugal. Nevertheless, in cities with a large number of Portuguese immigrants, like Rio de Janeiro, society was divided between pro-Portuguese groups and anti-Portuguese/nativists groups (MENDES, 2011, p. 208).

twentieth century, debating the role of Portuguese elements in the representation of the nation's identity.³

In Portugal, people's frustration with the constitutionalist monarchy motivated the declaration of the First Portuguese Republic in 1910.⁴ During this period, the possibility of developing economic agreements with Brazil represented hope for members of the Portuguese political elites: their nation had one of the lowest per capita incomes of Western Europe along with growing inflation and multiple workers' strikes. Within the context of World War I, new approaches to Portuguese-Brazilian relations contributed to refocus Portugal away from its traditional subaltern position within the British alliance towards a more exalted international role in which Portugal and Brazil, working in tandem, could represent a significant global player.⁵

The rhetorical use of the relationship between Brazil and Portugal after Brazil's independence in 1822 developed additional layers and prominence in the early 1920s. Specifically, President António José de Almeida's ten-day trip to Brazil in September 1922 promoted this bilateral relationship. The president of Portugal left his country to attend the International Centennial Exhibition in Rio de Janeiro—hereafter referred to as the International Exhibition—organized by the Brazilian government to celebrate and showcase a twentieth-century independent Brazil to the world.

On September 7, the date that celebrates Brazil's declaration of independence from Portugal, the International Exhibition was officially revealed to the eyes of thousands of people. Visitors from across the nation and around the world travelled to Rio de Janeiro to witness one of Brazil's largest events at the beginning of the twentieth century. National and international pavilions were built in the newly refurbished urban center of the city of Rio de Janeiro, surrounded by wide streets, kiosks, areas for exhibition, and a large amusement park. As part of the celebrations organized by the Brazilian government to commemorate the centenary of the country's independence, the International Exhibition was an attempt to display modernization within the Brazilian society and redefine the nation's identity on the world's stage (SANT'ANA, 2008, p.11).

The presence of Portugal's president in Rio de Janeiro in that moment aroused nationalistic emotions among the local people and evoked historical memories concerning events that preceded and succeeded the independence of Brazil. Yet it also made it evident that the Brazilian government was willing to build a renewed relationship with the former metropolis, as long as it served the interests of the ex-colony.

This article uses the visit of Almeida to the International Exhibition as a window into further understanding the construction of the relationship between Brazil and Portugal after 1822. Literature on the bilateral relationship often undermines the presidential trip—

3 García Canclini takes into account the contradictions between "the cultured" and "the popular" in Latin America, and stresses that "modernism" in the region cannot be seen as the expression of popular socioeconomic modernization but as the means by which "the elites take charge of the intersection of different historical temporalities and try to elaborate a global project with them." (GARCÍA CANCLINI, 1989, p.46).

4 Here we have the first persistent attempt to establish and maintain a parliamentary democracy in Portugal (see WHEELER, 1978).

5 Cf. The Brazilian case in OLIVEIRA, 2017.

or quickly dismisses it as a complete failure—primarily because the negotiations on bilateral commercial agreements were unsuccessful. In contrast, I argue that President Almeida’s trip to Brazil did help strengthen these countries’ relationship through an emphasis on bilateral affection and on the promotion of a lusophile view of Brazilian history and culture.⁶ Almeida’s trip to Brazil represented an important building block for a new kind of mythology of traditional Portuguese culture as a pillar of nation state imaginary in Brazil. The visit of the president of Portugal fostered cultural and diplomatic ties that shaped the relationship between both countries for much of the twentieth century.

Contemporary Brazilian and Portuguese newspapers, magazines, and official publications provide insights into the set of actions and discourses used by representatives from both the former metropolis and former colony to enact their “renewed” relationship. I chose to work with Rio de Janeiro’s mainstream press, since it offers the most detailed and accessible coverage of the presidential visit.⁷ It is important, however, to acknowledge that a group of predominantly male republican businesspeople and intellectuals who were supportive of the Luso-Brazilian approximation led this mainstream press.⁸ The magazine *Gil-Bras*, well known for its nativist claims, had a Catholic and anti-Portuguese profile. But the main newspapers from early twentieth-century Rio de Janeiro—*A Noite*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, and the opposition *Correio da Manhã*—were pro-Portugal. Among the Portuguese periodicals, I worked with three of the country’s most popular republican newspapers—*Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, and *Diário de Lisboa*—as well as the magazine *Ilustração Portuguesa*. I also examined published transcripts of the speeches that both the Portuguese and Brazilian authorities delivered, commemorative books, and handouts from 1921 to 1923.

In the first part of the article, I provide a brief overview of the bilateral relationship after Brazil’s independence from Portugal. I show that, on the one hand, political and economic ties between both countries became looser throughout the nineteenth century and in the first decade of the twentieth century; on the other hand, Brazilian and Portuguese intellectual elites remained in close contact with each other during the mentioned period. In a 1904 project entitled “The Discovery of Intellectual Brazil by the Portuguese of the Twentieth Century,” Portuguese writer and diplomat Jaime Batalha Reis claims that nationalities that are “merely political” are “superficial and ephemeral” but “artistic nationalities” retain a “deep and permanent relevance” (REIS et al., 1988, p.81). Many of Reis’ native Brazilian counterparts shared his mindset. In 1882, Reis moved to Newcastle. While in England, he developed strong ties with Brazilian diplomats and intellectuals such as José Manuel Cardoso de Oliveira and José Pereira da Graça Aranha, two highly regarded Brazilian writers. Soon Reis joined a burgeoning transnational group of Portuguese and Brazilian writers connected

6 “Lusophile” refers to a special admiration of Portugal or for Portuguese things.

7 The press had a huge appeal among the literate population in Rio de Janeiro. In 1900, *O Paiz* had a circulation of twelve thousand copies per day; *Gazeta de Notícias* had a circulation of forty thousand copies, and *Jornal do Brasil* had a circulation of fifty thousand copies per day. In 1920, *Correio da Manhã* had a circulation of forty thousand copies. By the end of the 1920s, *A Noite* had a circulation of two hundred thousand copies (see BARBOSA, 2007).

8 The expression “Luso-Brazilian” denotes the Brazilian appreciation of the Portuguese legacy.

to Rio de Janeiro's mainstream press—particularly the *Gazeta de Notícias*.⁹ The intellectual approximation between Brazilians and Portuguese was, therefore, noticeable from the nineteenth century into the twentieth century. The uncertainties of the political and economic scenarios in Brazil and Portugal compelled representatives of both countries' intelligentsia to turn their attention to nation-related elements—which, according to Reis, would be able to retain permanent relevance—and engage further with an embryonic cultural Luso-Brazilian current that aimed to define and reflect on the commonalities and particularities of Portuguese and Brazilian identities.

The remaining parts of the article focus on the presidential trip and on the visit's outcome. In 1922, under formal and informal circumstances, many Brazilian and Portuguese journalists and politicians referred to each other's countries as "friend" or "mother" (Portugal) and "son" (Brazil) (*A Exposição 1822*, 1922). They also characterized the bilateral relationship by indicating feelings that close relatives and friends usually nourish for each other such as love, affection, friendship, etc. These emotions had a role during the presidential visit. Franz Fanon and Homi Bhabha both discuss the question of the psycho-affective moment in the wider moment of political autonomy of former colonies (OLSON et al., 1999, p.34). Bhabha explains that the structures of feelings and the structures of affect provide an occasion for solidarity and the sense of community in former colonies. According to Bhabha, "we now have to start to understand the part that emotions, affects, play in the construction of community politics. If we see that, then we're seeing something that is motivating that construction of the group, or that construction of the group in action, that construction of a performative subject" (OLSON et al., 1999, p.34). During the presidential visit, an imagined bilateral affection legitimated the discourse on Brazil-Portugal relations. The contemporary Brazilian and Portuguese articles, interviews, handouts, and public speeches highlighted key elements of the Brazilian cultural and historical roots within the historic relationship between Brazil and Portugal, providing these elements with an emotional dimension. The outcome was the promotion of a new kind of mythology of traditional Portuguese culture as a pillar of nation state imaginary in Brazil. Taking Barthes' analysis as a basis for reflection, Márcia Naxara assigns the importance and effectiveness of myths to their ability to refer to something, give it a sense of observation, so that its existence will seem to be natural (NAXARA, 1991, pp. 214-215). The myth would simplify reality, abolishing not only all the complexity existent within it, but eventual questions about it as well.

In this article we see that main representatives of the Brazilian oligarchies echoed the mythology of traditional Portuguese culture as the cornerstone for the formation of modern Brazil; such myth was inserted in the process of construction of the nation state at a moment when the anxieties that the global crisis of liberalism generated became increasingly acute.

⁹ Created in 1875 by Elísio Mendes, Ferreira de Araújo and Manuel Carneiro, the *Gazeta de Notícias* frequently invited important Portuguese and Brazilian intellectuals to write in the newspaper's cultural section. Some of these intellectuals were Machado de Assis, Artur Azevedo, Aluísio Azevedo, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, and Batalha Reis (REIS et al., 1988, p.17).

A Brief Overview of Brazil-Portugal Relations between 1822 and 1910

Throughout the nineteenth century, the bilateral relationship between Brazil and Portugal was marked by a series of transitions strung together over time, revealing core narrative structures. The transfer of the Portuguese Court to Brazil (1807-1808) due to the Napoleonic invasion in 1807, for instance, has been directly linked to the declaration of independence of Brazil by Dom Pedro I in 1822. At the time, Dom Pedro I's primary interests were to maintain the territorial integrity of the empire and preserve commercial ties between the former colony and the former metropolis. Nevertheless, the Brazilian emancipation was not a consensual process. Multiple groups from around the former colony developed competing political projects. Some of these groups aimed for autonomy and freedom inside the Portuguese Empire; others were not supportive of a political rupture between Brazil and Portugal. Dom Pedro I abdicated the throne on April 7, 1831 due to constant frictions with the political forces of Brazil and made his Brazilian son, Dom Pedro II, the new emperor.

England had exerted a historic political and economic influence on the Portuguese court and, consequently, became an intermediary in the Brazil-Portugal relationship.¹⁰ Between 1831 and 1888, the commercial ties between Great Britain and Brazil were consolidated and for the duration of the Brazilian empire, the majority of foreign investment in Brazil was British.¹¹

The establishment of the Brazilian Republic on November 15, 1889 motivated the issuance of a decree that stated that the Imperial Family was banned from entering Brazil, demanding that all properties they owned within the Brazilian territory were to be transferred over to a third party. Concerned that the new government would have a negative political and economic impact in Portugal, the Portuguese political elites delayed the recognition of the Brazilian Republic until September 18, 1890.

By the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth century, the bilateral relationship mainly consisted of interactions between private companies and among intellectuals from both countries who had the desire to promote cultural collaboration. Portugal was essentially a rural region starting to feel the effects of incipient industrialization, urbanization, and the social changes that these processes generated. Its newly configured political forces did not have access to the country's extremely oligarchic and elitist power structure. Additionally, the new petite and middle bourgeoisies were dissatisfied with the monarchy. For many, the creation of a Portuguese Republic was the most democratic and promising alternative for Portugal's modernization and progress.

¹⁰ In 1905, the British investment in Brazil remained substantial. It corresponded to seventy-five percent of the foreign investment in the country (CARVALHO, 2011, p.27).

¹¹ The images that Brazilians and Portuguese created about the other changed between 1831 and 1888. Brazilians were often depicted as rude and ignorant people in Portugal, and lusophobia—aversion to Portuguese people or Portuguese things—was noticeable in main Brazilian cities. In 1832, while in Rio de Janeiro, the Portuguese diplomat João Baptista Moreira wrote: "the Portuguese people became victims of hate and personal revenge [in Brazil]" (MENDES, 2011, p.117). When Portuguese immigration to Brazil increased in the middle of the nineteenth century, Dom Pedro II responded to the Portuguese presence with a nationalist law forbidding any individual who was not born in the country to enjoy the rights pertaining to Brazilian citizens. Nevertheless, national military and positivist elites were unhappy with the centralized power in the ex-colony and fought against the imperial regime.

The men and women who lived under such a conjuncture believed that “national salvation would only be possible through the Republic” (ROSAS et al., 2009, p. 62).

In October 1910, the Republican Revolution took place in Portugal and the Royal Family was exiled to the United Kingdom. The politicians of the First Portuguese Republic sought to intensify and consolidate a bilateral relationship with Brazil.¹² António Luiz Gomes, member of the Portuguese Republican Party, was sent to Brazil as the representative of Portugal in an effort to help advance new bilateral diplomatic relations still in a formative stage (CASTRO, 2009, pp.59-60).¹³

National Imaginaries in Republican Brazil and Republican Portugal

The nineteenth-century Brazilian economy had not opened many doors to national technological and scientific development. It revealed traces of monoculture, plantation, and slave labour. Despite the country’s efforts to look like a progressive nation, the stereotypes that European nations attributed to Brazil remained strong (FOOT HARDMAN, 1988, p. 63). In fact, visitors of the universal exhibitions in the nineteenth century were much more interested in Brazil’s exoticism and agropastoral activities than in its industrial potential. With the establishment of the Brazilian Republic in 1889, the premise of progress became a matter of honor. The new government stood up in favor of building a new society driven by nationalist, technocratic, and modernist ideals. However, there wasn’t a rupture with the conservative ideas of the previous government. A curious mix was created of progressive and conservative views materialized. The political and cultural transformations in Rio de Janeiro led to the coexistence of old and new orders within the government and throughout society. The complex project of Republican modernity was institutionalized as governmental discourse and used to benefit only a few segments of the population.

The idea of hosting an International Exhibition in Rio de Janeiro emerged within this context. Its organizers envisioned the event to be a great representation of the “emancipatory” and “newness-oriented” environment of modernity—permeated by tradition—and part of the changing models process unleashed in Brazil in the early twentieth century. In a speech on the event, Gustavo Pena, a representative of the General Commission of Minas Gerais, pointed out:

The great Brazilian progress; after a century of independent life... will unfold before the eyes of so many thousands of visitors all the best elements of our homeland in its agriculture, industries, in the opulence of its mineral kingdom, in its railway and water transportation...in the development of its literary and artistic life, in short, in all branches of human activity... The exhibition will have, among so many other things, a section that I find very interesting because it aims to show our past, our old customs, and the lifestyle of past generations.(PENA, 1921,p.6)

¹² The Brazilian Republic had a strong ideological influence on the Portuguese Republican movement, and members of the Portuguese republican elites expected to see a political approximation between both countries after 1910 (see BARBOSA, 2003).

¹³ *In.*: GUIMARÃES *et al.*, 2009.

There was a latent concern for the image of Brazil in the “civilized world.” The occasion of the International Exhibition favored the establishment of an environment of self-criticism in Rio de Janeiro. Representatives from several segments of society debated and questioned the permanencies and transformations in the economy, culture, society, and politics. However, besides fomenting an analysis of the past and present, the occasion also required the mapping of modernity in Brazil: it would endorse the self-improving capacity of the nation. The ideas arising from such an environment reverberated in the representations showcased at the event in 1922 (SANT’ANA, 2008, p.47).

The strategy implemented a propaganda campaign to help build the international image of Brazil as a “land of the future.” Concerned about American representation in the International Exhibition, the U.S. Congress allocated one million dollars to the Brazilian celebration. It was the largest investment the United States had ever made in an International Exhibition (*A Noite*, 17/02/1922). European and Latin American journalists moved to Rio de Janeiro to cover the event; French and Spanish magazines were dedicated entirely to the centennial celebration taking place in Brazil in 1922 (SANT’ANA, 2008, p.102). World War I and the devastation on the European continent favored the Brazilian propaganda campaign. The war emphasized the distinction between Europe—then seen as old and decadent—and the eminent potential of the American continent.¹⁴ The socio-economic situation of Portugal, Belgium and particularly France, Italy, and Great Britain worsened in the post-war period. However, the crisis did not stop these countries from sending commissions to participate in the International Exhibition. Denmark, Czechoslovakia, Norway, Sweden, Netherlands also confirmed their presence at the event (SANT’ANA, 2008, p.104).

119

Away from the conflict zone, Brazilian industry grew at a breakneck pace from 1910 to 1920. The country was going through its second phase of coffee valorization and its export economy reached its peak. Art and culture flourished in São Paulo, the Brazilian capital of the largest coffee economy in the world at the time, mainly due to the city’s economic and industrial growth (PINHEIRO, 2005, p.7). Moreover, the atmosphere of the centennial celebrations highlighted the dispute between São Paulo and Rio de Janeiro with regards to the most promising project for the “new nation” to embody as the modern and genuine Brazil in its arts and letters (KESSEL, 2002, p.96).

At São Paulo’s 1922 Week of Modern Art, held in February, a group of artists and intellectuals from the modernist movement stressed miscegenation as an essential characteristic of the Brazilian identity. Nevertheless, within this modernist project of the nation, technological and scientific development remained associated with the European element. Visions of exoticism, sensuality, and savagery continued to characterize the representations of Indigenous and African elements.

Meanwhile in Rio de Janeiro, sectors of the intelligentsia identified some key elements of Brazilian cultural roots specifically within the relationship between Brazil and Portugal. At the 1922 International Exhibition, the (Luso-Brazilian) neocolonial acquired the status of national style, and the appropriation of Indigenous and African cultural

¹⁴ Cf. The Mexican case in TENORIO TRILLO, 1998, p.270.

elements for the event (i.e. *batuques* and samba music) expressed a discourse of cultural unity projecting a common “Brazilian race”—clouding socioeconomic, ethnic, and racial contradictions exposed in that society (SANT’ANA, 2008, p.113). Finally, the idea of the Portuguese element as instrumental in both the development of a “Brazilian civilization” and in the formation of nationalism in Brazil only enhanced the emotional dimension of the official invitation that the Brazilian government made for President Almeida’s visit to Rio de Janeiro in 1922.

Elected in 1919, Almeida was the first president of Portugal who actually agreed to visit Brazil. After 1910, the Portuguese Republican Party split into several parties producing waves of political tension in the country. Four different people held the position of heads of state in the country between 1915 and 1919, but none of them finished the presidential term. During this time, Portugal’s new political and intellectual actors were invested in exploring the meanings of being “Portuguese.” Poverty, backwardness, and migration were often associated with Portugal’s present; glory, richness and pride were the characteristics of Portugal’s past (REIS et al., 1988, p.64). There was, however, a common feeling among the Portuguese elites that their socioeconomic problems would be alleviated through the establishment of agreements with Brazil. They named it the “Luso-Brazilian moment,” “an admirable and ...exciting moment” reflecting the demands for the formation of new networks amongst both nations (*Diário de Notícias*, 21/08/1922).

President Almeida’s team aimed at creating a free-trade zone in Lisbon with the goal of commercializing commodities from Portugal’s African colonies and Brazil. Portugal and Brazil would then control the fixed price and negotiation of these products. Additionally, they proposed the formation of an export-import bank that would support trade, specifically between Brazil and Portugal in order to augment the exports from both countries (i.e. increase the exportation of Brazilian commodities to Portugal, and of Portuguese wine to Brazil). A *Diário de Notícias’* article from August 1922 encouraged the Portuguese government to take advantage of the “Luso-Brazilian moment” and forge useful international politics with Brazil as a way of guaranteeing Portugal’s improved future (*Diário de Notícias*, 21/08/1922). In another note, the same Portuguese newspaper explained further that the Portuguese public opinion considered the presidential trip to the Rio de Janeiro a step closer to establishing Luso-Brazilian control of the commodity markets (*Diário de Notícias*, 21/08/1922).

The “Luso-Brazilian moment” encompassed the realms of politics, arts, literature, work, and immigration. Politicians and intellectuals from Portugal and Brazil entertained the idea of a future federation between both countries. In fact, their approach to Atlantic politics often relied on an absolute and indestructible bilateral solidarity with immigrants as political actors. Following the end of World War I, the influx of Portuguese citizens in Brazil dramatically increased.¹⁵ The Portuguese government intended to negotiate further ways to ensure that Portuguese workers living in Brazil had the same benefits and rights available to them in their native country—including social security, professional education,

¹⁵ According to official data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the number of Portuguese immigrants entering Brazil between 1915 and 1918 was 41,897. This number increased to 99,554 between 1919 and 1922 (IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1954, ano XV, p.59).

authorization to create professional associations, etc. Reciprocally, the Portuguese legislation would ensure worker's rights to Brazilian immigrants who lived in Portugal.¹⁶ The illegal reproduction of Portuguese artistic and literary works in Brazil made the question of intellectual property especially relevant in Portugal; it motivated the country's government to develop a proposal for Portuguese and Brazilian books to be considered legally registered in both countries, regardless of where the actual physical registration was performed. The regulation of dual citizenship (Brazilian and Portuguese) and military work also required bilateral action.

For the Portuguese intelligentsia, this bilateral artistic and literary relationship linked national, intellectual, and social progress (*Diário de Notícias*, 27/08/1922). Political and cultural projects were imagined as steps towards the configuration of a strong Luso-Brazilian culture mainly rooted in a shared language and traditional artistic aesthetic that would overcome the geographic distance between the former colony and the former metropolis (GONÇALVES, 2003, p.17).

The Visit of António José de Almeida to Rio de Janeiro, September 17 - 27, 1922

On August 9, 1922, the Chamber of Deputies of Portugal approved the details concerning President Almeida's trip to Brazil. On the same day, the head of state in Portugal sent a telegram to Epitácio Pessoa with the following statement: "Your Excellency, the President of the Federal Republic of Brazil, I can finally inform you that ...I plan to leave Lisbon on August 20th or 21st ...I will carry out this visit with an incommensurable pleasure and honor, and with the approval and applause of the Portuguese public opinion" (*Diário de Notícias*, 12/08/1922). In fact, most of the Portuguese elites strongly supported Almeida's participation in the celebration of Brazil's independence despite the continuous political and economic crisis at home. Álvaro de Castro, associated with the Reconstitution Party of Portugal, stressed that the presidential visit gained precedence over all issues since it related to the strategic need for a closer relationship between Brazil and Portugal (*Diário de Notícias*, 06/08/1922).

The refurbishing of *Porto*, the presidential ship, was unexpectedly delayed and soon it became obvious that Almeida's trip would have to be postponed. The Portuguese president and delegation were finally allowed into the *Porto* on August 26. The magazine *Ilustração Portuguesa* described this moment as the realization of "President Almeida's long-term aspiration" despite the many ship-related setbacks, and concluded: "Brazil is only a larger and more exuberant Portugal. To take our friendly greetings [to Brazil] through this visit is an act... that has been an aspiration of our head of state for a long time... The old transatlantic ties that bind us [to Brazil] shall [now] be straightened" (*Ilustração Portuguesa*, 1922, p.234).

On September 7, 1922, the date that celebrates Brazil's declaration of independence from Portugal, Brazil's President Epitácio Pessoa opened the 1922 Rio de Janeiro

¹⁶ On August 3, 1922 President Almeida approved a decree that only authorized the emigration of Portuguese individuals who could prove that they had a job offer abroad (*Diário de Notícias*, 03/08/1922).

International Centennial Exhibition with an eloquent speech to thousands of visitors. He then proceeded to attend several inaugural celebrations that took place at the International Exhibition's Street of Nations amidst the foreign pavilions. A note from the *Diário de Notícias* reported that national and foreign political authorities regretted the absence of the Portuguese President among the international dignitaries in attendance that day. This note also pointed out that the Portuguese pavilions at the Street of Nations remained under construction. Indeed, the information that the Portuguese newspaper published was accurate. The government of Portugal had failed to transfer the necessary funds to complete the project, and the construction workers were about to go on strike due to a lack of pay.¹⁷ Additionally, the death of one of these workers on September 6, 1922 caused by the partial collapse of one of the Portuguese pavilions, aggravated the crisis and required the intervention of Portuguese authorities.

Rio de Janeiro's press reported the delay of the Portuguese delegation's trip in discreet and small notes but the Portuguese press did not hide its discontentment (*Jornal do Brasil*, 6/09/1922). A chronicler from the *Diário de Notícias* mentioned that both the delay of President Almeida and the crisis among the Portuguese workers at the International Exhibition in Rio de Janeiro were evidence of a "sad and grotesque" scenario associated with the incompetence of a "few Portuguese representatives" who would have spoiled "the huge effort that many" had invested in the process of restoring the confidence of the international community in Portugal: "these are simultaneous mistakes... and their consequences... may ... [compromise] the reputation of our nation" (*Diário de Notícias*, 1/09/1922). An anguished feeling bubbled beneath the collective attention toward the strategic advantages of the presidential visit and Portugal's historic participation in the celebrations of the centenary of Brazil's Independence—an anxiety linked to the desire to improve the reputation of Portugal abroad and showcase values that would help place the country among the world's modern nations.¹⁸

Porto arrived in Rio de Janeiro at 10:00 a.m. on September 17, 1922. President Pessoa met with President Almeida on the deck of the ship as Brazil's national anthem played and thousands of spectators cheered in ecstasy. The official program for the presidential visit started that day, at 12:00 p.m. at the *Palácio do Catete*. However, actual bilateral negotiations did not start until the final days of Almeida's trip (*Diário de Lisboa*, 23/09/1922). Newspapers and magazines from both countries provided daily coverage of the presidential visit, including meetings and other events that Almeida attended. Journalists on both sides of the Atlantic emphasized and praised the public speeches from the head of state of Portugal on these special occasions.

President Almeida did not focus on contemporary political or economic topics concerning Brazil and/or Portugal in his public communications. Instead, the "Independence of Brazil" was the central theme in all his speeches. Almeida constantly referred to this

¹⁷ These workers were Portuguese citizens who lived in Brazil.

¹⁸ "...it is not only about honouring Brazil but about a national need ...[The Portuguese presence at the International Exhibition] could help increase the commercial relations between both [Brazilian and Portuguese] republics and create mutual advantages ... it could also open new markets [for the Portuguese] in Europe and the Americas . . ." (*Diário de Notícias*, 22/08/1921).

theme out of his desire to transform the independence of Brazil into a pivotal moment for the relationship between Brazil and Portugal. Evidence can be found in the messages that the Portuguese President delivered at the Presidential Palace on September 18, and at the National Congress on September 20, to an audience composed of Republican leaders including the Brazilian President Epitácio Pessoa and members of Brazil's Senate and Chamber of Deputies:

The political emancipation of the great country that today is Brazil was a spontaneous ... fact, a consequence of an inexorable trend that no force could have stopped; Brazil has to thank Portugal for having left an intact and rich patrimony [which was built] at the expense of [the Portuguese people's] streams of blood and tears. Portugal has to thank today's independent Brazil for the energy, bravery, intelligence and love... with which [the latter] has sustained...and developed...the greatest glory of our [Portuguese]... past. [If Brazil owed us anything] I believe that we are now paid before history. (ALMEIDA, 1922, pp.7- 8)

We, Portuguese, were great inventors of worlds; we were prodigious sowers of civilizations; our mighty arms... gave rise to new lands ... from the... waters... but... at a certain point, we were exhausted and debilitated, due to the enormous efforts that we employed [when building] our great enterprise. If Brazil had not proclaimed its independence, what would we have done? What would you have done... if you were to become subject to the greed of... the enemies who wanted to steal this or that portion of land from you? What would we, Portuguese, have done... if we were to lose everything [in Brazil]; the hospitality for our [Portuguese] people, the preservation of our traditions, the continuing power of our race, and more than that, this admirable language we speak? Furthermore, I must tell you, the independence of Brazil... dates almost from the day of this country's discovery... When Pêro Vaz de Caminha wrote to his King ... heralding the discovery of the land of Brazil, he employed the following terms: "And God, who brought us here, had some reason for this." It was predestination! The purpose was not to create here a colony to enrich Portugal. This was never, indeed, the aim of the Portuguese. Our true purpose was to unveil here a world that, later on, would become what Brazil is today. (ALMEIDA, 1922, pp.15-19)

123

The ideas expressed in these excerpts built the core of the argument which was conveyed through all public speeches that the Portuguese president delivered in Rio de Janeiro in 1922. They mostly emphasized the moral and material investment that Portugal had made in Brazil, and how the latter was supposed to be grateful for it. President Almeida also thanked Brazil for nourishing Portugal's traditions, being hospitable to its people, and promoting the development of a land that represented the "greatest glory" of Portugal's past. Almeida neither fully recognized independent Brazil as a separate entity from Portugal, nor acknowledged the former colony's non-Portuguese heritage and influences. Instead, his speeches portrayed Brazil as a depository of Portugal's pride and culture—a young country that was never intended to be exploited by the former metropolis. And, in the words of President Almeida, the independence of Brazil was a process developed in harmony with Portugal's plans: the fulfillment of Brazil's "predestination." Such a mythological account involving Pêro Vaz de Caminha's quote created an incontestable semantic tie between Brazil and Portugal that helped justify the establishment and maintenance of an affectionate relationship between both countries.

Fundamentally, President Almeida glossed over the serious conflicts and tensions between Portuguese and Brazilians that marked the independence years and their aftermath. However, his official discourse did succeed in stressing the interest that the government of Portugal and its elites had in strengthening the relationship with Brazil at the beginning of the twentieth century. The presidential message proved to be especially effective to advance

Almeida's ideas and popularity among the political elites and general public in both Brazil and Portugal. While it is true that nativist newspapers in Rio de Janeiro criticized the president's references to the affection between Brazil and Portugal, the same references were highly appreciated and endorsed by the majority of the press and audiences in the federal capital.¹⁹

On September 24, 1922 at 4:00 p.m., two hundred thousand people gathered at the International Exhibition to hear President Almeida's speech. The area was reportedly packed with thousands of people well before the scheduled time (*Correio da Manhã*, 24/09/1922). Almeida addressed his audience at the International Exhibition with the following greeting:

People of Brazil! You are my friends; you are my brothers and sisters! I open my arms to receive you; I kiss you on the cheek; my heart is wide open just so you can give the warmth of your everlasting youth to my old and almost decrepit self. You are tremendous; you are the great ones in the history of Brazil and Portugal; you are the generating soul of everything. (ALMEIDA, 1922, p.41)

Brazilian and Portuguese press pointed out that the crowds interrupted Almeida's speech numerous times. Every few minutes, both Brazilian and Portuguese individuals in attendance jumped up and shouted their approval. The *Jornal do Brasil* considered this popular reaction to the presidential visit evidence that the former colony "was far from belittling its glorious and noble historical Portuguese heritage." The newspaper also confirmed that the visit revealed, for the first time, the real Portuguese feelings toward the Brazilian people: "after that, all the doors were opened to the ...[bilateral] approximation, everybody [in Rio de Janeiro] loved [President Almeida]" (*Jornal do Brasil*, 26/09/1922). Similarly, discussions at the Portuguese Chamber of Deputies highlighted the emotional atmosphere surrounding the presidential visit. According to Barbosa de Magalhães, Minister of International Affairs of Portugal, the public manifestation in Brazil reached such a high emotional intensity that it was impossible for anyone to truly describe both the popular and elite-led joyful acclamations of President Almeida (DEBATES PARLAMENTARES, 1922, p.11).

Following the presidential visit to the International Exhibition, the general atmosphere in Rio de Janeiro clearly became ideal for the Portuguese delegation to start focusing on much anticipated bilateral negotiations. Multiple private meetings with Brazilian authorities and entrepreneurs were scheduled, and the Portuguese economic mission proceeded to stress the potential advantages of developing a commercial treaty or at least a bilateral customs convention with the former colony. The reasoning behind the proposed economic agreements included the "historical affinities" between both countries, as well as the contemporary post-war conjuncture:

An increasingly intimate approximation between Brazil and Portugal must be... the goal of an authentic national policy [in both countries]. Purely diplomatic alliances based on the opportunism of transitory interests or on simple conventions of foreign ministries have

¹⁹ "[This] weekly nationalist independent newspaper that is able to properly guide the public opinion, reaffirms now that... it will never stop defending...[our] Brazil and [the] Brazilian [people]... who's [value has been]... deprecated in our own land by the heavy and inconceivable hegemony of the Portuguese element... that is exercised on behalf of a resounding rather than sincere affectivity" (*Gil Bras*, 22/09/1922).

failed... The war has shown the inanities of these artificial groupings... Within the new configuration of ideals and interests, Portugal and Brazil have... a set path. Brazil is the natural extension of Portugal in the Americas, and Portugal is the natural route of Brazil in Europe... The same historical destiny, and an identical tradition, unite [Brazil and Portugal].
(*Diário de Notícias*, 28/09/1922)

A Brazilian commission was put together to evaluate Portugal's economic proposals which remained under negotiation for over a year and were finally rejected. Meanwhile, President Pessoa stressed that bilateral agreements were important but not as essential as the feelings that the former metropolis and the former colony nourished for each other. Clearly, the Brazilian government was not interested in signing a commercial treaty with Portugal. In the 1920s, Brazilian politicians and entrepreneurs were focused on the increasingly strong economic ties with the United States—Brazil's largest export market at the time—and Belgium, one of Brazil's most important commercial partners since the mid-nineteenth century.²⁰ Nevertheless, the Brazilian commission accepted the remaining proposals from the Portuguese mission.

On September 26, 1922 bilateral agreements on emigration and work, artistic and literary property, and a treaty on dual citizenship were signed (*A Noite*, 27/09/1922).²¹ The mainstream press in Brazil and Portugal referred to these three agreements as major accomplishments from the presidential visit. The *Diário de Notícias* reported that Democratic, Liberals, Restoratives, Monarchists, Catholics, and Independents, congratulated the president for what they thought to be “an extraordinarily successful” trip which served the interests of their nation and honored their country (*Diário de Notícias*, 13/10/1922). Portuguese political elites were confident that other treaties and agreements between Brazil and Portugal—such as the commercial agreement that was awaiting approval—would be eventually signed with the strengthening of the bilateral relationship (*Diário de Notícias*, 10/10/1922).

In Rio de Janeiro, *O Paiz* published texts about Almeida's trip that were just as optimistic. This newspaper pointed out that Brazilians had been waiting for that presidential visit for a long time. In view of the tensions and uncertainties of the post-war period, the “restored” relationship between Brazil and Portugal was “an example to be followed for the international community” (*O Paiz*, 28/09/1922). *O Paiz* asserted further that this “restored” bilateral relationship had materialized “in three very important agreements that would stimulate long-lasting collaboration between both countries” (*O Paiz*, 28/09/1922). Similarly, on October 26, 1922, a chronicler from *Gazeta de Notícias* expressed a positive perspective regarding the presidential visit. It did point out that it was too early to precisely define the great consequences of the rapprochement between Brazil and Portugal. Nevertheless, the chronicler declared:

It is impossible to minimize or obliterate... [President Almeida's] intelligent gesture and patriotic resolution if from all classes responsible for the future of [Brazil]... emerge praise toward this illustrious [man]... who crossed the Atlantic with the purpose of cementing the old emotional ties that have always connected us [Brazil and Portugal]... As if there were

²⁰ See WIESEBRON, 1994, p.138.

²¹ Cf. For more information on each agreement see *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Diplomáticos entre Portugal e as mais Potências*, Vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional, 1976, pp. 887-890.

no exuberant testimonies of this fraternal friendship... the evidence of [Portuguese] strong affectivity for us are now seen on a daily basis... when they say how much they care for us, and how much we deserve them... so we can assess their esteem with exactitude. (*Gazeta de Noticias*, 26/10/1922)

Final Considerations

In the first two decades of the twentieth century, Portuguese and Brazilian intellectuals, artists, entrepreneurs, and politicians were compelled to reimagine the historical relationship between Brazil and Portugal in order to assert their contemporary national identities. This process required intense negotiation and (re)creation of practices and traditions in both countries. The Brazilian oligarchies aimed for industrial and economic progress and, therefore, forged their main economic and financial relationships with stronger external parties, such as the United States. These elites prioritized cultural progress as well, especially in Rio de Janeiro and São Paulo. However, according to the main agents of influence on the socio-political and cultural scenarios in the federal capital, the “new” Brazilian cultural identity connected to its colonial past, resulting from multiple images of alterity that Portuguese elements legitimized. In Portugal, the political complexities and economic difficulties of the republican regime raised a series of discussions about what it meant to be “Portuguese.” For the thousands of emigrants who left the country every year, Brazil still represented a land of great opportunity. The government of Portugal also believed that the establishment of strong ties with the former colony would enable the progress of the former metropole. It is in the midst of all these dynamics that in 1921, the Brazilian president invited President Antônio de Almeida to visit Rio de Janeiro and participate in the celebrations marking the centennial of Brazil’s independence.

Even though the Portuguese attempt to craft an economic treaty with Brazil proved fruitless, this article showed that the presidential visit to Brazil in 1922 succeeded in allowing both governments to meet the strategic need for a rapprochement.²² Additionally, the visit contributed to shape the bilateral relationship that the two countries maintained throughout the twentieth century. In the following decades, the economic interactivity between Portugal and Brazil remained subject to the oscillations of the global economy. The development of the Brazilian industry limited the need for imported products from Portugal, and the strengthening of Brazil’s bilateral economic agreements with other countries inhibited privileges in the exchanges with that country. Portugal’s maintenance of an individualistic and nationalistic view of trade and foreign relations restricted its interaction with the complex world economy; even after 1974, the economic interactivity between Brazil and Portugal was still low in comparison with that between Brazil and the

²² Brazil’s government never approved the Commercial Bilateral Treaty that Portugal proposed. However, among the Brazilian elites there were many supporters of stronger cultural and political relations between both countries after 1918. The elites controlling Brazil in this era were relatively well integrated; they wanted to attract more European immigrants to the country and rethink the Brazilian identity (SKIDMORE, 1974, p. 220). The strengthening of a cultural relationship with Portugal helped crystalize the narrative of a historic common national, as well as the “modern” Luso-Brazilian identity.

United States, Japan, and Holland (HIRST et al., 2005, p. 23). Nevertheless, the cultural and political ties between the former metropolis and the former colony acquired growing importance (DÁVILA, 2010, p.24).

Bilateral agreements were revisited for further negotiation several times—demonstrating the continued importance placed on bilateral friendship—fact that reflects the newer elites' interest in maintaining close collaboration between the two countries.

The lusophile view of Brazilian history eventually developed into the Luso-Brazilian identity discourse that Salazarist and Getulist governments used to legitimate their national politics.²³ It also appeared in some of the most influential studies from the 1930s and 1940s about the formation of Brazilian society and the history of the Portuguese Empire, from Gilberto Freyre's *Casa Grande & Senzala* to Sérgio Buarque de Holanda's *Raízes do Brasil* and Freyre and Antônio Sergio's *O Mundo que o Português Criou*. Freyre, in particular, highlighted the continuity between Portugal and Brazil in *Casa Grande & Senzala*.²⁴ The author acknowledged the mixed roots of Portuguese society and referred to Brazil as an extension of this type of ambiguous, mixed society, one that is influenced by other civilizations but remains essentially Portuguese (SOUZA, 2003, p.6).²⁵ Furthermore, between the 1930s and 1990s, the governments of Portugal and Brazil hosted a series of conferences, congresses, and exhibitions around the world reaffirming the cultural and diplomatic cooperation between the two nations (SOUSA et al., 2010, pp.134-136). This ongoing cooperation strengthened and supported the myth of one community on both sides of the Atlantic, which enjoyed a free exchange of intellectuals, artists, technicians, while sharing a language, culture, and deep affection through a singular historical past.

In conclusion, by ignoring the visit of Almeida to the International Exhibition in 1922 or reducing it to an economic failure, literature has been unable to see that this event played a role in the making of a mythology of traditional Portuguese culture as an integral part of nation state imaginary in modern Brazil. The visit contributed to redefine, reinforce, and perpetuate the idea of Portugal and Brazil as united by a common emotional element: Portugal's historic past. This imagined unity legitimized Brazil-Portugal relations at a time when nationalism and the global economic crisis might have increased the distance between both countries, potentially inhibiting future bilateral collaboration.

Bibliographic references

Periodicals

A Noite; Correio da Manhã; Diário de Lisboa; Diário de Notícias; Gazeta de Notícias; Gil-Bras; Ilustração Portuguesa; Jornal Do Brasil; Jornal de Notícias; O Paiz.

²³ See MARTINHO et al., 2007.

²⁴ Gilberto Freyre was nominated president of the new Brazilian National Department of Immigration and Colonization in the 1950s.

²⁵ In.: KOSMINSKY et al., 2003.

Monographs and Pamphlets

A EXPOSIÇÃO DE 1822, Órgão da Comissão Organizadora, nº18, 1922.

ALMEIDA, Antônio Jose de. **Discursos do Dr. Antonio Jose de Almeida, Presidente da Republica Portuguesa**, 1922.

BRAZIL. **Arquivo diplomatico da independencia**. Rio de Janeiro: Litho-typo Fluminense, 1922

DEBATES PARLAMENTARES DA REPÚBLICA PORTUGUESA, **Diário da Câmara dos Deputados**, 23 de Setembro de 1922.

LISBOA DE LIMA, Alfredo Augusto. **A Verdade sobre o Comissariado Geral Portuguez na Exposição Internacional do Rio de Janeiro**: Prólogo á Historia da Representação de Portugal na Exposição do Rio de Janeiro de 1922-1923. RJ: Tip. Adolpho de Mendonça, 1924.

PENA, Gustavo. **Pela representação de Minas Gerais na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência**. BH: Imprensa Oficial, 1921.

POINSARD, Léon. **Portugal ignorado, estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos ultimos acontecimentos**. Porto: Magalhães & Moniz, 1912.

128

Secondary Sources

ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**. RJ: Ed. de cultura da C.E.B, 1942.

ARENAS, Fernando. **Utopias of Otherness Nationhood and Subjectivity in Portugal and Brazil**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

BARBOSA, Luísa. **O ideário republicano nas relações Brasil/Portugal, 1880-1891**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. RJ: Mauad X, 2007.

BATALHA REIS, Jaime, and Elza Miné. **O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

BOAVENTURA, Maria E. **22 por 22: A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos**. SP: Edusp, 2000.

CARVALHO, José M. e Adriana P. Campos. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CERVO, Amado; CALVET DE MAGALHÃES, José. **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000**. Brasília: IBRI, 2000.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980**. Durham: Duke University Press, 2010.

FANON, Frantz; SARTRE, Jean-Paul; FARRINGTON, Constance. **The Wretched of the Earth**. New York: Grove Press, 1965.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem Fantasma. A modernidade na selva**. SP: Cia das Letras, 1988.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Hybrid Cultures: Strategies for Entering and Leaving Modernity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

GONÇALVES, Williams. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais, 2003.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et al. (orgs.). **Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

GUINOTE, Paulo; MESQUITA, Pedro; ALVES DIAS, João; MARQUES António. **Parlamentares e ministros da 1ª República Portuguesa 1910-1926**. Lisboa: Assembleia da República, 2000.

HIRST, Mônica; HURRELL, Andrew. **The United States and Brazil: A Long Road of Unmet Expectations**. New York: Routledge, 2005.

KESSEL, Carlos. **Entre o pastiche e o moderno: arquitetura neocolonial no Brasil**. Tese (doutorado), UFRJ, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

KOSMINSKY, Ethel Volfson; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda. **Gilberto Freyre em quatro tempos**. São Paulo: EDUSC, 2003.

LOPES, Silvana. "Revista 'Atlantida': a educação elementar em Portugal e no Brasil nas primeiras décadas do século XX". **Revista Lusófona de Educação**, n.20, 2012, pp.141-153.

MARTINHO, Francisco; PINTO, Antônio. **O corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no Salazarismo e no Vargasismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, José. **Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)**. SP: Edusp, 2011.

NAXARA, Márcia. **Estrangeiro em sua própria terra: o trabalhador nacional, 1870-1920**. Dissertação (mestrado), UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1991.

OLIVEIRA, L. L. *World War One and Brazilian Cultural Life*. **E-Journal of Portuguese History**, Vol 15, number 1, June 2017, pp.71-81.

OLSON, Gary; WORSHAM, Lynn. **Race, Rhetoric, and the Postcolonial**. Albany: State University of New York Press, 1999.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política portuguesa de emigração**. São Paulo: EDUSC e Instituto Camões, 2002.

PINHEIRO, Maria. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: FAU/USP, 2005.

REIS, Jaime e Elza Miné. **O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

ROSAS, Fernando e Maria Rollo. **História da primeira República Portuguesa**. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009.

SÁ, Luís. **Jornais republicanos: 1848-1926**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920**. Dissertação (mestrado), UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2008.

SANTOS, Boaventura S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought**. New York: Oxford University Press, 1974.

SILVA, Isabel Corrêa da. **O Espelho fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição do século XX**. Lisboa: Divina Comédia, 2013.

130

SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo. **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2010.

SZESZ, Christiane; HOMEM, Amadeu. **Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia**. Bauru: UFPR, 2003.

TENORIO TRILLO, Mauricio. **Mexico at the World's Fairs Crafting a Modern Nation**. Berkeley: University of California Press, 1996.

VIEIRA, Nelson. **Brasil e Portugal, a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

WIESEBRON, Marianne, "Um século de comércio de armas da Bélgica para o Brasil: 1830-1930". *Ciência & Trópico*, v. 22, n. 1, Jan/Jun 1994, p. 109-138.

WHEELER, Douglas. "A Primeira República Portuguesa e a história". *Análise Social* v. 14, n. 56, 1978, p. 865-872.

WHEELER, Douglas. **The Empire Time Forgot: Writing a History of the Portuguese Overseas Empire, 1808-1975**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

YOUNG, Robert. **Postcolonialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Eleições, fraudes e conspirações: o papel dos presidentes de província no Maranhão oitocentista (1842/1852)

Arthur Roberto Germano Santos¹

Resumo:

Este artigo pretende analisar o papel dos presidentes da província no movimento mais amplo de definição dos espaços institucionais de ação das elites políticas do Império (o estabelecimento do governo provincial e, por conseguinte, das Assembleias Provinciais). Para isso, examino a anulação do pleito de 1842 por entender que ele ilustra a atuação dos diversos atores políticos provinciais naquele momento – o presidente de província em particular – e prolongo a investigação até meados da década de 40, tentando situá-la de maneira um pouco mais ampla no contexto político nacional. As fontes primárias utilizadas são diversas: fontes oficiais, a legislação, petições e representações em relação às eleições e os jornais.

Palavras-chave: presidente da província, Maranhão, assembleia legislativa provincial, eleições.

Abstract:

This article analyzes the role of the presidents of the province in the broader movement of defining the institutional spaces of action of the political elites of the Empire (the establishment of the provincial government and, therefore, of the Provincial Assemblies). For that, I will investigate the annulment of the 1842 election for it illustrates the roles of the various provincial political actors at that time - the provincial president in particular. This investigation is taken through the mid-1840s, in an effort to situate it more broadly into the national political context. The primary sources used are diverse: official sources, legislation, the newspapers, petitions and statements regarding the elections.

Keywords: provincial president, Maranhão, provincial legislative assembly, elections.

131

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor de História da Prefeitura Municipal de São Paulo. Título da pesquisa: Entre o nacional e o local: eleições, organização e atuação política na província do Maranhão (1855/1868). E-mail: arthurgermanosantos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2924-803X>.

Introdução

Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem privilegiado, no estudo da Independência e da construção do Estado imperial, um ponto de vista que compreende esses temas como parte de um processo mais amplo. Este processo, por sua vez, não enfoca somente o Sul do país, mas engloba as outras províncias e suas elites. Nesse sentido, tem-se destacado o papel central das províncias e das elites provinciais na formação da monarquia brasileira, uma vez que as assembleias provinciais têm sido vistas como espaço fundamental para a consecução e acomodação dos interesses provinciais. Destarte, essas elites não são mais consideradas somente como forças centrífugas e, sim, como partes integrantes e construtoras do pacto constitucional do império (DOLHNIKOFF, 2005; GOUVÊA, 2008; SLEMIAN, 2006).

De fato, alguns estudos têm demonstrado que as elites provinciais – graças à implantação de um arranjo político pelo qual foram acomodadas, em vez de sufocadas pela centralização – dispunham de uma esfera de ação para realizarem a administração provincial. Tendo isto em vista, diversos trabalhos têm sido feitos sob a perspectiva da atuação dos agentes em nível provincial e local, discutindo desde os Conselhos de Presidência da Província e o Conselho Geral da Província até as Câmaras Municipais. Todos eles, acredito, tentam compreender a esfera provincial e local de ação (CARVALHO, 2003; CIRINO, 2015; CHAVES, 2012; LEME, 2008; OLIVEIRA, 2009).

132

Para o período abordado aqui, é fundamental entender os resultados da emenda constitucional de 1834, o chamado Ato Adicional. Como aponta Dolhnikoff, o ponto central do projeto originalmente aprovado na Câmara era o artigo 9º, que previa a criação das Assembleias Provinciais (DOLHNIKOFF, 2005, p. 95). Foi no artigo 10, entretanto, que se desenhou a profundidade da reforma. Nele, lemos que cabia, então, às Assembleias Legislativas Provinciais legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província; a instrução pública; polícia e economia municipal; fixação das despesas municipais e provinciais e os impostos necessários para satisfazê-las, desde que não ferisse as imposições do governo central; criação e supressão dos empregos municipais e provinciais e seus vencimentos; obras públicas, estradas e navegação na província. Cabia ainda ao Legislativo Provincial organizar os regimentos internos e fixar a força policial da província, com informação do presidente da província; regular a administração dos bens provinciais e promover, juntamente com o governo central, a catequese e civilização dos índios, entre outras atribuições (BRASIL, 1834a). As Assembleias Provinciais substituíram os Conselhos Gerais de Província.

Numa organização institucional como esta, qual seria o papel do presidente da província? Segundo José Pimenta Bueno, o presidente da província era um dos principais agentes do poder central, uma peça de suma importância para o bom funcionamento da máquina administrativa estatal. Dessa forma, os ministérios deveriam contar que os presidentes fossem os “centros locais, que executem fielmente suas ordens e instruções [...]”

(BUENO, 1857, p. 395). As outras atribuições dignas de nota, definidas na letra da Lei de 3 de outubro de 1834, “que dá regimento aos Presidentes de Província”, são:

Art. 1.º O Presidente da Província é a primeira autoridade dela. Todos os que nela se acharem lhe serão subordinados, seja qual for a sua classe ou graduação. A autoridade, porém, do Presidente da Província, em que estiver a Corte, não compreenderá a mesma Corte, nem o seu Município. [...]

Art. 5.º Ao Presidente da Província, além das atribuições marcadas na lei da Reforma Constitucional, e nas demais leis em vigor, compete:

§ 1.º Executar e fazer executar as leis. [...]

§ 3.º Inspeccionar todas as Repartições, para conhecer o estado delas, e dar a providência necessária para que estejam, e se conservem segundo a lei.

§ 4.º Dispor da força a bem da segurança da Província. Somente, porém nos casos extraordinários, e indispensáveis, fará remover as Guardas Nacionais para fora dos seus Municípios, e nem consentirá que os exercícios, mostra, ou paradas se façam fora das Paróquias respectivas; exceto se forem contíguas, ou tão próximas umas das outras, que pouco incômodo cause a reunião dos guardas delas. [...]

§ 6.º Prover os empregos que a Lei lhe incumbe, e provisoriamente aqueles, cuja nomeação pertença ao Imperador [...].

§ 8.º Suspender a qualquer empregado por abuso, omissão, ou erro cometido em seu ofício, promovendo imediatamente a responsabilidade do mesmo, observando-se a respeito dos Magistrados o que se acha disposto no art. 17 da Lei de 11 de Junho e 1831, que marcou as atribuições da Regência [...].

§ 11. Decidir temporariamente os conflitos de jurisdição, que se suscitarem entre as autoridades da Província” (BRASIL, 1834b).

133

As atribuições expressas no Ato Adicional, por sua vez, versam sobre a incumbência do presidente da província de sancionar as leis aprovadas pela Assembleia Provincial; convocá-la, em caráter ordinário ou extraordinário; suspender a publicação de leis provinciais e expedir instruções, ordens e regulamentos que se adequem à boa execução das leis provinciais. Como era responsabilidade do presidente da província sancionar as leis, havia a possibilidade de negar a sanção. Dessa maneira, configurado o veto, o projeto retornaria para apreciação dos deputados, para nova deliberação, em face das justificativas do presidente. Caso o projeto fosse aprovado – mesmo sem modificações – por dois terços dos votos, ele retornaria ao presidente; dessa vez, para sanção obrigatória (BRASIL, 1834a).² É importante lembrar, no entanto, que as Assembleias Provinciais eram regidas pelos artigos 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da Constituição. Neles, lemos:

Art. 81. Estes conselhos terão por principal objeto propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências. Art. 82. Os negócios que começarem nas câmaras serão remetidos oficialmente ao secretário do Conselho, onde serão discutidos a portas abertas, bem como os que tiverem origem nos mesmos conselhos. As suas resoluções serão tomadas à pluralidade absoluta de votos dos membros presentes.

Art. 83. Não se podem propor nem deliberar nestes conselhos projetos: 1º) Sobre interesses gerais da Nação. 2º) Sobre quaisquer ajustes de umas com outras províncias. 3º) Sobre imposições cuja

² Segundo Dolhnikoff (2005, p. 103-108), ainda que considerássemos o veto do presidente de província como um entrave fundamental para a consecução da autonomia das elites provinciais, a própria lei limitava bastante a capacidade do presidente de interferir nas decisões do Legislativo provincial.

iniciativa é da competência particular da Câmara dos Deputados: art. 36. 4º) Sobre execução de leis, devendo porém dirigir a esse respeito representações motivadas à Assembleia Geral e ao Poder Executivo conjuntamente.

Art. 84. As resoluções dos Conselhos Gerais da Província serão remetidas diretamente ao Poder Executivo, pelo intermédio do presidente da província. Art. 85. Se a Assembleia Geral se achar a esse tempo reunida, lhe serão imediatamente enviadas pela respectiva secretaria de Estado, para serem propostas como projetos de lei e obter a aprovação da Assembleia por uma única discussão em cada câmara.

Art. 86. Não se achando a esse tempo reunida a Assembleia, o Imperador as mandará provisoriamente executar, se julgar que elas são dignas de pronta providência, pela utilidade que de sua observância resultará ao bem geral da província.

Art. 87. Se porém não ocorrerem essas circunstâncias, o Imperador declarará que suspende o seu juízo a respeito daquele negócio, ao que o Conselho responderá que recebeu mui respeitosa e a resposta de Sua Majestade Imperial.

Art. 88. Logo que a Assembleia Geral se reunir, lhe serão enviadas assim essas resoluções suspensas, como as que estiverem em execução, para serem discutidas e deliberadas na forma do art. 85 (BRASIL, 1824a).

Pela leitura da lei, além da sanção presidencial, todos os atos legislativos provinciais deveriam ser remetidos ao Poder Legislativo Geral a fim de se examinar sua conformidade com a constituição, onde poderiam ser revogados (ainda que, ao mesmo tempo, pudessem ser executados, em caráter provisório, pelo próprio presidente provincial - por ordem do governo central - caso a Assembleia Geral não estivesse reunida). Entre o 10º e 20º artigos do Ato Adicional, no entanto, essa atribuição da Assembleia Geral é limitada e situada: quando há conflito com prerrogativas de outras províncias e/ou do governo central, ou tratados. Este ponto é importante pois - em conjunção com o art. 16 do Ato Adicional³ - reforça e circunscreve os limites das ações dos deputados provinciais, ações que, em tese, deveriam tratar somente das questões provinciais. Não foi assim, no entanto, que as coisas decorreram durante o século XIX. As instâncias constantemente entravam em conflitos interpretativos sobre a lei e a esfera de ação de cada órgão, e agiam à revelia da decisão das outras instâncias (DOLHNIKOFF, 2005; GOUVÊA, 2008). O exame de Hermeto Carneiro Leão, transcrito nas atas do Conselho de Estado, é, nesse sentido, muito ilustrativo:

[r]ecorda que não é a primeira vez que ele emite uma opinião idêntica, sendo certo que a sua doutrina a respeito da questão tem sido constante, e professada perante diferentes Ministérios. Argumentou que diferentes Ministérios têm suspenso a execução de chamadas Leis provinciais, contrárias à Constituição, e aos Tratados, ou que prejudicam os impostos Gerais. Disse que o direito que tem o Governo Geral de suspender semelhantes Leis indevidamente sancionadas pode derivar-se do artigo dezesseis do Ato Adicional. Se ao Governo Geral compete a sanção definitiva no caso da não sanção do Presidente, também a ele deve competir a revogação da sanção do Presidente no caso de ter sido indevidamente dada, e de ser a Lei sancionada contrária à Constituição. Entendia que esta doutrina tornava-se ainda mais plausível, quando se observava que a Lei que autorizou as reformas da Constituição não permitia alteração alguma no Poder Moderador, e assim devendo este ficar intacto, e sem quebra nas suas atribuições, era visto que a sanção permitida aos Presidentes de Província não era senão uma sanção provisória fundada na presunção de que os Presidentes representariam a vontade da Coroa, e por isso não podia prevalecer tal sanção, quando os Presidentes, abusando do poder que lhes fora confiado,

3 Art. 16. Quando, porém, o Presidente negar a sanção por entender que o projeto ofende os direitos de alguma outra Província, nos casos declarados no § 8º do art. 10, ou os tratados feitos com as nações estrangeiras, e a Assembleia provincial julgar o contrário por dois terços dos votos, como no artigo precedente, será o projeto, com as razões alegadas pelo presidente da província, levado ao conhecimento do Governo e Assembleia Geral, para esta definitivamente decidir se ele deve ser ou não sancionado. (BRASIL, 1834a).

procediam como o ex-Presidente de Minas contra as suas instruções, e contra a Constituição, sancionando uma Lei manifestamente incompetente. Considerou como imoral e perigosa a observância de atas das Assembleias Provinciais contrários à Constituição, e manifestamente usurpadores de atribuições da Assembleia Geral (BRASIL, 1849. p. 96-97).

Ainda em relação ao cargo de presidente da província, uma característica se destacava: era um cargo de alta rotatividade (URICOECHEA, 1978, p. 109-111; CARVALHO, 2007, p. 103-104). Segundo, José Murilo de Carvalho, “[...] a presidência de província, apesar de todos os esforços do Imperador em contrário, era cargo muito mais político do que administrativo, como o indica a grande mobilidade de presidentes e o pouco tempo que permaneciam nos postos” (CARVALHO, 2007, p. 123). A ideia por trás da mobilidade era a de, com isso, manter a fidelidade dos homens indicados, pois, normalmente, provinham de outras províncias e, desse modo, poderiam ser um entreposto livre de ligações com as questões locais e suas possíveis influências. Não obstante, “na prática [...] isso não impedia que alguns presidentes se demorassem mais tempo no cargo e fossem nascidos na província encarregados de administrar” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 102). Ora, mas dada essa estrutura, qual seria a importância de um agente do governo central num arranjo institucional em que as elites provinciais teriam poderes para gerir os negócios da própria província? Segundo Dolhnikoff, a “uniformidade do Império dependia dos delegados do governo central em cada província. As reformas liberais impuseram um modelo que previa a autonomia provincial, mas com o cuidado de não colocar em risco a integridade territorial” (2005, p. 115).⁴ Assim, os presidentes de província se configuravam, no projeto liberal, como elementos articuladores da unidade, responsáveis por prestar informações minudenciadas ao governo central e, dessa maneira, viabilizar o controle do território nacional por parte de um Estado em construção.

Não se pode esquecer, contudo, o papel que esses chefes do executivo desempenhavam nas eleições. Nesse aspecto, a interpretação clássica ainda é a de Richard Graham (1990, p. 82-85): para ele, os presidentes serviam precipuamente para garantir a vitória dos candidatos do governo central nos pleitos. Por outro lado, como já foi demonstrado por Munari (2017, p. 154-157), até a primeira lei eleitoral do Brasil, de 1846, a legislação não granjeava aos presidentes de província papel importante na organização e realização das eleições. Logo, sua capacidade de intervenção estava associada às outras atribuições do cargo, especialmente o destacamento das tropas e o recrutamento; outro recurso utilizado consistia em designar, por meio do chefe de polícia, os subdelegados que fariam parte das juntas de qualificação, responsáveis pelo alistamento eleitoral.⁵ Na lei de 1846, por outro lado, ainda que continuasse desempenhado papel lateral nos sufrágios, estavam legalmente

⁴ Em relação à articulação entre o centro e as partes do Império, Andréa Slemian observa que: “Por várias razões, é óbvio que a criação das Assembleias provinciais instituiu definitivamente, na ordem constitucional, um espaço de jurisdição local, com Executivo e Legislativo próprios. Entretanto, mantinha-se também sua vinculação, nos mais variados níveis, com a Corte, haja vista a pretensão de unidade de todos os territórios americanos anteriormente portugueses” (SLEMIAN, 2006, p. 302).

⁵ “Art. 1º Em cada Paróquia formar-se-á uma Junta composta do Juiz de Paz do distrito, em que estiver a Matriz, como Presidente; do Pároco, ou quem suas vezes fizer; e de um Fiscal, que será o Subdelegado, que residir na Paróquia, ou o imediato suplente deste no seu impedimento. [...] Esta Junta formará duas listas, contendo uma os cidadãos ativos, que podem votar nas Eleições primarias, e ser votados para Eleitores de Província; e outra os fogos da Paróquia. A lista dos cidadãos ativos terá ao diante de cada um dos nomes nelas inscritos a nota de - Votante - ou de - elegível” (BRASIL, 1842a).

habilitados a mandar reformar nulidades – ainda que provisoriamente – nas eleições municipais.⁶ É nesse amplo contexto, no qual duas reformas eleitorais foram realizadas,⁷ que analisaremos as questões a seguir.

Contra o presidente: anulações e fraudes nas eleições

Os jornais referiram os fatos cada um segundo convinha ao seu partido; os da oposição afearam a catástrofe de Sangra-Macacos; os do governo disseram que o destacamento, apenas de quatro homens, não fizera mais do que repelir os desordeiros que haviam acometido o quartel para se apoderar do armamento [...] (LISBOA, 1864, p. 322).

Em 1842, não há registro de atividades nas Atas da Sessões da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, nem há o Relatório do presidente da província à Assembleia, indicando que não houve, naquele ano, atividade legislativa. A correspondência da Assembleia com o presidente da província, no entanto, mostra algo diferente, uma vez que os deputados se reuniram no período para tomar decisões mais que rotineiras.

A primeira comunicação advinda das correspondências é a que enfatiza a necessidade de reparos ao Paço da Assembleia Legislativa (MARANHÃO, 1842), requerimento amparado no artigo 226 do regimento interno (MARANHÃO, 1835).⁸ Os reparos, segundo o ofício, eram necessários à realização das sessões da Assembleia Provincial. Um ofício posterior, assinado por alguns deputados, nos informa que, segundo o art. 2 do regimento interno (MARANHÃO, 1835),⁹ as sessões preparatórias não poderiam ser realizadas, pois não havia maioria absoluta dos deputados (MARANHÃO, 1842b).¹⁰ Informação relevante, no entanto, aparece apenas no ofício seguinte, já em dezembro, no qual os deputados resolvem terem sido “monstruosas e nulas as eleições de 1841, e que, portanto, deve-se proceder a uma Eleição legal, conforme o parecer” (MARANHÃO, 1842c). Não pude encontrar, no ordenamento jurídico (BRASIL, 1824a, 1824b, 1828 e 1842), nenhuma referência à anulação das eleições por parte dos Legislativos Provinciais neste período. De fato, a bibliografia enfatiza dois momentos: o primeiro, dos largos poderes do juiz de paz (FARIA, 2007, p. 62-77; COSER, 2006, p. 118; FLORY, 1981, p. 158-159),¹¹ aliado ou não com os potentados locais (fazendeiros, donos de terra, senhores de engenho) (GRAHAM, 1990, p. 93-97); e o

6 “Art. 118. O Governo é competente para conhecer das irregularidades cometidas nas eleições das Câmaras Municipais, e Juizes do Paz, e mandar reformar as que contiverem nulidade. Esta atribuição poderá ser provisoriamente exercida pelos Presidentes de Província, quando da demora possa resultar o inconveniente de não entrarem em exercício os novos eleitos no dia designado pela Lei” (BRASIL, 1846).

7 Trabalhos recentes têm realizado análises pormenorizadas e sistemáticas do processo eleitoral (PIMENTA, 2012 e MOTTA, 2018), algo que foge ao escopo desta empreitada.

8 “No intervalo das Sessões a mesma Comissão [de Polícia], ou algum de seus membros, que ficar na Capital se encarregará do Governo e Inspeção do Paço da Câmara, distribuindo para este fim as ordens necessárias ao Porteiro, e dando as mais providências que as circunstâncias exigirem”. (MARANHÃO, 1835, p. 34).

9 “Reunidos os Deputados, e verificando-se o número suficiente para haver sessão, isto é metade e mais um sendo para o primeiro ano da Legislatura, nomearão por aclamação interinamente um Presidente, e dois Secretários, os quais logo tomarão na mesa seus respectivos lugares”. (MARANHÃO, 1835, p. 34).

10 Assinaram o ofício os deputados Antônio Raimundo Franco de Sá, José Miguel Pereira, Francisco Leal, Antônio Jansen do Paço, Francisco Mariano, José Martins Ferreira, Joaquim José Viana, Estevão Rafael de Carvalho, José Sanches e mais um deputado de nome ilegível.

11 Até ser esvaziado de grande parte de suas atribuições com o ato adicional de 1834 e a reforma do Código de Processo em 1841.

segundo, da diluição de suas funções policiais e judiciárias. Em ambos, a Junta e/ou Mesa, incumbida(s) da função de qualificação dos eleitores – e, muitas vezes, acusadas de realizar as fraudes eleitorais – era(m) responsabilidade do juiz de paz da localidade, o que dava ao último grande importância no processo eleitoral. De fato, como notei anteriormente, a força provincial considerada encarregada de construir arranjos satisfatórios entre as facções que disputavam o pleito era o presidente da província (GRAHAM, 1990, p. 131-132).

O motivo avançado, pela Comissão de Poderes, para o pedido de anulação, foi a discrepância entre o número de votos e o número de eleitores, pois dos

vinte e dois membros eleitos da Assembleia Provincial, o primeiro aparece com quatro mil setecentos e setenta e um [4.771] e o último com dois mil quatrocentos e sessenta e oito votos [2.468]: isto é, foram eleitos por um número de votos que não é, nem poderia ser, o número de eleitores da Província do Maranhão (MARANHÃO, 1842c, p. 1).¹²

Com uma população de no máximo trezentos mil habitantes,¹³ ainda segundo a Comissão de poderes, não poderia haver mais que 600 eleitores na província. “Das duas uma: ou a província tem oito vezes mais eleitores do que deveria ter, ou os eleitos tiveram oito vezes mais votos do que deveriam ter” (MARANHÃO, 1842c, p. 1). Afastado o primeiro caso, a Comissão não poderia levar “matéria tão transcendente” para consideração da plenária provincial, pois era “privativa do conhecimento da Assembleia Legislativa do Império” (MARANHÃO, 1842c, p. 1). Se considerarmos a informação de um coetâneo como César Augusto Marques que, escrevendo em 1870, afirma que os dois distritos do Maranhão possuíam 842 eleitores (MARQUES, 1870, p. 248), de fato a primeira possibilidade parece extravagante.

A recomendação em relação à “Assembleia Legislativa do Império” também carrega consigo certa peculiaridade. Ninguém menos do que Bernardo Pereira de Vasconcelos¹⁴ asseverava:

o nobre deputado citou uma portaria dirigida ao presidente da Paraíba; e não sei também se se lembrou de outra dirigida ao presidente de Sergipe, nas quais o governo mandava que apurassem as eleições a que ali se havia procedido, e que se remetessem todas as atas para serem presentes à Câmara dos snrs. Deputados. Não sei como desta portaria pôde o nobre deputado concluir que o governo se considerava com direito de aprovar ou de reprovar eleições feitas (VASCONCELOS, 1838, p. 247).

Outrossim, os deputados maranhenses retomam o pleito de 1838, ano em que se inicia a Balaiada, para justificar a recomendação de anulação, quando uma “turbulenta e vertiginosa minoria [...] pesou tiranicamente sobre esta Província pacífica levando-a à anarquia, ou à nulidade da eleição”. Esta teria sido a escolha oferecida à maioria de então – que acatou a anulação da eleição, tendo em vista a outra opção – e que dessa vez estaria

¹² Assinaram este ofício: Estevão Rafael de Carvalho, Francisco Correia Leal e José Thomaz dos Santos e Almeida.

¹³ O presidente da província esboça, em 1841, baseado no trabalho de Manoel José de Medeiros, o número de “duzentas e sete mil almas”, ainda que não lhe pareça “número exato [pois] a classe de escravos [possui] número muito mais avultado” (MARANHÃO, 1843, p. 38).

¹⁴ Thé Lobarinhas Piñeiro, que segue a análise de Ilmar Rohloff, o considera “um dos principais intelectuais orgânicos dos Proprietários de Terras e Escravos, fração de classe que compunha, com os Negociantes, o bloco no poder no Império do Brasil. Esta trajetória se confunde, em muitos aspectos, com o próprio processo de construção do Estado Imperial. Grande pensador do Regresso Conservador, Vasconcelos foi Deputado Geral, Senador, Ministro de diversas pastas e membro do Conselho de Estado, tendo assim passado pelos principais cargos existentes” (PIÑEIRO, 2014, p. 415).

sendo recomendada como um exemplo de “moral e de resignação a todos os partidos” (MARANHÃO, 1842c, p. 4).

Dessa maneira, é digno de nota que a resolução feita pela Assembleia Provincial do Maranhão seja muito similar a um artigo da Lei eleitoral promulgada quatro anos depois; especificamente, o artigo 121:

Os Presidentes das Províncias remeterão a Câmara dos Deputados, por intermédio do Governo, copias autênticas das Atas da eleição de Eleitores de todas as Freguesias das respectivas Províncias, e a Câmara dos Deputados decidirá, na ocasião da verificação dos Poderes de seus Membros, da legitimidade dos mesmos Eleitores. Os Eleitores, que assim forem julgados válidos, serão os competentes, durante a Legislatura, para procederem a qualquer eleição de Deputados, os Membros das Assembleias Provinciais. Se a Câmara dos Deputados anular a eleição primária de qualquer Freguesia, proceder-se-á a nova eleição, cuja Ata será igualmente remetida à mesma Câmara, para deliberar sobre a sua legitimidade (BRASIL, 1846).

Em abril de 1843, os votos da nova eleição foram apurados (PUBLICADOR MARANHENSE, 1843, p. 2-3). Não é possível precisar se o pleito ocorreu por respeito à resolução da Assembleia Provincial ou, simplesmente, porque findava a legislatura anterior. É importante lembrar que em 1842, a futura Câmara Geral foi dissolvida antes mesmo de ser empossada, e uma nova legislatura foi convocada para novembro daquele ano (JAVARI, 1962, p. 84-85; BARMAN, 1988, p. 214). Isso torna a verificação particularmente difícil, considerando que no 4º artigo do ato adicional, estava previsto que:

A eleição destas Assembleias far-se-á da mesma maneira que se fizer a dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa, e pelos mesmos eleitores; mas cada Legislatura Provincial duraria só dois anos, podendo os membros de uma ser reeleitos para as seguintes (BRASIL, 1834a).

138

Essa não foi a única questão eleitoral que animou este período. Na lavra dos “amigos da ordem”, o ano de 1842 ainda foi marcado por um evento “inteiramente fantástico”: o triunfo obtido nas eleições daquele ano para a 5ª legislatura da Câmara Geral, logo após sua dissolução.

Pela leitura das peças oficiais, representações, e dos artigos das folhas da época que servem de esclarecer esta importante matéria, pode a Câmara dos Srs. Deputados, e o público ilustrado conhecer se são verdadeiros e legítimos deputados pela província do Maranhão os Srs. Dr. J.A. de Miranda, Dr. V. J. de Lisboa, M. Jansen Pereira e J. Franco de Sá (ALMEIDA, 1843, p. 3).

Na perspectiva dos ordeiros, essa vitória foi urdida por uma “facção anárquica e egoísta, apoiada no presidente da província, o Dr. Venâncio José Lisboa, e no chefe de polícia, o Desembargador José Mariani” (ALMEIDA, 1843, p. 3). O seu autor era Cândido Mendes de Almeida, político conservador diretamente interessado na disputa pois, após a denunciada intervenção do presidente da província, ele ficou na suplência para a vaga de deputado geral.¹⁵

Naquele ano, a província do Maranhão ainda estava às voltas com os efeitos da “Guerra da Balaiada”.¹⁶ A narrativa deste evento remete à centralidade do presidente da província e ao seu desejo de “ser deputado”. Venâncio José Lisboa, “chegando ao Maranhão em 23 de

¹⁵ Sobre Cândido Mendes, ver SANTIROCCHI, 2014.

¹⁶ “[No] [...] Brasil regencial, revoltas sociais, como a Balaiada, enfrentaram um Estado imperial que se constituía fundado sobre conexões ambíguas entre as duas esferas [guerra e política], como se o monopólio da violência se fizesse sem separar seu emprego como “meio” e como “fim”. O aparelho repressor, à semelhança de um Estado policial, combinou em si faces da guerra e da política” (SOARES, 2008, p. 330).

junho, foi do melhor recebido por todos os amigos da ordem [...], ao mesmo tempo em que do lado contrário se observava a maior frieza pelo *desapontamento* que tinham sofrido, não vindo o *desejado*, o Dr. João Antônio Miranda”. Não obstante sua recepção positiva, “os atos desse presidente bem depressa destruíram as esperanças dos cidadãos bem intencionados; e se não foi o Sr. Miranda, outro ainda, e mil vezes pior, foi mandado, como por castigo”. O presidente,

guiado por [Joaquim] Franco de Sá (que quer a todo custo sustentar um feudo em Alcântara, na sua família), e, acreditando em tudo quanto este bom moço lhe dizia, S. Exc., apesar do mau recebimento dos Jansens, fez-lhe boa cara, e foi subscrevendo a tudo; o que prometia aos amigos da ordem, faltava no dia seguinte; finalmente anuiu à nomeação do louco Estevão Rafael Carvalho, porque este pretendia ser candidato, e cedia a sua pretensão pelo lugar de inspetor do tesouro, sob pena de promover uma *rusga* em Viana: o presidente optou entre a *rusga* e a inspetoria – o louco foi nomeado inspetor!!! Obrigado a dar estes passos pelos Jansens, S. Exc., vendo-se abandonado pelos partidos da ordem, entregou-se abertamente depois nos braços da facção para vencer as eleições; todos os abusos imagináveis foram postos em prática. Em quase toda a província, a partir da capital, as juntas de qualificação, organizadas debaixo de tais influências de delegados e subdelegados do famoso chefe de polícia, o Des. José Mariani, cometeram excessos de toda a qualidade; e em Alcântara, para melhor arranjo, não houve tal junta de qualificação; o que muito prova a legítima influência que gozam os parentes do senador Costa Ferreira [tio e sogro de Joaquim Franco de Sá] naquela cidade (ALMEIDA, 1843, p. 51).

Matthias Röhrig Assunção recorda que em 1838, como apontado acima, foi uma eleição fraudada que assegurou maioria absoluta dos cabanos na Assembleia Legislativa Provincial. Desse modo, o partido com maioria numérica (o Bemtevi) foi alijado do poder. A lei dos prefeitos e o uso do recrutamento compulsório como arma política para perseguir opositores precipitou os conflitos que, no interior, ajudaram a eclodir a Balaiada. O presidente da província de 1839, Manuel Felizardo de Souza e Melo, ainda segundo ele, tentou buscar uma solução conciliadora entre os dois partidos, mas, sem apoio na Assembleia, não conseguiria revogar a lei dos prefeitos, proposta apoiada por Joaquim Franco de Sá (que buscou “acusar seu rival no partido, João Lisboa, de conivência com a Rebelião”) (ASSUNÇÃO, 2008, p. 20-22). Sotero dos Reis, líder do partido cabano, infenso à proposta, asseverou “que a única solução contra “esses facínoras” era militar” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 22). Retomo estes eventos, aqui, para enfatizar que as ações de 1842 estão diretamente ligadas a acontecimentos políticos pregressos. Até onde pude verificar, essa é uma das primeiras tentativas, nesta década, do grupo capitaneado por Joaquim Franco de Sá e pela destacada família Jansen, de reestabelecer a influência liberal via eleições, perdida no contexto do avanço conservador.¹⁷ Isto ocorre logo após o fim da Balaiada, quando o futuro Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, retomou o controle da província (numa conjunção entre a desarticulação do movimento no interior e campanhas militares bem-sucedidas).

17 “No Maranhão, a divergência entre liberais ocasionou a primeira cisão também no ano de 1842, em decorrência do predomínio da família Jansen que controlava o partido. Esse controle foi o responsável pelo alijamento da candidatura de João Francisco Lisboa para deputado geral em detrimento do nome de Isidoro Jansen, filho de Ana Jansen. Os dissidentes liberais agruparam antigos rivais, como os descontentes do antigo partido cabano, agora reunidos sob a alcunha de Gavião. Sotero dos Reis, antigo opositor dos liberais, inimigo mordaz de João Lisboa, passava a defender princípios que tanto combatera” (BORRALHO, 2009, p. 120).

Representações contra o pleito de 1842 abundaram.¹⁸ A Província do Maranhão, em 1849, tinha 41 freguesias,¹⁹ com 26.463 votantes. Estava dividida em 9 comarcas que englobavam 22 municípios. O processo eleitoral teve uma regulamentação mais minudenciada em 1846, fruto das disputas recorrentes do início da década de 40, disputas que consagraram a alcunha de “eleições do cacete”. No primeiro artigo dessa lei, lê-se:

Art. 1º Na terceira Dominga do mês de Janeiro do ano, que primeiro se seguirá promulgação desta Lei, far-se-á em cada Paróquia²⁰ uma Junta de Qualificação, para formar a lista geral dos Cidadãos, que tenham direito de votar na eleição de Eleitores, Juizes de Paz, e Vereadores das Câmaras Municipais (BRASIL, 1846).

No princípio da década de 40, procedimento similar já era seguido. A julgar pela distribuição geográfica das denúncias de fraude e intimidação (em municípios de 6 das 9 comarcas), é difícil não observar a amplitude e certa capilaridade provincial do grupo vencedor. As petições nos deixam entrever sua atuação. Vejamo-las com mais vagar.

Na representação dos Paroquianos da Freguesia de N. S. da Vitória, o dia 11 de setembro “foi um dia de luto”. Naquela data, “o chefe de polícia, que tinha à sua disposição toda a força de linha que existia na capital, mandou, para guardar as aparências, postar nos largos do Carmo e S. João dois corpos de guarda”. Na Sé, matriz da cidade, para onde se dirigiam os cidadãos ativos da paróquia, havia uma “reunião de gente da mais ínfima classe, que se achava de propósito postada em diversos lugares para vedar o ingresso no templo os [...] que pertenciam ao partido da ordem”. Para evitar sua entrada, “empregavam-se a princípio admoestações onde se revelavam o escárnio e insulto, e em seguida a violência e as vias de fato [...]; grupavam-se muitos indivíduos em torno de qualquer pessoa que supunham ser-lhe oposta e a expeliam para fora”. Daí passaram a “excluir da comissão eleitora os cidadãos que saíam sorteados, e que não pertenciam ao credo Bemtevi”. Enfim, “só depois de quase vazia a urna e com todas estas abusivas precauções conseguiu a facção anárquica, patrocinada pelo presidente e pelo chefe de polícia, um sorteamento a seu bel prazer”. Essa representação foi dirigida aos “Augustos e Digníssimos Representantes da Nação”, e ansiava que assegurassem “um religioso respeito pelo voto espontâneo e livre do cidadão” (ALMEIDA, 1843, p. 5-7).

18 Vieram de eleitores da Freguesia de N. S. da Vitória, em São Luís, de Codó e São Bento; do Juiz de Direito interino de Alcântara, Francisco Mariano de Viveiros; dos Vigários José Manuel da Cruz, Francisco de Barros Cardoso Lima, Padre José Lourenço Bogéa, Padre Joaquim Felix da Rocha e Raimundo D'arújo Cantanhede de Guimarães; respectivamente de Viana, Mearim, Rosário e Icatu.

19 “Freguesia: Circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cômputo anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia”. (SÃO PAULO, 1995).

20 “Paróquia: Termo proveniente do grego para-oikia, ou seja, aquilo que se encontra perto ou ao redor da casa (supõe-se “do Senhor”, ou seja, da Igreja); determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, cujo cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano; divisão eclesiástica governada por um pároco ou cura; originária e essencialmente de significado espiritual adquiriu, desde o início, significado também material, tendo se integrado ao processo administrativo, como pessoa moral de direito público; nasceu da conjugação de dois fatores: um de caráter espiritual, outro tributário, que exigia a delimitação territorial; equivalente à freguesia”. (SÃO PAULO, 1995).

A representação de Alcântara, por sua vez, se refere às duas listas (a de fogos²¹ e a de votantes) da cidade. Segundo Francisco Mariano de Viveiros,²² as listas foram fixadas “sem previamente ter se reunido, e nem constando que houvesse reunião da junta em alguma coisa particular”. Reconhece, no entanto, “conquanto não determine explicitamente o citado decreto que a reunião da junta para a formação das listas seja em lugar público, contudo o espírito da lei é esse, e a prática o comprova”. Pede, então, providências ao presidente da província uma vez que “não foi isenta de abusos a lista dos votantes e elegíveis” (ALMEIDA, 1843, p. 11-12). Em Guimarães, por outro lado, o vigário José Manuel da Cruz, não vendo necessidade de reunir a junta a não ser em caso de alguma reclamação contra a lista, seguiu, “pois, para a fazenda de Jenipaúba, distante desta vila duas lagoas. [...] Voltando no mesmo dia, e procurando no imediato reunir-me em junta”, Manuel da Cruz “soube que aproveitando-se os outros dois membros de minha ausência, e no curto espaço de duas horas, haviam [...] admitido como votantes a mais de 50 indivíduos”. Ele conclui que tal inclusão só poderia ser fruto de uma reunião noturna na casa do juiz de paz, “chefe de um partido, e coadjuvado por um subdelegado do distrito, Antônio Praxedes Cordeiro, que não é menos influente”, e que “negaram-se a todas as informações e diligências especiais que eu requeri para mostrar que nenhum daqueles intrusos estava nas circunstâncias de votar”. Aguardando do presidente da província uma decisão da “virtude contra o vício” (ALMEIDA, 1843, p. 13-14), ele encerra sua reclamação. As outras – não poucas – representações seguiam expediente similar.

Jeffrey Needell (2006, p. 84) afirma que “a relação entre tal política nacional e aquela das províncias é obscura, mas é provavelmente melhor compreendida precisamente em tais termos oportunistas”. Aqui ele está se referindo ao fato do golpe da Maioridade ser considerado pela historiografia como uma “conspiração Liberal”, quando de fato teria sido muito mais uma trama da oposição, uma combinação de vários atores políticos sem identidade ideológica. Nesse ponto de vista, alianças personalistas derrubaram os regressistas, levaram o rei ao trono e à retomada o poder. A relação é obscura porque, para Needell, a chave de leitura dos eventos do começo da década é a de que “o que estava claramente em jogo em abril de 1840 não era apenas qual partido estava no poder, mas qual se entrincheiraria lá por meio da influência eleitoral a partir da Corte” (2006, p. 83). Assim, o caso de Pernambuco, onde houve apoio dos liberais radicais da província aos regressistas do Rio na condução da discussão da Lei de Interpretação do Ato Adicional, se explicaria pelo interesse de enfraquecer a liderança liberal moderada no centro e, por conseguinte, na província. O caso do Maranhão, exposto acima, apresenta perspectivas diferentes. Neste, o movimento do governo imperial (a definição do presidente da província) era considerado central para reiterar o estado de coisas previamente alcançado na política provincial, de estabilização após a Balaiada, apoiando quaisquer dos grupos locais que demonstrasse mais força. Roberto Saba sustenta que as eleições para a legislatura que começariam em 1842

21 O número de famílias nos diferentes domicílios de uma cidade.

22 Político conservador, “nasceu em Alcântara em 1819 e morreu na mesma cidade, em 1860. Bacharel em matemática em 1839, pela Universidade de Coimbra, foi Deputado Provincial (41/42, pleito anulado e na legislatura seguinte) e Deputado Geral em 1857. Em 1853 é agraciado com o título de Barão de São Bento. Em 1859, após a morte de seu pai, compôs a lista triplíce para a vaga de Senador” (SANTOS, 2016, p. 62-63).

ficaram sob o controle do Gabinete Maiorista, controle este que suscitou viva polêmica no parlamento durante todo o ano anterior, pois o retorno dos regressistas ao Executivo

contribuiu muito para a crítica ao processo eleitoral conduzido pelos maioristas; entretanto, o divórcio entre os dois partidos na esfera parlamentar teve como combustível um grupo significativo de petições que, entre o final de 1840 e o início de 1841 (ou seja, antes mesmo da troca de ministérios), chegou à Câmara dos Deputados (SABA, 2010, p. 67).

São petições similares às que expus aqui, voltadas tanto à interferência da Assembleia Provincial como relacionadas ao presidente da província. Apesar das petições maranhenses não se remeterem imediatamente ao mesmo contexto (os debates entre maioristas e regressistas ocorreram em 1841, as eleições maranhenses foram em 1842), elas são de interesse para nossa narrativa porque situam os questionamentos das eleições numa esfera mais ampla. Para Saba, num período em que se “buscava estabilizar no Brasil o regime representativo, a voz dos representados ganhava um valor inestimável. As petições funcionavam como instrumentos de disputas políticas justamente porque estavam em consonância com os princípios do regime” (SABA, 2010, p. 77). Por outro lado, ele afirma que apesar do efeito sensível das petições nos rumos da política nacional, entre 1842 e 1844 foi pequeno o número de petições sobre fraudes eleitorais endereçadas ao governo central. Sua hipótese é que “talvez, o fato dos maioristas terem se ausentado do pleito após a dissolução explique a ausência das denúncias” (SABA, 2010, p. 103). Quiçá também por esta razão – e pelo fato de um dos eleitos ter sido o presidente da província – não tenham surtido efeito as reclamações dos peticionários maranhenses e, portanto, a eleição da deputação liberal maranhense na 5ª legislatura da Câmara Geral tenha sido referendada. Ainda assim, a repercussão das petições foi tamanha a ponto de ensejar uma reforma eleitoral ampla, gestada em 1845, amparada e ecoando os pedidos e anseios de eleições sem interferência dos poderes.

142

Se observarmos apenas a legislação eleitoral produzida pelo governo central entre 1846 e 1850 (JUNIOR, 1881), será difícil negar o esforço empreendido para regulamentar as eleições. Esse esforço, no entanto, dependia das autoridades locais para que se tornasse efetivo. Em 1847, no Maranhão, uma dessas autoridades, o presidente da província, estava envolto numa denúncia: o mesmo Joaquim Franco de Sá, agora chefe da *Liga Liberal Maranhense* (partido oriundo da conjunção de liberais e conservadores dissidentes), foi acusado pela oposição de forjar uma conspiração. Segundo o redator d’*O Observador*, uma folha conservadora *pura*:

Quando os ligueiros do interior apresentavam-se pedindo mudanças e nomeações de cargos de polícia, S. Exc. que suposto tinha torcido, invertido e calcado muitas leis, não ousou usurpar a atribuição do chefe de polícia, de propor delegados e subdelegados, coisa que prometia a todos que tivessem paciência, que tudo se afinaria depois de 25 de Outubro, que era quando pretendia suspender o chefe de polícia e fazer as nomeações. [...] Com efeito, o dia das promessas passava-se, e o chefe de polícia não dava ensanchas para tal suspensão [...]. Era, portanto, de rigorosa necessidade [...] *fazer favores*, e eis que na noite de 26 de Outubro rebentou o *magno segredo* da tal conspiração, sedição ou aliciação na quais, assevera o *verídico* Publicador [Maranhense], se acham envolvidos os nomes de alguns indivíduos da oposição (O OBSERVADOR, 1847a, p. 3).

De posse dos “grandes e irrefragáveis documentos em que se baseiam os nossos cômicos políticos para caluniarem a oposição”, o redator se propôs a examinar os fatos. Ele observava que o Capitão Joaquim Lopes de Mattos, comandante interino da polícia, “depois

de ter conhecimento do fato, de seu motu próprio, sem dar parte às autoridades policiais, mandou dois soldados *da sua confiança* à casa do aliciador – Manuel Antonio Gomes da Costa”, para o prenderem à noite, algo que “a lei tal não permite”. Informou o ato no dia 27 de Outubro ao presidente da província (“e nem uma palavra mandou dizer ao chefe de polícia”). Contudo, “no dia 26 pelas 9 horas da noite o [presidente da província] sr. Franco de Sá (adivinhandando talvez) ordenou que seu *parente* o Snr. Henrique Guilhon, subdelegado não do 2º distrito, onde mora o aliciador, mas do 1º, fosse interrogar a este”. Assim, Gomes da Costa “vomitou tudo quanto sabia!!”.

Pelo que se lê nos ofícios dos Srs. Mattos e Guilhon, a sedução consistia em dispor os soldados para não fazerem fogo aos bemtevis no dia das eleições se o governo empregasse a força, e desertarem para o grupo bemtevi, para o que tinham 58 por cabeça, fazendas, proteção, etc. etc (O OBSERVADOR, 1847a, p. 3).

A existência mesma dessa “*conspiração famosa*” teria justificado que Joaquim Franco de Sá mandasse “com todo mistério descer do quartel do campo d’Ourique para o palácio todas as peças de artilharia, das 2 para 3 horas da madrugada, para trazer assustada toda a população desta cidade!” (O OBSERVADOR, 1847a, p. 4). Isso tudo preveniria a oposição das intenções funestas do presidente da província no 7 de Novembro, data da eleição.

O *Observador* dedica boa parte das suas edições subsequentes à denúncia das “torpezas desta imoral e ominosíssima administração” nas eleições. Na sua versão dos acontecimentos, “só nos consta que se empregara força militar governando o sr. Antônio Pedro da Costa Ferreira (Barão de Pindaré) [...]; hoje seu digno sobrinho a aproveita da pior forma”.²³ O primeiro desses abusos seria a convocação da Guarda Nacional em 7 de Outubro, quando no dia 5 do mesmo mês o presidente Franco de Sá “tinha determinado que até o dia 15 de Dezembro futuro, nem para revistas fosse convocada *a fim de muitos cidadãos não serem embarçados no cômodo exercício do seu direito de votar*” (O OBSERVADOR, 1847b, p. 5).²⁴ A convocação da Guarda não foi suficiente,²⁵ uma vez que a submeteu ao regulamento da “tropa de linha, dando-lhe soldo, sujeitando-as à pena de deserção os remissos e mandando captura-los, [...] sendo os infelizes conduzidos para esta cidade, amarrados, como sucedeu com os G. N. da Bacanga, presos de noite e chibatados, como no Itapecuru”. O redator do *Observador* nota que o *Publicador Maranhense*, folha oficiosa do governo da província, considerava esses relatos “calúnia atrocíssima”;²⁶ diante deste juízo, indaga: “que se há de fazer com homens que fazem da mentira o seu sistema?”. A eles, imputa toda sorte de crimes, pois

23 Essa não é, contudo, a interpretação de Mathias Röhrig, que caracterizou a administração do Barão de Pindaré justamente como aquela que não interveio nas eleições (ASSUNÇÃO, 2004, p. 208).

24 O redator do observador cita o número 564 do Publicador Maranhense como fonte. De fato, a publicação constava na folha oficial da província (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847a, p. 1).

25 É verdade que o presidente da província mobilizou a tropa da Guarda Nacional, mas o fez após ordem do governo imperial de “suprir com praças da G. Nacional a falta do Batalhão 5º de Fuzileiros que por ordem do Governo Imperial tem que seguir para a província de Pernambuco”. Logo, para que a denúncia da mobilização em si tivesse substância, seria necessário um conluio direto entre governo central e provincial, algo difícil de verificar sem acesso a outro tipo de fonte, como cartas pessoais entre os ministros e o presidente. Por outro lado, parece um nível de articulação muito alto para algo de importância relativa menor. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847b, p. 1).

26 “[...] [P]elo desespero e vergonha da derrota, a oposição tem excedido a tudo quanto de mais atroz se poderia imaginar. Aí estão os seus jornais, as suas proclamações, as suas circulares para testemunho da verdade. O sr. Franco de Sá é a vítima a que principalmente atiram os seus furores”. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847c, p. 4).

Para o triunfo desta eleição não houve recurso torpe de que se não socorresse o Sr. Franco de Sá, ora as conspirações como aqui, em Caxias, no Coroatá, no Codó, Viana e Mearim, servindo-se de pretextos para executar prisões aqui, em Caxias, no Codó e em Viana, ora o cerco das igrejas, e entronização de juízes de paz ilegítimos, pois nisto consiste a vitória e a legalidade das eleições no Itapecuru, Viana, Coroatá [...] onde a oposição foi completamente vitoriosa. O plano infernal do governo fundou-se em fazer *duas* eleições onde não pudesse suplantar toda a oposição por meio de violência, e tivesse alguma gente com que simulasse a existência de eleições por meio de uma ata falsa a todos os respeitos [...] (O OBSERVADOR, 1847b, p. 5).

Em Itapecuru, os escândalos “só emparelham com os de Viana. Houve *conquista* da igreja à tarde, dois morteiros na porta da matriz, força de 1ª linha (90 praças) e patuleia do bacamarte”. Para o redator, o que essas eleições mostraram é que “enquanto as *mesas* estiverem sujeitas à *conquista* nada se adianta em eleições, particularmente sendo tão corrompidos os executores da lei eleitoral”. Nesse sentido, “a lei de eleições pouco ou nada garantiu; porque logo que os partidos se apossam da mesa, que o governo tortura a lei eleitoral, que inventa incompatibilidades para ter um juiz de paz *ad hoc*” (O OBSERVADOR, 1847b, p. 6-7).

Se nos ativermos exclusivamente às questões do município de Coroatá, é possível entrever quais eram as bases para as acusações da oposição. Em correspondência enviada para a Câmara Municipal daquela cidade, o presidente da província de fato tomou providências contra os vereadores que deixaram de “deferir juramento ao Subdelegado do município [...], e aos Juízes de Paz [...]”; ora recusando a execução desta mesma formalidade a respeito do Vereador Ayres da Serra Cardoso com o frívolo pretexto de ser este cidadão Juiz Municipal suplente[...]” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847a, p. 1), mesmo que a legislação não o impedisse de assumir o cargo.²⁷ Comunicou, ainda, a eliminação de um cidadão da lista de juízes de paz do município, por ter assumido cargo de Juiz Municipal suplente, em conformidade com a informação do governo central (BRASIL, 1847a, p. 59-61). Quatro vereadores da Câmara Municipal de Coroatá – os que compunham a maioria²⁸ – foram suspensos até que o processo de responsabilidade fosse finalizado. O presidente, por fim, comunicou ao vereador remanescente mais votado a sua tarefa de convocar os suplentes e “sanarem quanto antes as omissões e faltas ainda subsistentes” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847a, p. 2). Ao confrontarmos as ações do presidente com suas prerrogativas legais, pelo menos na forma, elas estavam fundamentadas na legislação e nos avisos do Ministério do Império. Procedimento similar de suspensão de vereadores foi realizado no município de Caxias, por exemplo. Por um lado, o máximo que se pode afirmar é que, nessa questão, o presidente manobrou o ordenamento jurídico para lograr Câmaras Municipais favoráveis às suas demandas, como a nomeação de subdelegados e juízes de paz²⁹

27 Não “eram incompatíveis, por sua natureza, os cargos de Vereador e Juiz Municipal e de Órfãos, mas sim por não ser possível o desempenho de ambos [...]. [N]ão está inibido de exercer as funções de Vereador o Substituto do Juiz Municipal e de Órfãos que não está no exercício destes cargos” (BRASIL, 1847b, p. 112).

28 “Art. 1º As Câmaras das cidades se comporão de nove membros, e as das vilas de sete, e de um Secretário” (BRASIL, 1828).

29 Os delegados e subdelegados eram alvos de demissões no período eleitoral. Eram nomeados pelo presidente da província, sob indicação do chefe de polícia, ele próprio subordinado ao chefe do executivo provincial. Ver BRASIL, 1841 e BRASIL, 1842b. “A reforma do Código de Processo Criminal, feita pelos Conservadores em 1841, forneceu aos governos os instrumentos legais de influência. Estes instrumentos eram a magistratura, agora toda centralizada, os chefes de polícia com seus delegados e subdelegados, e a Guarda Nacional. Com o auxílio destas autoridades o presidente de província, também nomeado pelo governo central, tinha poder suficiente para ganhar as eleições para o ministério a que pertencia”. (CARVALHO, 2007, p. 400-401). Em sessão no Senado do Império em 1845, o futuro Visconde de Itaboraí, Senador Rodrigues Torres, fala de “mais de 500 demissões dadas pelo Sr. presidente da província do Rio de Janeiro”, entre juízes, delegados, subdelegados e membros da guarda nacional (BRASIL, 1845, p. 49).

que comporiam as juntas de qualificação favoráveis ao seu grupo político.³⁰ Por outro, a leitura de que ele simplesmente seguiu a lei, apesar de crédula, também é possível.

Considerações finais

Conquanto devamos estar prevenidos em relação à veracidade de acusações produzidas no seio das invectivas de opositoristas, e o exame realizado anteriormente não tenha sido exaustivo, a recorrência das denúncias não só no Maranhão, como alhures, deixam claro, do meu ponto de vista, que mesmo com o paulatino avanço do governo central sobre as localidades em relação às eleições e sua importância para o governo representativo, restava aos atores locais significativa margem de manobra na(s) disputa(s) pelo poder. As próprias denúncias, inclusive, eram instrumentos na luta política.³¹ Se houver alguma verdade nestes relatos, a relevância da atuação do presidente da província na disputa política local não estava circunscrita à sua prerrogativa institucional do veto às leis da Assembleia, podendo, ademais, influenciar a eleição de tal forma que a composição mesma da Assembleia deixasse de ser uma questão imediata. Pode-se argumentar, com a devida justeza, que a legislação tardou a surtir efeito, e que muitos esclarecimentos foram realizados pelo governo central em relação aos procedimentos necessários à sua boa execução no decurso dos anos. Assim, apenas posteriormente seria possível verificar seus resultados. No Maranhão, um possível sinal desse efeito pode ser localizado nos pleitos para Senador em 1852 (O OBSERVADOR, 1852a, p. 1-2), e para a Assembleia Provincial, no mesmo ano. Em ambas as eleições, as acusações de fraude persistiram. O que diferencia estas denúncias daquelas que cotejei anteriormente é que o uso da força (por sugestão ou ‘de fato’) dá lugar, em grande parte, às falsificações das listas de qualificação e das atas da eleição. Ou seja, ataca-se, nessa oportunidade, o desrespeito, tanto quanto possível, à lei e ao processo eleitoral. Nesse contexto, sai de cena o presidente da província como ator central da trama, e entra a “oligarquia dos três Josés (José Mariani, José Maia e Jansen do Paço)”, três destacados políticos locais. Critica-se não a ação do presidente, mas sua omissão, “que vendo *repelidas e hostilizadas* suas propostas de melhoramentos materiais e morais por uma Assembleia Legislativa, consente *impassivelmente* na reeleição dos membros” (O OBSERVADOR, 1852b, p. 2) que as inviabilizaram. Certa leitura poderia até avançar a hipótese de um presidente destituído de boa parte de sua capacidade de intervenção; estaria limitado, de um lado, pela nova prática que vinha se instituindo com a tentativa de aplicação cotidiana das leis e, por outro, pela organização dos grupos políticos locais e seu conhecimento e proximidade com os negócios provinciais. Essa última questão era patente em relação aos vice-presidentes

³⁰ Segundo Limongi (2014, p. 30-31), “o Decreto de 1842 conferira ao Gabinete, independente de sua coloração política, os meios para intervir e controlar as eleições em todas as paróquias. Um agente nomeado diretamente pelo Ministro da Justiça, o delegado, controla os trabalhos da Junta Qualificadora e da Mesa. A vitória do governo era assegurada pela composição do corpo eleitoral. Os conflitos antes resolvidos pela força, pela conquista da Mesa, passam a ser solucionados quando da qualificação. São qualificados apenas os grupos de eleitores alinhados com o partido no poder. Ou seja, a capacidade do governo de manipular as eleições torna o emprego da violência menos presente. Conflitos são resolvidos antes mesmo da eleição”. A lei de 1846 tentou diminuir a influência do governo central nas eleições, excluindo os subdelegados da junta.

³¹ Uma crítica contundente em relação ao enfoque único nas fraudes está em POSADA-CARBÓ, 2000.

de província, escolhidos entre as notabilidades locais pela Assembleia Provincial (SENA, 2012). Aqui, reitero que a atuação do presidente da província era fundamental no jogo político provincial e local, ainda que limitada por vários contrapesos institucionais e legais.

Referências

Fontes Documentais

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **As eleições da Província do Maranhão em 1842, sob a presidência do Dr. Venâncio José Lisboa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. da Costa, 1843.

BRASIL. **Anais do Senado**. Sessão de 11 de janeiro de 1845. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp Acesso em 12/01/2021.

———. **Atas do Conselho de Estado**. 11 de janeiro de 1849. Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf Acesso em 12/01/2021.

———. **Constituição política do Império**. 1824a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em 12/01/2021.

———. **Decreto de 26 de março de 1824**. 1824b. Disponível em: <http://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/03/Decreto-de-26-de-mar%C3%A7o-de-1824.compressed.pdf> Acesso em 12/01/2021.

———. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=D%C3%A1%20nova%20f%C3%B3rma%20%C3%A1s%20Camaras,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz. HYPERLINK “http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm”& HYPERLINK “http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm”text=3%C2%BA%20T%C3%AAm%20voto%20na%20elei%C3%A7%C3%A3o,na%20conformidade%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20 arts. Acesso em 12/01/2021.

———. **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 (Ato adicional)**. 1834a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em 12/01/2021.

———. **Lei nº 40 de 3 de outubro de 1834**. 1834b. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/540900/publicacao/15772936> Acesso em 12/01/2021.

———. **Lei de 3 de dezembro de 1841** (Lei de Reforma do Código de Processo Criminal) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm Acesso em 12/01/2021.

———. **Decreto n. 157 de 4 de maio de 1842**. 1842a Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/386137/publicacao/15633544> Acesso em 12/01/2021.

BRASIL. **Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842**. 1842b, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/regulamentos/r120.htm. Acesso em 12/01/2021.

—————. **Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846**. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/541668/publicacao/15632071> Acesso em 12/01/2021.

—————. **Aviso nº 36 do Ministério dos Negócios do Império em 8 de março de 1847**. CLI. 1847a.

—————. **Aviso nº 74 do Ministério dos Negócios do Império em 14 de abril de 1847**. CLI. 1847b.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. 1857 (1ª Ed.). In.: KUGELMAS, Eduardo (org). **José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

JAVARI, Barão de. **Organizações e Programas ministeriais: Regime Parlamentar no Império**. (1889). Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1962.

JUNIOR, Augusto Teixeira de Freitas. **Legislação Eleitoral do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1881.

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: Partidos e eleições no Maranhão*. In: LEAL, Antônio Henriques (org.). **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Typ. de B. de Mattos, 1864, pp. 163-417.

MARANHÃO. Ofício de José Lopes (primeiro secretário da Assembleia) de 2 de outubro de 1842. 1842a. **Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província**. Setor de avulsos, 1841-1850. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

—————. Ofícios de 31 de outubro de 1842. 1842b. **Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província**. Setor de avulsos, 1841-1850. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

—————. Fala da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão de 21 de novembro de 1842. 1842c. **Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província**. Setor de avulsos, 1841-1850. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

—————. Ofício de 7 de dezembro de 1842. **Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província**. Setor de avulsos, 1841-1850. APEM.

—————. Presidência da Província. **Relatório do presidente da província, o sr. João Antônio de Miranda, na abertura da assembleia legislativa provincial, no dia 3 de julho de 1841**. Maranhão: Tip. Const. de I. J. Ferreira, 1843

—————. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa Provincial**. 1835. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL).

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870; Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970

O OBSERVADOR. São Luís. 1847a. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), 3 de novembro de 1847.

—————. São Luís. 1847b. Periódicos (1843-52): Biblioteca Nacional (BN), 21 de novembro de 1847.

—————. São Luís. 1852a. Periódicos (1843-52): Biblioteca Nacional (BN), 5 de maio de 1852.

—————. São Luís. 1852b. Periódicos (1843-52): Biblioteca Nacional (BN), 18 de fevereiro de 1852.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís. Periódicos (1842-52): Biblioteca Nacional (BN), 01 de abril de 1843, n. 72. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL).

—————. São Luís. 1847a. Periódicos (1842-52): Biblioteca Nacional (BN), 5 de outubro de 1847, n. 564. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL).

—————. São Luís. Governo da Província. Correspondência com a província, 8 de outubro. 1847b. Periódicos (1842-52): Biblioteca Nacional (BN), 14 de outubro de 1847, n. 568.

—————. São Luís. 1847c. Periódicos (1842-52): Biblioteca Nacional (BN), 16 de novembro de 1847, n. 582-583.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Discurso na Câmara dos Deputados, Sessão de 19 de maio de 1838. *In.*: CARVALHO, José Murilo. (Org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos.** São Paulo: Ed. 34, (Coleção Formadores do Brasil), 1999, pp. 247-254.

Fontes Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A guerra dos Bem-te-vis:** a balaiada na memória oral. São Luís: EDUFMA, 2008.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). *In.*: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios:** Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 2004, pp. 195-225.

BARMAN, Roderick J. **Brazil:** the forging of a nation, 1798-1852. Stanford University Press Stanford: California, 1988.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial:** a fundação de um Maranhão no império brasileiro. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; Teatro de Sombras.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marcio Eulério Rio de. **Afirmção de uma esfera pública de poder em Minas Gerais (1821-1851).** Tese (Doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2003.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (1833-1872)**. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2012.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)**. Dissertação (Mestrado em História), UFMA, São Luís, 2015.

COSER, Ivo. **O pensamento político do Visconde de Uruguai e debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem: a construção de aparatos policiais no universo luso brasileiro (Séculos XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FLORY, Thomas. **Judge and jury in imperial Brazil, 1808-1871**. Social control and political stability in the new state. Austin, Texas: University of Texas press, 1981.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008.

GRAHAM, Richard. **Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, jan/jun 2008, vol. 28, n. 55, pp. 197-215.

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, abril de 2014, pp. 13-51.

MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do Oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)**. Tese (Doutorado em História) – UFES, Vitória, 2018.

MUNARI, Rodrigo Marzano. **Deputados e delegados do poder monárquico: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850)**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, USP, 2017.

NEEDELL, Jeffrey. **The Party of Order**. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871. Stanford: Stanford University Press, 2006.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Bernardo Pereira de Vasconcelos e a construção do Império. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 6, n. 3, setembro-dezembro, 2014, pp. 415-438.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. **Poder local e palavra impressa:** a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PIMENTA, Evaristo Caixeta. **As urnas sagradas do Império do Brasil:** governo representativo e práticas eleitorais em Minas Gerais (1846-1881). Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2012.

POSADA-CARBÓ, Eduardo. Electoral Juggling: a comparative history of the corruption of suffrage in Latin America, 1830-1930. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 32, n. 3, 2000, pp. 611-644.

SABA, Roberto Nicolas P. Ferreira. **As vozes da Nação:** a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado. Dissertação (Mestrado em História) – USP, 2010.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A coragem de ser só: Cândido Mendes de Almeida, o arauto do ultramontanismo no Brasil. *Almanack*, 2014, n. 7, pp. 59-80.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. **Uma história de partidos:** organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842/1857). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

150

SÃO PAULO. **Definição de áreas segundo o Instituto Geográfico Cartográfico (1995).** Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>. Acesso em 12/01/2021.

SENA, Ernesto Cerveira de. Além de eventual substituto. A trama política e os vice-presidentes em Mato Grosso (1834-1857). *Almanack*, v. 4, 2012, pp. 75-90.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis:** Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma:** apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial:** a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.